

Relatório Antropológico Final

Comunidade Tradicional de Pescadores da Vila do Araçá,

Porto Belo (SC)

Estudo Antropológico Comunidade
Tradicional de Pescadores da Vila do Araçá e a
Área de Proteção Ambiental (APA) Ponta do
Araçá, Porto Belo (SC).

Da. Raquel Mombelli (Antropóloga)

Dra. Erika Nakazono (Etnoecóloga)

Luciana Pereira (auxiliar)

Florianópolis, novembro de 2015

**Anexo: Relatório da Comissão do
Conselho Gestor da APA Municipal da Ponta do Araçá
sobre o Relatório Antropológico – Pgs. 224 - 227**

Sumário

1Apresentação	5
2Metodologia de Pesquisa	14
3PARTE I – COMUNIDADE DO ARAÇÁ: VÍNCULOS SÓCIO-HISTÓRICOS DE PERTENCIMENTO AO TERRITORIO.....	18
3.1Formação história: Ericeira, Caixa D’Aço e o Araçá	18
3.2A vila do Araçá.....	29
3.3A constituição de uma comunidade de parentes.....	44
3.4“Parentagem”, roças e engenhos.....	47
3.5Redes de engenhos.....	56
3.6Circulação e troca de nomes.....	60
3.7Os terrenos, as cachoeiras e os núcleos familiares	61
4PARTE II – A TRADICIONALIDADE DA PESCA DO ARAÇÁ	80
4.1Contexto histórico da pesca.....	80
4.2A pesca do cação ou “da vaca”: memória das tragédias	83
4.3O “ronco da corvina”: tradição e modernidade	87
4.4“Casar redes”: territorialidade da pesca artesanal	99
4.5A pesca artesanal no Araçá	103
4.6Pesqueiros: memória e sentidos da pesca artesanal	108
4.7As Ilhas: territórios da memória e da pesca	111
4.7.1Ilha João da Cunha - atual Ilha de Porto Belo	111
4.7.2Ilhas: Arvoredo, Galés, Deserta e Macuco.....	118
4.8Conhecimentos tradicionais: manejo dos recursos naturais e conservação ambiental.....	121

4.8.1 Saberes locais na atividade da pesca.....	121
4.8.2 Cipós e cestarias	124
4.8.3 O “entralhe” da rede: mulheres e homens na economia da pesca	128
5 PARTE III – CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS.....	134
5.1 “O Caixa D’Aço está dentro de nós”: paisagem cultural e preservação ambiental 133	135
5.2 Festas “Sertanejos em Alto Mar”.....	141
5.3 As poitas livres	152
5.4 A pesca da espada nos costões	155
5.5 Caminhos fechados	156
5.6 Autuações ambientais	160
5.7 Cerco de peixe e projetos de maricultura.....	160
5.8 Falta de fiscalização da traineiras	163
5.9 Restrições à pesca nas ilhas.....	165
5.10 Monocultura de eucalipto.....	165
5.11 Balizas de Pesca na Praia de Bombas	166
6 PARTE IV – PESCADORES DA VILA DO ARAÇÁ: CULTURA E TERRITÓRIO 164	166
6.1 Considerações Finais.....	166
6.2 Proposta de Zoneamento da Comunidade Tradicional de Pescadores do Araçá..	174
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	180
8 ANEXOS	184
8.1 Anexo 1 – Cadernos de Registros fotográficos	184
8.2 Anexo 2 – Documentos Gerais	210
8.3 Anexo 3 - Lista das pessoas entrevistadas e contatadas na Comunidade Tradicional de Pescadores do Araçá.....	218
8.4 Anexo 4 - Relação das Denominações das servidões da Vila do Araçá.....	219

Lista dos Mapas

Mapa 1 Comunidade Tradicional de Pescadores da Vila do Araçá: referências culturais e conflitos socioambientais

Mapa 2 Comunidade Tradicional de Pescadores da Vila do Araçá: território tradicional da pesca

Mapa 3 Comunidade Tradicional de Pescadores da Vila do Araçá: Memória de Ocupação do território

Mapa 4 Comunidade Tradicional de Pescadores da Vila do Araçá: ocupações de núcleos familiares no interior da APA Ponta do Araçá (situação 1)

Mapa 5 Comunidade Tradicional de Pescadores da Vila do Araçá: ocupações dos núcleos familiares no interior da APA Ponta do Araçá (situação 2)

Mapa 6 Comunidade Tradicional de Pescadores da Vila do Araçá: I território tradicional da pesca nas ilhas

Mapa 7 Comunidade Tradicional de Pescadores da Vila do Araçá: Detalhe Praia do Caixa D'Aço

Mapa 8 Comunidade Tradicional de Pescadores da Vila do Araçá: Proposta de Zoneamento para a APA Ponta do Araçá

Lista Tabelas

Tabela 1-Lugares da memória e distribuição das unidades famílias

Tabela 2- Relação dos engenhos de farinha e redes de parentescos

Tabela 3- Relação das embarcações de pesca da corvina

Tabela 4 - Características gerais da pesca artesanal e profissional na Comunidade Tradicional de Pescadores da Vila do Araçá

Tabela 5 –Relação dos Pesqueiros

Tabela 6 – Referências culturais, históricas e simbólicas da Praia do Caixa D'Aço

Quadro de Genealogias

Genealogia 1 - Comunidade Tradicional do Araçá: casamentos internos na atualidade

Genealogias2- Comunidade Tradicional do Araçá: sete gerações de descendência

Genealogias3 - Comunidade Tradicional do Araçá: casamentos internos e atividades (agricultura; engenhos; pesca; donos de barco)

Genealogia 4- Comunidade Tradicional do Araçá: Moradores da Ilha de Porto Belo

Genealogia 5 - Comunidade Tradicional do Araçá: Antigos Moradores da Região da Praia do Caixa D'Aço

Genealogia 6- Comunidade Tradicional do Araçá: descendência e empreendimento local

1 Apresentação

O presente relatório antropológico “Comunidade Tradicional de Pescadores da Vila do Araçá, Porto Belo (SC), é resultado de pesquisa voltada a complementar os estudos socioambientais produzidos no âmbito do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) Municipal Ponta do Araçá, daquele município. A pesquisa antropológica foi viabilizada a partir de recursos aplicados pela Associação de Proprietários de Reservas Particulares do Patrimônio Natural de Santa Catarina (RPPN – Catarinense), que tem assento junto ao Conselho Gestor dessa APA¹.

A solicitação de estudos antropológicos foi inicialmente demandada pelos moradores da Vila do Araçá e de sua Associação que, embora estabelecessem relações históricas, sociais e ambientais na área da APA Ponta do Araçá, estas se apresentavam de forma obscurecida no conjunto de estudos socioambientais anteriormente produzidos pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Tal demanda foi recepcionada pelo Ministério Público Federal (MPF)², onde se constatou a necessidade de produção de estudos específicos sobre a comunidade tradicional para potencializar a própria ação dos órgãos quer na proteção ambiental quer no interesse das comunidades tradicionais, que são também sujeitos de direito. A elaboração de um Termo de Referência³ reuniu os quesitos orientadores à investigação antropológica a ser produzida.

A pesquisa antropológica insere-se portanto também nesse contexto de solicitação do Ministério Público Federal/Procuradoria de Itajaí à Associação Brasileira de Antropologia (ABA)⁴, para a produção de estudos específicos voltados a elucidar os modos de vida do grupo social autodenominado Comunidade de Pescadores do Araçá, circunscrito no entorno da região da referida APA. Tal pesquisa foi viabilizada a partir

¹O desenvolvimento da pesquisa antropológica ocorreu através de contrato formal firmado entre a RPPN e a antropóloga, denominado Contrato de Prestação de Serviço de Pesquisa e Desenvolvimento Experiencial em Ciências Sociais e Humanas.

² Instrução Civil Pública (ICP) n. 1.33008.000197/2012-52, implantada pelo Ministério Público Federal, relativa à criação e gestão de Unidade de Conservação de Uso Sustentável no Município de Porto Belo (SC), da Área de Proteção Ambiental (APA) Ponta do Araçá.

³ Termo de Referência 63/2013 (em anexo)

⁴ Ver documento em anexo – carta de indicação da ABA de antropólogo para realização dos estudos (em anexo)

de um longo percurso entre o Conselho da APA, o MPF e a Associação Brasileira de Antropologia, iniciando em janeiro de 2015⁵.

A Área de Proteção Ambiental da Ponta do Araçá foi criada em 30 de abril de 2008 através de publicação de Decreto Municipal n. 359. Ela surgiu no âmbito de uma política pública de compensação ambiental, devido a dragagem sem licença ambiental efetuada no rio Rebelo, localizado no limites do município de Porto Belo. A área dessa APA foi delimitada em 140,7 hectares, e suas divisas estabelecidas ao norte com a área que se estende a Ponta de Porto Belo ou da Enseada, à oeste, com o Oceano Atlântico, e à leste com o alto morro, elemento topográfico natural utilizado para a divisão dos municípios de Porto Belo e Bombinhas. Nessa área estão incluídas a Praia do Caixa D'Áço e a Praia do Estaleiro.

A implantação dessa Unidade de Conservação (UC) exige a necessidade de elaboração de um Plano de Manejo, como um instrumento de planejamento, ordenamento e gestão da área a ser protegida. Inicialmente a Prefeitura Municipal de Porto Belo realizou contrato com a empresa Caruso JR Estudos Ambientais, para elaboração de um Plano Básico de Zoneamento Ambiental. No entanto, por diversas razões esses estudos não se efetivaram. Posteriormente, uma nova parceria foi firmada⁶ entre a Prefeitura e Universidade Federal de Santa Catarina, com o objetivo de desenvolver estudos dos meios biológicos, físicos e antrópicos para subsidiar a elaboração de uma proposta de gestão e planejamento da APA da Ponta do Araçá e garantir a participação da sociedade e seu engajamento à conservação dos recursos naturais dessa área.

Um conjunto de estudos socioambientais⁷ foram produzidos, entre os anos de 2012-2013, por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento no sentido de subsidiar a elaboração do Plano de Manejo e da gestão da Ponta do Araçá. Tais estudos

⁵ A pesquisa foi viabilizada através de recursos disponibilizados a partir de contrato firmado entre a Associação dos Proprietários de Reservas Naturais de Santa Catarina e o MPF/Tubarão.

⁶ Esse contrato foi orientado através de Termo de Referência 001/2009. Trata-se do Projeto de Elaboração do Plano de Manejo, realizado através de convênio entre UFSC/FAPEU e coordenado por Maurício Graipel. Participaram desse projeto Parques e Fauna: projeto de pesquisa e conservação; a empresa SIMBIOSES: empresa Junior de Ciências Biológicas. Com a participação da ONG Caipora: Cooperativa para a conservação da natureza; Geabio (Grupo de educação e Estudos Ambientais-UFSC); Museu Universitário Osvaldo Cabral. Mais informações em <http://apaportobelo.paginas.ufsc.br/>

⁷ Os estudos estão disponibilizados no site da Prefeitura Municipal de Porto Belo no endereço: <http://www.portobelo.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/8819>

no entanto, assentaram-se num formato disciplinar, segundo o qual o meio ambiente é analisado, distanciado das práticas, conhecimentos e formas de manejo, desenvolvidas pela população local naquela área.

A pesquisa antropológica visa justamente compreender a intrínseca relação que determinadas populações estabelecem com um meio ambiente, que se traduz na forma da criação de regras e regimes para seu uso e usufruto, na forma de percebê-lo, interpretá-lo como significá-lo. Nessa perspectiva a noção de meio ambiente, a natureza e a cultura não são elementos compreendidos através de uma relação de oposição. Nem mesmo o meio ambiente pode ser compreendido somente através de uma perspectiva única, objetiva e universal. Como se fosse um ‘bem comum’ percebido por todos de uma mesma e única maneira. Na sociedade, os sujeitos sociais apresentam diversas formas de se relacionar e interagir com o meio ambiente, atribuindo-lhe diferentes sentidos e isso se evidencia quando compreendemos a forma como o meio ambiente se apresenta para determinados grupos sociais, autoidentificados como Comunidades Tradicionais.

A vasta literatura antropológica tem demonstrado que essa estreita relação, sobretudo entre grupos sociais denominados como povos e comunidades tradicionais, em que o meio ambiente fornece a provisão de sua subsistência como a constituição e organização social desses, evidenciando portanto a complexa construção cultural dessas realidades. E nesses casos, as pesquisas tem evidenciado a impossibilidade de se compreender as comunidades tradicionais a partir da disjunção entre o meio ambiente e/ou os espaços naturais em que produzem e do quais são produzidas sua identidade e cultura. Assim, para compreendê-los é preciso analisá-los a partir dessa dupla relação, os efeitos sobre o meio ambiente são sentidos pela coletividade como os domínios da coletividade sobre o meio ambiente também o são. Meio ambiente e sociedade são, portanto, para esses grupos sociais indissociáveis.

É a partir dessa perspectiva que o presente relatório antropológico se apresenta. A pesquisa antropológica realizada visou identificar e compreender quem eram os sujeitos sociais que buscavam uma expressão maior de reconhecimento no âmbito de contexto da proposta da APA Ponta do Araçá, e se apresentavam organizados em termos de Comunidade Tradicional de Pescadores da Vila do Araçá - nome que confere também o título desse documento.

Nesse sentido, buscou-se conhecer as formas pelas quais esses sujeitos sociais se organizam, quais são suas expressões culturais, práticas sociais, econômicas, saberes e as formas pelas quais se relacionavam e significavam a paisagem local e o meio ambiente daquela região. A pesquisa antropológica focalizou nas significações, representações e construção identitárias realizadas a partir da existência social e cultural do grupo, assim como identificou os conflitos socioambientais que enfrentam na atualidade. Mas quem são esses sujeitos sociais?

Trata-se de um grupo social reunido em termos de Comunidade Tradicional de Pescadores do Araçá, constituído por aproximadamente 300 famílias, que se reconhecem a partir de fortes laços de parentescos e relações de trabalho com a pesca, sendo essa a principal base de sustentação econômica. Eles são localmente reconhecidos como especialistas da pesca da corvina em alto-mar, e essa atividade tem sido responsável por gerar uma das maiores rendas econômica para a região.

Essas famílias estão concentradas geograficamente no bairro Araçá, município de Porto Belo, mas preferem indicar essa referência ao lugar pelo uso “Vila do Araçá”, visando chamar atenção para sua especificidade cultural e identitária perante os órgãos públicos locais. O fato também de preconizarem uma identidade coletiva, neste caso, “Pescadores do Araçá”, expressa uma identidade voltada para fora, para fazer frente ao Estado, na busca pela sua afirmação identitária. Essa afirmação no entanto, está longe de significar a existência de uma comunidade homogênea culturalmente e nem mesmo pode ser compreendida somente a partir da perspectiva profissional, enquanto pescadores.

A comunidade é culturalmente heterógena internamente, pois reúne famílias vinculadas historicamente com a agricultura, a atividade da pesca artesanal, e posteriormente com a pesca embarcada. Ela reúne também pessoas com um vasto conhecimento relacionado a fabricação e consertos de diferentes tipos de rede e diferentes tipos de pesca, e comercialização de pescados. O fato de estarem vinculadas a tantas atividades econômicas não podem ser tomados como o único critério de definição da identidade cultural ou da tradição dessa Comunidade Tradicional, mas devem ser considerados os esforços mobilizatórios que realizam para manterem-se enquanto uma unidade social e cultural.

Nesse sentido, faz-se importante esclarecer que o termo a “povos ou comunidades tradicionais”, que, as vezes aparece como relativamente novo, tanto na esfera governamental, quanto na esfera acadêmica ou social, resulta de um percurso histórico. O termo surge justamente no seio da problemática ambiental, no contexto da criação das Unidades de Conservação (UCs), com o intuito de inserir as práticas e manejos da biodiversidade produzidas por populações locais, e reconhecer suas lutas em defesa do meio ambiente.

Autores como Little (2002), Almeida, M. (2009), Almeida, A.W. (2006), Cunha (2009), assinalam que a definição de “comunidades tradicionais”, envolve o reconhecimento de diferentes grupos sociais mobilizados a partir de critérios de identitários, de sentimentos de pertencimento, com a existência de regimes de uso e usufrutos dos recursos naturais do território marinho e terrestre, aglutinados em torno da defesa do meio ambiente das áreas que compõem seus territórios de existência e expressão cultural.

Nesse processo, a própria noção de tradicional também passa a ser resinificada. Assim como o meio ambiente deixa de ser pensado em termos de uma oposição entre natureza e cultural, a tradição deixa de ser pensada a partir de uma oposição com aquilo que é considerado moderno, ou a algo que remete a fixidez, a repetição ou até mesmo a algo atrasado, para ser compreendida a partir de outra perspectiva.

No debate contemporâneo sobre a noção de tradição, a existência de um passado ou a transmissão de uma certa repetição ou a manutenção de certos traços culturais não é suficiente para definir o que é tradicional. O que define a tradição de uma comunidade é justamente o sentido de identidade construído em relação com a dinâmica das tradições, aquelas expressões e ações, voltada a afirmação de uma comunidade. Dito de outra forma, a tradição é aquilo que é compartilhado por uma coletividade, que é identificado e reconhecido por ela, como parte de sua tradição, e sendo capaz de mobilizar permanentemente sentimentos e noções identitárias de forma a promover a comunhão dos mesmos em oposição a outros grupos sociais. Assim definida a tradição:

“algo em constante renovação são produtos dinâmicos da consciência humana, estando sob constante reformulação pela ação inteligente dos atores sociais. Sua

autenticidade deve ser aferida não pelo tempo de existência, mas pela sua vitalidade social. Tradição se torna um elemento de escolha e deve ser aceita como parte da autoidentificação de um povo.” (GRÜNEWALD, 2012: 194)

É importante esclarecer essa noção, pois no caso, a Comunidade Tradicional de Pescadores da Vila do Araçá, apresenta vínculos históricos de um processo particular de saída de pescadores portugueses oriundos da Ericeira, ainda no século XVIII, com o objetivo de desenvolver a atividade da pesca em alto-mar. Parte desses pescadores, instalaram-se na região do Araçá, constituindo núcleos familiares que passaram a ocupar uma vasta extensão de área através de instalação de roças de mandioca, café e banana, no que hoje se identifica como bairro Araçá, e parte das áreas que atualmente pertencem aos limites do município vizinho de Bombas.

As atividades de lavoura foram realizadas em combinação com a prática da pesca artesanal, através de um sistema de organização social fundado na relação de parentescos, laços de solidariedades e camaradagem, que permitiram a subsistências dessas famílias naquela região. Esse percurso passa a ser alterado, a partir da década de 1960, momento em que ocorre o declínio da produção de roças e, consequentemente da produção de farinha de mandioca, até então principal produto de subsistência dessa comunidade de parentes. Nesse momento, muitos homens dessas famílias passam a trabalhar embarcados na pesca industrial, principalmente no Porto de Santos, litoral de São Paulo ou no Rio Grande. Os 22 engenhos registrados durante a pesquisa antropológica, distribuídos nas áreas da Ponta da Enseada, Enseada, Estaleiro, Caixa D’Aço, Prainha e Araçá, demonstram a capacidade de produção que essas famílias detinham aliada aos domínios de uso e usufruto daquelas regiões de terra.

A partir de 1980, essa comunidade vai vivenciar profundas transformações em sua forma de organização social e reprodução. Esse período, a atividade da pesca, sobretudo a pesca do cação adquire uma importância fundamental para o rápido aumento da renda familiares. O envolvimento nessa atividade por sua vez impulsiona o poder aquisitivo das famílias locais permitindo a elas a aquisição de suas próprias embarcações, um fator determinante aos novos rumos e as configurações sociais, culturais e econômicas que passam a ser desenhadas na vida dessa comunidade.

Nesse percurso histórico na região do Araçá, as experiências compartilhadas por essas famílias, possibilitaram acumular saberes e conhecimentos tradicionais em torno

das formas de cultivo de vastas roças, manejos da biodiversidade local, leituras dos ventos e marés. Assim como, esses domínios de saberes orientaram e criaram tecnologias de pesca, que acabaram transformando-os em especialistas na pesca da corvina e fabricação de redes de pesca. São muitos os saberes criados e transmitidos através das gerações familiares dessa comunidade, que são também testemunhos da longa história neste lugar, nesse território que é tradicionalmente ocupado por essa comunidade de parentes.

Atualmente a comunidade e o território tradicionalmente ocupado, vivenciam num intenso processo de expansão urbana, com a comercialização de grandes áreas de terra, com a ocupação da orla das praias e a intensificação de um tipo de turismo, que a tem colocado em alerta sobre as condições que permitam a continuidade do seu modo de vida, sem perder as suas memórias, seus conhecimentos e sua identidade.

Em parte daquilo que constitui como território da Comunidade Tradicional de Pescadores Artesanais da Vila do Araçá, encontra-se a delimitação da APA da Ponta do Araçá. O trabalho antropológico realizado demonstra o complexo e rico universo sócio histórico e cultural existente naquela área realizado por essa comunidade. Reconhecidas as limitações desse trabalho, sobre as possibilidades de regramento de cultura viva, considerar as especificidades da realidade socioeconômica e cultural dessa comunidade, poderá criar condições para um manejo dessa área efetivamente inclusivo e comprometido com a proteção ambiental daquele lugar.

Como demonstra a etnografia realizada, essa comunidade ocupa aquele território há aproximadamente 197 anos, com uma vida marcadamente atrelada ao ambiente marinho, costeiro e terrestre. Essa ocupação está fortemente vinculada aos circuitos de parentescos, a partir de laços de parentesco construídos entre aquelas famílias, e confere grande valor a ancestralidade e a tradicionalidade de sua ocupação territorial.

As famílias dessa comunidade de parentes detêm um eixo histórico e simbólico que determina as noções locais de direito à terra e o acesso aos recursos naturais locais. As especificidades culturais, o modo de ser e de viver exclusivos dessa comunidade foram representadas através do mapa “Comunidade Tradicional de Pescadores do Araçá: referências culturais e conflitos socioambientais, apresentado em seguida. Nesse mapa, que denominamos de cartografia social, diferencia-se de outras cartografias porque quer representar as referências culturais reveladoras das suas formas de ser dessa

comunidade e das formas de uso que fazem dos espaços terrestres e marinhos, fundamentais ao sua reprodução física e cultural. Assim, nele estão registrados as áreas tradicionais de pesca artesanal, realizada em toda a extensão marinha identificada entre a Enseada da Encantada, até a Praia de Bombas; os pesqueiros, denominação local para indicar locais de uso histórico para a atividade da pesca; os costões; as cachoeiras, cultivos de marisco, extração de berbigão, moradias das famílias da comunidade e seus empreendimentos locais, os caminhos tradicionais; ranchos de pesca; trapiches; ancoradouros; como também registra e identifica as situações de conflito socioambientais enfrentado hoje que ameaçam a reprodução física e cultural dessa comunidade.

O mapa produzido revela um território tradicionalmente ocupado por essa comunidade, (delimitação representada pelo tracejado em rosa claro) englobando as áreas contíguas das regiões da Enseada da Encantada, Araçá, Prainha, Caixa D'Aço, Estaleiro, Praia do Estaleiro e Ponta da Enseada.

Comunidade Tradicional de Pescadores do Aracá: Referências culturais e conflitos socioambientais

Legenda

- Pesca artesanal: talita, anchova, pescada, camarão e tala
- Arcondore de embarcações da pesca profissional de costeira
- Arcondore de embarcações da pesca artesanal
- Pesqueiros
- Cultivo de mariscos e ostrais - Zala
- Criatório de camarão
- Barragem Familiar
- Comunidade Tradicional / Acesso
- Proposta para abertura dos acessos fechados - uso comunitário
- Centro Comunitário
- Igreja Católica
- Igreja Evangélica
- Igreja Católica
- Posto de saúde e pré-escolar
- Ranchos de pesca
- Tipiche de uso comunitário
- Empreendimento local
- Local para construção de tipiche - pescadores artesanais
- Cachoeiras
- Cole de Aracá - São Silvestre (Pesca e Turismo)
- Ilhéu d'água
- Extensão atual da Comunidade do Aracá
- Lagoa
- Área de batelagem
- Perfil de socialidade
- Costão e beira do mar
- Calva d'água CASAN
- Bolitas de pesca - Borbits
- Arquitetura Porto Belo
- Empreendimento estômato
- Tipiche das propriedades
- Centro de produção de mudas - Frits Müller
- Travessia - Limite Municipal
- Floresta Atlântica (em diferentes esboços de desenvolvimento)
- APA - Ponta do Aracá
- Território tradicionalmente ocupado
- Oceano Atlântico

COORDENADAS

COORDENADAS	COORDENADAS	COORDENADAS	COORDENADAS
1. Ponta do Aracá	25. 00' 00" S	49. 00' 00" W	26. 00' 00" S
2. Ponta do Aracá	25. 00' 00" S	49. 00' 00" W	27. 00' 00" S
3. Ponta do Aracá	25. 00' 00" S	49. 00' 00" W	28. 00' 00" S
4. Ponta do Aracá	25. 00' 00" S	49. 00' 00" W	29. 00' 00" S
5. Ponta do Aracá	25. 00' 00" S	49. 00' 00" W	30. 00' 00" S
6. Ponta do Aracá	25. 00' 00" S	49. 00' 00" W	31. 00' 00" S
7. Ponta do Aracá	25. 00' 00" S	49. 00' 00" W	32. 00' 00" S
8. Ponta do Aracá	25. 00' 00" S	49. 00' 00" W	33. 00' 00" S
9. Ponta do Aracá	25. 00' 00" S	49. 00' 00" W	34. 00' 00" S
10. Ponta do Aracá	25. 00' 00" S	49. 00' 00" W	35. 00' 00" S
11. Ponta do Aracá	25. 00' 00" S	49. 00' 00" W	36. 00' 00" S
12. Ponta do Aracá	25. 00' 00" S	49. 00' 00" W	37. 00' 00" S
13. Ponta do Aracá	25. 00' 00" S	49. 00' 00" W	38. 00' 00" S
14. Ponta do Aracá	25. 00' 00" S	49. 00' 00" W	39. 00' 00" S
15. Ponta do Aracá	25. 00' 00" S	49. 00' 00" W	40. 00' 00" S
16. Ponta do Aracá	25. 00' 00" S	49. 00' 00" W	41. 00' 00" S
17. Ponta do Aracá	25. 00' 00" S	49. 00' 00" W	42. 00' 00" S
18. Ponta do Aracá	25. 00' 00" S	49. 00' 00" W	43. 00' 00" S
19. Ponta do Aracá	25. 00' 00" S	49. 00' 00" W	44. 00' 00" S
20. Ponta do Aracá	25. 00' 00" S	49. 00' 00" W	45. 00' 00" S
21. Ponta do Aracá	25. 00' 00" S	49. 00' 00" W	46. 00' 00" S
22. Ponta do Aracá	25. 00' 00" S	49. 00' 00" W	47. 00' 00" S
23. Ponta do Aracá	25. 00' 00" S	49. 00' 00" W	48. 00' 00" S
24. Ponta do Aracá	25. 00' 00" S	49. 00' 00" W	49. 00' 00" S
25. Ponta do Aracá	25. 00' 00" S	49. 00' 00" W	50. 00' 00" S

COORDENADAS

COORDENADAS	COORDENADAS	COORDENADAS	COORDENADAS
1. Ponta do Aracá	25. 00' 00" S	49. 00' 00" W	26. 00' 00" S
2. Ponta do Aracá	25. 00' 00" S	49. 00' 00" W	27. 00' 00" S
3. Ponta do Aracá	25. 00' 00" S	49. 00' 00" W	28. 00' 00" S
4. Ponta do Aracá	25. 00' 00" S	49. 00' 00" W	29. 00' 00" S
5. Ponta do Aracá	25. 00' 00" S	49. 00' 00" W	30. 00' 00" S
6. Ponta do Aracá	25. 00' 00" S	49. 00' 00" W	31. 00' 00" S
7. Ponta do Aracá	25. 00' 00" S	49. 00' 00" W	32. 00' 00" S
8. Ponta do Aracá	25. 00' 00" S	49. 00' 00" W	33. 00' 00" S
9. Ponta do Aracá	25. 00' 00" S	49. 00' 00" W	34. 00' 00" S
10. Ponta do Aracá	25. 00' 00" S	49. 00' 00" W	35. 00' 00" S
11. Ponta do Aracá	25. 00' 00" S	49. 00' 00" W	36. 00' 00" S
12. Ponta do Aracá	25. 00' 00" S	49. 00' 00" W	37. 00' 00" S
13. Ponta do Aracá	25. 00' 00" S	49. 00' 00" W	38. 00' 00" S
14. Ponta do Aracá	25. 00' 00" S	49. 00' 00" W	39. 00' 00" S
15. Ponta do Aracá	25. 00' 00" S	49. 00' 00" W	40. 00' 00" S
16. Ponta do Aracá	25. 00' 00" S	49. 00' 00" W	41. 00' 00" S
17. Ponta do Aracá	25. 00' 00" S	49. 00' 00" W	42. 00' 00" S
18. Ponta do Aracá	25. 00' 00" S	49. 00' 00" W	43. 00' 00" S
19. Ponta do Aracá	25. 00' 00" S	49. 00' 00" W	44. 00' 00" S
20. Ponta do Aracá	2		

2 Metodologia de Pesquisa

A pesquisa antropológica fundamenta-se no método etnográfico, uma metodologia própria em que a investigação especializa-se sobre a especificidade do comportamento, da organização social, dos valores, sentimentos e crenças, estilo de vida e cosmovisão de um determinado grupo social. O fazer antropológico busca acessar e compreender outras realidades, em seus próprios contextos, a partir de categorias e valores próprios dos grupos sociais as quais se estabelece uma relação de pesquisa. Esse método se distingue de outros das ciências sociais. E nesse caso, a pesquisa, em curso visa conhecer a Comunidade Tradicional de Pescadores da Vila do Araçá, seus modos de vida, suas formas de expressão, saberes, as formas de uso e manejo dos recursos naturais, compreender seu universo cultural, social e econômico segundo sua própria lógica e coerência.

A etnografia foi elaborada a partir de trabalho de campo, realizado em diferentes períodos entre os meses de janeiro e agosto de 2015. Para a realização dessa pesquisa foram utilizadas várias técnicas de pesquisa, entre essas, a realização de 43 entrevistas abertas, de faixas etárias diferenciadas e vinculadas as mais diversas atividades, homens e mulheres, pescadores, fabricantes de rede de pesca e comerciantes locais. Essas entrevistas foram gravadas e transcritas. Outras entrevistas foram realizadas sem o uso do gravador, totalizando 66 pessoas contatadas durante a pesquisa⁸. A observação participante foi um recurso utilizado sobretudo para o registro do universo cotidiano da comunidade, assim como para acompanhar os eventos promovidos pela Associação dos Moradores do Araçá, entre reuniões realizadas no Centro Comunitário da Comunidade do Araçá, para apresentação da pesquisa antropológica e outra de esclarecimento sobre a APA Ponta do Araçá aos moradores e a participação da 8ª Festa de Caldo de Peixe realizada em 29 de março de 2015. As atividades e festas realizadas na baía da região da ponta da Praia do Caixa D'Áço também foram objeto de observação, já que constituem um evento de alteração do cotidiano dos moradores do local, e são promovidas por pessoas “de fora” da comunidade oriundas principalmente de Itajaí e Balneário Camboriú.

⁸ Ver Anexo 3 - Lista das pessoas entrevistadas e contatadas na Comunidade Tradicional de Pescadores do Araçá

Informações junto à Colônia de Pesca Z8⁹ foram também buscadas no sentido de compreender os vínculos de trabalho e de organização dos pescadores do Araçá.

A pesquisa de campo, possibilitou também a realização de um vasto registro fotográfico, da paisagem local, dos modos de ser e de viver dessa comunidade, do universo da pesca, distribuição e ordenamento espacial, arquitetura das residências e estética dos jardins, variedade de embarcações, trabalho masculino e feminino na pesca, diversidade dos instrumentos utilizados e confeccionado por eles, tipos de redes, como o “exibido”, cestarias e agulhas.

A pesquisa também foi realizada em acervos públicos de documentos históricos, na Casa Paroquial de Florianópolis, que guardam os documentos referentes do arquivo da Paróquia da Igreja Bom Jesus dos Aflitos de Porto Belo. Na Casa da Cultura e Centro da Memória de Porto Belo foram também pesquisados, mas não houve localização de informações específicas sobre a comunidade do Araçá. O material localizado nesses lugares, voltava-se a identificação de grupos folclóricos ou de artesanatos locais e material de divulgação de lugares turísticos da região. Houve também consulta aos sites e bibliotecas digitais como o Acervo da Biblioteca Nacional, onde pode-se localizar mapas históricos da região. No entanto, quase nada pode ser localizado com relação a informações específicas sobre a comunidade do Araçá nas instituições municipais.

Foram também produzidos 6 genealogias¹⁰ de alguns troncos familiares com o objetivo de identificar as formas e usos da ocupação histórica e as alianças de parentesco, amizade e compadrio, assim como, para compreender as formas de organização desse grupo social e as formas de transmissão de saberes e conhecimentos acumulados, adquiridos e construídos em torno das tecnologias das formas de pesca, as confecção de redes, instrumentos de trabalho e dos manejos da biodiversidade da região. Desenhos em forma de croquis também foram produzidos no sentido de auxiliar a representação das formas de ocupação dos terrenos pelos núcleos familiares, sobretudo na região de delimitação da área da APA.

A técnica de produção de cartografia social coletiva foi empregada também como apoio à análise do material etnográfico produzido. Assim, foram realizadas

⁹ O Representante da Colônia é Altino Torquato Santos Junior

¹⁰ A produção das genealogias contaram com a colaboração de Nadia Heusi.

encontros com os membros da comunidade, a partir de suas próprias formas e representações organizativas, para que elementos considerados expressivos das suas formas de ser e de viver, pudessem ser identificados de forma a integrar uma cartografia social da Comunidade Tradicional de Pescadores Tradicionais da Vila do Araçá. Portanto, a cartografia social produzida está longe de reproduzir critérios geográficos, zoneamentos ecológicos, ou até mesmo características físicas do ambiente. Ao contrário, apoia-se na pesquisa etnográfica, para registrar um conjunto de referências históricas, simbólicas e culturais, assim como os conflitos socioambientais compartilhados por sujeitos que se reconhecem como pertencentes a essa comunidade. Dessa forma, visa abarcar a multiplicidade das experiências coletivas compartilhadas, a partir de um conhecimento mais detido da realidade local. Nesse propósito, revela o amplo domínio de conhecimentos e saberes ecológicos, geográficos e da paisagem, esboçando caminhos entre acidentes naturais e artificiais, topograficamente inimagináveis. Ao fazê-lo uma nova descrição se expressa a partir de uma consciência de suas diferenças e singularidades. Os mapas passam então a refletir suas práticas, suas formas de ser e de viver. Nesse sentido, a cartografia social produzida registra os cursos de água, área de pesca, ranchos, espaços de uso comum, dando visualidade as múltiplas conexões com os lugares e as trajetórias históricas e suas lutas atuais. Tem-se portanto através da cartografia um aprimoramento do conhecimento da realidade local, possibilitada pelo conhecimento etnográfico e técnicas cartográficas. Dessa forma, o documento está organizado da seguinte forma:

Na primeira parte apresenta os vínculos históricos da comunidade do Araçá, desde o projeto do império Português de criação de uma colônia denominada Nova Ericeira, atual Vila do Araçá. A constituição de uma comunidade formada por laços de parentesco, com formas específicas de organização social e familiar de ocupação da terra e de trabalho, voltada principalmente a atividade agrícola e a fabricação de farinha de mandioca. Na segunda parte, demonstra-se os processos determinantes à alteração do modo de vida essencialmente agrícola do passado à intensificação de seus vínculos com a atividade pesqueira artesanal e profissional no tempo presente. Nesse universo, revelase o domínio de um vasto conhecimento tradicional do qual a comunidade herdou dos antepassados e faz questão de repassar às gerações futuras. Na terceira parte, analisa-se um conjunto de conflitos socioambientais que tem afetado o atual modo de vida tradicional dessa comunidade. Na última parte, apresenta-se as considerações finais

onde afirma-se a configuração de uma comunidade tradicional com expressão de um território tradicionalmente ocupado, e de um patrimônio cultural do qual o Estado brasileiro deve assegurar todas as condições para a sua proteção e defesa. Por fim, a partir dos resultados da pesquisa antropológica, apresenta-se uma proposta de Zoneamento de forma a considerar a especificidade cultural e territorial dessa comunidade a ser incluída no plano de manejo da APA Ponta do Araçá.

3 PARTE I – COMUNIDADE DO ARAÇÁ: VÍNCULOS SÓCIO-HISTÓRICOS DE PERTENCIMENTO AO TERRITÓRIO

3.1 Formação história: Ericeira, Caixa D’Aço e o Araçá

A história de formação da Comunidade da Vila do Araçá está relacionada a processos históricos do século XVII, quando os reinos de Portugal e Espanhol disputavam o domínio daquelas áreas de terras. Desde esse período, os registros historiográficos sobre essa região identificavam e descreviam o lugar Caixa D’Aço ou Enseada das Garoupas ressaltando sua beleza paisagística. Um dos primeiros registros data de 1653, como informa o catarinense Affonso de Taunay

“Assim esse nome expressivo e, até hoje da nossa toponímia litorânea, já era conhecida em 1653, data da informação de Daniel o Provedor Mor. Na celebrada Caixa D’Aço, **corresponde a um dos mais estupendos panoramas marinhos da nossa terra**, escondeu-se certa vez uma divisão naval portuguesa, receosa da perseguição da grande esquadra espanhola” (Affonso de Taunay, 1936).

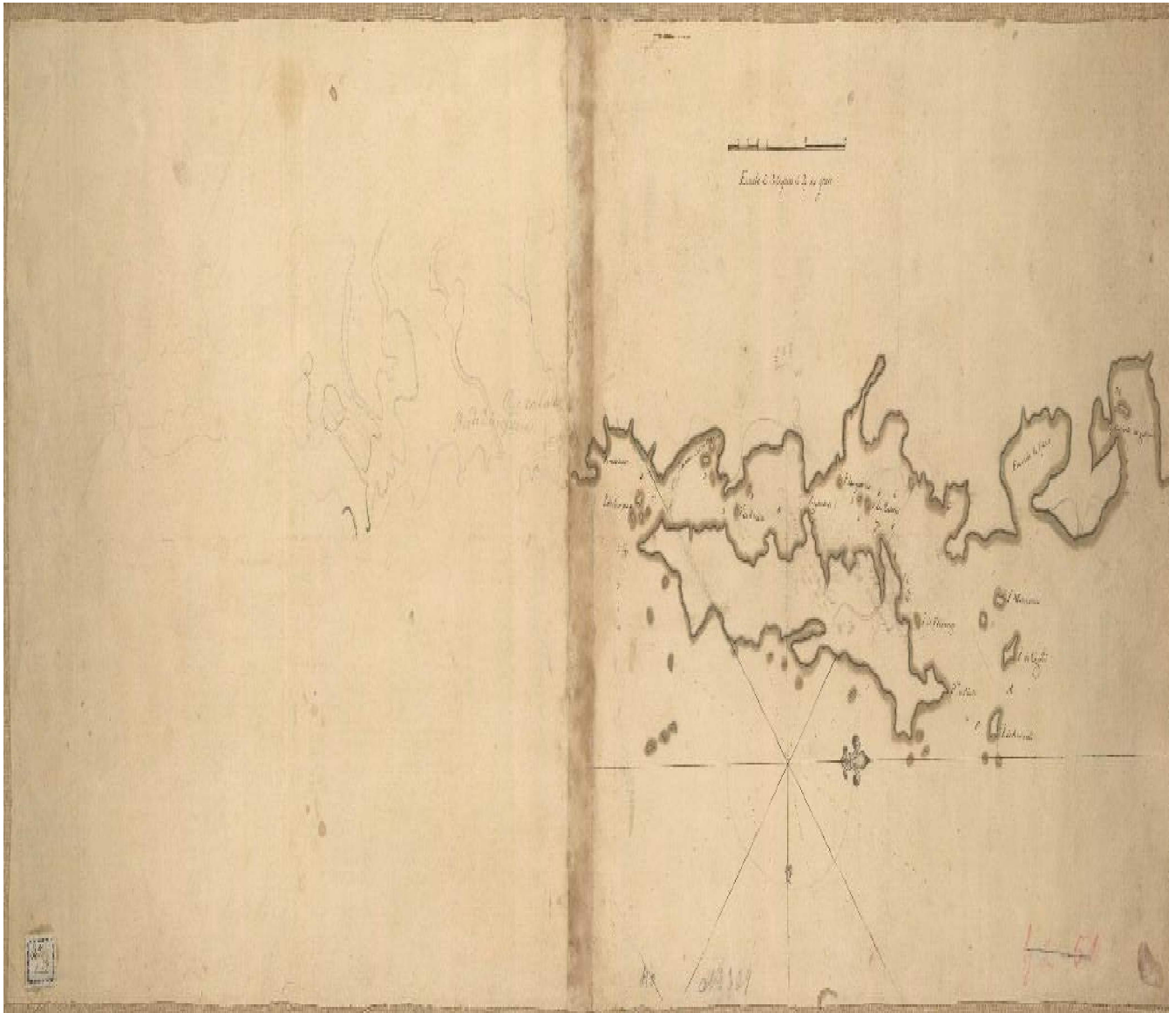
O mesmo autor informa também que a origem do nome Caixa D’Aço estaria atribuído ao almirante português Robert MacDouall, quando em 1777 teria se refugiado naquela enseada para evitar o combate com uma esquadria espanhola de 116 navios comandada por Pedro Cevallos Cortéz y Calderón.

No livro a Arte de Navegar de Manoel Pimentel publicado em 1709 uma das mais importantes publicações portuguesa sobre a navegação entre os séculos XVII a XVIII, encontra-se um registro preciso, com coordenadas geográficas, apontando a localização exata da Enseada das Garoupas. Nessa publicação o lugar também é descrito destacando as qualidades naturais quando as condições ideais que fornece para a navegação, da seguinte maneira:

Que tem três lagoas de boca, abrigada de quase todos os ventos, e com fundo para os maiores navios, na qual desaguam dois ribeiros de água cristalina que corre por feixos brancos, e na terra há grandes matas de arvoredos (Pimentel, 1709, p. 313).

No texto original: “que tem tres legoas de boca, abrigada de quafi todos os ventos, e com fundo para os mayores navios, na qual defagoaõ dous ribeiros de agoa criftalina que corre por feixos brancos, e na terra há grandes matas de arvoredos”

A região do Caixa D’Aço aparece também registrada em várias cartografias



produzida pelos espanhóis em uma das primeiras datas de 1719. Nessa cartografia o Caixa D’Aço é parte da região denominada como Enseada das Garoupas.

Fonte: Abreu, Bertholomeu Pays de. Demonstração da Ilha de Sta Catherina e sua Costa até a Enseada das Garoupas, 1719. Site: <http://www.bn.br/> (Biblioteca Nacional).

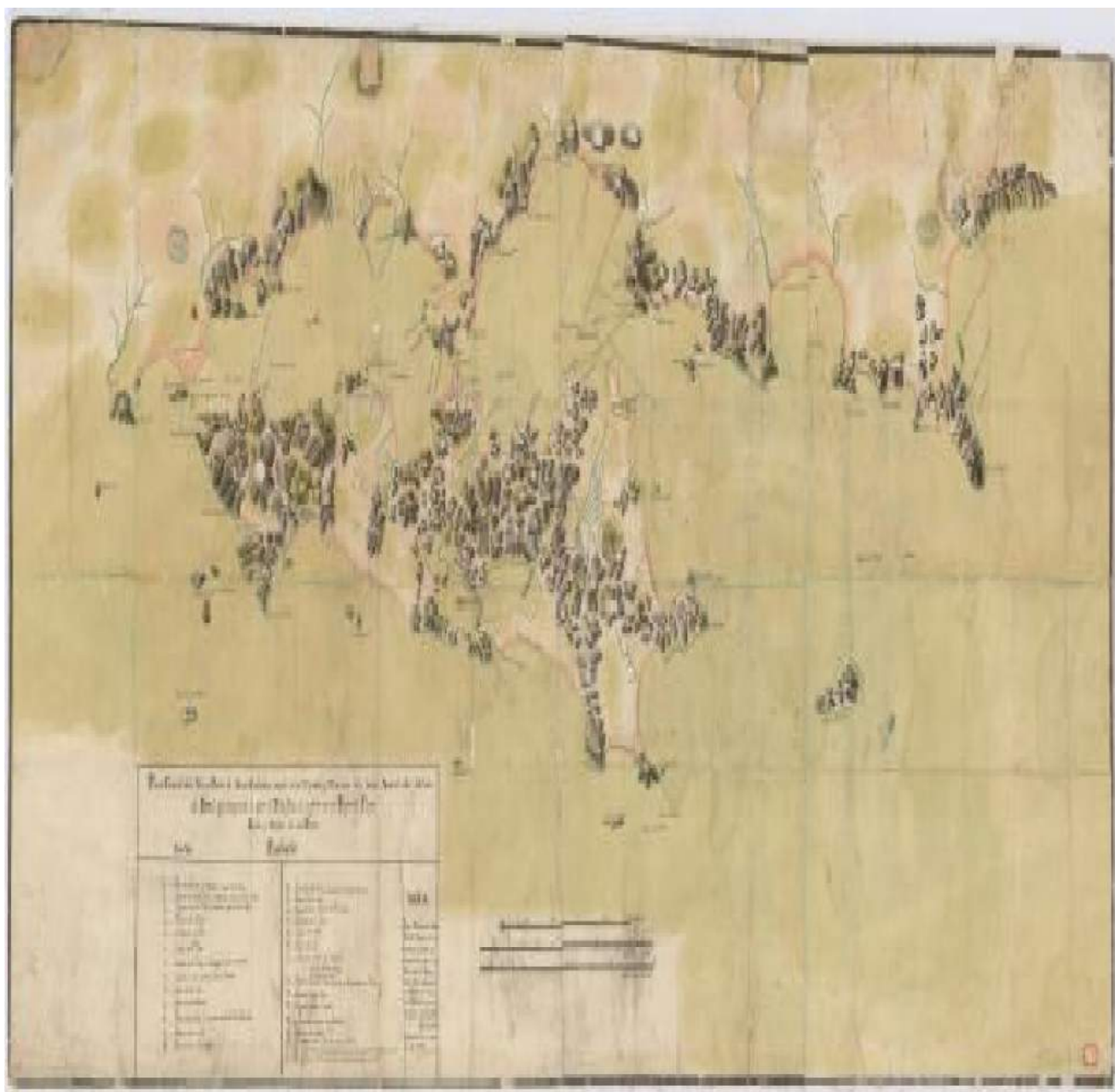
A historiografia nessa região afirmam que os espanhóis fizeram várias tentativas de ocupar a Enseada da Garoupas, como a Ilha de Santa Catarina, sendo as Ilhas do Arvoredo e das Gales, o caminho estratégico às suas pretensões de expansão colonial. Essas tentativas foram frustradas pelo império português, como lê-se na História de Santa Catarina.

“A 17 de fevereiro de 1777 a esquadra portuguesa comandada pelo Coronel do mar “roberto Mac Douall, com 3 naus de 64 canhões, e 1 nau de 50 canhões totalizando 122 canhões e mais duas sumacas e um iate, estava fundeada ente **as Ilhas do Arvoredo e das Galés**, quando recebeu aviso da aproximação da esquadra espanhola, fazendo, imediatamente, informar ao Governador da Capitania, através de embarcações, e ao mesmo tempo, fez-se a vela” (PIAZZA, 1983, p.186).

As disputas entre Portugal e Espanha pelo litoral de Santa Catarina só foi resolvida com o Tratado de Santo Idelfonso, em 1778, onde acordou-se a devolução da Ilha de Santa Catarina à Portugal¹¹ e a posse sobre a margem esquerda do rio da Prata.

Outros registros cartográficos através dos mapas de 1777 a 1778¹² foram produzidos como parte dos planos espanhóis de levantamento da Ilha de Santa Catarina e do continente fronteiro. Neles pode-se observar desenhos identificando vários lugares incluindo do litoral catarinense e a Ilha de Florianópolis, destacando também a área do da Enseada do Caixa D’Aço, registrado no documento como “Caixa d’Aço de ó Azexo”.

¹¹ Em 28 de fevereiro de 1777, a Ilha de Santa Catarina foi entregue ao espanhol D. Pedro de Cevallos. A posse dos espanhóis ficou definida a colônia de Sacramento e a Ilha de São Gabriel, atualmente região do Uruguai, e a região dos Sete Povos das Missões, atualmente na área oeste do estado do Rio Grande do Sul. ¹²http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id_fortaleza=20



Fonte: site internacional Fortalezas de Santa Catarina. “Plano espanhol de levantamento da Ilha de Santa Catarina (atual Florianópolis) e continente fronteiro (abrangendo os atuais municípios de Bombinhas, ao Norte, até a localidade de Guarda do Embaú, na Palhoça, ao Sul), durante o período de ocupação da Ilha de Santa Catarina pela Espanha, em março de 1778”



Fonte: site internacional Fortalezas de Santa Catarina. “Plano da Ilha de Santa Catarina e parte do continente, desde a Guarda do Embaú (atual município de Palhoça) até a Enseada das Garoupas (Porto Belo atual) elaborado provavelmente entre 1777 e 1778, pouco tempo após a tomada da Ilha pelos espanhóis (fevereiro de 1777).”

Em uma outra publicação muito mais recente encontramos registrados no livro a Ericeira Brasileira¹², de Arlete Monteiro (2000) realizada na Vila do Araçá, nos fornece informações importantes sobre a formação histórica do lugar como sobre a própria comunidade. Segundo registra a autora, a região denominada Enseada das Garoupas foi alvo de interesse do império Português para desenvolver um projeto comercial voltado a

¹² Trata-se de publicação realizada no contexto de comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil. Monteiro, Arlete. A Ericeira Brasileira, 2000.

incentivar o desenvolvimento da pesca em alto- mar na região. Segundo a pesquisadora, **em 1818 o rei de Portugal envia 101 pessoas, provenientes da cidade da Ericeira, localizada a 40 km de distância da capital Lisboa, para formarem a Colônia no Brasil denominada Nova Ericeira, atualmente conhecida como Araçá.**

A partir de pesquisas realizadas entre as décadas de 1986 a 1990, junto aos moradores da Vila do Araçá, a professora Monteiro (2000) afirma que não há dúvidas dos vínculos históricos de ocupação dessa região por pescadores vindo da Ericeira e a existência da comunidade de pescadores do Araçá:

“a partir do documento referenciado e dos dados bibliográficos existentes sobre a região pode-se supor que os moradores da Vila do Araçá teriam se originado diretamente dos colonos ericeirenses, que na região se estabeleceram a partir de 1818” (Monteiro: 2000 p. 51).

Além de intenso trabalho de campo que realizou nos anos de 1990, as pesquisas de Monteiro, apresentam elementos que consubstanciam os vínculos entre a Ericeira e a formação de um modo de vida pesqueiro que teria se mantido e se desenvolvido na Nova Ericeira, atual Vila do Araçá. Desse modo, a autora demonstra a especificidade histórica e cultural que a região detém. Seus argumentos estão fundamentados em pesquisas anteriores, produzidas da década de 1960, pela professora portuguesa Joana Lopes Alves, para compreender o legado dessa comunidade com atividade da pesca em alto- mar. Segundo os estudos de Joana Lopes Alves a região da Ericeira constituía-se como um centro de pesca, onde seus habitantes acumulavam profundo conhecimento dessa atividade pesqueira em alto-mar, conhecimentos que poderiam ser remetidos ao século XIII, quando os ericeirenses pescavam baleias e outros peixes em várias lugares do mundo, estendendo-se inclusive até a costa do Marrocos, África. A Ericeira era portanto um centro de referência à atividade da pesca, por ser muito desenvolvida e contando já naquele período de uma regulamentação, daí porque o envio desses pescadores para o Brasil.

Na avaliação de Monteiro, tais conhecimentos acumulados nesse percurso histórico da Ericeira, foram enriquecidos e passados as novas gerações através dos séculos aportando até o Brasil. E constituem um aspecto histórico a ser considerado na produção de uma singularidade de colonização portuguesa do litoral do Brasil: pois não são descendentes de açorianos, mas de Ericeiros.

A pesquisa realizada pela professora Arlete Monteiro no ano de 2000, evidencia a estreita relação entre a execução bem sucedida do projeto do império português de 1818, com o objetivo de formação da Colônia Nova Ericeira e desenvolver a pesca em alto mar, onde atualmente se localiza o Araçá. A partir de análise de registro de compras de terras e de pesquisa de campo realizada naquela região, entre as décadas de 1980 e 1990, a autora apresenta várias evidências, que segundo sua avaliação, confirmariam a existência de uma “tradição”, trazida pelos ericeirenses e ainda possível de ser observada em determinadas expressões culturais e até mesmo linguísticas na atualidade em algumas famílias do Araçá.

A pesquisa realizada por Monteiro, identificou e destacou determinadas expressões culturais e linguísticas ao longo de sua análise, como por exemplo, as formas de pesca, a prática de confecção de redes realizada pelas mulheres. Com relação a forma de linguagem, o número de palavras com o *i* final, “deixi aqui”, expressões relacionadas a forma de falar na Ericeira e que mereceriam ser investigadas pela Etnolinguística, segundo a autora. Esses aspectos específicos seriam constituintes de uma identidade cultural compartilhada e reproduzida através da educação pelas famílias do Araçá, às gerações mais novas. Essas formas específicas de falar, puderam ser observadas durante o trabalho de campo, durante as entrevistas ou nas conversas informais realizadas.

De todo modo, as trajetórias históricas são parte da memória social de determinadas grupos sociais, podendo ser afirmadas, negadas ou podem ser até mesmo “apagadas” conscientemente ou inconscientemente, no processo de afirmação de determinadas identidades culturais.

No caso em questão, o que pode-se verificar com relação a referência ao percurso histórico registrado por Monteiro (2000), no que concerne a identidade cultural dessa comunidade, não encontramos referências nas narrativas orais locais dessas famílias associada a trajetória histórica da Ericeira. As razões para esse fato podem ser múltiplas e relacionadas possivelmente a hegemonia das narrativas em torno da afirmação da identidade cultural açoriana¹³, sobre outras expressões culturais, promovida por agentes culturais e por uma política cultural do Estado em todo o litoral catarinense.

¹³ Esse fenômeno exige a realização de novas pesquisas que busquem explicar esse suposto “apagamento” desse aspecto particular da colonização portuguesa no litoral catarinense.

Essa trajetória histórica entre o projeto português com o envio dos Ericeiros para o Brasil, onde fundaria a Nova Ericeira na região da Enseada das Garoupas, é registrado também nos relatos de viagens escritos por Saint Hilaire, no período que permaneceu no nosso país entre 1816 e 1822:

a Enseada das Garoupas que oferece à navegação um ótimo ancoradouro e onde acabavam de fundar uma colônia de pescadores procedentes do povoado de Ericeira, em Portugal... Pouco tempo antes da minha chegada a Santa Catarina, o Ministro de Estado, Thomaz Antonio de Villa Nova Portugal, acabava de estabelecer, à margem da Enseada das Garoupas, uma colônia de pescadores sob a designação de Nova Ericeira, nome de uma aldeia portuguesa, de onde provinham os seus povoadores (1936)

Para Saint Hilaire ao contrário do que afirma a pesquisadora Monteiro, diria que os enviados com o intento de desenvolver a pesca em alto mar para a colônia Nova Ericeira se dispersaram rapidamente. Monteiro (2000) contesta essa interpretação dizendo que essa população se manteve na região a partir de incentivos agrícolas que receberam do governo, como escreve:

Os colonos não se dispersaram, levando ao fracasso ou à extinção da colônia. Houve uma preocupação por parte das autoridades governamentais em desenvolver a agricultura na região através da colonização planejada, o que não ocorreu. Não se têm provas da continuidade das promessas feitas de fornecimento de sementes, gado, remuneração etc, aos ericeirenses que se fizeram na Colônia de Nova Ericeira a partir de 1817. **Todavia os ericeirenses portavam uma herança cultural de onde e como pescar, um conhecer do mar e do tempo, historicamente construído pelos moradores de Ericeira**, Portugal, favorecido pela própria localização da Ericeira, no continente português, à beira do Oceano Atlântico (Monteiro, 2000, p. 40-41) (grifos meus).

Para a autora não há dúvidas que mesmo com o incentivo agrícola, houve a manutenção de uma tradição da pesca mantida no núcleo dessa comunidade de pesca, que segundo sua avaliação é resultado de um processo de isolamento que vivenciaram até meados da década de 1980.

“À especificidade do núcleo pesqueiro do Araçá – uma das vilas de Porto Belo, - estaria enraizada na sabedoria da pesca que portam seus moradores, possivelmente, descendentes diretos do povo da Ericeira, Portugal, que devido ao isolamento em que se encontravam até a década de 1980, puderam perpassar essa

sabedoria aos seus descendentes como uma herança sociocultural” (Monteiro, 2000, p. 52) (grifos meus).

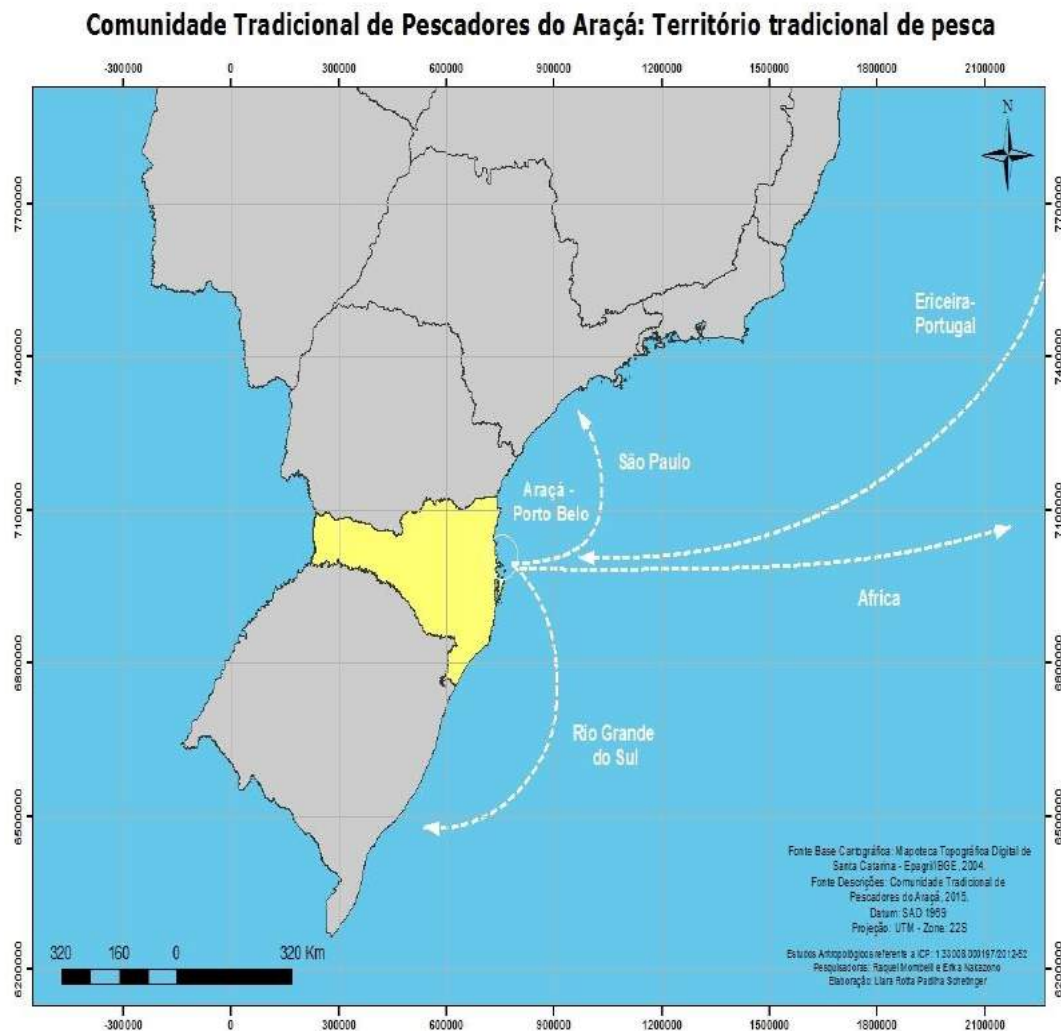


Fonte: Ericeira, Portugal, marco construído em homenagem a vinda dos portugueses para construção da Nova Ericeira, atual Comunidade do Araçá.

Ao determinar a correlação entre a manutenção de uma tradição da pesca a um suposto isolamento de um grupo social, a autora está considerando somente o retraimento geográfico que se encontrava a vila do Araçá até a década de 1980. Mas conforme demonstram os depoimentos dos moradores mais velhos da comunidade, mesmo sem contar com estradas pavimentadas, sempre houve na história da comunidade relações comerciais estabelecidas com outras localidades vizinhas como Itajaí, Porto Belo e Bombas, através dos denominados caminhos de boi, ou até mesmo passando em alguns lugares por dentro do mar. Essas relações indicam que não havia um isolamento absoluto dessas pessoas, mas que talvez a intensidade dessas redes de comércio ocorriam de forma mais esporádica.

Além disso, as atuais teorias sobre cultura afirmam que a existência de uma cultura não depende do isolamento de um determinado grupo, mas é justamente o contrário. A cultura se produz e se desenvolve sempre na relação com outros grupos sociais.

MAPA 2 - Comunidade Tradicional de Pescadores da Vila do Araçá: território histórico tradicional da pesca



A cultura é uma forma de organização, um modo de ser, de expressão que está sempre em transformação. As culturas mudam porque são parte das dinâmicas vividas, são situacionais. E como já demonstramos acima, no caso da comunidade do Araçá em determinados contextos históricos, a afirmação identitária como agricultores, prevaleceu em detrimento da de pescador, como na atualidade a de pescador prevalece sob a de agricultor, projetando-se para fora da comunidade, como parte de suas estratégias de demarcação de uma distintividade em relação a outras comunidades de pescadores da região.

Para entender melhor esse processo cultural, as teorias da etnicidade nos oferecem um suporte fundamental. Pois, nela a cultura não é um somatório de traços culturais, mas é um conceito que precisa ser compreendido a partir dos significados que se constroem nos movimentos, tensões, contradições e nas relações sociais de trocas. É justamente nessas trocas que as diferenças culturais são destacadas e podem ser interpretadas. Pois, é na fronteira, na relação entre os grupos sociais, que os diacríticos, os elementos de distinção serão acionados para produzir a afirmação cultural e identitária de determinados grupos sociais.

Segundo Barth (1969) nessas situações estaríamos diante de grupos étnicos, pois constituintes de uma forma de organização social das diferenças culturais. Deste modo, não se trata da organização social em si, mas da organização das diferenças entre culturas. Nesse sentido, podemos dizer, com relação a experiência histórica que os vincula ao projeto do império português, a vinda da Ericeira, não precisa ser necessariamente tomado como um elemento de distintividade para esse grupo social, no contexto atual. O elemento de marcação da distintividade, entre outros, seria o mito de origem “a chegada da chegada de dois homens no Estaleiro”, ao invés de destacarem o percurso histórico que os vincula a Ericeira.

Assim a partir dessa teoria de Barth (1969 e 1994), ao se definirem nesses termos, a comunidade do Araçá, estabelece e constrói diferenças em relação aqueles que não são considerados parte de seu grupo. Nesse processo a autodefinição, os critérios sobre os quais os agentes sociais se fundamentam para tanto, são os elementos que eles próprios consideram significativos, como valores, símbolos e tradições, frequentemente codificados em regras e padrões de condutas. Deste modo, as diferenças étnicas e culturais são socialmente construídas e as diferenças derivam dos processos de comunicação e interação social e não de um isolamento (BARTH, 1969).

Os grupos étnicos, se mantém atribuindo histórias que podem ser ficcionais ou então invocada ou esquecidas de acordo com as circunstâncias. No entanto, isso não implica que seja inautêntica. Por serem contextuais e situacionais, os grupos étnicos podem nutrir-se de lembranças de um passado prestigioso, ou de dominação ou de sofrimento. Nesse caso, as narrativas de origem são evocadas para expressar uma memória social, com *referência* comum aos seus ancestrais. Em muitos casos, a memória está inscrita e vai sendo “tecida” genealogicamente no presente para uma configuração social do território, estabelecendo conexões entre o presente, o passado e

as expectativas do grupo em relação ao futuro Godoi (1999). Isso aparece de forma muito intensa quando nos atentamos para a linguagem de parentesco local

3.2 A vila do Araçá

A Vila do Araçá está localizada a 5 quilômetros do município de Porto Belo, litoral norte do Estado de Santa Catarina. O município faz divisas ao norte com Itapema, Camboriú, a oeste e ao sul com Tijucas e a leste com Bombinhas. Não é possível saber exatamente a sua população¹⁴, mas a Associação de moradores supõe que vivam nesse lugar 300 famílias, ou aproximadamente 1000 pessoas¹⁵. No período do verão pode triplicar devido aos turistas vindo de várias regiões que vem em busca das inúmeras praias de águas tranquilas que a região oferece.

A Vila do Araçá é formada em sua grande parte por residências familiares distribuídas na sua grande maioria pelas famílias locais, pertencentes a comunidade de parentes. Elas estão distribuídas ao longo da rua Geral do Araçá, em algumas regiões próximas a orla do mar, e em outras avançam em direção ao morro. Na margem esquerda dessa rua, no sentido norte – sul, pode-se observar ocupações por residências de veraneio, de famílias oriundas de outras cidades, como Brusque, Blumenau, Gaspar, Itajaí, e Curitiba. Essas residências se distinguem das residências locais devido ao tamanho das edificações e do tamanho das propriedades e dos muros altos que as delimitam. Em alguns lugares dessa orla, principalmente entre a região do Araçá e da Prainha, é possível observar entre essas edificações maiores, a presença de residências mais simples, de propriedade de famílias identificados como moradores da localidade. Ao longo dessa rua registra-se ainda a existência de pequenos empreendimentos locais, como supermercados, padarias, mercadinhos e vários pontos de venda de pescados e frutos do mar, como ostras e mariscos. Esses empreendimentos são de pequeno porte, e são em sua grande maioria, de propriedade das famílias identificadas como pertencentes a comunidade de parentes. Citam-se alguns dos empreendimentos econômicos administrados pelas famílias da Vila do Araçá: 1) Restaurante Mirante do Caixa D’áço, 2) Bar flutuante no Caixa D’Aço do

¹⁴Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=421350&search=||info%EFfic os:-informa%E7%F5es-completas> O BEGE estima que a população de Porto Belo em 2015 seja de 15 mil pessoas.

¹⁵ Segundo informações repassadas pelos próprios moradores a partir de estimativas de agentes de saúde.

Zé; 3) Supermercados Space; 4) Supermercado Marques; 5) Confeitaria; 6) Porto dos Piratas; 7) Vendas de peixe, camarão, lula; 8) Passeio de barcos pequenos; 9) Cultivo de marisco; 10) Fabricação e consertos de redes; 11) Descasca de camarão (realizado por mulheres); 12) Estacionamento do Caixa D'Aço; 13) Estacionamento do Estaleiro; 14) Restaurante do cais do Araçá; 15) Passeio de Barco Piratas do Caixa D'Aço. (Ver Mapa Comunidade Tradicional de Pescadores da Vila do Araçá: referências culturais e conflitos socioambientais)

Essa configuração altera-se na medida em que se avança para a área do Caixa D'Aço, Estaleiro, até alcançar a região da Ponta do Estaleiro, pois lá estão concentradas propriedades de maiores porte, grande parte delas adquiridas na década de 1970, por empresários de outras cidades, onde estão localizadas muitas pousadas de alto padrão¹⁶, ocupando áreas entre 3 a 10 hectares.

Quando aos limites geográficos do bairro Araçá, os entrevistados apontavam como indicação a Enseada da Encantada, onde hoje está instalada a Marina de Porto Belo e a indústria Pioneira, como o início dessa delimitação, e seguiam incluindo sequencialmente as áreas denominadas de Araçá, Prainha, Caixa D'Aço, Praia do Estaleiro, Estaleiro e Ponta do Estaleiro. Conforme verifica-se no depoimento abaixo:

“Ponta do Estaleiro, até no Saco da Encantada, lá na saída dessa entrada aqui. Caixa de Aço, foi os portugueses que trouxeram, toda vida, desde que eu era pequeno conheci por esse nome” (Antônio Sena, 95 anos).

Esta delimitação local do Araçá pode ser melhor compreendida com a pesquisa antropológica, pois ela expressa a correspondência entre as fronteiras física do bairro com a fronteira cultural da comunidade. Essa compreensão não é por acaso, mas fruto do profundo processo histórico de formação daquele lugar compartilhado pelos membros dessa comunidade. Pois, como se verá ao longo dessa pesquisa, as referências apontadas para essa delimitação coincidem com as fronteiras das antigas áreas de terras ocupadas pelas famílias da comunidade no passado.

A vila do Araçá foi recentemente inserida no plano diretor municipal de Porto Belo, como uma comunidade tradicional, a partir de um processo intenso de

¹⁶ As diárias nessas hospedagem custam em torno de R\$ 600,00 reais.

mobilização da localidade, promovido através de representação da Associação Comunitária de Moradores, criada em 1998¹⁷. Esse processo resulta do esforço dessa comunidade para que os órgãos públicos considerem no planejamento urbano do município, as particularidades da localidade. Embora o planejamento urbano tenha identificado em seu zoneamento uma área como “Comunidade Tradicional”, esta não corresponde aos critérios de delimitações do que a localidade compreende como área Comunidade Tradicional do Araçá. Como podemos registrar durante a realização dessa pesquisa.

O tempo do verão, é o momento para muitos moradores da comunidade, obter alguma renda extra, com a oferta de alguns serviços. Entre esses está o Passeio de Barco Piratas do Caixa D’Aço, localizado no cais do Araçá, especializado em passeios para os turistas da região em alto-mar e funciona durante toda a temporada do verão, estendendo-se até o período da páscoa. O passeio do Porto do Pirata ocorre entre as praias da Enseada do Caixa D’Aço, Praia do Estaleiro, Ponta de Porto Belo, Bombas, Bombinhas, Praia da Sepultura, Ilha de Porto Belo, com grande procura no verão¹⁸. É muito comum nesse período ver grupos de turistas aguardando no cais ou no restaurante ao lado, os horários de saída do passeio.

O cais do Araçá, é um trapiche de concreto construído na década de 1986, com o intuito de melhorar as condições de embarque e desembarque de barcos de pesca naquela região, e o desembarque de turistas. O responsável pela obra foi seu Silvestre Marques, que na época era vereador. Hoje está com 89 anos de idade e é um dos mais antigos moradores do Araçá, e ele foi o responsável também por construir a estrada que fica em frente ao cais, unindo a Prainha com o Araçá, que até a década de 1980, as pessoas tinham que passar pelo local por dentro da água.

¹⁷ A Associação dos Moradores do Bairro Araçá é reconhecida por lei Municipal n. 1032/98 como entidade civil de Utilidade Pública de direito privado sem fins lucrativos, gestão do prefeito Mauro João Jaques de Porto Belo. A presidente da Associação é Miriam Marques.

¹⁸ Os valores cobrados pelo passeio até Bombinhas custam R\$ 64,00 para adultos e R\$25,00 crianças, ver site www.barcodospiratas.com.br



Seu Silvestre Marques, 89 anos, Cais da Prainha, Vila do Araçá.

Um outro serviço oferecido também é o transporte de turistas em canoas ou barcos menores, carregando até 20 pessoas, para outros passeios ou então para a pesca na região¹⁹.

Quanto a infraestrutura do bairro Araçá, conta com uma escola estadual Francisco José Marques com ensino fundamental (1ª a 5ª série), uma creche municipal Antônio Manuel dos Santos atendendo 60 crianças entre 0 a 5 anos de idade. Conta ainda com um Posto de Saúde Manoel José Domingos, com atendimento médico geral, dentista e enfermagem. Desde, 2013 os estudantes que estudam no município de Porto Belo possuem transporte escolar. Também, desde 2013, a comunidade possui transporte coletivo diário com itinerário para a cidade de Porto Belo. O itinerário do transporte local foi recentemente ampliado para atender os moradores da região do Estaleiro.

¹⁹ Informação fornecida por Antônio Martins da Silva Filho (filho da Erta), podem custar R\$ 40,00 por hora ou então para Ilha até R\$ 150,00.

Pode-se afirmar que o ritmo e dinâmica de vida na vila do Araçá está demarcada em dois tempos muito definidos, o tempo do verão e o tempo do inverno. No período do verão, o intenso fluxo de turistas na região, que chega inclusive através de transatlânticos internacionais, transformam a vida cotidiana do local. A circulação de carros, ônibus cheios de turistas triplica na única via de acesso a vila. O número de pessoas também aumenta, tanto turistas em passeio, como turistas que se hospedam nas pousadas e turistas que chegam em grandes quantidades através de lanchas e jet ski e ficam ancorados na praia do Caixa D’Aço. O bairro do Araçá, por estar no município de Porto Belo, integra o mapa turístico do Governo do Estado classificado como Costa Verde e Mar ou também como Costa Esmeralda, pelo conjunto de mais de 40 praias de águas tranquilas e cristalinas daquela região.

No Araçá também está localizado um dos lugares mais procurados pelos turistas, por abrigar uma das baías mais famosas da região, a denominada Praia do Caixa D’Aço. Este lugar, foi amplamente conhecido no país através da mídia, principalmente após ter sido o cenário escolhido pelo cantor Michel Teló para gravar um grande sucesso musical. As belezas naturais de suas águas tranquilas e transparentes, são aspectos intensamente difundidos através de propagandas publicitárias realizadas nas mais diversas redes sociais digitais, sobretudo por empreendimento voltados a promoção das denominadas festas sertanejas em alto-mar²⁰. A crescente atividade turística atraindo cada vez mais pessoas e lanchas para participarem das festas promovidas naquele lugar, sobretudo no verão, tem sido um elemento gerador de diferentes efeitos para a vida da comunidade. Pois, se de um lado possibilita as famílias locais ampliarem suas rendas, através de ofertas de pequenos serviços, como passeios de barco, venda de pescados, restaurantes, hospedagem, de outro, esse fenômeno tem produzido tensionamento das relações sociais entre os “locais”, os da comunidade e os “de fora”, os turistas.

O turismo na região atrai o interesse de famílias com maior poder aquisitivo e empresários para investirem no lugar. Esse fenômeno tem provocado múltiplos efeitos sobre a vida daquela localidade. Um dos mais visíveis é com relação a mobilidade, pois há somente uma via de circulação na Vila do Araçá. Trata-se da antiga rua da Servidão Geral do Araçá – uma rua estreita e sinuosa, em alguns lugares sem acostamento ou

²⁰ Entre esses destacam-se cita-se as festas promovidas pelas casas noturnas Woods e a Shed al Mare, ambas com sedes em Balneário Combuíú.

calçamento para os pedestres²¹. Na temporada de verão, quando a rua não está congestionada, os pedestres precisam ficar atentos devido à alta velocidade dos veículos que passam por essa via. Se for dia de festa da Praia do Caixa D’Aço essa situação se complica ainda mais, pois muitas pessoas deixam os carros estacionados nos poucos espaços existentes, deixando a circulação dos pedestres e do trânsito ainda mais difíceis.

Com o turismo vem também a valorização do mercado imobiliário da região. O registro de uma placa instalada pela FATMA (Fundação do Meio Ambiente) indicando a autorização de supressão de área verde para a construção de um condomínio residencial, com lotes a venda por aproximadamente R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), são exemplos desse fenômeno. A área está localizada bem no início da rua Geral do Araçá, logo após o Iate Clube, a direita, no sentido norte–sul.



Embora o turismo seja Uma outra questão que chama atenção é com relação ao saneamento básico, sendo esse uma demanda constante entre os seus moradores. A maioria das residências locais possuem fossas sépticas. Contudo, com o aumento do turismo durante o período do verão, está sendo demandado pela comunidade, a urgência da implantação de um sistema de esgoto eficiente que atenda toda a Vila do Araçá. A qualidade da água também parece ser algo que preocupa seus moradores. Durante o verão pode-se registrar as condições de pouca limpeza do sistema de água local.

²¹ Anexo 4 - Relação das Denominações das servidões da Vila do Araçá.

Algumas residências são abastecidas através de mangueiras instaladas em cursos de água da região. Abaixo um registro da qualidade da água fornecida na temporada do verão. Há também a questão do lixo, que mesmo fora da temporada de verão, aparece como uma questão que preocupa a comunidade. O registro de uma área onde está sendo depositado vários tipos de materiais, como restos de madeira, sacos plásticos, acumulando um volume considerável de lixo naquele local. Segundo informam alguns entrevistados, esse depósito não tem relação com a comunidade e supõem-se que tenha vindo de outros lugares.

	
<p>Qualidade da água- fevereiro de 2015</p>	<p>Lixo depositado no início da rua Geral do Araçá</p>

Outro aspecto que chama atenção na Vila do Araçá é a quantidade de redes de pesca depositadas em diferentes espaços da Vila, nos quintais das casas, em terrenos baldios, ou então próximas a rua principal. Essas redes retornaram das embarcações da pesca da corvina em alto-mar e encontram-se sem condições de uso, totalmente danificadas. Cada embarcação de pesca, poderá trazer até 20 ou 30 redes que serão descartadas, cada uma delas medindo entre 100 a 200 metros. Além disso, o sistema de coleta dessas redes é irregular, o que acaba gerando um volume considerável desse material depositado em várias áreas da localidade. Parte dessas redes são reaproveitadas criativamente por algumas famílias, as reutilizando como cercas, ‘fechamento’ de garagens, sustentação de parreiras, entre outras ideias, como pode-se registrar durante a

pesquisa. Mas o volume produzido é realmente muito maior daquele que a localidade tem condições de reciclar, o que exige uma política pública mais sistemática e efetiva de reciclagem para esse material.

A vila Araçá é o termo usado preferencialmente por parte dos moradores do bairro do Araçá para designarem o lugar que vivem. Essa aproximação deve ser compreendida como parte de um código ou meio pelo qual se busca fixar significações (Levi- Strauss, 1976). O nome é um dado referencial e definidor identitário de um objeto, que pode mudar ou adquirir novos significados semânticos Dick (2002-2003). Para os moradores locais, o nome Araçá parece ter relação com a presença de árvores de frutíferas de araçá existentes em toda aquela região, segundo explicam os moradores. No entanto, o termo

Araçá tem sua origem na língua Tupi e quer dizer “planta que tem olhos”, devido ao formato de suas sépalas que lembram o formato de um olho.

Para os moradores da vila do Araçá, o termo também é revelador de uma história social e de mudanças que, longe de ser produto do acaso, correspondem a uma dimensão do presente e do passado. Nessa vila, abrigam-se vários núcleos familiares identificados com fortes vínculos de parentesco que compartilharam experiências de ocupação de uma vasta áreas de terras de uma região que compreende entre a Ponta da Enseada, Estaleiro, Caixa D’Aço, Prainha, Araçá e Enseada da Encantada.

O trabalho na terra e a forma de organização estabelecida por essas famílias nessas áreas, através de uniões por casamentos ou de compadrio, imprimiram uma paisagem particular naquela região. Segundo contam os velhos, essas famílias teriam vindo da região de Zimbros e Canto Grande, instalando-se na região da Ponta da Enseada e na região do Estaleiro, para explorar a “plantação e a pesca” na região. Segundo seu Dercilio João dos Santos, pescador aposentado de 83 anos, diz “Foi lá que tudo começou”, ao falar sobre a origem do Araçá.

“Meu pai João Manuel dos santos, morava no Estaleiro, morava muita gente, fabricava farinha lá, naquele tempo lá era tempo era tudo de engenho forneado a braço, carregado nas costas, o carro de boi não ia onde tinha a mandioca, o resto tudo era carregado nas costas. Tinha a família do meu velho avô e bisavô, o meu bisavô vieram de Canto Grande e depois vieram pra aqui” (Dercilio dos Santos).

Para seu Jair dos Santos, conhecidos como seu Zaia, de 63 anos faz a mesma afirmação com relação ao origem social do Araçá:

“Veio dois irmãos do Zimbros, um era Antônio dos Santos e outro era Domingos dos Santos, chegaram lá no próprio chão de engenho tiraram a madeira, depois fizeram o pasto, depois cultiva milho, feijão, por isso que tem um porto lá chamado Porto dos Homens, foi esses homens que vieram de Zimbros pra explorar na plantação e na pesca, lá não era habitado. Começaram a plantar, botar o pasto de gado, e o incentivo da pesca” (Jair dos Santos, seu Zaia).

Esse evento, para além de um fato histórico, a crença compartilhada em uma origem comum, é constituinte de narrativas fundantes da comunidade, e equivale ao mito fundador da comunidade.

Na narrativa é possível observar a referência que seu Dercílio faz da origem da comunidade, assinalando às gerações anteriores, como a do seu bisavô, que já estariam ocupando a região do Estaleiro. Seu pai teria criado 12 filhos naquela região, “todos nascidos e falecidos aqui”, segundo conta. Um outro depoimento também aponta para o Estaleiro como o núcleo central de concentração das famílias da comunidade, vinculadas a atividade agrícola, é o que conta seu Antônio Silvinha Sena, conhecido como Antonio Silvino, de 95 anos:

“... isso aqui tinha aqui casa e lá no Estaleiro tinha mais, só trabalhava na lavoura, era farinha, era cebola, feijão, e aqui ficava (refere-se a Praia do Araçá), quase não tinha ninguém, ia fazer rancho lá em Porto Belo, depois que foi botando casa, era uma vida dura naquele tempo. Hoje todo mundo ganha dinheiro, uns pouco outra mais naquele tempo não. Só o lavrador mais forte tinha dinheiro” (Antônio Sena, 95 anos).

“tudo roça, cabo de boi, tudo domingo **ia até virada de bombas**, cheio de caminho de roça, entrava por cima, pegava o morro do seu Domingo Inácio e agora é do Luís Como, era criação de gado junto, de gado de serviço, junta de boi, era vaca de leite, e povo sobrevivei era da pesca de beira de praia, embarcação pequenina, comecei a trabalhar nisso aí, de sol a sol, e as roças, era uma *churassada* de pessoal, abril, colheita de feijão, colheita de café, e quando dava o oeste bem grande era café, o vento oeste, três dias, queimava e podia botar fogo, três dias de vento oeste queimava tudo” (Salvador Custódio ?).

Nessas narrativas de origem, chama atenção a associação que os dois senhores fazem ao trabalho na lavoura e as dificuldades para acumularem capital com a produção agrícola. A produção de alimentos “carregada nas costas” expressa o árduo trabalho cotidiano que tinham que desempenhar, devido as declividades acidentadas da região que limitavam o uso do carro de boi. O trabalho na lavoura era intensivo, mas não significava a possibilidade de aumentar o poder aquisitivo das famílias. Assim também é comum ouvir dos mais velhos, que no tempo antigo, não havia dinheiro para comprar as coisas que se as famílias necessitavam. “Aqui tudo era desconviniente”, como diz seu Dercílio dos Santos, ao se referir as dificuldades com relação a obtenção de qualquer produto. Os produtos tinham que ser produzidos no âmbito familiar: o café, o sabão, o açúcar, a farinha. Somente eram comprados aqueles produtos de extrema necessidade ou que não se conseguisse produzir.

“Cafê, secava o café, socava no pilão pra fazer o pão pra gente come, sabão fazia com a soda, o a nos, socava no pilão, e comprava soda para fazer o sabão, aqui era tudo “desconviniente” pra chegar, fazer o açúcar no engenho, não era açúcar refinado, era um tal de doce, espremia a cana, botava no bote” (Dercílio dos Santos).

“Nós plantava o arroz, o café tinha pro gasto, o açúcar, o açúcar pra nós adoçar o café. Eu ainda era daquela época que o açúcar pra nós adoçar o café era feito do mel da cana, dessas cana. Então meu pai cortava, e aquilo tinha uma moenda, aquele engenho de cana que moía, tirava aquela guarapa, fazia aquele açúcar bem fininho. Então a minha mãe comprava o açúcar branco quando chegava uma visita de fora. Mas pro consumo de nossa casa, era aquele açúcar amarelo de cana” (Anísia Martins).

Segundo lembram dona Aurea Maria Monteiro (80 anos) e dona Idalina Maria Monteiros dos Santos (63 anos)²², café não existia ali na localidade e a primeira muda foi trazida do Sertão pelo avô delas, o seu Pedro Sabina²³, um dos antigos moradores da região da Enseada “Quando vieram plantar era por ele, o café não existia foi lá no Sertão buscar o café e plantar no **terreno dele**, os vizinho pediram muda e começaram a plantar café, o bananal é do meu avô, a cebola(...)”.

²² Elas são irmãs de Flausino Antonio Monteiro, antigo morador do Araçá e atualmente casado com dona Soleci, da ong Porto Ambiental e conselheira da APA Ponta do Araçá.

²³ Pedro Sabina é irmão de Clemente (os dois eram donos de engenho na região do Estaleiro)

As duas irmãs residem atualmente no município de Porto Belo, mas lembram ainda crianças como as roças de mandioca e de café se estendiam até o outro lado na virada do morro, em direção a cidade de Bombas:

O nosso pai, nosso avô, Fez roça de mandioca virado para Bombas, capinava a roça que ele deixou, daí eu já era de 4 anos, aquele morro ali das bombas não é das bombas, pertencia ao Porto Belo, ao Araçá, há poucos anos que tiraram de Porto Belo.

O café produzido era comercializado em Itajaí, o que demonstra a existência de antigas e intensas relações comerciais que essa comunidade estabeleceu ao longo de sua trajetória histórica em diferentes regiões, com as cidades vizinhas de Camboriú e Itajaí até mesmo com outros estados. Conforme conta dona Aurea:

Cafê ia de lancha pra Itajaí, lancha a vela naquele tempo, sete dias, pegava os cantos, e verificava ali em Laranjeira parava para descansar, ali de Camboriú. Se a Barra de Itajaí, tava ruim, eles voltavam e ficava ali (na praia de Laranjeira) dois, três dias. O meu pai fazia isso...”

O bananal que tinha lá fora era do meu pai e do meu avô, carro pequeno dois dia, três dias, o caminhão vinha e carregava tudo, muita banana. Quase no costão, carregava de lá pra cá, perto de casa era tudo banana, o terreno todo era tudo de banana, ele trabalhou muito, e o velho e o Sabina(...)

As bananas viam do Perequê, o Antônio e o seu Adronio e dois filhos, pegavam dois carros de boi e meu pai tinha um, a farinha, botava na balança e iam para o Paraná, iam em três carros de boi, até carregar o caminhão, (Aurea Idalina Monteiro, dona Dadá, 80 anos)

As duas irmãs lembram ainda que no passado o terreno da família dos descendentes da família de Pedro Sabina, ficava na região do Estaleiro e que nessa região havia também a Igreja Católica com salão de bailes em anexo, venda. Ao lembrarem da vida religiosa fazem questão de esclarecer que a imagem o Nosso Senhor dos Passos, que está na Igreja de Porto Belo, chegou primeiro no Araçá, como explicam:

O nosso senhor dos Passos, veio de caravela, ficou lá fora na Ilha (Porto Belo) e de lá mandaram avisar o povo, foram pro Arvoredo, o outro barco, ficou no Arvoredo foram buscar o santo e trouxeram o santo, senhor dos santos (Aurea e Idalina Monteiro).

Esse tempo foi lembrado também como um tempo de união da comunidade e de uma vida cheia de farturas e alegrias.

Venda era do meu pai, tinha vendinha, tinha salão de baile, tudo junto, vinha gente de bombas e dançava, ta fechando de chuva, tudo dançava, a noite inteira ali, não havia conversar, vinha da galheta, traziam, tudo com calçado na mão chegava na cachoeira e lavava o pé e vestia o calçado. Tudo se acaba eu tenho saudades daquele tempo. Tinha bastante baile, comida, tudo se unia, tudo se unia, não tinha falsidade, eu tinha saudades daquele tempo, (...) (Idalina Monteiro 63 anos)



Registro de visita religiosa ao Santuário de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, por membros da Família da Vila do Araçá, provavelmente foto tirada na década de 1970. (foto gentilmente cedida por Soleci da Silva Ferreira)

Quando perguntados os motivos pelos quais saíram daquela região do Estaleiro, ela fazem referência a uma mulher de nome Regina Guerra que teria comprado aquele

terreno e, que posteriormente Manuel Filipe Neto teria adquirido outras áreas da região e logo após vendido para um gaúcho: “juntou todo o terreno, vendeu pra um gaúcho, gaúcho revendeu pra outro cara, e chegou lá, dormia na casa da Chiquinha e ia conquistando eles, eles foram indo, (...)”

Dona Anisia Martins que é moradora da região do Estaleiro também lembra que aquela região já foi área de plantação de café, inclusive fazendo referência para a família de João Manoel dos Santos, dizendo que este morou bem em frente onde é hoje a sua atual residência, na árvore de Guarapuvu:

“Era o João Manoel dos Santos. Morava aqui nesse guarapuvu aqui. Aqui embaixo aqui. Morava os dois irmãos pertinho um do outro...falecido meu sogro morava perto da praia. Um pouquinho pra baixo. É. Morava ali perto da praia e o João morava aqui na descidinha da praia. Mas tudo pertinho um do outro” (Anisia Martins).

O trabalho na lavoura constituía a economia de sobrevivência das famílias locais e, ao mesmo, o cultivo da terra imprimia um sistema de organização de uso e ocupação das terras da região. Assim, se a narrativa de origem do lugar assinala o Estaleiro, as ocupações daquelas áreas de terra para moradia ou para a lavoura, não se restringiam a esse lugar, mas estendiam-se em direção ao canto de Bombas e a região do Caixa D’Aço, como explicou dona Tereza Pascoal, de 70 anos:

“O meu avô Morava aqui (estacionamento do Caixa D’Aço) era tudo dele, o caminho era aqui, era trilho, da casa mesmo. Tinha engenho de farinha, era aqui, era daqui do costão até o canto de bombas, era deles, da mãe da minha avô. Dona Clodina, avô do meu pai” (Tereza Pascoal).



Residência de Dona Tereza Pascoal: limites da APA Ponta do Araçá

As roças de mandiocas se constituíam em um produto de grande importância e eram cultivadas em vastas extensões, sendo mencionadas pelos mais velhos, áreas do Enseada, Estaleiro, Ponta do Estaleiro, Caixa D'Aço, e avançavam em toda a área do denominado Morro da Mula, conforme pode-se observar no mapa histórico.

Os mais velhos da comunidade, assinalam que concomitantemente as roças eram também cultivados outros produtos como o café, plantado em parceria com as bananas, e em menor quantidade o feijão, amendoim, laranja, melancia cebola e arroz. Como explica Dona Anisia Martins sobre sua área de moradia, “isso aqui embaixo era tudo um cafezal, que nós colhia café, que era do falecido meu sogro. Isso aqui era um cafezal grande”. Ela ainda diz que havia muitas áreas de cultivo, onde toda a produção passava pelos caminhos através de carro de boi, indo do Estaleiro até o atual Araçá muito próximo ao atual posto de saúde da vila.

“Daqui pra ponta aqui tinha uns vários terrenos que era plantado mandioca, cebola. O irmão do Dercilio, o Genésio, aqui os parente do Dercilio. O Dercilio também colhia cebola, essas coisas assim. Só que era dificuldade pra carregar. Era carregado nas costas. Era em carro de boi... (...) Até lá no Araçá, lá no Pré, onde era o Prézinho, Posto de Saúde. Lá tinha morador de lá que trabalhava aqui na Ponta da Enseada. Plantava mandioca, plantava mandioca, plantava cebola, plantava feijão, aí quando tava no tempo que eles colhiam, aí era muito longe pra levar nas costas. Aí usavam aquelas mulinhas pra carregar, porque não tinha como, né (Anisia Martins).

Ao lembrar sobre o passado Dona Anisia Martins, também recorda outras atividades que eram exercidas por eles, entre essas, a atividade da pesca na região onde atualmente está localizado a indústria Pioneira. Segundo conta, nessa região também haviam alguns moradores e ali também eram cultivadas roças de mandiocas, apontando para o fato de que, esses cultivos estendiam-se até a Enseada da Encantada.

“Sim, a gente podia ir lá e pescar, eles pescavam tinha pescaria e tudo. Ali atrás virado pra ponte, eles botavam rede pescavam ali e tudo. Naquela época também tinha morador que morava quase lá” (Anisia Martins).

A produção, principalmente a farinha de mandioca e o arroz eram, segundo dona Anísia da Silva Martins, comercializados por sacas na cidade de Tijucas ou Porto Belo, quando a estrada era só um trilho e grande parte da produção seguia em mulas através dos caminhos existentes no Morro da Mula. Seu Decilio também afirma que eram comercializados vários produtos, “Vendia arroz, vendia amendoim, quase não vendia o milho porque tratava a criação, o porco, as galinhas”. Mas o que vendiam era pouco, pois o consumo das famílias, com 10 ou até 15 filhos, necessitava de muito alimento, e era insuficiente para investirem em tecnologias de produção agrícola. Os poucos produtos excedentes produzidos pelas famílias eram comercializados nas regiões vizinhas, principalmente em Porto Belo, como explica dona Anisia Martins:

“Então naquela época o meu pai levava um saco de arroz, né. Chegava lá e fazia um negócio com o dono lá do moinho. Ele descascava aquele saco inteiro e nós trazia só a metade. Porque a gente não tinha a condição e pagar, e o açúcar do pilão, era uma coisa que ficava muito quebrado né. Então meu pai levava pra lá. Então o homem descascava e meu pai trazia só a metade do saco e a outra metade meu pai dava pra ele. Então nós trazia. Nós fomos criado assim” (Anisia Martins).

Muitos afirmam que as roças de mandioca alcançavam o Travessão do Morro - uma referência utilizada por eles para indicar o topo do morro - e passando o travessão, plantava-se café e banana. Esse fato indica que as áreas de roças cultivadas se expandiam para além do que hoje é definido como limite municipal do entre Porto Belo e Bombas.

As narrativas dos mais velhos com relação a esse período fazem referência a um tempo que é avaliado como de muito trabalho, de farta produção e diversificação de produtos alimentícios, do qual asseguravam boas condições de vida e os distanciavam

de uma noção de tempo da miséria, conforme pode-se observar no depoimento abaixo, onde o arroz era cultivado no banhado da Ponta da Enseada:

“...Plantava banana, feijão, mandioca, só não existia o dinheiro. Não podemos falar em miséria, nesse lugar não sei falar em miséria, nos tinha feijão, café, banana com fartura, batata doce, amendoim, criava 3, 4 porco, vendia dois, minha mãe criava galinha, só não existia o dinheiro. Cebola mulatinha, frita não existia coisa melhor. O arroz era escasso, banhado na Ponta da Enseada que meu pai plantava arroz e minha mãe socava no pilão. (Seu Jair dos Santos, 63 anos).

Esse aspecto corrobora a definição de grupo étnico, pois essas narrativas nutrem a crença na procedência comum de forma a se tornar importante para as relações comunitárias. Isso é explicado por Weber (1920), quando diz que para os grupos étnicos, os hábitos e costumes semelhantes se tornam importantes na formação dos sentimentos de pertencimento ao mesmo grupo. No entanto, o fator decisivo no despertar da crença na comunhão étnica “é a formação de uma comunidade política”; da mesma forma, é a comunhão étnica que fomenta “relações comunitárias de natureza política”. Nesse caso, o que se pode observar é a constituição de um projeto político que define uma forma particular de organização social de uso e ocupação do lugar.

3.3 A constituição de uma comunidade de parentes

As narrativas sobre a origem da comunidade da Vila do Araçá, a chegada dos irmãos na região da Enseada e Estaleiro, pode ser compreendido enquanto um “mito fundador”, eleito pelo próprio grupo para marcar a produção de uma distintividade cultural e afirmação identitária. É a partir dessa referência que uma linguagem de parentesco específica pode ser identificada, assim como regras e valores socialmente referendadas norteiam o sentido de parentesco formulado pela comunidade. Isso acontece através da identificação de laços de descendência e/ou ascendência, localizados como próximo ou mais distantes aos dois irmãos. A partir dessa referência, que é socialmente construída identificam a conformação de uma “comunidade de parentes”, estabelecido a partir de uma classificação que inclui “parente chegados ou de longe”. Assim é comum ouvir “Aqui, se você for ver, somos todos parentes”, ou então, “tem muito parente casado com parente”, “primo com primo”.

“Sim, nós somos primos. Pra começar eu tenho 3 filhas casadas com 3 irmãos. O sogro da minha filha é tio do meu marido. Aqui dentro do Araçá se tu for puxar pelo ritmo da família, são quase tudo parente. Mas na época de hoje, eles falam “Ah, é primo de longe.” Mas naquela época era tudo primo e parente chegado. Mas hoje até os próprios filhos passam pelas mães e viram a cara pro lado” (Anísia Martins).

A expressão é uma “comunidade de parentes” informa sobre o que é compartilhado pela coletividade reforçando os sentidos e as formas atribuídos a filiação e ao pertencimento à comunidade e ao lugar. Assim, sobre os laços de parentesco, a filiação ocorre frequentemente, de forma patrilinear, ou seja, o ego segue a linha da descendência e ascendência exclusivamente através dos homens, quando passa de uma geração para outra, na mesma geração inclui geração de ambos os sexos. Na comunidade de parentes, os casamentos preferenciais são realizados através uniões entre filhos do irmão de sexo diferente, o que passou a ser denominado pela literatura antropológica de casamento entre primos cruzados²⁴.

Os casamentos internos, também denominados endogâmicos, podem ser entendidos como sendo aqueles casamentos preferenciais que ocorrem no interior de um grupo de parentesco (exceto entre os membros da família nuclear, onde se aplica a regra universal da proibição do incesto) com a autorização ou prescrição de seus componentes (Cf. Augé, 1975: 43).

No caso da Comunidade da Vila do Araçá, os casamentos internos ainda são uma prática observada. O que demonstra fazer parte de uma forma de organização que provavelmente estaria a revelar formas estratégicas de assegurar a permanência e a reprodução dessas famílias naquele lugar.

Essas genealogias de parentesco nos informam sobre as uniões realizadas através de casamentos, mas também sobre as alianças por compadrio e a distribuição espacial das moradias e ocupação das terras pelas unidades familiares. O termo “família” assume, no mínimo, três sentidos e configura 3 agrupamentos: “todos os moradores do Araçá compondo uma única família”; “todos aqueles que residem em um mesmo terreno

²⁴ A filiação unilinear faz uma separação entre dois grupos diferentes: os filhos do irmão de sexo diferente. Assim, isso origina duas categorias de primos: primos cruzados (filhos de irmãos de sexo oposto) e primos paralelos (filhos de irmão do mesmo sexo). Apenas os primos paralelos (os filhos da irmã da mãe do ego ou os filhos do irmão do pai do ego, partilham a filiação com o ego, isto é pertencem a mesma linhagem.

e que estão ligados por laços de consanguinidade e/ou afinidade” e, constituindo os núcleos famílias por agregação de sobrenome. E, finalmente, “todas as pessoas que moram na mesma casa” (consanguíneas e afins).

Um aspecto dessa organização de parentesco presente nos núcleos familiares é a autoridade do pai no comando. O patriarca, considerado a autoridade máxima, pelo respeito que este inspirava nos demais membros da família, por ser ele quem gerenciava a produção e ser o proprietário dos bens e dos meios de produção. Ao mesmo tempo, muitos deles identificam as transformações que estão ocorrendo no que diz respeito ao comportamento e a flexibilização que percebem com relação a autoridade paterna na atualidade.

Então assim, nós tínhamos respeito. Tinha que chamar de tio, tomar benção, tinha que tudo. Hoje em dia você, seus filhos, seus netos... a gente não manda mais neles, eles é que mandam em nós. Tomava benção todo dia quando ia dormir e levantava da cama. Hoje em dia um filho pra dar um beijo e um abraço, é natal é fim de ano.... Hoje em dia filho e mãe é tudo a mesma coisa. Não na minha casa com a graça de Deus. Não tem aquela educação como eu me criei, mas é bem diferente também. Dentro da minha casa filho não manda. Gosto muito, estimo de coração, muito vem respeitada, e a gente tem respeito por eles. O meu genro mais velho não me chama de sogra, me chama de vó... taí a Preta que pode dizer (Donzilha da Silva)

O patriarca decidia sobre as áreas de localização das roças, sobre a divisão da produção da farinha do engenho e da pesca, assim como os destinos de moradia dos seus filhos e da localização de suas novas casas. A construção de casas era também, nesse contexto, uma tarefa árdua e difícil e dependendo sempre da autorização do pai. Pois era ele quem determinava, geralmente o lugar de construção de nova moradia quando do casamento do filho. Sendo muito comum, agrupamentos habitacionais circunscritos a um determinado local onde todos são parentes diretos uns dos outros no espaço temporal de três gerações. Essa forma de organização constitui um elemento que explica a dependência mútua entre os familiares, reforçando as redes de solidariedade comuns a família, ao mesmo tempo em que reforça a autoridade e o poder do patriarca sobre a unidade ou de determinado núcleo familiar. Nas lembranças dos mais velhos, a rigidez da autoridade do pai para comandar os assuntos pertinentes a vida familiar e ao trabalho foram sempre destacadas.

Na seção seguinte, apresenta-se a forma como essa organização social familiar, a comunidade de parentes, denominada localmente pelo termo ‘parentagem’, se projetou numa complexa interdependência entre diversas atividades e na forma de ocupação das diferentes áreas do território e do espaço marinho.

3.4 “Parentagem”, roças e engenhos

“Então a gente se criou assim. Aquilo dali era tudo de bom... Nós tinha nossa parentagem. As pessoas mais velhas chegavam no frio, a gente fazia o fogo, e nós íamos tudo esquentar no fogo. Aí as pessoas mais velhas que chegavam na nossa casa e vinham visitar porque hoje nós temos televisão, tem rádio, tem computador, tem tudo. Mas naquele tempo não tinha, então meus pais faziam assim, sentavam um em cada canto pra esquentar fogo e conversar, e aí de nós se fosse passar por ali ao redor deles. Quando eles saíam dali a nossa orelha era pouca...” (Donzilha da Silva, 60 anos).

“Aqui dentro do Araçá se tu for puxar pelo ritmo da família, são quase tudo parente. Mas na época de hoje, eles falam, Ah, é primo de longe. Mas naquela época era tudo primo e parente chegado. Mas hoje até os próprios filhos passam pelas mães e viram a cara pro lado” (Anisia Martins).

As relações de parentescos constituídas ao longo dessa trajetória histórica possibilitaram configurar uma comunidade a partir de laços de afetividade e de pertencimento, que orientaram a forma de organização social, divisão do trabalho, e a ocupação das áreas de terra de toda a região pelas famílias do Araçá.

As alianças de casamento foram estabelecidas na primeira geração das famílias e realizadas principalmente com pessoas oriundas das localidades vizinhas de Zimbros, Canto Grande e em menor número de Porto Belo. Essas uniões possibilitaram inicialmente a constituição de unidades familiares que, segundo as memórias coletivas, obtinham pequenas áreas para a instalação de moradia e outras para a produção de roças de mandioca. E segundo narram os mais antigos, as famílias viviam inicialmente do cultivo, sempre combinado com a atividade da pesca denominada pelo termo êmico “pesca do arrastro” ou “arrastão de praia”.

A atividade de pesca era também exercida ao longo de todo o costão do que é hoje denominado como Ponta do Araçá, entre os lugares preferenciais destacam-se a

região da Ponta da Enseada, Estaleiro, Ponta do Estaleiro, Caixa D'Aço e Prainha. Esses eram também os lugares onde se situavam as residências e os ranchos de pescas das duas primeiras gerações das famílias da Comunidade do Araçá. Essas áreas são também aquelas em que existiam os engenhos de produção de farinha.

Esses lugares, são também lugares de memória, pois em cada um deles, pode-se ver uma correspondência entre a ocupação de determinadas unidades familiares com o cultivo de mandioca, a presença de engenho ou então associado a atividade da pesca. Assim, são espaços que informam sobre uma memória de ocupação, como sobre o domínio da geografia e paisagem local. São lugares também à referência simbólica, pois informam ainda sobre afetividades, relação com sagrado, com o lazer entre outros. Como pode-se também verificar na pesquisa, esses lugares estendem-se para a região marítima incluindo as praias do Estaleiro, do Caixa D'Aço e ilhas existentes em seu entorno, entre elas a Ilha de Porto Belo, Ilha do Arvoredo, Ilha das Galés, Ilha Deserta, Ilha dos Macuco, Ilha do Calhau.

O cultivo de mandioca e a pesca representaram a principal forma de garantir a sobrevivência das famílias do Araçá por mais de um século. Até meados do século XX, o cultivo de mandioca foi a principal atividade econômica que garantiu o sustento das famílias. Essa atividade contava com o trabalho familiar desempenhado pelos homens, mulheres e as crianças mesmo aquelas pequenas, executado muitas vezes no terreno íngreme, pedregoso e irregular. Segundo contam os mais velhos, todos ajudavam com o trabalho na roça quanto na pesca. Inclusive a atividade de pesca sendo incentivada e exercida pelos meninos desde a infância. As mulheres, além de trabalharem na roça, cuidarem dos filhos e da casa, muitas delas, apreenderam o ofício de fabricar, entralhar ou consertar diferentes tipos de redes de pesca. Ofício que muitas ainda mantêm na atualidade e que desempenha um forte papel nas relações comerciais locais. Algumas ainda dominavam técnicas de fabricação de cestarias de cipó para as guarnições e ou para múltiplas utilidades domésticas, como guardar roupas, prendedores, comidas, documentos. Diferentemente de outras comunidades pesqueiras, as mulheres dessa comunidade não se interessaram pela produção de artesanatos, como rendas, costuras, ou até mesmo a renda de bilro²⁵ - prática apreendida desde a infância pelas mulheres em

²⁵ A renda de bilro é uma atividade ensinada às mulheres de origem açoriana desde a infância. Nesse caso, o fato da colonização do lugar não ser da região dos Açores e sim da Ericeira, pode ser um fator de explicação para essa particularidade.

várias comunidades pesqueiras do litoral catarinense. Elas preferem a atividade da pesca, ou então investem seus esforços na fabricação de redes.

A produção de mandioca e a pesca foram, por mais de um século, as principais atividades que garantiram a sobrevivência das famílias da região, mas a partir da terceira metade do século XX esse arranjo foi modificando-se em função de diversos fatores. Segundo a literatura historiográfica, a partir desse período a agricultura perdia cada vez mais o seu espaço e sua importância, em todo o litoral catarinense. E no caso do Araçá, isso implicou na crescente supremacia da atividade pesqueira em detrimento da produção de mandioca e de farinha. A explicação local com relação a essas transformações também estão atribuídas a inserção de leis ambientais que restringiram sobretudo o sistema coivara que utilizaram no cultivo da mandioca, e levaram a venda de lotes de terras como possibilidade de garantir naquele momento a sobrevivência das famílias, como lembra seu Antônio Sena, de 90 anos:

“A roça se acabou por causa do IBAMA porque não podia queimar para fazer a roça. Aí o pessoal foi vendendo terreno e agora só tá na mão de rico, quem tem dinheiro porque pobre aqui não tem” (Antônio Sena).



Pôster de 1982 onde pode-se observar o registro das áreas de roças e pastos na Vila do Araçá, e da Ilha de Porto Belo.

Entre os mais velhos essas mudanças são explicadas em função do ingresso na atividade de pesca em alto mar, quando muitos deles passam a trabalhar embarcado nos portos do Brasil, em Santos, litoral de São Paulo, e no Rio Grande, partir dos anos 1970. Essa atividade possibilitou melhorias consideráveis na qualidade de vida das famílias. Uma das explicações para o declínio das roças de mandioca e de café na região pode estar relacionada com o esgotamento do solo, ou então com a denominada praga do “Gervão”, ocorrida entre os anos de 1930 e 1940, quando se espalhou em várias cidades do litoral do estado catarinense (Cabral, 1979).

Genealogia 1 - Comunidade Tradicional do Araçá: casamentos internos na atualidade

resultantes de movimentos vivos transmitidos pela experiência compartilhada entre sucessivas gerações. Assim pode-se registrar nessa pesquisa, através das lembranças dos mais velhos, uma relação muito próxima entre antigas área de pasto, engenho e determinados nomes ou sobrenomes de algumas famílias identificadas como parte da ‘parentagem’, pertencentes a comunidade e de parentes. Assim, era comum ouvir deles as referências dessa forma:

“O Pasto do defunto Ernesto”, ficava lá atrás do lombo do burro, lá perto da pedra bonita, lá perto da pedra do salão” (Jair dos Santos, 63 anos);

“Tinha também o Pasto do João da Rosa, na praia do Caeté, tinha também o pasto do seu Argino, que era pai do seu Cid, lá em cima da escola do bairro” (pescador artesanal Marisel Sebastião Martins, de 43 anos).



Pilão utilizado por Geralda dos Santos (Geração 1), guardado na casa de Silza e Ismael dos Santos.

Abaixo apresentamos uma tabela com alguns sobrenomes da ‘parentagem’ associadas a determinadas áreas tradicionalmente ocupadas por elas, através de seus núcleos famílias, residências familiares, existência de engenhos, e roças.

Tabela 1- Lugares da memória e distribuição das unidades famílias

Família Silvestre Marques	Caixa D´Aço – Estaleiro e Prainha
Família Manoel Domingos do Santos e descendentes	Ponta da Enseada e Estaleiro

Família de Maria José da Silva, Jair dos Santos	Ponta da Enseada e Estaleiro
Famílias Santos e Silva	Estaleiro, Canto Grande, Araçá
Família Martins	Zimbros e Estaleiro
Família Vieira	Caixa D'Aço e Canto Grande
Família Oliveira	Estaleiro e Canto Grande
Família Pascoal	Caixa D'Aço e Canto Grande
Antônio Silvinho Sena	Ilha de Porto belo, Prainha
Caetano	Estaleiro, Prainha
Família Pedro Sabina, Monteiro	Estaleiro

Interessante destacar aqui novamente a pesquisa realizada por Monteiro (2000). Pois segundo registra, a manutenção de uma tradição pesqueira pela comunidade do Araçá estaria relacionada com os vínculos com a Ericeira. Tais vínculos estariam ainda corroborados a partir de consulta a documentos de Relação de Terras e Vendas, de 14 de março de 1820, onde das 8 propriedades comercializadas pelo projeto do império português, duas seriam áreas de terras onde se localiza a comunidade pesqueira do araçá. Entre essas as propriedades de n. 6, adquirida por **Antônio Francisco dos Santos**, e a propriedade n. 7 pertencente a **Floriano José Marques**. A pesquisadora também chama atenção para o fato que esses são dois sobrenomes são facilmente encontrados entre as famílias da comunidade. O documento de Relação de Terras a Venda informa também que as 3 primeiras propriedades eram localizadas na Enseada de Zimbros (Antônio José D'Oliveira, Antônio Cardoso, Vicente Antônio), região de origem de muitas das atuais famílias que vivem no Araçá; (Monteiro: 2000, p. 51).



Registro de antigas moedas datadas do início do século XIX que pertenceram ao pai do pescador Alcides Monteiro, pescador artesanal da Vila do Araçá.

Os membros da comunidade viviam cotidianamente envolvidos com o cultivo da mandioca e outros produtos, utilizando-se de técnicas rudes como a enxada e o carro de boi para o transporte da produção e raramente conseguiam acumular com objetivos comerciais. Toda a mão de obra familiar era comprometida para garantir a alimentação de seus membros, as mulheres como as crianças ainda pequenas, alguns com 7 ou 8 anos de idade, já auxiliavam na produção, carregando os produtos, ou até mesmo no pesado trabalho de arado da terra.

As memórias sociais, com relação ao tempo antigo, são marcadas por momentos de grande dificuldades que vivenciaram e, muitas vezes de ausência de produtos de consumo, falta de alimentos, de roupas para vestir, de remédios, entre outras coisas. Tudo tinha que ser produzido pelas famílias e isso era desde o sabão que se usava nas atividades domésticas, “o sabão, nós comprava, era aqueles de pé de anozes. Hoje em dia ainda tem muito. Então nós ia lá pra debaixo do pé, nós juntava aquelas bagas. Minha mãe socava, partia, comprava soda e fazia aquele sabão. E nós vivia era assim, da roça” (Anisia Martins).

Outros ainda lembram que para adquirir um sapato, uma roupa, as pessoas tinham que trabalhar muito para conquistar. Alguns lembram que só calçaram um sapato quando entraram na adolescência, “eu fui calçar um sapato com 13, 14 anos de idade, não tinha, minha roupas eram todas rasgadas, a gente lutava com muita dificuldade” (João dos Santos, 50 anos).

Apesar das dificuldades, havia no entanto, algo muito presente nas relações entre essas famílias que asseguravam as condições de sua sobrevivência naquele lugar: a constituição de uma forte rede de solidariedade. Algumas mulheres comentavam sobre a ajuda que recebiam de outras mulheres, quando do nascimento de seus filhos, ou de um momento de carência maior, quando não havia como alimentá-los. Ou então, quando precisavam fazer uma casa, contavam com o apoio de outros para tal intento. Como conta seu Dercílio dos Santos:

“Se quisesse fazer uma casinha, tinha que arrumar uns amigos para ajudar tirar madeira no mato, essas madeiras aqui, a gente prega, um pegava uma garrafa de cachaça, fazia aquela farra, né e cortava o mato e trazia, hoje em dia não dá mais” (Dercílio dos Santos).

Na história do Araçá diversos espaços, com histórias de vida de famílias distintas, foram interconectadas ao longo do tempo, aglutinando roças, engenhos, áreas de pesca e apossamento de vastas áreas de terras que se estendem entre a Ponta da Enseada, Estaleiro até a Enseada Encantada. As memórias sociais em torno das sucessões genealógicas são retratadas até três gerações ascendentes (bisavô, avô, pai). E esse esforço não é produzido para lembrar quem foram os mais antigos, mas sim as alianças familiares forjadas ao longo dos anos. O importante não é saber exatamente quem foi tal pessoa, mas quais famílias foram unidas pelo parentesco. A memória genealógica identificada não fornece apenas uma infindável lista de antecessores, mas inscreve as relações familiares nas histórias do grupo, transmitindo a continuidade temporal do lugar e das pessoas que viveram ali. Pois, são as relações de parentesco que estão na base de sua limitação enquanto comunidade, ou em sua caracterização como uma “parentagem”, que é afirmada constantemente pela expressão “somos todos parentes”. Identificar os mais antigos nessa genealogia, para os membros dessa comunidade não é apenas para comprovar a antiguidade da ocupação do lugar, mas para instaurar o senso de pertencimento.

3.5 Redes de engenhos

Nas entrevistas realizadas com os mais velhos, a identificação dos engenhos é realizada através de um sistema de nomeação local, onde cada um deles é localizado a partir de sua associação com um nome próprio, vinculado a propriedade de uma respectiva unidade familiar e de sua moradia. Assim, é costume nominar os engenhos como “engenho do Pedrinho”, “engenho da Joana”, “engenho da Felicidade” e assim por diante. Interessante também destacar a quantidade de engenhos com nomes femininos, indicando o reconhecimento do papel das mulheres na produção da farinha. Seu Silvestre Marques, de 89 anos e seu Antônio Sena 95 anos, identificaram aproximadamente 22 engenhos que teriam pertencido as antigas famílias da comunidade, cujos os descendentes ainda estão vivendo na comunidade e possuem vínculos com a atividade de pesca artesanal ou com a pesca da corvina.

“Tinha ali em cima. Não sei se ali na subida ainda hoje tem. Mas ali perto da casa da Deolinda, ali era um terreno antigo, que hoje em dia é uma propriedade daquele Luiz Massaferrro. Então ali hoje é tudo dele.... Então ali perto da Deolinda tu vai ver. Tem uma entrada lá pra cima, lá pra cima ainda tem um engenho antigo, que há uns cinco, seis anos atrás ainda funcionava... (Anisia Martins, 75 anos).

A forma de nomeação e identificação desses engenhos evidenciam o percurso histórico de ocupação e deslocamentos entre as áreas da Ponta da Enseada, Estaleiro, Caixa D’Aço, Prainha, Araçá, chegando até a Enseada da Encantada. A localização dos engenhos, assim como a quantidade desses, informam sobre um signo de riqueza daquele lugar, pois segundo literatura sobre esse tema, os pobres só podiam produzir a sua farinha depois que os proprietários acabassem de fazer a sua (Rial, 1988; Maluf, 1989; Beck, 1979).

O quadro abaixo (Tabela 2), apresenta a lista dos engenhos relatados, evidenciando antigos locais de residência relacionados a existência dos mesmos. Constituem lugares de memória da comunidade, acompanhando por muito tempo ainda as gerações que viveram nesses locais e as que só conhecem por ouvir falar (VER Mapa Comunidade Tradicional de Pescadores da Vila do Araçá: Memória de Ocupação do território).

Tabela 2: Engenhos de farinha e redes de parentescos

	ENGENHOS
1	Henrique Caetano
2	João Maneca Domingos - "Tonico"
3	Antônio Manoel dos Santos
4	Antônio Lero
5	Álvaro Machado (só roça)
6	Bárbara
7	Virgílio dos Santos
8	Antonio Ernesto
9	Manoel Domingos
10	Raul Calda
11	Clemente Calda
12	Pedro Sabino de Jesus
13	Tomazinho e Maria Tomazinho
14	Engenho de Cana - Joaquim "Tiquinca"
15	Martinha
16	Ricardo Virgílio dos Santos e da Tereza
17	Alpino Baltazar
18	Felicidade Ricardo
19	João Domingos dos Santos
20	Paulina
21	Antônio Rosa (virou salga)
22	Joana Saturnino

Com a decadência do cultivo de mandioca e a produção de farinha, os engenhos foram desativados e atualmente somente em alguns lugares é possível identificar resquícios de sua edificação. Em alguns casos, eles forneceram as bases para a edificação de moradias.

De todo modo, pode-se verificar que na maioria das situações observadas as famílias permaneceram ocupando o mesmo terreno que pertenceram aos seus pais e avôs, havendo pouca alteração dessa conformação nos últimos 40 anos. Esse fato revela também que a conformação atual das famílias da comunidade no Araçá está relacionada

a venda das antigas áreas de ocupação dessas famílias, como Ponta da Enseada, Estaleiro,

Caixa D'Aço, e a posterior segmentação dessas famílias entre faixas de terra localizadas entre a Praia do Araújo, Prainha, e Caixa D'Aço, com exceção de algumas ocupações próximas a orla que foram vendidas a pessoas identificadas como de fora da comunidade.

A memória social dos membros da comunidade em torno da presença dos engenhos, sua precisa localização relacionada a ocupação de determinadas famílias, revela a constituição de uma rede de relações fundantes no passado da comunidade quanto são referências sócio espaciais fundamentais dessa comunidade.

Comunidade Tradicional de Pescadores da Vila do Araçá – Memórias de ocupação do território

Legenda

- Roaças de mandioca e outros cultivos (arroz, milho, cebola, feijão, algodão, cana-de-açúcar, abóbora, amendoim) / Plantas frutíferas (araçá, melancia, limão, jabuticaba, laranja) / Macela e cipós
- Cafeezal e Bananal
- Engenhos
- Pastos
- Pesca artesanal: tainha, anchova, pescada, camarão e lula
- Ranchos
- Pesqueiros
- Costão e beira do mar
- Criadouro de camarão
- Caminhos Tradicionais / Acesso
- Área de berbigão
- Práticas de sociabilidade
- Cachoeiras
- Mata Ciliar
- Lagoa
- Mão d'água
- 1ª Igreja Católica
- Terra do Pontes
- Tanque de óleo de baleia
- Estrada atual na Comunidade do Araçá
- Oceano Atlântico

PEQUEIROS

1	Pedra do Bicho	34	Carimban
2	Pedra de Balsa	35	Pedra do Canto
3	Pedra da Carambola	36	Pedra da Rocha
4	Meirinha	37	Pedra da Rocha
5	Lago da Terra	38	Lago da Terra
6	Pedra da Manga	39	Lagoa do Estaleiro
7	Pedra de Caba	40	Pedra da Vaca
8	Pedra de Caba	41	Pedra da Moura
9	Pedra de Menino Jesus	42	Pedra da Moura
10	Pedra de Figueira	43	Pedra da Moura
11	Pedra da Carambola	44	Pedra da Moura
12	Pedra de Bala	45	Pedra da Moura
13	Pedra da Gorda	46	Pedra da Moura
14	Pedra de Sigur	47	Pedra da Moura
15	Pedra de Menino Jesus	48	Pedra da Moura
16	Pedra de Figueira	49	Pedra da Moura
17	Pedra da Carambola	50	Pedra da Moura
18	Pedra de Bala	51	Pedra da Moura
19	Pedra da Gorda	52	Pedra da Moura
20	Pedra de Sigur	53	Pedra da Moura
21	Pedra de Menino Jesus	54	Pedra da Moura
22	Pedra de Figueira	55	Pedra da Moura
23	Pedra da Carambola	56	Pedra da Moura
24	Pedra de Bala	57	Pedra da Moura
25	Pedra da Gorda	58	Pedra da Moura
26	Pedra de Sigur	59	Pedra da Moura
27	Pedra de Menino Jesus	60	Pedra da Moura
28	Pedra de Figueira	61	Pedra da Moura
29	Pedra da Carambola	62	Pedra da Moura
30	Pedra de Bala	63	Pedra da Moura
31	Pedra da Gorda	64	Pedra da Moura
32	Pedra de Sigur	65	Pedra da Moura
33	Pedra de Menino Jesus	66	Pedra da Moura
34	Pedra de Figueira	67	Pedra da Moura
35	Pedra da Carambola	68	Pedra da Moura
36	Pedra de Bala	69	Pedra da Moura
37	Pedra da Gorda	70	Pedra da Moura
38	Pedra de Sigur	71	Pedra da Moura
39	Pedra de Menino Jesus	72	Pedra da Moura
40	Pedra de Figueira	73	Pedra da Moura
41	Pedra da Carambola	74	Pedra da Moura
42	Pedra de Bala	75	Pedra da Moura
43	Pedra da Gorda	76	Pedra da Moura
44	Pedra de Sigur	77	Pedra da Moura
45	Pedra de Menino Jesus	78	Pedra da Moura
46	Pedra de Figueira	79	Pedra da Moura
47	Pedra da Carambola	80	Pedra da Moura
48	Pedra de Bala	81	Pedra da Moura
49	Pedra da Gorda	82	Pedra da Moura
50	Pedra de Sigur	83	Pedra da Moura
51	Pedra de Menino Jesus	84	Pedra da Moura
52	Pedra de Figueira	85	Pedra da Moura
53	Pedra da Carambola	86	Pedra da Moura
54	Pedra de Bala	87	Pedra da Moura
55	Pedra da Gorda	88	Pedra da Moura
56	Pedra de Sigur	89	Pedra da Moura
57	Pedra de Menino Jesus	90	Pedra da Moura
58	Pedra de Figueira	91	Pedra da Moura
59	Pedra da Carambola	92	Pedra da Moura
60	Pedra de Bala	93	Pedra da Moura
61	Pedra da Gorda	94	Pedra da Moura
62	Pedra de Sigur	95	Pedra da Moura
63	Pedra de Menino Jesus	96	Pedra da Moura
64	Pedra de Figueira	97	Pedra da Moura
65	Pedra da Carambola	98	Pedra da Moura
66	Pedra de Bala	99	Pedra da Moura
67	Pedra da Gorda	100	Pedra da Moura

ENGENHOS

1	Henrique Cabral
2	João Maria Domingos - "Tanco"
3	Antônio José Domingos
4	Antônio Lino
5	Antônio José Domingos
6	Antônio Lino
7	Antônio José Domingos
8	Antônio Lino
9	Antônio José Domingos
10	Antônio Lino
11	Antônio José Domingos
12	Antônio Lino
13	Antônio José Domingos
14	Antônio Lino
15	Antônio José Domingos
16	Antônio Lino
17	Antônio José Domingos
18	Antônio Lino
19	Antônio José Domingos
20	Antônio Lino
21	Antônio José Domingos
22	Antônio Lino
23	Antônio José Domingos
24	Antônio Lino
25	Antônio José Domingos
26	Antônio Lino
27	Antônio José Domingos
28	Antônio Lino
29	Antônio José Domingos
30	Antônio Lino
31	Antônio José Domingos
32	Antônio Lino
33	Antônio José Domingos
34	Antônio Lino
35	Antônio José Domingos
36	Antônio Lino
37	Antônio José Domingos
38	Antônio Lino
39	Antônio José Domingos
40	Antônio Lino
41	Antônio José Domingos
42	Antônio Lino
43	Antônio José Domingos
44	Antônio Lino
45	Antônio José Domingos
46	Antônio Lino

3.6 Circulação e troca de nomes

O sentimento de pertencimento étnico tem sido construído, também, por meio dos nomes, onde estabelecem laços afetivos com seus antepassados, atribuindo os mesmos nomes dos avós e dos pais aos netos e filhos. É muito comum observar a repetição dos nomes entre as gerações consideradas mais velhas e em menor recorrência na atual geração. Deste modo, algumas pessoas recebem o nome que era do pai ou do avô. O mesmo ocorre entre as mulheres, e em ambas as situações, receber o segundo nome parece ser o mais frequente. Como por exemplo, Saturnino Anastácio Costa (74 anos), que recebeu o segundo nome do Pai Anastácio Saturnino. A explicação para essa recorrência de nomes familiares, seu Saturnino atribui ao fato de que antigamente não “tinha cartório suficiente”. No entanto, pode-se dizer que a recorrência dos nomes funciona como “marcadores verbais” (GALATY, 1982) das fronteiras sociais, daquilo que constitui o pertencimento a determinada família da comunidade de parentes. A transmissão de um nome entre gerações constitui também a forma pela qual os vínculos de pertencimento podem ser atualizados, carregando em si a memória genealógica das famílias que construíram a comunidade de parentes.

Um aspecto que chama a atenção na questão das relações familiares é o fato de que algumas delas verificou-se a troca de sobrenome. É o caso por exemplo, de algumas famílias com o sobrenome Santos e passam a adotar o sobrenome Martins, como relatado abaixo, por dona Anísia Martins com relação ao sobrenome do seu marido:

“E o pai do meu marido era dono da praia do Estaleiro. Era Pedro Manoel dos Santos. Era dono mesmo da praia do Estaleiro. (...) O Martins veio porque registraram ele (o marido de Anisia). Quando foram registrar, eles trocaram assinatura. José Joaquim dos Santos, mas ele foi registrado José Joaquim Martins” (Anísia Martins).

Embora não seja a espinha dorsal da sociedade, como escreveu Woortmann (1995, p. 14 e 16), o parentesco é um organizador, uma instituição social e “uma unidade cultural carregada de valor” é também, uma construção e uma categoria puramente ideológica. O parentesco, que é sobretudo vínculo de aliança matrimonial (LEVI-STRAUSS, 1976), é também um organizador do espaço social (WOORTMANN,

idem), e diz respeito aos vínculos de afinidade que estão associados com a posse da terra (LEACH, 1996).

3.7 Os terrenos, as cachoeiras e os núcleos familiares

A memória social relacionada ao tempo dos engenhos pelos mais velhos, revelanos sobre a ocupação das terras da região do Araçá, como também nos possibilita entender a ocupação de determinadas áreas dessas famílias de parentes na atualidade. Pois, muitas delas encontram-se residindo nas mesmas áreas que pertenceram aos seus pais ou avôs, demonstrando haver um *continuum* entre as ocupação do passado com o presente. Essas áreas são denominadas localmente pelo termo terreno – onde é identificado o agrupamento de membros de uma mesma família. Os terrenos são um parâmetro tradicional de ocupação e divisão de terras. Assim, cada terreno é portanto expressão de uma ocupação de uma família da comunidade de parente.

Esse padrão de ocupação pode ser constatado na Vila do Araçá, mesmo com todas as transformações decorrentes do intenso processo de expansão urbana e de comercialização das áreas de terras ocupadas pelas antigas famílias. Várias famílias da comunidade, permanecem ocupando, mesmo que em áreas de terra reduzidas, aqueles terrenos que pertenceram no passado ao pai, ou ao sogro, ou ao bisavô.

Esse desenho pode ser constatado até mesmo quando se observa os tamanhos e a arquitetura das edificações que distribuem-se ao longo de toda a via de acesso geral, e avançando em direção à praia quanto a encosta do morro. As casas localizadas próxima na orla da praia são de porte maior, de dois andares medindo mais de 200 metros e geralmente pertencem a proprietários de outras cidades. As do outro lado da via ao pé do morro, encontram-se as casas de alvenaria e à medida que se avança para cima observase casas de madeira e de menor tamanho.

Alguns terrenos que pertencem a comunidade comportam várias moradias, geralmente localizadas muito próximas umas das outras. Em outros é possível observar ainda edificações mais antigas, feitas em madeira, que segundo explicam, foram ocupadas anteriormente pela mesma família. As casas mais novas, maiores e de alvenaria foram construídas com a melhoria das condições financeiras das famílias envolvidas com a pesca do cação ou da vaca. As moradias são ocupadas e definidas

geralmente pela autoridade do pai, reunindo no mesmo terreno membros da família consanguínea. Assim, é comum também identificar na comunidade, uma residência “central”, onde moram os pais com os filhos e as filhas solteiras e ao redor dela os homens casados, com suas esposas e filhos. Quando a família possui um terreno maior, estes agrupamentos familiares podem incluir 3 a 7 gerações, em relação ao proprietário do terreno, ou seja, podem morar avôs, pais, filhos e netos.

“Então, hoje, na justa razão, eu devia ser bem mais aplaudido. E não foi isso que aconteceu. Então, eu comecei a pensar, eu tinha 6 casas, aí meus filhos foram morrendo, e eu fui dividindo algumas coisas pra eles... Esse filho que eu perdi, eu fiquei meio revoltado, aquilo foi a minha paixão. Eu me lembro dele, ele não sai da minha ideia. Tinha uma presença, um rapaz muito inteligente, tudo que fazia dava certo. Aí ficou 3 netas. Eu criei, porque ficou tudo pequeninha. Aí eu fiquei revoltado e comecei a vender as minhas coisas. Aí botei esse dinheiro no banco. E tá lá. Aí eu tenho uma filha, e meu genro é pescador. E quando foi agora, eu queria fazer uma casa pra mim, uma casa em aberto, capacidade pra fazer outra em cima. Então eu fiz o que tá aí, uma boa estrutura. Mas aí não fiz...aí os netos também dizem, não vô, tem muita coisa aí pro vô. Eu vou parar, quando eu for embora com tua vó, aí vocês fazem uma união e dividem aí pra vocês” (Juvenal da Silva, 74 anos).

Uma outra situação que nos informa sobre essa organização social é o que podemos observar também com relação a família de Dona Iracema da Silva. Ela veio de Canto Grande para casar com seu Isidoro Martinho da Silva, que era nascido no Araçá. O casal teve 10 filhos, seis homens, e quatro mulheres, três deles estão envolvidos com a pesca da corvina e com a pesca artesanal. Desde que casou veio morar na casa em que está até hoje, no terreno que pertencia e morava os pais do seu marido, como ela explica:

“Mesma casa, só que foi reformada. Mesmo chão, só que era pequeninha, de madeira. Aí depois com o tempo meu marido fez essa de material. Agora já faz 10 anos que ele faleceu, e eu tô aqui até Deus querer né. Moravam (os sogros) nessa casinha daquela ali. Como eles faleceram, aí o neto que ele criou fez pro neto. Aí o neto mora ali (Iracema da Silva)).

Assim como ela e o marido, um dos seus netos também reside no mesmo terreno, na antiga casa que foram habitadas pelos sogros, indicando a continuidade da regra da patrilocalidade pelas novas gerações. Nesse caso, o neto que permanece representa a

quarta geração no terreno que foi do bisavô. Com o casamento dona Iracema Silva deixou Canto Grande, onde trabalhava com a mãe e a irmã para ir morar no Araçá.

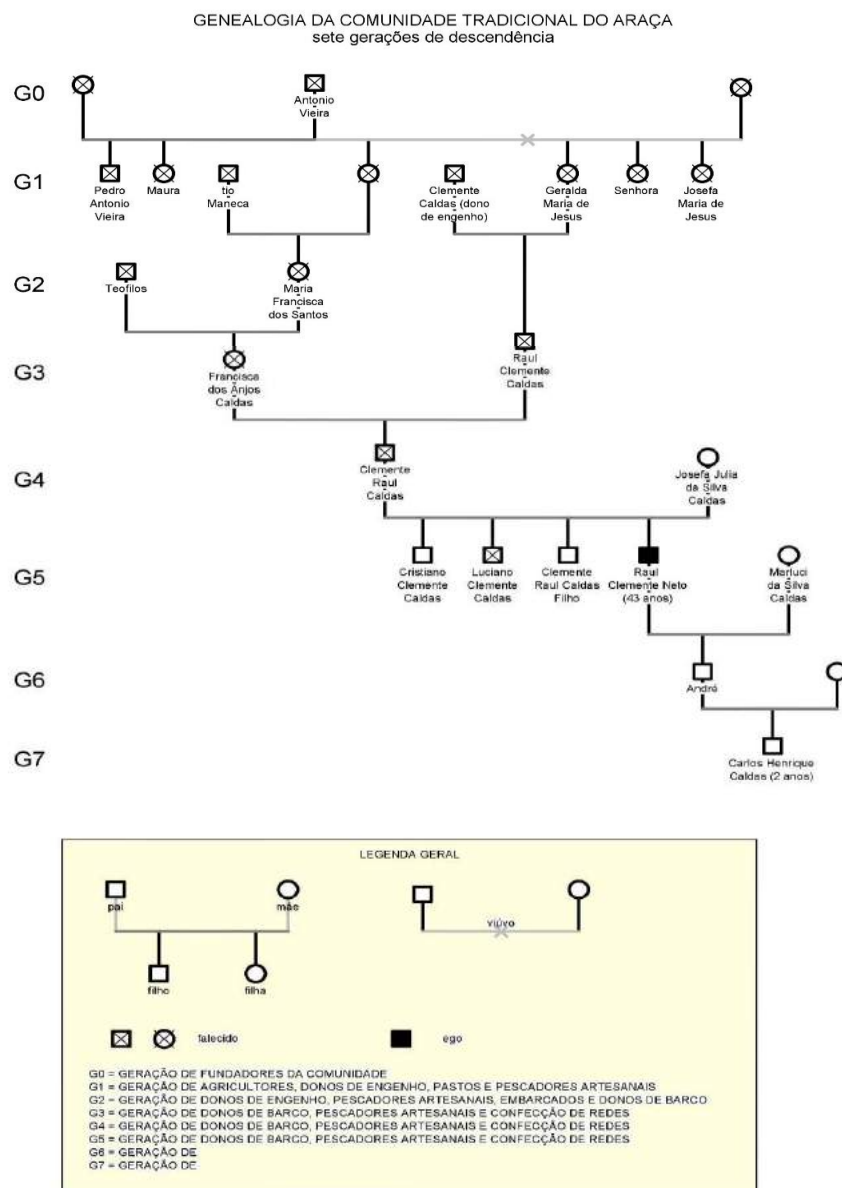
“Aí meu marido era pescador, aí fiquei do lado dele, pescava e tudo. Aí minha mãe também era sozinha, porque meu pai abandonou ela, que eu era pequeninha, foi ela que me criou. Eu minha mãe e minha irmã, o que que nós ia fazer? Trabalhar na roça. Aí meu cunhado, que faleceu agora, ele botava, roçava, e plantava e a gente cuidava. Trabalhando, limpando, capinando (Iracema da Silva, 77 anos).



Registro da sétima geração da Comunidade da Vila do Araçá, representada pela criança André Clemente de 3 anos, família Raul Clemente residindo no terreno que eram dos bisavôs.

Abaixo apresentamos a genealogia desse Núcleo familiar em que é possível observar as relações de casamentos internos e as sucessivas gerações familiares pertencentes a comunidade.

Genealogias 2- Comunidade Tradicional do Araçá: sete gerações de descendência



Com relação a questão da disposição espacial das famílias nos terrenos, pode-se verificar através do trabalho etnográfico que houve uma consolidação de alguns núcleos

familiares com a ocupação de determinadas áreas, cujas famílias permanecem até o presente momento, como por exemplo: Moradia de Dona Iracema da Silva, seu Dercilio dos Santos, Dona Nair dos Santos (dona Lila), Seu José Aquino, Tereza Pascoal, Dona Anisia Marins e Dona Salete Vieira, Dona Catariana e seu Juvenal, Dona Deolinda Oliveira, Dona Erta da Silva, Marcilio dos Santos, Osmar dos Santos (Osmarzinho), entre outros.

Em muitos casos, as narrativas sobre as razões pelos quais houve essas configuração deve-se ao fato de alguns desses terrenos estarem sendo ocupados pela geração anterior, por pais ou sogros, e que após o casamento do filho, e no caso da transmissão da herança, a regra da patrilocalidade prevalecia, assim a mulher vai acompanhar o marido nas terras do sogro. Como contra dona Alisia Martins, que casou aos 15 anos e foi morar na casa do sogro.

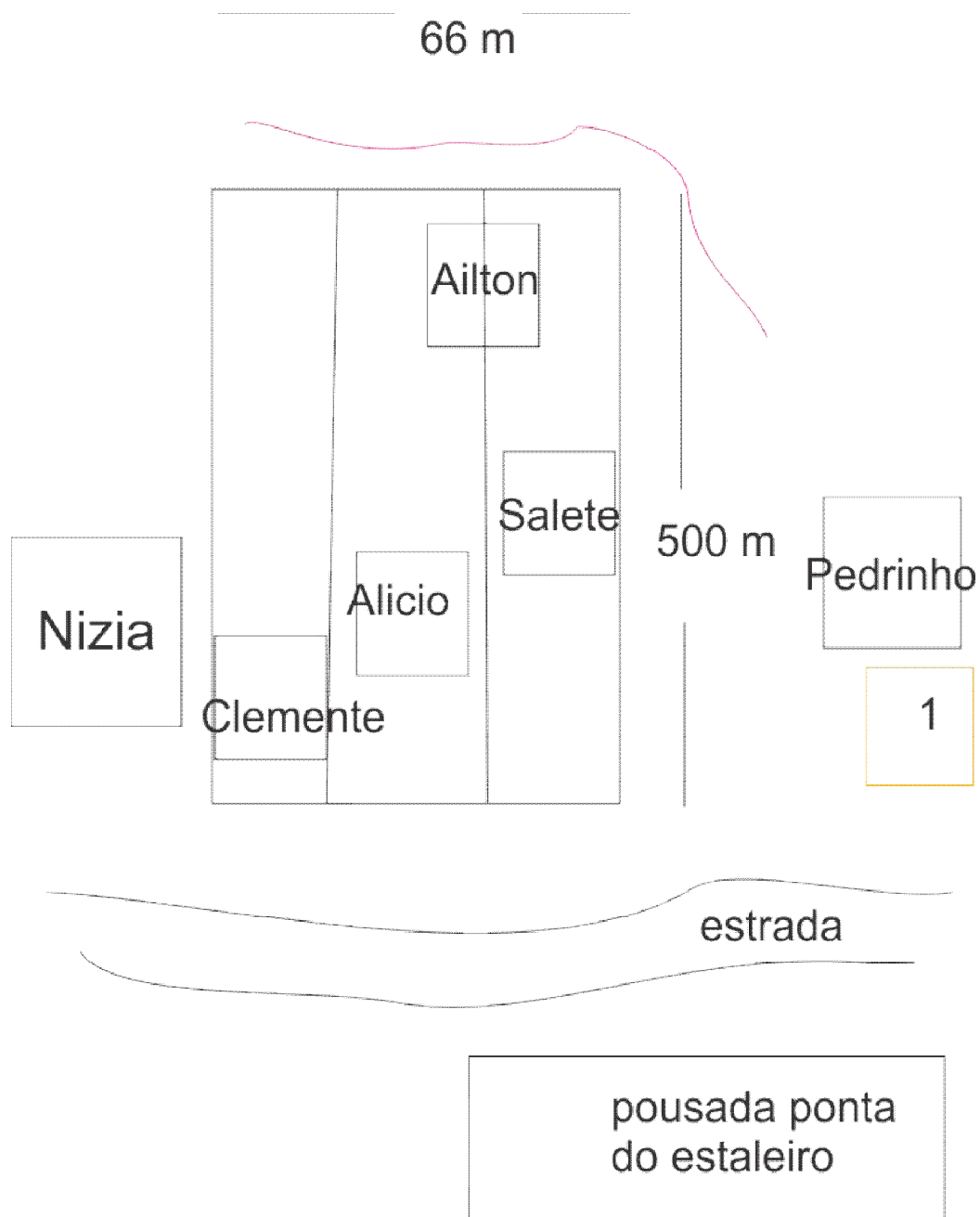
“Ah, quando eu me casei eu tinha 15 anos, eu vim pra cá com 15 anos. Morando lá na praia do Estaleiro. Porque quando eu me casei nós não tinha casa, aí fomos morar lá com os pais dele (Anísia Martins).

Uma outra situação chama atenção na região do Estaleiro. É o caso de Dona Salete Vieira, vizinha de dona Anísia Martins, na região do Estaleiro. O terreno que ela reside foi herdado de sua mãe Maria Donzilia Vieira, mas a área já pertenceu ao seu bisavô Antonio Lino Vieira. Dona Salete nasceu ali e vive com o seu marido há mais de 40 anos. Os dois estão em tratamento médico, e devido a inclinação da área em que está localizada a sua casa, demanda um esforço físico do qual não estão mais em condições físicas de suportar. Diante dessa situação, pretendem construir uma nova moradia na área plana do terreno, bem próxima ao acesso principal. No entanto, não conseguem autorização para essa construção, segundo eles, devido às restrições ambientais impostas pela APA da Ponta do Araçá naquela região.

Conforme documentos antigos pertencentes a família de Dona Salete, pode-se observar que o registro de terras pertencentes ao seu bisavô Antônio Lino Vieira, e segundo indica esse seria residente e morador na região do Estaleiro, com divisas ao Norte com o Caminho do Estaleiro, ao sul com terras de Maurilio Manuel da Silva ao leste com Pedro Manuel dos Santos e a Oeste com Maria Marta Martins. Interessante destacar aqui que tanto as divisas dessa área faz menção a Pedro Manuel e Maria Marta Martins, dois nomes identificados nas genealogias de parentesco das famílias da

comunidade do Araçá e a associação a presença de engenhos, evidenciando o uso e ocupação dessas áreas do Estaleiro por famílias que reconhecem por relações de parentesco.

Dona Salete é filha de Dona Maria Donzilha Vieira, nascida em 1941, que era casada com Pedro Tomaz Gomes, nascido em 1934. Os seus pais casaram em 1960, e segundo pode-se observar no Documento de Certidão de Casamento, o pai dela é Pedro Tomaz Gomes que é filho de Tomaz Domingos Gomes e Maria Felicidade de Jesus. E segundo conta o marido de Dona Salete, o avô da Dona Salete “tinha chão de engenho no caixa d’áço, onde plantavam café naquilo tudo. “Era tudo roça”. Já Dona Maria Donzilha é filha de Tomaz Pedro Vieira e Donzilia Bernardina Vieira. Tanto do lado materno como paterno, segundo Dona Salete, são de famílias que sempre residiram na região do Araçá. A sua avô Maria Donzilia foi a única herdeira do terreno deixado pelo bisavô, que por sua vez teve uma única filha - a mãe da Salete. No momento atual, a família pretende fazer a divisão do terreno entre os três filhos herdeiros de Dona Maria Donzilia, segundo proposta representada no croqui abaixo.



No terreno em que reside Dona Salete, encontra-se a casa do seu irmão está localizada poucos metros acima da sua casa, e hoje está desocupada devido a uma ação ambiental que embargou a obra, sob a alegação de que a obra estaria “obstruindo a cachoeira”. Nesse mesmo terreno, pode-se observar a existência de alguns caminhos ainda demarcados, que segundo explicam, eram utilizados antigamente para passar com carros de boi cheio de mandioca ou então para acessarem área de pasto existentes no topo do morro, “aqui passava a zora que vinha arrastando a mandioca e lá pra cima era pasto”, demonstra dona Salete.



Terreno da família da Salete, acima vista da sua residência.



Registros do Acesso ingreme à residencia de dona Salete



Terreno Salete- Caminho localizado nos fundos da casa, utilizado antigamente para acessar roça de mandioca.	Antigo chão de engenho, entrada para a casa de Pedrinho Vieira, filho de Tomazinho.
---	---

Com as restrições que sofrem, Dona Salete Vieira não consegue avançar no processo de regularização do terreno e nem mesmo realizar a divisão da área entre os irmãos, segundo o que determina a lei. Além disso, a família ainda sofreu ameaçada de perder esse terreno devido a um processo de ação de usucapião²⁶ promovido por João Aluísio Graga Chaer que avançar sobre áreas do terreno historicamente ocupado pela família. O usucapião só não se efetivou porque a família descobriu em tempo, como ressalta o marido de Dona Salete, “quando foram descobrir estava em cima do grito, fomos lá e embargamos”.

Diante de tantas dificuldades, a família sente-se vulnerável e avalia que nas atuais condições “onde não podem fazer nada”, estão sujeitos a regras que não consideram justas, pois segundo justificam, sempre pagaram os impostos e cuidaram do lugar. Neste caso, o terreno é a única garantia de sobrevivência de suas famílias, enquanto observa-se que algumas áreas de terras destinadas a outras funções tudo é permitido, “tão dando prioridade pra quem é de lazer, e não pra quem é de sobrevivência”, “a maioria dos terrenos são 90% do turismo, diz com indignação o marido da Salete, seu Aluísio.

Numa situação semelhante encontra-se também a família da antiga parteira da comunidade, Dona Deolinda Custódio. O terreno onde ela, seus filhos, sobrinhos e netos residem foi o que restou das terras que eram de propriedade da família de seu marido, o seu Juvenal Custódio²⁷. Segundo seu filho Salvador Custódio de 47 anos conta, essas áreas de terra²⁸ que pertenciam a família iniciavam nos costões da região do Caixa D’Aço,

“iam do costão pra cima”, como explica. Parte dessas terras foram vendidas para Luidi Massaferrro, fazendo limites com o terreno que residem. Salvador explica também que

²⁶ Documento em Anexo

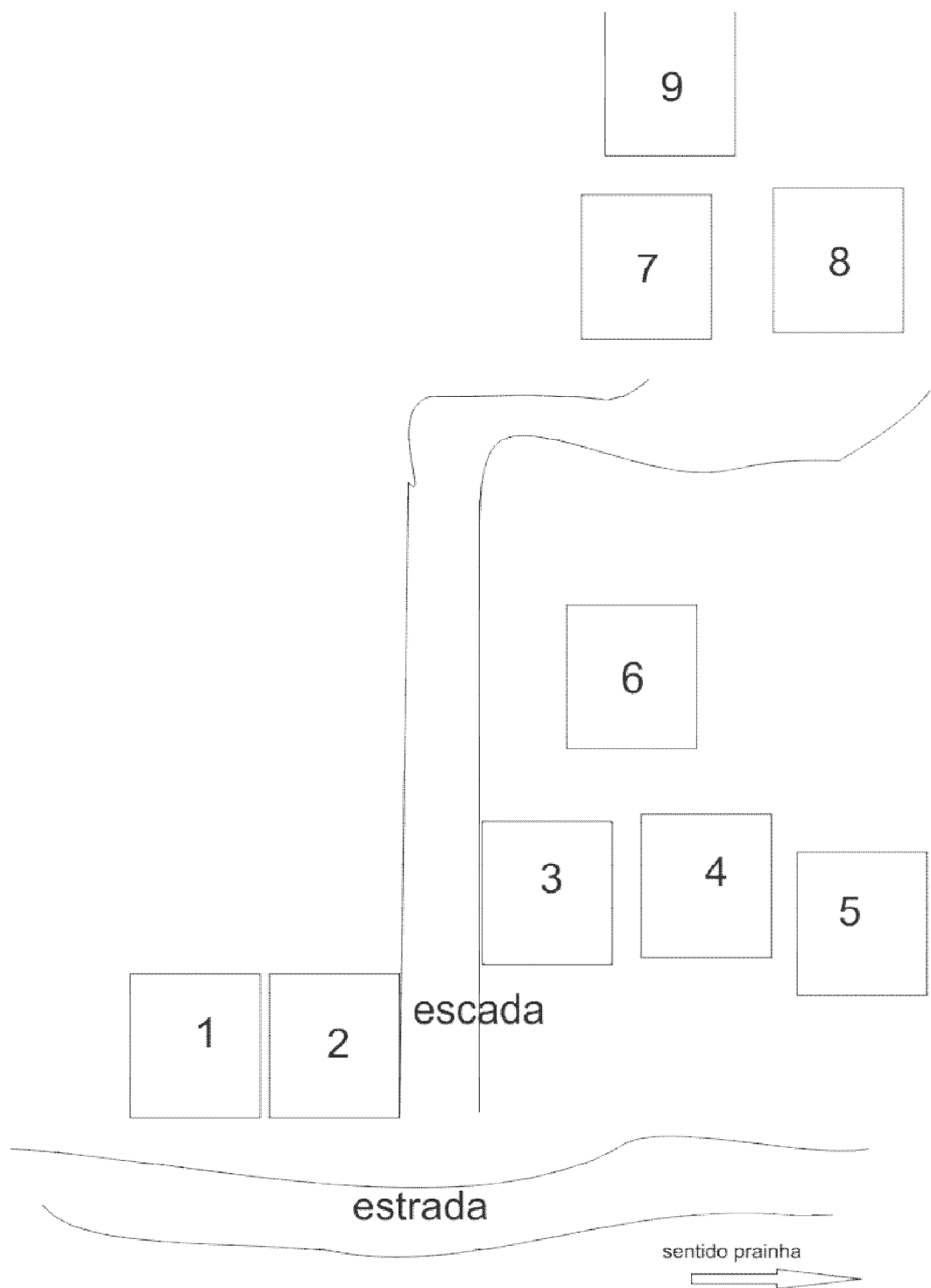
²⁷ O irmão de Juvenal é Antonio Custódio, que tem residência próxima ao mercado Spader.

²⁸ Segundo Salvador Custódio, essas terras da família do pai tinham três herdeiros, que segundo lembra era Pedro Henrique, família Custodio, (sobrenome do pai) e de Maria Polônia (possivelmente a área que foi comercializada para Luidi Massaferrro, a do Seu Silvestre Marques era do falecido Braz, que tem mais terreno no Araçá.

na parte de baixo no costão, pertenceu ao avô dele, que num determinado momento “sumiu no mundo”, e nunca mais tiveram notícias. O terreno que moram hoje foi cedido por seu pai. Vivem além dele e da mãe, os filhos, os sobrinhos e a sua ex- esposa Laurinda. Seu Salvador perdeu o irmão mais velho em um dos acidentes de barco nos anos de 1995. Ele tem ainda duas irmãs casadas com dois irmãos na comunidade, e elas, depois do casamento, passaram a residir no terreno que pertence ao seu sogro, seu Manuel dos Santos, conhecido por seu Balela.

Esses dados demonstram por sua vez a existência de um modelo de cessão de direitos locais, pois as divisões dos terrenos nem sempre correspondem a uma divisão formal de partilha, conforme estabelece as regras do Código Civil. No entanto, há que se considerar que em muitos casos as famílias “jogam” com essas regras fazendo-lhe apelos ou ignorando-as totalmente. Por vezes, o que parece ter ocorrido com mais frequência é uma divisão geodesia do terreno, para viabilizar as moradias dos filhos, mas o terreno permanece em sua totalidade, possuindo uma única documentação. Esse fato verifica-se em outras comunidades tradicionais e camponesas no país, produzidas por literatura antropológica, são práticas que visam preservar a integridade do patrimônio territorial. Tais práticas devem ser também compreendidas não como parte de uma sobrevivência de costumes antigos, anteriores ao caráter coercitivo das leis, ou por desconhecimento dela. Essas tradições sucessórias são portadoras de uma racionalidade própria e em estreita relação com as representações dos laço de parentesco (casamento com primos cruzados, entre pares de irmãos), que podem possibilitar a reprodução e a permanência dessa comunidade naquele lugar.

No croqui abaixo pode-se observar a configuração de ocupação adotada pela família dona Deolinda no terreno que era do seu marido.



De qualquer modo, é interessante perceber que as conformações espaciais destas famílias nesses terrenos parecem se estabilizar, concomitante ao processos de expansão de outras áreas na região. Assim também observa-se a concentração de algumas

No entanto, a venda das terras que ocupavam a região da Praia do Estaleiro, Ponta do Estaleiro e Caixa D’Aço, áreas incluídas da delimitação da APA Ponta do Araçá, não possibilitaram a reprodução do mesmo padrão de ocupação das terras pelas famílias das gerações anteriores. A partir da década de 1980, a vinda de pessoas de fora da comunidade, com o interesse em adquirir terrenos no lugar, sobretudo na orla da praia, vive um processo de expansão urbana que afeta diretamente a organização familiar existente até então. Esse fato acaba elevando o valor dos terrenos e reduzindo as possibilidades de aquisição e ampliação das ocupações de terrenos pelas famílias da comunidade da Vila do Araçá. A título de reflexão, abaixo apresentamos dois mapas com a plotagem dos núcleos familiares e de suas residências, considerando os critérios de Zoneamento utilizados na APA da Ponta do Araçá.

Comunidade Tradicional de Pescadores da Vila do Araçá: ocupações de núcleos familiares no interior da APA Ponta do Araçá (situação 1)

Legenda

- Nascentes
- Cursos d'água
- Estrada atual na Comunidade do Araçá
- Casas - Comunidade Tradicional
- APP - Cursos d'água e nascentes
- APP - Declividade superior à 45°
- Declividade entre 25° e 45°
- Vegetação em declividade entre 25° e 45°

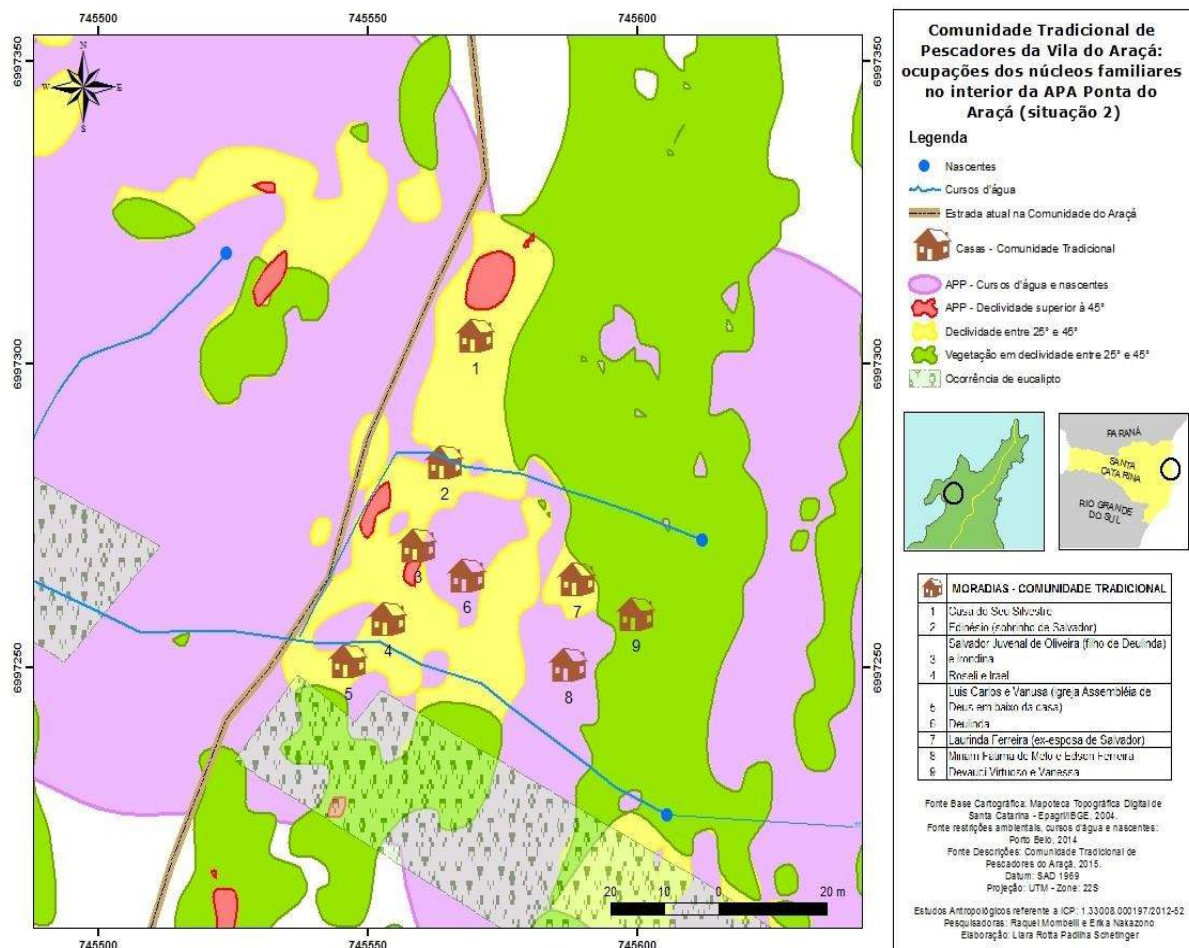
MORADIAS - COMUNIDADE TRADICIONAL

1	Niza
2	Clemente
3	Alicio
4	Salém
5	Antônio
6	Pedrinho

Fonte Base Cartográfica: Mapoteca Topográfica Digital de Santa Catarina - Espirito/IBGE, 2004.
 Fonte restrições ambientais: cursos d'água e nascentes: Porto Belo, 2014.
 Fonte Descrição: Comunidade Tradicional de Pescadores do Araçá, 2015.
 Datum: SAD 1968
 Projeção: UTM - Zona 22S

Estudo: Amapa digital referente a: CN: 1.5008.000/07/2012-42
 Revisão: 01 de Maio de 2016
 Elaboração: Liana Maria Xavier Schmitt

Mapa 5 Comunidade Tradicional de Pescadores da Vila do Araçá: ocupações dos núcleos familiares no interior da APA Ponta do Araçá (situação 2)



As atuais configurações que assumem as ocupações residenciais das famílias “locais”, representam o esforço para manter um padrão de ocupação de um legado herdado pelas gerações anteriores, em torno da figura paterna. Isso se evidencia no depoimento do seu Juvenal da Silva (75 anos), casado com dona Catarina da Silva, moradores da região do Caixa D’Aço, quando destaca o investimento que fez toda a sua vida para garantir condições para que seus filhos permanecessem naquele lugar.

“Pouca gente de fora tinha aqui dentro, era tudo gente do lugar. Então cresceu, e quem trabalha também arrumou alguma coisa, eu não arrumei nada aqui dentro. Eu trabalhei fora. Em Santos, no Rio de Janeiro. Trabalhei muito tempo na costa

do Rio Grande, Rio Grande do Sul, eu fiz a minha vida mais por fora. Aí eu fui empatando né, tudo isso aqui era meu. Aí fui vendendo, não queria mais... casa que tá aqui é minha, aquela que mora meu filho é minha, aquela outra lá que eu fiz era minha, dei pro meu filho, e aí eu fui indo, fazendo coisas, no dia que você ia ganhando ia empatando. Ela também era mulher nova, que era da luta. Eu trabalhava pra fora e ela ficava administrando, as coisas que era pra fazer, eu passava pra ela... Eu trabalhava pra fora, mandava o dinheiro, dali ela começava a fazer os negócios aí. Ela pegava o dinheiro lá no banco em Itajaí. Então ela foi construindo, fui mandando e fui escrevendo, pagava as pessoas pra fazer o chão, e quando eu chegava o negócio já tava mais evoluído. Vinha ficava 10, 12 dias, via como é que tava. Teve época de ter 2 anos sem vir em casa...Hoje eu posso dizer que eu tô muito bem... Só que deu um problema e isso me pegou de um jeito ruim... Eu tinha meus filhos, mas eu perdi meus filhos. E esse que mora nessa casa, eu dei pra ele. E a outra parte lá também dei pro meu filho quando ele casou” (Juvenal da Silva, 74 anos).

Segundo se registra nesse depoimento seu Juvenal, que embora o seu trabalho sempre foi realizado fora da localidade, com a pesca em alto mar, ele sempre investiu naquele lugar, que se traduz pelo termo “empatou”, “ia ganhando e ia empatando”. Ele também reconhece o importante papel que sua mulher desempenhou nessa dinâmica, pois foi responsável por administrar o cotidiano da família. A dinâmica descrita por seu Juvenal pode ser observada em outras famílias da comunidade e, tal dado, aponta para o fato de que é parte do projeto compartilhado pela coletividade, daquilo que se deseja para o futuro.

Como parte das estratégias para garantir a permanência dos filhos no lugar, com a construção de moradias no terreno do pai, é uma das mais fundamentais em sua cultura. Nestes casos, as configurações arquitetônicas que se apresentam nesses núcleos familiares responde a uma forma de organização social dessa comunidade, onde o patriarcalismo continua a exercer importância e a determinar os rumos da família e da divisão social do trabalho. Assim, cada núcleo familiar nesse pequeno espaço – terreno - encontra possibilidades de produzir arranjos que assegurem a sobrevivência dos seus, quanto a reprodução dos modos de vida e os valores herdados pelos antepassados. A organização familiar nesses termos, sustenta a “vida na e em comunidade” e por isso parte de sua cultura e forma pela qual é possível continuar existindo a Comunidade da Vila do Araçá.

“Se você for ver, as casas dos nativos é tudo perto da cachoeira” (oficina coletiva de mapa).

Quando perguntados sobre os locais de moradia, dois elementos são acionados imediatamente como referência: a existência de engenho de farinha e os cursos de água, ou as cachoeiras. Em alguns casos, as moradias foram construídas há mais de 60 anos e foram edificadas bem próximas aos cursos de água. Tal disposição das moradias, próximas aos cursos de água deve-se a facilidade de acesso a esse recurso natural para as atividades domésticas, como lavar, cozinhar, fazer a farinha entre outras. Dado o número de filhos que as famílias tinham, entre 10 a 15, facilitar o abastecimento de água da maneira mais rápida possível era fundamental para viabilizar a vida cotidiana dessas famílias.

Algumas dessas residências ainda estão localizadas nessas proximidades e, muitas dessas famílias não conseguem compreender as novas políticas ambientais que os tratam como criminosos, através de autuações de órgãos ambientais que insistem em desconsiderar a dimensão cultural dessa forma de ocupação. A família de José de Aquino é paradigmático para pensar essas situações. Sua mãe, Dona Maria Santa Boaventura Aquino, de 57 anos, foi autuada em 2014 pelo IBAMA por tentar fazer alguns reparos na residência construída há mais de 50 anos próxima a um curso de rio do Araçá. Dona Maria Santa reside nesse terreno desde que casou, ali tiveram seus filhos e permaneceram até hoje. A área que vivem foi herdada pela família do seu marido, que naquela região plantavam café, banana, entre outros produtos, além de estarem vinculados a atividade da pesca artesanal.

Na Ação Civil Pública ajuizada pelo IBAMA²⁹ Dona Maria Santa Boaventura é réu de uma ação por crime ambiental, como pode-se ler no documento abaixo:

“Proceder a demolição de todas as estruturas erguidas em áreas de preservação permanente descritas nos autos de infração e termos de embargo dos processos administrativos referidos, mediante a remoção integral de entulhos e recuperação total do dano ambiental perpetrado”, pagar indenização em dinheiro pelos danos causados ao patrimônio ecológico, em face do passivo ambiental representado pelos anos em que a natureza levará para se regenerar, pagar os ônus

²⁹ ACP n. 5008508-14.2014.4.04.7208/SC

sucumbeciais, despesas processuais, honorários advocatícios e outras (Ação Civil Pública- Justiça Federal da 4ª Região).

Nessa ação, ignora-se o processo histórico de ocupação da família naquele lugar, e os motivos pelos quais a moradia foi construída próxima ao curso de rio, muito anterior as atuais leis ambientais. Esses procedimentos acabam ignorando como as formas de morar, como as próprias moradias são marcos significativos de práticas históricas e da vida cotidiana, de expressões de organização familiar de uma comunidade tradicional.

A residência de Dona Tereza Pascoal (70 anos) é uma outra situação que demonstra a ocupação dos núcleos familiares próxima a curso de rio. Segundo ela mesma explica, o lugar onde hoje reside, foi ocupado pelo avô de seu pai, Nartino Verladino Pascoal³⁰, e a cachoeira que passa ao lado tem o nome de sua avô Clodina. Essa cachoeira desagua na Praia do Caixa D' Aço, onde seu pai colocava a rede para pescar tainha. Ela conta também que na cachoeira a família lavava a roupa e pegava a água para fazer comida. Ali viveu Dona Tereza com Ricardo Virgílio dos Santos, neto de Manuel dos Santos, uma das famílias fundadores da comunidade.

A área onde está atualmente localizada a sua residência foi o que restou da vasta área anteriormente ocupada por sua família, com engenho e roças na parte inferior do terreno, que estendiam-se até a praia do Caixa D' Aço. Parte dessa área está localizada uma casa de um parente e outra parte transformou-se em estacionamento para os turistas que visitam aquela praia do Caixa D' Aço. Nesse terreno ainda pode-se ver várias espécies de árvores adultas plantadas pelos seus avós, como o pé de jabuticaba e de jaca, como demonstra ela. Nessa área ainda é possível observar a presença de vários pés de banana, possivelmente remanescentes desse passado agrícola naquele lugar. Dona Tereza também explica que sua tia Dona Maria Joana, que era filha de dona Clodina residiu na região do Estaleiro e que depois ocupou a área do Caixa D' Aço:

“Era tudo dele, (do pai dela), o caminho era aqui, era trilho da casa mesmo. Tinha engenho de farinha, era aqui, era daqui do costão até o canto de bombas, era deles, da mãe da minha avó. Dona Clodina, avó do meu pai. Por isso a cachoeira, fonte de lavar roupa que eles falavam, pra beber, ainda tem pé de jabuticaba que meu avô plantou” (Dona Tereza Pascoal, 75 anos).

³⁰ Ele era casado com Antonia Joana de Jesus.

Na região da Prainha, ao lado da casa do senhor Osmar dos Santos, antigo pescador artesanal e embarcado, e agora dono de barco, também há uma cachoeira identificada como Cachoeira do seu Nartino. Isso segundo explica ele, seu Marzinho, como é conhecido, era porque no passado o terreno onde ela está localizada se estendia desde a orla da praia até o alto do morro e pertencia a família do seu Nartino. Hoje, os descendentes dessa família, ocupam uma faixa de reduzida de área, localizada à margem esquerda da rua Antônio José de Aquino, muito próxima a orla do mar.

Na região próxima onde está a escola do bairro, alguns dos nossos interlocutores também identificam a Cachoeira do seu Argino, nome relacionado a família do seu Argino Monteiro, área de antiga moradia da família da esposa do seu Osmar dos Santos, Dona Maria de Lourdes Monteiro dos Santos e do irmão Alcides Monteiro, conhecidos como Cid, e pescador artesanal.

Essa relação de aproximação com os cursos de água faz parte de estratégias de uso e de ocupação das áreas e dos recursos naturais encontrados do qual dependiam para sobreviver. Assim, nominar as cachoeiras, é reconhecer as relações de parentesco, os direitos de posse daquelas famílias nessas áreas, assim como reconhecem os valores atribuídos a esses recursos para o exercício das atividades produtivas. Compreender essas dinâmicas nos revela “uma dimensão prática designada como **territorialidade específica** para nomear as delimitações físicas de determinadas unidades sociais que compõem os meandros de territórios etnicamente configurados” (Almeida, 2008, p. 29). Essas dinâmicas podem resultar de diferentes processos sociais de territorialização, delimitando dinamicamente terras de pertencimento coletivo que convergem para um território.

“O acesso aos recursos naturais para o exercício das atividades produtivas, se dá não apenas através das tradicionais estruturas intermediárias do grupo étnico de parentes, da família, do povoado ou da aldeia, mas também por um certo grau de coesão e solidariedade obtido face a antagonistas e em situações de extrema adversidade e de conflito que reforçam politicamente as redes de solidariedade” (Almeida, 2008, p. 29, 30).

4 PARTE II – A TRADICIONALIDADE DA PESCA DO ARAÇÁ

4.1 Contexto histórico da pesca

A partir da década de 1950, a pesca industrial de emalhe de superfície se expande no Japão, direcionada à captura de salmão (Huppert e Mittleman, 1993). Nesse mesmo período, no Brasil, verifica-se a expansão do início da pesca industrial de arrasto de fundo, em profundidades de até 50 m. Associado à alteração da extensão do mar territorial até 200 milhas, pelos países da Argentina e Uruguai, a pesca no sul do Brasil sofreu um grande incremento na produção do pescado (Yesaki e Bager, 1975 apud Haimovici³¹).

A pesca industrial de arrasto no Rio Grande do Sul teve início em 1947 e atingiu seu auge em 1976 (Haimovici, *link*). Na comunidade da Vila do Araçá, a atividade da pesca também refletiu esse cenário. Durante a década de 1950, embarcações japonesas, “atuneiros”, aportaram na Vila do Araçá em busca de captura de iscas para a pesca do atum. Alguns moradores, hoje com idades em torno de 50 a 80 anos, relatam episódios desse período, quando puderam trabalhar para os japoneses.

“Eu com 18 anos, vieram os portugueses da Ilha da Madeira, trazendo a pesca do atum ao Brasil, então, vieram arrumar um cara que quisesse produzir iscas vivas pra eles. Foi os portugueses que trouxeram a pesca do atum pra cá. Aqui só fazia no Rio de Janeiro, e aqui comigo, a isca viva Eu tinha um barquinho excelente para o tipo de coisa. Então, a “Atlantico”, uma firma grande de pesca de Itajaí, veio aqui e me contratou. Todos os barcos que vieram de Portugal e todos os barcos do Rio de Janeiro, ali tava iniciando a pesca do atum no Brasil, ano de 1983. Depois eu trabalhei 25 anos com navios japoneses que vieram do Japão passando pela África e da África pra cá. Eu trabalhei 25 anos com a mesma tripulação que veio do Japão. Esses navios ainda estão trabalhando, grupo Ipiranga. Nós demorávamos mais tempo para botar a isca no barco, do que encher ele com 300 toneladas de atum. Nós demorávamos mais tempo descarregando o navio do que pescando lá fora. Dois dias, três dias, 370 toneladas. E todos vinham aqui. Eu tinha vários viveiros de isca, sardinha pequena, botava tudo aqui. Então tinha dia de eu iscar 18 barcos. Chegava, encostava no viveiro e eu transladava a isca pro navio e eles saíam a pescar. E semana que vem novamente. Então foi 25 anos muito bom, até anos 90. Mas só que teve a proibição da isca também. Eu fui pra pesca industrial, fiz barcos grandes, botei o pessoal e parei de pescar. Eu tinha

³¹ Acessar artigo em: http://www.mma.gov.br/estruturas/revizee/_arquivos/dermesai.pdf.

4 barcos, cada um com 6 pessoas. Pessoas da comunidade. Meus barcos traziam muito cação. Numa viagem só, trouxeram 605 faconas grande. O cara me pagou 115 mil, só pelas barbatanas que valiam muito, acho que 120, 150 dólar o quilo” (Marcílio Santos, abril de 2015).

Por volta da década de 1970, a atividade da roça começa a enfraquecer diante da proibição do corte de árvores para manter o sistema de coivara da agricultura da mandioca, e da emergência da atividade da pesca, tornando-se essa a atividade principal da economia familiar. Na região costeira do Rio Grande do Sul, a pesca artesanal constituía-se da “pesca de parelha”, em águas pouco profundas, onde utilizava-se redes de cerco de praia que eram levadas por pequenas embarcações, em pares, a centenas de metros da costa e recolhidas manualmente.

Em 1977, a pesca se intensifica na região sul através da entrada de barcos estrangeiros arrendados, sediados no porto de Rio Grande (Zavala Camin e Silva 1991; Silva 1994 apud Haimovici, *link*). Devido a uma política de incentivos fiscais neste período, aliada a facilidade de investimentos à pesca, durante meados dos anos 80, a frota pesqueira nacional teve expressivo crescimento.

A partir de 1980, a pesca artesanal se desenvolve atuando com embarcações de 12 a 15 m de comprimento (tripulação com 6 a 8 pescadores), 90 a 120 HP de potência e até 20 toneladas de registro bruto. Operavam com rede de emalhe, redes de cerco e anzóis, em profundidades inferiores a 40 m. Atuavam com a seguinte sazonalidade: tainha no outono, anchova, castanha e pescada no inverno, corvina na primavera e camarão rosa no verão e outono (Haimovici, *link*).

Na comunidade da Vila do Araçá, seu Silvestre e Manequinha foram os pioneiros na atividade pesqueira, que em princípio, ocorriam em barcos pequenos, com 12 m de comprimento. Conforme relatos de pescadores, antigamente as primeiras safras da corvina eram puxadas na mão. Os pescadores não saíam para alto mar, ficavam somente perto das ilhas (Arvoredo, Galés). “A pesca era cansativa, as embarcações eram pequenas, não se usava gelo, quando voltavam da pesca o pombeiro tava esperando para pegar o peixe e o camarão, não havia gelo”.

Depois de alguns anos, quando começaram a usar embarcações maiores e alcançar altas profundidades, foi necessário colocar o guincho³² para puxar a rede. A pesca da corvina ocorria entre os meses de abril e setembro, preferencialmente. Entre os meses de outubro a abril, saíam para a pesca de “rede de boiada”, a pesca do cação e de “trainerinha de cerco” (Salvador Juvenal de Oliveira, 04 de junho de 2015).

“Era um botinho motorizado. Devagar ele (avó Silvestre) foi lá e fez um barquinho maior. Esse barquinho maior ele deu pro tio Chico, que o pai falou que tinha câncer no estômago... Hoje o vô, todos os filhos e filhas, claro que as filhas não foram pro mar, mas foram espertas e casaram com pescador (risos), são donos de barco. Uns tem um, outros têm três, mas todos eles são donos de barco. Marcos Marques, março de 2015.

A pesca aqui evoluiu de 40, 30 anos pra cá. Antes o pescador era mais artesanal, pegavam muito cação. Aí depois os vieram os primeiros barcos, meu sogro, depois pai de Ismael. Eu comecei... o barco maior de corvina quem começou aqui fui eu. Comprei de Governador Celso Ramos. Era uma traineira, eu comprei e botei pra sardinha. Nós não tínhamos a evolução do guincho ainda, era puxado manual. Não usava tanto a rede. Depois a evolução foi chegando. O barco, eu comprei de traineira e tinha umas 30, 40 redes porque era manual” (Marcílio Santos, abril de 2015).

Em 1989, a pesca de emalhe de fundo a profundidades superiores a 50 m passou a ter destaque em embarcações dos portos de Rio Grande e principalmente Itajaí e Navegantes. Os barcos utilizados eram camaroeiros e arrasteiros adaptados de 18 a 30 m, de 185 a 350 HP de potências e redes de fundo de várias milhas de comprimento. No início essa pescaria ocorria nos meses de inverno, mas desde 1992, passou a ser praticada o ano todo (Haimovici, *link*).

Duas categorias de pesca são definidas, no Brasil, para registro de informações de desembarque nos estados, “pesca artesanal” e “pesca industrial”. De acordo com o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), **a pesca da corvina realizada por pescadores da Vila do Araçá é definida como industrial**. Os critérios que definem essa categoria se baseiam na escala da produção/extração e tamanhos das embarcações. Engloba as embarcações de médio e grande porte, com capacidade em torno de 20 a 50 toneladas e, acima de 50 toneladas, respectivamente. A pesca ocorre na plataforma

³² O guincho é controlado manualmente. É um guincho hidráulico que facilita a puxada da rede do mar para dentro do barco.

continental, talude superior e águas oceânicas adjacentes (por fora de 4 milhas da costa). Os petrechos utilizados variam entre, arrasto de parelha (simples e duplo), emalhe (superfície, fundo e meia-água), espinhel (superfície e fundo), cerco, vara e isca-viva, garateias automáticas, linha de mão e armadilha.

De acordo com critérios definidos para escala, “o segmento da pesca industrial é exclusivamente voltado para fins comerciais e representa grande relevância social e econômica para o Brasil. Trata-se de uma atividade de base, fornecedora de matéria-prima

para as grandes indústrias de centros de distribuição de alimentos” (<http://www.mpa.gov.br/index.php/pesca/industrial>).

A pesca artesanal é exercida também por muitos membros da comunidade da Vila do Araçá, e corresponde à atividade que ocorre em águas interiores, estuarinas e costeiras. De acordo com critérios estabelecidos para esse tipo de pesca, as embarcações suportam até 20 toneladas de registro bruto e é exercida por produtores autônomos, que contempla a obtenção de alimento para as famílias dos pescadores ou para fins comerciais.

A trajetória dessa comunidade com a atividade da pesca industrial é marcada por narrativas que combinam histórias de sucesso profissionais com tragédias familiares. Pois, no passado recente acidentes sofrido com algumas embarcações em alto-mar custaram a vida de muitos jovens dessa comunidade. Essas memórias das tragédias constituem parte importante da memória do percurso histórico da pesca traçado pela comunidade do qual não podem deixar de rememorar.

4.2 A pesca do cação ou “da vaca”: memória das tragédias

“Tive muito na época do tubarão, nos ia lá em alto mar, não sei se falaram pra vocês, três dias de mar adentro, só pra fora, nada de costa, só se via céu e mar, foi lá que perdi pro meu irmão mais velho, perdi bastante parente, perdi primo...” (Salvador, 47 anos).

“Naquela vez todos os jovens do raça se foram tudo” (Laurinda Ferreira, conhecida como Preta).

“No Araçá, sete na minha cunhada morreram dois no mesmo dia, um de 19 ano e outro de 16 anos” (Donzilha Vieira da Silva, 60 anos).

As memórias sobre as trajetórias de vida na pesca com o cação, homens e mulheres da comunidade do Araçá acionam lembranças dolorosas e angustiantes. Pois, a pesca do cação é um dos eventos que marcam uma divisão do tempo histórico de várias famílias. Embora a atividade trouxesse a possibilidade de ampliar as condições financeiras das famílias, para muitas delas, isso custou a perda de muitos entes queridos, como filhos, pais, primos e amigos que sumiram em acidentes em alto mar. Essas tragédias são rememoradas com grande lamento, e o sofrimento que provocam aliviadas através da religiosidade e fé que cultivam. Dona Donzilia Vieira da Silva, conhecida como Zilinha, perdeu dois filhos em um acidente com embarcação dessa pesca, o primeiro em 1995, aos 20 anos de idade e o segundo em 1999 com 17 anos. Apesar dos anos o sofrimento destas perdas ainda permanecem.

“Às vezes a gente que é mãe fica imaginando assim, será que eles gritaram, será, passa tanta coisa na cabeça da gente, que aconteceu isso comigo. Eu fui no medico, ele disse que eu tinha pegado depressão, não é uma tristeza só, fala é fácil mas agente entender que é mãe, a gente com aquela esperança que eles foram, com aquela alegria, a Preta tá aí e sabe que os filhos dela se criaram na pesca. Essa ponta pra fora, aquela alegria, alegria, e saber que não voltar, não é fácil, mas a gente que é mãe, a mulher casa, mas quem é mãe três coisa que nos perdemos e não achamos mais, pai, mãe e filho. Não tem (...) você não coloca outra pessoa naquele lugar. Então é assim, as vezes fazendo festa, domingo todo mundo aqui em casa reunido, aquele lugar está sempre vazio, sempre, pra mim tá. Não adianta dizer que passou 12, 16 anos, passou o tempo passou, mas pra mim aquele tempo não saiu da minha mente, ele descendo e subindo esse morro, não era pessoa melhor que ninguém, mas era uma pessoas que não cheirava, ele nunca me incomodou com nada, morreu com 24 anos, (...) mas é a pura verdade, me ajudava do princípio ao fim, e pra gente é triste, (...) que dói, dói. Só a gente que é mãe que sabe, ocasião de fim de ano, quando chega aqueles barcos que chegam ali no porto, aquele falta deles nunca tapa, não é fácil. Eu sinto comigo, certo lá em que eles estão melhor do que esse mundo que nós estamos hoje. Tenho certeza...” (Donzilia Vieira).

Esse tipo de pesca iniciou na década de 1990 e calcula-se que mais de 12 barcos teriam nesse momento sofridos acidentes que provocaram o desaparecimento de várias pessoas da comunidade. Entre as famílias que perderam seus filhos nessas

circunstancias estão Dona Nair Santos (Dona Lila) casada com Genésio teria perdido 3 filhos. Dona Ilma Izabel Martins (falecida), casada com seu Vicente Eliseu da Silva (Canto Grande) perdeu dois filhos no mar, um com 19 anos e Vilson com 25 anos. Dona Deolinda perdeu o filho mais velho e sobrinhos. Dona Terezinha e Ricardo Pascoal.

Nessa época, década de 1990, havia a pesca de vários tipos de cação³³, em território marítimo distante, entre países do Brasil e África. Contudo, as embarcações dos pescadores da comunidade da Vila do Araçá eram pequenas, com 12 a 15 m de comprimento, para atuarem nessas profundidades. Os moradores relatam fatos trágicos desse período, a denominada “pesca da vaca”, onde muitas famílias perderam seus filhos e maridos em acidentes com tempestades em alto mar³⁴.

“Tubarão martelo, nós saía aqui do porto, viajava aí para fora, três dias, para pegar o tubarão martelo. Chegava lá na divisa no mar da África (3.000 m, 5.000 m de profundidade), é além das águas brasileiras, nós temos 200 milhas para navegar, do Oiapoque ao Chui e de leste a oeste, atravessa isso tudo aí, nós não via nem navio... nunca que eu vi baleia orca, lá eu consegui ver. Ficou muita gente nossa lá (Seu Dercílio tem um neto que morreu lá). Às vezes, eu trabalho aí com alguém que diz... tu tens medo de vento... eu não tenho medo de vento, eu tenho respeito, porque a maior tempestade do mar quem pegou fui eu. Meu primo morreu cinco milhas de mim e eu não consegui salvar ele. Eu dormi para morrer dormindo. Quando eu cheguei no cais aqui meu patrão falou... graças a deus que estás aqui. Eu disse graças a deus mesmo, porque foi Jesus que voltou teu barco. Tinha onda da altura daquele morro ali... ela conseguia quebrar longe de nós, 50 m, a espuma dela alagava o barco. Mas sabe como era chamado isso? A ganância pelo dinheiro. Cheguei lá, em 25 dias, ganharam 10.700 reais. Minha filha mora numa casa hoje que eu comprei com a metade do que eu ganhava aqui. Hoje em dia não tem mais, não conseguimos ganhar mais nem 3.000. Primeiro, não podemos matar cação de espécie nenhuma, se nós matar, nós vamos presos. Só que eles proibiram nós de trazer, mas não proibiram nós de matar, então quando vem na rede nós somos obrigados a jogar fora no mar. Nós íamos lá, atrás da barbatana, que fazia fibra ótica, para computador, GPS, e nós exportávamos para Hong Kong. Porque ali em Torres, eles tem uma pesca de tubarão ali que a malha é pequena, eles matam só

³³ “Cação” – referenciado a qualquer espécie de tubarão. O termo “vaca”, na comunidade, refere-se especificamente ao tubarão martelo.

³⁴ Segundo pescadores, um total de 30 pessoas morreram em um período de 3 anos na pesca do cação. O primeiro acidente ocorreu no ano de 1995. Dentre esses, vários da comunidade. Há relatos de famílias que perderam dois filhos em uma mesma viagem de pesca, onde 7 pessoas da comunidade faleceram.

filhote, por eles é que nós estamos pagando. O cação tá proibido mas eles matam direto. Porque lá não tem fiscalização. Eles matam o filhotinho, onde a gente mata o filho não vai crescer uma família nunca” (Rosélio, 25 de fevereiro de 2015).

“Antigamente existia uma pesca no Rio de Janeiro que chamava “pesca do caico”. Saía um barco com 10, 15, 20 caico. Cada caico daquele ali ia soltando com dois pescadores dentro, vê como a vida deles era difícil, eles largavam 1,2,3,4, um longe do outro. Falava assim... 11 h passa a comida. Ficava o cozinheiro, o motorista, o contramestre no barco e o mestre. Aí quando o barco vinha eles tinham que pegar a comida, se não pegasse aquele sinal iam ficar sem comida. Uma vida difícil o caico. Aí quando esse tubarão (martelo) vinha, lá dava muito, eles tinham que fazer... eles tava no caiquinho, eles pegavam o remo, jogavam pra fundo, segura o remo firme aqui, o tubarão vinha e encostava no remo, ficava se coçando, até ele desistir, ele não podia se mexer. Se aquele tubarão, eles não botasse o remo, e ele vinha até o casco caiquinho que eles tavam, que ele desse uma mexida dentro do barco, se assustava e virava. Era uma pesca muito muito perigosa que foi proibida no RJ. Hoje eles pescam esse tipo de pesca mas usam outro tipo de aparelho, hoje eles usam malha, é também tudo barco grande... aqueles caico pequeno não existe mais” (Rosélio, 25 de fevereiro de 2015).

“Sou pescador desde novo, pescava de abril a setembro a corvina, não tinha lei que fechasse, era costume mesmo, da natureza mesmo, praticavam desse jeito, a rede boiada, na traineira de cerco, camarão, até chegar o mês de abril, rede de malha, e aí ia pra corvina” (Salvador de Oliveira, 47 anos).

Segundo um estudo que analisa o crescimento da produção pesqueira relacionada a pesca industrial de emalhe de fundo-costeiro, existe um forte incremento do esforço de pesca deste tipo de pescaria em decorrência ao aumento do número dos barcos, bem como do comprimento médio das redes (Occhialini, 2012). Este expressivo crescimento acarretou no declínio do rendimento de captura de algumas espécies. Desde então, medidas de regulamentação para o arrasto foram implementadas: limitação do esforço de pesca, via licenciamento e limitação das frotas; caracterização de petrechos/equipamentos de pesca e restrição de uso; proteção de áreas de pesca; tamanho mínimo de captura das espécies-alvo; e, para camarões, períodos de defeso - proibição de pesca (Perez et al., 2001).

O grupo dos peixes cartilaginosos (elasmobrânquios)³⁵, considerados espécies salvo da década de 90, foram os mais afetados pela sobrepesca acarretada pelo emalhe de fundo-costeiro, que manteve uma produção média de 840 toneladas entre os anos de 2001 e 2003, atingido um pico de 1.056 toneladas em 2004. Contudo, após esse ano, a produção atingiu um forte declínio que representou uma redução de 86% nos desembarques entre os anos de 2001 e 2010, acarretando na proibição de algumas espécies³⁶ (Occhialini, 2012). A pesca do tubarão martelo também foi proibida (INI MPA-MMA nº11/2012).

4.3 O “ronco da corvina”: tradição e modernidade

A partir de 2004, verifica-se uma transferência da frota de pesca de emalhe-de-fundo costeiro para a captura de corvina³⁷, que representa atualmente, mais de 60 % da produção dessa modalidade pesqueira. Entretanto, com o declínio da produção de corvina em 2007, houve uma demanda do segmento para restrição de acesso às traineiras³⁸ ao recurso corvina, que foi acatado pelo IBAMA - Portaria nº 43/2007 (Occhialini, 2012).

Tais constatações são evidenciadas nas atividades pesqueiras da comunidade da Vila do Araçá. **Tanto a pesca artesanal, quanto a pesca industrial, se desenvolveram e permaneceram como principais atividades econômicas.** Apesar das transformações e facilidades das novas embarcações, aspectos culturais e identitários da herança da pesca são características que demarcam a tradicionalidade da comunidade.

“Hoje é tudo motorizado, nosso barco é tudo motorizado, não puxa uma rede com a mão, não faz força, tudo no hidráulico. Tem televisão, DVD, banho quente, “play station”... hoje é tudo sofisticado, ninguém mais pilota na mão, antigamente dirigia na mão, hoje é o piloto que leva, só liga o GPS e o piloto faz tudo sozinho, o cara só vai cuidando” (Rosélio, 25 de fevereiro de 2015).

“Parou a pesca, acaba tudo...” (Emiliano Lourenço, março de 2015).

³⁵ Elasmobranchii é uma subclasse de [peixescartilagíneos](#), inclui tubarões e raias.

³⁶ IN MMA nº 05/2004 – Proíbe a captura de cações-anjo e raia viola (mesmo que incidental), espécies incluídas na lista nacional de espécies ameaçadas de extinção.

³⁷ Ocorre modificações nas características do petrecho: redução na altura, aumento no comprimento e a convergência para malha de 13 cm entre nós opostos nas redes de emalhe-de-fundo costeiro.

³⁸ Traineira é um tipo de embarcação que faz cerco para capturar o peixe. Neste cerco se pega tudo, peixes diversos e de vários tamanhos, inclusive peixes bem pequenos. O sonar não serve para a pesca de malha.

⁴⁰ Os pescadores da corvina estão vinculados ao Sindicato dos Armadores e das Indústrias de Pesca de Itajaí e Região (SINDIPI).

A pesca de emalhe-de-fundo costeiro da corvina⁴⁰ é a principal atividade da pesca industrial na Vila do Araçá, sendo a mesma, uma das principais fornecedoras de corvina para o mercado nacional.

Existem cerca de 27 donos³⁹ de barcos na comunidade da Vila do Araçá que atuam na pesca da corvina. A frota pesqueira compõe-se da seguinte maneira: barcos que alcançam entre 17 e 27 m de comprimento e que alcançam cerca de 100 m de profundidade para a atividade da pesca. A pesca de emalhe de fundo para a corvina constitui-se de malha com tamanhos de 12 a 14, e rede com altura de 4 m, que é jogada a 90 m de profundidade. Cada ponta da rede possui uma âncora que faz com essa permaneça parada no fundo do mar.

A frota de barcos da comunidade da Vila do Araçá é composta de 60 a 70 barcos, aproximadamente (Tabela 3)⁴⁰. Esses barcos saem para a atividade da pesca e passam cerca de 30 a 40 dias em alto mar para potencializar o lucro que é obtido com a mesma. Somente durante o período do defeso da corvina, entre os dias 15 de maio e 15 de junho, pode-se encontrar todos em terra. Alguns pescadores relataram haver a necessidade de aumentar o período de defeso, para que haja mais tempo para a reprodução dos peixes e diminuição da sobrepesca, o que está causando a baixa produção da pesca nos últimos 5 anos. Segundo depoimentos, há 6 anos atrás a produção ainda gerava 70 toneladas por viagem.

³⁹ Cada dono de barco possui em média 2 barcos, podendo chegar a ter 6 barcos.

⁴⁰ A construção e manutenção dos barcos são feitas em Itajaí e em estaleiros de Navegantes.

Tabela 3- Relação das embarcações de pesca da corvina - Comunidade Tradicional de Pescadores do Araçá.

Dono	Nome do Barco	Localidade
1	Emanuel C	Araçá
2	Gabriel C	Araçá
2	Cristo Rei	Araçá
3	Tonico da Costa	Araçá
4	?nome	Araçá
5	Mestre Doca	Araçá
5	Luan	Araçá
6	Rainha Ester	Araçá
6	Benedith	Araçá
7	Elisângela Santos	Araçá
8	Flip XV	
9	Astro Sol II	Prainha
10	Mar de Arvoredo	
11	Mar Cristalino I	Prainha
11	Mar Cristalino II	Prainha
11	Mar Cristalino III	Prainha
11	Mar Cristalino IV	Prainha
11	Mar Cristalino V	Prainha
12	Águia n1 (21,10m)	Prainha
12	Marcos Felipe (21m)	Prainha
12	Marcos Felipe II (21,5m)	Prainha
13	Osmar Santos	Prainha
13	Da Lourdes	Prainha
13	Adriano Santos	Prainha
14	Gabriel Felipe	Prainha
14	Felipe Marques	Prainha
15	Gustavo Marques	Prainha
15	Araçá V	Prainha
15	Aracá VII	Prainha
15	Araçá X	Prainha
16	Carlos Bruno	Prainha
16	Vô Zeca	Prainha
16	Vô Marzinho	Prainha
17	Rosa Branca	Prainha
17	Rosa Mística	Prainha
18	Vô Mael	Prainha
18	Ilha Santos	Prainha
18	JWA Santos	Prainha

18	Alan II	Prainha
18	Alan III	Prainha
18	Domael	Prainha
18	Gean Carlos IS	Prainha
19	Brenda Santos	Prainha
19	Sergio Santos	Prainha
20	Adriana Santos	Prainha
21	Caetano Marques; Caetano II	Prainha
22	Astrosol I	Prainha
23	Diego Leonardo	Prainha
24	Maria Eduarda	Prainha
25	Aquarius	Prainha
26	Amanda Santos	Araçá
26	Irmão Santos	Araçá
26	Robson III	Araçá
27	Izavana	Prainha

O desembarque da corvina é feito no porto de Itajaí, sendo a mesma direcionada para indústrias da região e atravessadores. Contudo, de acordo com a localização das embarcações, podem desembarcar a corvina em outros portos, como nas cidades do Rio de Janeiro e Santos. A maioria das embarcações fica ancorada em Itajaí, cerca de 25 % fica ancorada na Praia do Caixa D' Aço.

Além dos critérios de tamanho das embarcações e capacidade de carga, o que permite o alcance a maiores profundidades com mais segurança, a pesca industrial também se caracteriza pela condição trabalhista dos empregados da tripulação. A tripulação do barco é composta geralmente por seis pessoas e corresponde a: 1) Mestre do barco - capitão (a pessoa que ganha melhor depois do dono); 2) Contra-mestre, responsável pela organização do convés e mediador entre tripulação e mestre do barco; 3) Motorista, que cuida da máquina, o motor; 4) Ajudante do contra-mestre (1º homem no convés), é o gelador (acondiciona o peixe); 5) Cozinheiro; e 6) Tripulante (convés).

“Fui pra pesca com 16 anos, hoje tô com 54. Eu trabalho com máquina. Sou segundo condutor motorista. Sou cursado pela BPC, pela companhia. Eu sou o homem que mantém a segurança da tripulação, da navegação do barco, pra o mestre poder pescar. Se eu der uma falha lá em baixo, eu posso estragar toda a pescaria. A gente diz que é o motorista de pesca. Pra quem não entende, pensa que é o que dirige o barco, não é, é o que mantém as máquinas funcionando. Agora a

gente já tem o profissional, a gente já sai daqui a preparado, e lá fora não esquentam mais, vai tudo com a manutenção tudo feita, tudo direitinho, só virar a chave e botar o barco para trabalhar. Antigamente, eles mesmo que pescavam eram o motorista, a embarcação era pequena. Depois a capitania começou a cuidar. Tinha que ter o mestre, o motorista e o contra-mestre. São os 3 homens que têm que ser cursado no barco. Mas a partir da hora que tem 6 homens dentro de um barco, todos eles têm o mesmo conhecimento, só que a gente é classificado pela BPC. Se acontecer uma tragédia num barco, a primeira pessoa a ser chamado na capitania é o mestre e o motorista, pra dar depoimento. Eu na verdade, eu digo pra você, eu cobro muito da segurança a bordo... as pessoas dizem que é cheio de detalhe, não é detalhe! Se a gente dá uma falha que acontecer, a capitania vai cobrar nós” (Rosélio, 25 de fevereiro de 2015).

O mestre do barco muitas vezes é o dono do barco e, quando não, geralmente é o filho do dono do barco, ou parente próximo. Todo dono de barco já foi mestre de barco um dia. O mestre de barco é a posição mais bem remunerada da embarcação, depois do dono⁴¹. No papel de capitão da embarcação é responsável por toda a segurança da tripulação do barco, tendo a responsabilidade de garantir a calma desta durante situações difíceis em tempestades e outros imprevistos em alto mar.

Com o passar dos anos, o mestre do barco passa a ser o dono do barco. Daí em diante pode haver a compra de outras embarcações e, neste momento, o dono do barco se “aposenta” e não sai mais para pescar em alto mar, repassando o legado para seus filhos.

Na trajetória do pescador, nesta comunidade, o ofício é transmitido de pai para filho.

“O vô, todos os meus tios e tias têm barco, porque casaram com pescador... Tem uma tia mesmo, a casada com tio Zico, que é que nem homem. Chega lá em Itajaí que os caras querem roubar na balança, ela mete o pé na balança, põe de cabeça pra baixo, ela pega a caixa de peixe, mexe prum lado, coloca pra outro... Aqui gerenciar é botar a mão na massa. Vai descarregar o barco, vai abastecer. Claro que ela não vai ficar pegando peixe toda hora sozinha, descarregando sozinha. Mas ela tá lá, ajudando, olhando, vendo se tá direitinho...” (Marcos Marques, março de 2015).

Neste sentido, a hierarquia de funções, aparentemente definidas, tem como objetivo principal regulamentar a partilha dos recursos obtidos com a produção. Se

⁴¹ Os pescadores utilizam o termo “firma” para se referir à determinada embarcação.

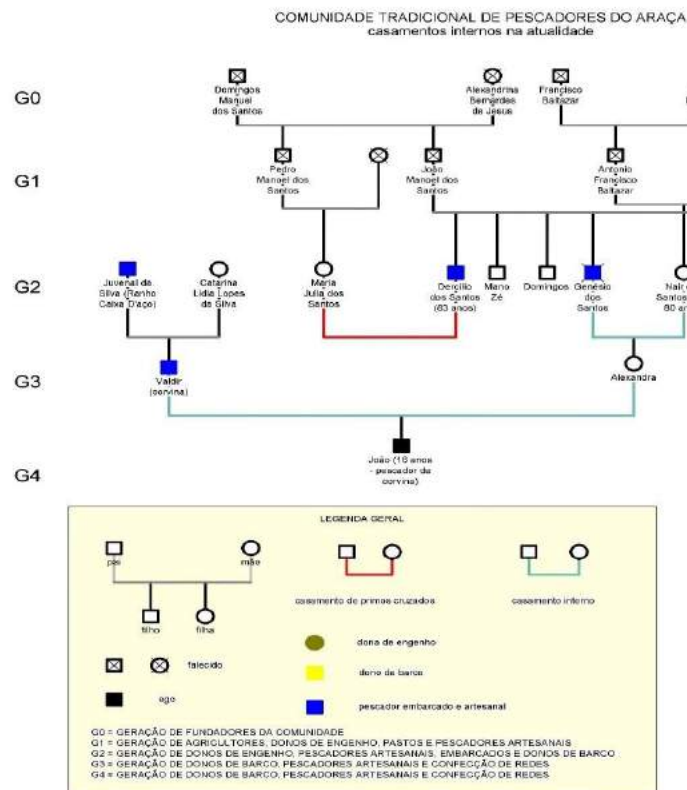
atuados em alto mar, o mestre do barco precisa apresentar sua licença para a devida função, consistindo o mesmo para o contra-mestre e motorista. Ou seja, estes são os responsáveis pela embarcação, sendo que o restante da tripulação corresponde ao pescador que é contratado para atuar na pesca.

A forma de divisão financeira do lucro da produção obtida varia conforme o dono de barco. Geralmente, o dono fica com metade do total do recurso e a outra metade é dividido entre a tripulação. Contudo para efetuar pagamentos de despesas com as viagens e custos de manutenção para arrumar o barco, essa forma de divisão do recurso pode variar.

“A pesca pra valer a pena, pra fazer a gente sorrir, tem que ser de 30 toneladas pra cima. É porque, na verdade, eu tenho pena é daquele último homem do barco. Que ele só recebe uma parte, que nós ganha produção. A gente, eu, mestre, a gente ganha um pouco a mais, porque a gente tem a categoria... porque a gente tem a responsabilidade de ganhar isso. Cozinheiro pra mim é o que mais trabalha no barco, só levanta de manhã e só vai dormir à noite!” (Rosélio, 25 de fevereiro de 2015).

“O nosso abastecimento, nosso custo, tá muito caro. Nós para levar nosso barco lá fora para passar 30 dias nós paga 30.000 real de óleo gelo e rancho, e manutenção pequena. O litro do petróleo hoje, que nós temos subsídio, paga 2,40, mas se não tivesse subsídio, pagava dois e sessenta e pouco. Nós pega 7, 5, 6, 8 de tonelada de óleo por viagem. Viagem passada nós fomos fazer o pagamento, o patrão chamou nós lá, de despesa, nós fizemos duas viagens curtas para aproveitar o preço, de despesa nós tinha 41 mil. Fizemos bruto 120 mil. Desses 20% sai do bruto, esse é do patrão, chama 20% de manutenção. Depois tira a despesa e divide o que sobra em 22 partes, para ganhar 2.700 reais. Desse 120 mil sobrou 2.700 reais para cada tripulante. Por que? A despesa alta. Se fosse antigamente, com despesa baixa, daria 4, 3 e pouco para cada um. Então a gente tem que lutar muito pra ganhar pouco. Se ficar 10 dias lá fora nem compensa ir, é 25 dias pra fora...” (Rosélio, 25 de fevereiro de 2015).

Genealogias 3 - Comunidade Tradicional do Araçá: casamentos internos e atividades (agricultura; engenhos; pesca; donos de barco)



Na pesca artesanal, o pescador precisa ter apenas a licença para pesca artesanal, não havendo funções de mestre, contra-mestre, entre outros. Em relação à embarcação,

um barco artesanal de 11 metros, por exemplo, vai ter um porão menor e, portanto, menos capacidade de carga. Ou seja, a embarcação industrial possui maior capacidade de carga, cabe mais óleo, mais peixe e pode passar mais tempo em alto mar. A diferença principal entre essas duas é que na industrial se tem maior autonomia do que na embarcação artesanal. Ambos os tipos de barcos possuem guincho para puxar as redes e GPS, mas não possuem sonar.

“A malha, o sonar nem funciona. A malha é o seguinte, a malha é conhecimento, vento, maré e ronco. Sabe qual é o sonar da malha? É o cano de pvc no fundo do barco. Antigamente usava vara de bambu. Hoje em dia como a tecnologia está avançada eles usam cano de pvc. Põem um cano de pvc no fundo do barco e a corvina faz “rorororo” (barulho do ronco). Se tem ronco eles sabem que a corvina tá ali” (Marcos Marques, março de 2015).

“Por isso que eu digo pra ti que esse é o diferencial da nossa pesca. A nossa pesca é 100% no conhecimento, ela é artesanal, o barco só é maior, só isso, é igual aos outros” (Marcos Marques, março de 2015).

Tais diferenças são mínimas entre essas categorias no Brasil, se comparadas com a categoria de pesca industrial de embarcações de países europeus e Japão. Essas embarcações possuem alta tecnologia e petrechos de pesca mecanizados, onde muitas destas embarcações já industrializam e acondicionam os pescados frescos que são embalados para serem entregues diretamente ao mercado consumidor (supermercados, feiras).

A dita “pesca industrial” definida pelo Brasil, ainda se caracteriza de forma bastante rudimentar. Na pesca industrial da corvina, por exemplo, para uma rede de 10 km de comprimento (malha de 12 a 14), se “largar” a rede 4 horas da manhã, 14 horas começa a puxar. Termina de puxar toda a rede por volta de 20 horas, com “mar de almirante” (mar calmo).

É como na palavra do pescador brasileiro:

“Tem que comer o pão que o diabo amassou...”

De acordo com relatos de pescadores artesanais, donos e tripulantes de barcos industriais, descrevemos abaixo algumas características gerais por eles sobre ambos os tipos de pesca (Tabela 4).

Tabela 4 - Características gerais da pesca artesanal e profissional na Comunidade Tradicional de Pescadores da Vila do Araçá.

Características gerais	Pesca Artesanal	Pesca Industrial
Tamanho da embarcação	3 a 8 m (pode chegar a 15 m)	17 a 27 m
Arqueação bruta	Menor que 10 AB	Maior que 10 AB
Potência (média)	18 HP	100 HP
Redes por embarcação (média)	80	200
Tempo de viagem (média)	Varia conforme o tipo de pesca. No caso de viagens para a pesca da anchova e tainha, gasta-se uma semana	Pesca da corvina - 30 dias (antes chegavam a 40 dias)
Custo por viagem (média)	R\$ 6.000,00	R\$ 30.000,00
Quantidade de pesca (média)	2 toneladas (varia conforme tamanho da embarcação)	15 toneladas para cima

Obs. O quilo da corvina no porto de Itajaí estava custando R\$ 5,00 em maio de 2015 (Na semana santa chegou a R\$ 6,00/kg).

A embarcação industrial para a pesca da corvina se configura conforme os seguintes itens e componentes: 1) Guincho; 2) Carro de proa (para puxar ferro); 3) Pabloco (polpa); 4) Caixa (onde fica a rede); 4) Mastro, para tirar o peixe do porão. O porão é a geladeira, onde fica o gelo; 5) Faca e 6) Exibido⁴².

O resíduo gerado das redes que não são mais utilizadas é enorme. A cada viagem realizada, em média, 30 redes são dispensadas. Ou seja, a cada viagem, é necessário repor 30 redes novas, o mesmo que dizer “30 fardos por viagem”. A rede ou fardo,

⁴² Essa configuração é a mesma para embarcações artesanais utilizada para a pesca da anchova.

corresponde a 37 braços, que é igual a 100 m de comprimento esticado. Essa vai ser “quebrada”⁴³ para tornar a rede com folga suficiente para malhar o peixe, reduzindo o tamanho para 70 m de comprimento (ver item adiante sobre entralhe).

Seus filhos também estão na pesca, aqui

“Isso aqui há 25 anos atrás nossa roupa era toda Remendada, era pobreza, não tinha ilhado, não tinha bota, agora tem capa nova, bota nova e começou a melhorar quando começou a industrial antigamente era só o artesanal, todo mundo tem casa de material, antigamente era casa de madeira, chão batido, melhorzinho de vida que era meu pai, Silvestre, seu Dominginho, que era melhor de vida, o resto era tudo na roça, e aí começaram o meu pai ficou velho, não conseguiu fazer um barco ficou pobrinho, mas o resto, Dominginho os filhos ficaram bem de vida então ficou bem de vida, seu Marzinho. Os mais velhos né. O resto começou tudo quando o rapaz era nova, aí quem teve chance tinha pai que tinha barquinho pegava de mestre e fazia um dinheirinho, daí quem não tinha, tinha que começar de empregado e não consegue fazer né. O mestre ganha três parte, e nós uma só. Quer dizer se nós ganhamos uma pra comer ainda não gastamos tudo, e o mestre usa uma pra comer e duas ele guarda. Nós chamamos de mestre, que tem o motorista e o mestres” (João dos Santos, 50 anos).

“No carro no caminhão é o motorista que manda, mas no barco é o mestre que manda. E o motorista cuidando da máquina. Pra saber ser mestre tem que ter prática. Nós sabemos como pegar um vento, não temos problema de pegar um vento, de tirar um mar, vira o barco, o nosso mestre quando pega tempo ruim, não dá pra trabalhar bastante, teve bastante tempo na lida, nos conseguia vim de lá Garopaba, Imbituba, sem aparelho, na serração, nos via por dentro das ilhas, nos trabalhando nas ilhas, ia botando rede, nas ilhas do Arvoredo, Moleque, Xavier, trabalhava botando rede, eu o Nelirio e o meu pai, nos vinha olhando a espuma do mar, o vento, viajava uma hora, parava escutava a gaivota, a maré puxa, na serração, nos viaja uma hora e nos escutava o barulho, a espuma, nos via onde a maré vai por onde puxa, nos vinha sem aparelho, só com a bússola alguma e quanto a bússola não era boa nos vinha com o vento, quando da serração, a neblina dava o norte, porque no vento sul não dá o sul limpa, e a gente saber que o norte é pra lá, viajava pro norte toda vida, se o mar grande, marolão grande só vem de leste, se vem pro norte é boreste, e se vem pro sul, onda grande bate no bombordo bolero, nós sabemos disso. Se os caras for fazer uma carta de mestre não sabe nada disso, e eles passam mais fácil que nós, porque é estudo eles tiram a carta fácil de mestre nós não tiramos. Agora no ano que vem eu quero ver

⁴³ Método de entralhe da rede para tornar a rede folgada, sem tensão, facilitando a captura do peixe.

arrumo, eu tenho dois filhos que trabalham de mestre e não tem carta, mas na prática apreenderam comigo. Eles largaram os estudos para pesca, 95 % por cento aqui no Araçá é pescador, todo mundo tem o primeiro grau e agora hoje em dia só o segundo grau, os mais novinho. No terceiro ano não sabia nada, não queria estudar, largaram, tinha que ir pra pesca, e tinha que ir porque o pai mandava, não tinha nada” (João dos Santos, 50 anos).

A pesca industrial também exige investimento, pois para que uma embarcação tenha condições de sair em alto mar são necessários de imediato calcular o seu custo inicial. Segundo nos informaram, podemos chegar ao seguinte cálculo, para uma viagem de duração de um mês: é preciso 8 toneladas de óleo, que está há R\$ 2.90 (dois reais e noventa centavos) alguns tanques são maiores e podem chegar a 10 toneladas, é preciso 50 toneladas de gelo para armazenar o pescado, e em torno de R\$ 6 mil reais para garantir a alimentação da tripulação do barco. Uma embarcação pode acarretar despesas de até R\$ 40 mil reais. Para que uma embarcação tenha lucro, calcula-se que é preciso matar a partir de 10 toneladas de peixe.

Apesar de serem reconhecidos tanto externamente como internamente a comunidade como **especialistas da pesca da corvina**, os pescadores da vila do Araçá chamam a atenção para um aspecto particular sobre a forma como desenvolvem essa pesca, ouvindo o “ronco da corvina”, sendo esse um aspecto demarcador de sua distintividade profissional e identitária.

“Como acha a corvina cada lugar tem um sistema, aqui a gente chega as 5 horas da manhã já larga a rede. Aqui espera.

Lá no sul botemos trenete, 100 metros de rede ali na água, aqui deu uma aqui deu duas, deixa 15 minutos e tira, **e aí vamos procurando. Ela ronca bem, rorororor, e a gente sabe que vai dar bastante, como uma abelha, é um ronco de abelha a mesma coisa, como uma panela de feijão ainda dá melhor peixe ainda, a corvina.** Quando a maré ta baixa dá melhor porá corvina do que a maré cheia, lá em baixo tem que dar sul tem que dar vento sul pra ela que dá melhor. E aqui é melhor o vento norte. Ele trabalha de rio a rio – rio grande do sul a rio de janeiro. Barra, 200 e poucas milhas e daqui dá uma 400 milhas” (João dos Santos, 50 anos).

Especialidade na pesca da corvina – para a pesca desse peixe ouvem o “ronco da corvina” sabendo dessa forma a sua exata localização. Essa técnica é realizada através do auxílio de um cano de PVC, quando há corvina em uma determinada área, pode-se

ouvir o barulho dos cardumes. Outra referência é a presença de manjubas que, quando constatadas há meio metro de profundidade das águas, 3 metros aproximadamente, já sabe que a corvina vai aparecer.

Sobre conhecimentos etnecológicos (interpretações das marés e dos ventos) o pescador João Carlos, genro do seu Silvestre ensina:

“Quando o pescador pisa na praia já sabe que vai mudar o vento”, “vento pro sul, praia mole”, “a gente se localiza assim na pesca, vê o morro do sertão, Ilha da deserta, morro dos ingleses, coloca a rede e sabe aonde tá”. “Nós não temos sonar, quando tem vento oeste sabemos que as luzes vão piscar no Morro mais próximo, e aí sabemos onde estamos”, “Nós sabemos quando lançamos a rede no fundo, que tipo de chão que é”.

(Pegar a corvina) não é o vento, é a correnteza da maré. A melhor correnteza que tem aqui pra dá a corvina é a correnteza do norte, que vem de sul pra norte. Vê a correnteza que tem já sabe. O navegador mostra, o navegador dá a correnteza, porque ele marca no GPS... para aqui! A maré é destinada ao vento, o vento acalmou a maré para, não tem correnteza, é difícil, é bem pouca. A não ser que tem uma tempestade, o vento acalmou de repente e a maré continua, aí continua um dia, dois, três dias de maré. Aí quando o vento vai mudando a rota dele, mudando para noroeste, pra sul, a maré para pra vir junto com o vento. Tem vez que ela vem adiantando um pouco, tem vez que ela vem depois. Depende a quantidade do vento. De repente vai dar vento sul, a maré ao sul, aí ela já vai diminuindo, o vento vai acalmando. Quando vira vento sul ela já vira ao norte, maré vira ao contrário, essa é a melhor maré que tem pra pescar corvina, maré ao norte. Pode dar nordeste, leste, mas a maré continua contra o vento, tem que vez que ela continua contra o vento, tem vez que não muda. No verão ela muda, mas no inverno é mais difícil mudar, porque sempre por causa da friagem, vem mais do sul pro norte... A lua cheia é melhor pra peixe, mais forte... e a pior é a nova” (Alcides, fevereiro de 2015).

Tanto para a pesca industrial como para a pesca artesanal, o melhor período para pesca é o inverno. Contudo, para a pesca artesanal a situação é pior durante o verão.

“O verão para nós é comer para não morrer...Onde a gente garante é no inverno, ganha no inverno pra comer no verão. A época mais difícil que tem pra peixe é o verão. Os barcos não, os barcos ficam 30 dias lá fora, num mês consegue matar 3, 4 tonelada, ou até mais. Mas para embarcação pequena é ruim” (Alcides, fevereiro de 2015).

4.4 “Casar redes”: territorialidade da pesca artesanal

A pesca artesanal foi uma atividade desenvolvida concomitantemente a atividade de produção de roças. No entanto, havia uma certa diferenciação interna com relação a prática dessa atividade, determinada pelo fato de que somente alguns eram “donos de rede”, ou seja, eram proprietários da rede utilizada para a pesca na região. As chamadas “redes de arrasto” ou de “arrastão” era algo de difícil aquisição devido ao seu alto custo, e por isso, nem todas as famílias conseguiam adquiri-las. A sua aquisição significava a possibilidade de acumular um pouco mais, assim muitas famílias contam sobre as dificuldades que tiveram que enfrentar para comprar a sua própria rede no passado:

“Antigamente era assim, tinha bastante peixe, mas ele não tinham não tinham muito, eram mais pobre, mais tinham que ir pra Florianópolis para comprar o fio que era suficiente pra fazer a rede, eram tudo mais pobre, tinha uns 4 ou 5 tinham mais riquinho, tinham mas dinheirinho pra ir comparar, mas era tudo pobre, assim, conforme era iam fazendo, não tinha malha que tinha hoje, tem rede a torto e a direito, tudo, primeiro não era assim não, tinha que ter o dinheirinho pra ir comprar” (Dona Lina, 80 anos).

Seu Marcílio dos Santos, também lembra as dificuldades que as pessoas tinham para comprar uma rede, e como ele mesmo explica, no passado, nem mesmo a matériaprima das redes tinham que ser confeccionadas, muitas delas a partir do ticum, como ele explica:

“Antigamente (...) Iam ali com o canicinho, que naquele tempo nem existia os fios pra fazer a rede. Falam-me os mais velhos que tiravam a folha de ticum e faziam linhas, para pescar, fazer espinhal. Tecer o cipózinho, a folha do ticum, para fazer a cordinha, e fazer rede grossa para pegar cação. Ponta da Enseada dava muito... cação grande, cação de 70, 80 quilos. Dava muita coisa aqui. Com a evolução isso tudo foi acabando. Mas os antigos viveram os primórdios aqui, começaram do zero” (Marcílio Santos, abril de 2015).

As dificuldades para adquirir uma rede eram muitas e geralmente exigia a formação de parcerias para conseguir tal feito, como conta dona Lila sobre como seu falecido esposo, Genésio dos Santos que conseguiu comprar a sua primeira rede para melhorar um pouco as condições de vida da família.

“O meu marido e outro sócio deles, foram primeiro no avô do meu marido, tiveram que pegar dinheiro emprestado para fazer a rede de enchova, pra mata enchova, foram a Florianópolis pra comprar o fio, para rede de enchova mesmo, naquele ano deu tanto anchova, deu tanto anchova, que pagaram tudo que deviam, pagaram pro vô. Assim, mas era difícil, faziam as coisas pra comer, tinha peixe, mas não era assim como hoje era diferente um pouco” (Dona Nair dos Santos, dona Lila, 80 anos).

Um dos mais conhecidos donos de “rede de arrasto” na região foi seu Isidoro da Silva, filho de Antônio Cipriano, e marido de dona Iracema da Silva, moradora da Praia do Araçá. Seu Isidoro⁴⁴, é falecido há muitos anos e é conhecido por todos na comunidade como seu Martinho, e ele herdou a rede do seu pai, e com ela conseguiu sustentar sua família. Assim como seu pai, essa rede era colocada na atual região da Praia do Araçá, lugar também onde a família sempre residiu.

“Rede arrasto, da tainha ele também tinha. Ai ele botava, o pessoal puxavam e ficavam com o peixe né. Ele tinha canoa, tinha rede, tinha tudo. Depois que ele morreu os filhos se desfizeram de tudo.

É, da rede, rede grande. Aí eles botavam lá e as pessoas puxavam. Aquele tempo que era tempo bom. Só tinha fartura de peixe, de dinheiro não tinha, nós era tudo pobre. Naquele tempo a gente só casava e ia criara os filhos. Agora não, a moça casa e já tem emprego” (Iracema, 75 anos).

Dona Iracema é viúva do seu Isidoro, e é ela quem explica como era o trabalho com a rede no lugar, sendo colocada muitas vezes por dia, necessitando sempre contar com a ajuda de outras pessoas da comunidade para puxar a rede. Ela conta que para puxar a rede tinham passar as cordas, algumas ainda feitas de cipós, em árvores localizadas bem no alto do morro:

“Uma semana ele botava duas ou três vezes só. Depois ele botava dentro da canoa e puxava. Quando ele arrumava gente pra puxar, ele botava rede na água, pra fora. Mas no mesmo dia já vinha, na mesma tarde, não botava assim pra fora muito tempo” (Iracema da Silva, 75 anos).

O pescado detido nesse sistema era vendido e outra parte repartida entre os ajudantes da comunidade e o restante ficava com o dono da rede. Como explica dona Iracema;

⁴⁴ Seu Isidoro é filho de Antonio Cipriano e Lucia Severina.

“Aí vinha gente comprar, ele vendia. Repartia pros camaradas, e assim ia viver a vida dele.

O meu marido trazia só pra despesas da casa, o resto ele deixava tudo pro pai. O pai vendia, fazia o dinheiro dele. Vender ele vendia, não sei se recebia. (Iracema da Silva, 75 anos)

Além da rede de arrastro, seu Martinho era proprietário também a rede de tainha, uma rede de outro tipo específica para esse tipo de peixe.

“A da tainha era outra rede. Lá na praia. Botava dentro da canoa dele e ficava lá. A tainha não vinha aqui na frente” (Iracema da Silva)

Dona Anisia Martins conta também que as rede de arrastro eram inicialmente colocadas em outras regiões do Araçá como na Ponta da Enseada ou na Praia do Estaleiro. Essa prática era muito comum segundo ela, e continuou a ser realizada pelos mais velhos sobretudo por aqueles que não tinham mais condições de sair para pescar em alto- mar.

“Lá de baixo eles passavam pra roça. Eles trabalhavam lá na ponta da enseada.

Era tudo lá na ponta da enseada a maioria. E as vezes vinham ali na praia do estaleiro, dar uns arrasto. A gente dizia que era rede arrasto, hoje em dia é arrastão, mas naquele tempo era rede arrasto. Isso era aqueles velhinho que não podiam pescar lá fora, ou eles faziam aquele arrastão na praia” (Anésia Martins).

Com relação a atividade da pesca, ainda é possível identificar a presença de ranchos de pesca em diferentes espaços da orla na localidade do Araçá. Entre esses destacamos o rancho do seu Juvenal da Silva, de 75 anos, na região do Caixa D’Aço. Ele é conhecido pelos locais como seu Neném, já trabalhou com a pesca do cação, ou da vaca no porto de Santos em São Paulo, e sempre manteve aquele rancho de pesca. Ao entrar em seu rancho, é possível observar vários equipamentos de pesca, muito bem organizados, como redes, linhas e outros apetrechos. No seu entorno, é possível ver o apreço que tem pelo lugar, mantendo o mato roçado, o cultivo de alguns temperos e hortaliças. “Aqui me sinto feliz, pois faço o que gosto”, seu Juvenal da Silva. (Ver referência dos ranchos no Mapa Comunidade Tradicional da Vila do Araçá: Conflito Socioambiental).

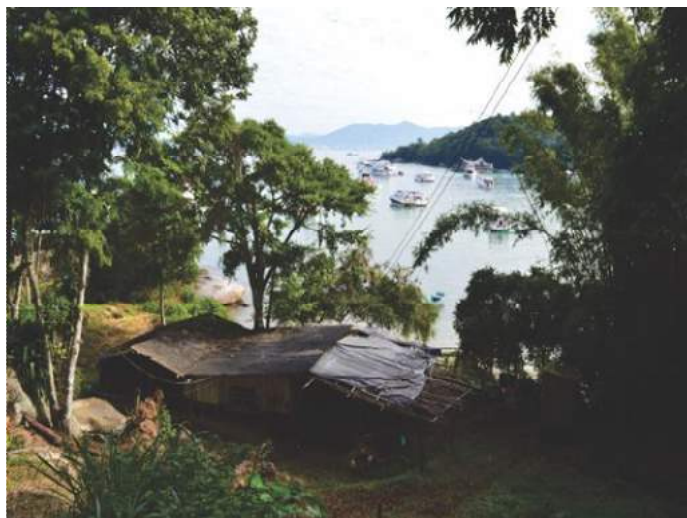


Foto: 1) Vista do rancho de pesca do Seu Juvenal da Silva (seu Neném); 2) Interior do rancho; 3) Temperos cultivados ao lado do rancho do seu Neném

Durante a pesquisa foi possível registrar a existência de vários Ranchos de Canoa em uso pelos membros da comunidade, plotados no mapa Comunidade Tradicional de pescadores da Vila do Araçá: referências culturais e conflitos socioambientais, que foram identificados da seguinte maneira:

Dois ranchos de canoa em uso pelos pescadores para atividade de pesca na Praia do Caixa D'Aço:

1) Rancho de Canoa, em propriedade particular; 2) Rancho de Canoa do "Neném" (Juvenal da Silva), em conflito com o proprietário do terreno que é de fora da comunidade,

3) Rancho do Tadinho (Praia do Araçá); 4) Rancho do Claudir (Praia do Araçá)

Além desses, puderam ser identificados através da memória coletiva da comunidade os Ranchos de Canoa antigos, que foram plotados no mapa Comunidade Tradicional de Pescadores do Araçá: memória de ocupação do território. São 5 ranchos antigos distribuídos pela orla da Praia do Caixa D'Aço e Praia do estaleiro. Entre os Ranchos de Canoa antigos pertencentes a antigas famílias da Comunidade do Araçá, foram os seguintes:

- 1) Joaquim M. Domingos; 2)
- Antônio Martinho dos Santos; 3)
- Pedro Maneca dos Santos.

4.5 A pesca artesanal no Araçá

Segundo dados da Colônia de Pesca Z-8, Porto Belo, estão registrados cerca de 73 pescadores da comunidade do Araçá (40 famílias), compondo um total de 42 embarcações artesanais. Em pesquisa realizada junto aos arquivos da Colônia podemos identificar alguns de nossos entrevistados, membros da comunidade e seus respectivos registros como pescadores artesanais.

Um outro registro dessa condição é fornecida por dona Iris da Silva, conhecida como dona Joia, que fez questão de mostrar a carteira de pescador do falecido marido e de imagens dele em pesca da corvina em alto-mar (ver prancha de fotos).

A produção da comunidade do Araçá é direcionada para peixarias de Tijucas e outras cidades vizinhas (caminhão vai até a comunidade buscar). Muito pouco dessa permanece na comunidade, existem algumas pessoas que vendem peixe na comunidade, em suas próprias residências, mas não existe uma peixaria na comunidade.

“Vai mais pra fora, Bombas, Tijucas, Balneário... ligamos e eles vêm fazer a compra. Pegam o peixe, botam no caminhão e vão transportar pra lá” (Claudir José Gomes, março de 2015).

Às vezes, vendem para a Peixaria Pioneira, contudo, está exige burocracias que os pescadores artesanais não podem atender (notas fiscais, entre outros). O camarão, no período do verão, é vendido na praia, diretamente para o turista.

“Não, a Pioneira tem muita burocracia, e a gente como é pequeno...aí tem que ter nota fiscal e uma porção de bobiceira. E matamos pouco, ela é uma indústria grande, quer quantidade de peixe. A peixaria nossa é no máximo 2000 quilos de peixe. É pouca coisa, isso ainda quando dá” (Claudir José Gomes, março de 2015).

A pesca artesanal compreende os barcos que alcançam até 17 m de comprimento. Possuem menor autonomia e capacidade de carga (porão pequeno) e passam menos tempo no mar, cerca de uma semana. Conforme relatos, viajam até a zona de pesca em Florianópolis e regiões próximas, como Garopaba, para captura de peixes como, a “Maria mole” (pescadinha), tainha e anchova. Outras pescarias importantes incluem a pesca do camarão, lula e siri (como também do siri “goiá”).

a) Pesca da Tainha

Período da pesca: maio e junho (inverno)

Entre 15 de maio até final de junho a pesca da tainha é liberada na praia (rede com canoa – cerco). As traineiras só podem pescar a partir do mês de junho.

Tamanho da malha: 11 e 12 / “caça de malha”, “pega boiada” e “pega de fundo” também.

Poita e rede de 300 a 400 braças com 15 braças de altura.

Tripulação: 5 a 6 pessoas

b) Pesca da Anchova

Período da pesca: ano todo

Defeso: novembro a março

Tamanho da malha -9 / emalhe de superfície, “pega boiada” e “pega de fundo” também.

Tripulação: 5 a 6 pessoas

c) Pesca da corvina

Período da pesca: ano todo

Defeso: 15 de maio a 15 de junho

Tamanho da malha: 12 e 13

Tripulação: 5 a 6 pessoas

Ocorre em menor intensidade do que a pesca industrial, somente navegação interior e menor do que 4 milhas da costa.

d) Pesca da Maria mole (pescadinha)

Período da pesca: fevereiro e março

Tamanho da malha: 8 e 9

Tripulação: 3 pessoas

e) Pesca do camarão

Período da pesca: ano todo

Defeso: abril e maio

Tamanho da malha: 2 e 3 (rede de pano)

f) Pesca da lula

Período da pesca: fevereiro a abril – pesca de zangarilho

A pesca da lula ocorre de forma bastante familiar. Os pescadores da Vila do Araçá saem com suas embarcações, canoas a remo, botes, entre outros. Utilizam o zangarilho (tipo de anzol) sem necessidade de usar isca. Com o auxílio de uma lanterna para focar na água, a lula é atraída pela luz e pelo anzol que imita a presa.

Geralmente, o local de pesca da lula ocorre na praia do Estaleiro. Os barcos ficam ancorados no mar, próximos da praia. Muitas mulheres, que não possuem embarcações (muitas vezes, os maridos estão viajando na pesca industrial), vão por terra até a Praia do

Estaleiro e utilizam o trapiche do “Pipoca”, que possui um bar na beira da praia. O nome do Pipoca é Nilson Luís e teve a permissão do proprietário para abrir o bar na praia do Estaleiro. O Pipoca também paga pelo serviço de algumas pescadoras para descascar camarão.

Quando saem com embarcações pequenas, os acessos à prainha que estão localizados em frente ao centro comunitário e da igrejinha, parecem ser os mais utilizados. A saída para a pesca da lula inicia no final da tarde, por volta das 16 h e pode ir até tarde da noite, principalmente se for noite com lua cheia. Conforme a pescadora artesanal,

Zenaide de Sena, a lula vem conforme o vento, “vento sul tira lula, e o vento nordeste traz a lula”.

g) Pesca do siri goiá

A captura de siri é denominada de “pesca de picaré”, que constitui de uma rede com um pedaço de bambu em cada ponta. Duas pessoas em cada ponta puxam para a praia. Uma outra espécie mencionada como presente nos costões e muito apreciada na comunidade é o siri goiá. O goiá é um tipo de siri, de coloração cinza/preta, que ocorre

no costão. Uma área citada pelos moradores que era utilizada para tirar o goiá é na Praia do Caixa D’Aço, no local denominado “Pedra M”. Essa prática era utilizada em décadas passadas, por volta de 80 e 90, quando a qualidade de vida na comunidade era bastante limitada, principalmente no que se refere a alimentação. Atualmente, a pesca do goiá não é recorrente, sendo essa atividade menos frequente, mas que ainda a mantém eventualmente por aqueles que apreciam o sabor de sua carne, sobretudo das garras.

“Dá no meio da praia, no limbo. Dá nas toca das pedra. A gente via ele bem em baixo, quando a maré tava bem seca” (Da. Tereza Pascoal).

Utilizam uma armadilha para pegar o goiá, denominada “lambagem”. Consiste em um pedaço de pau com um pedaço de peixe seco amarrado que serve como isca. Deixa este na pedra e assobia para o goiá sair para pegar a isca. A sua captura exige o domínio de uma técnica específica, conforme explica Candido Manoel de Mello, conhecido como Tidinho. A técnica, segundo ele, foi aprendida com seus pais e familiares e diz que qualquer um que queira pegar o goiá, tem que fazer exatamente dessa forma.

Segundo relatos dos pescadores mais velhos, por volta da década dos anos 80, havia muita pesca da garoupa, abundante naquele período. A garoupa ocorria em diversos pontos localizados próximos aos costões. Utilizavam as garras do goiá como isca para pegar garoupa. A pesca do siri goiá, segundo seu Dercílio dos Santos, de 85 anos, pode ser realizada em todos os costões do Araçá, na praia do Caixa D’Aço, Estaleiro, Prainha. Diz ele também que o goiá é muito saboroso, carnudo, sobretudo as garras e que desde criança, ele e sua família apreciam a carne desse crustáceo.

4.6 Pesqueiros: memória e sentidos da pesca artesanal

“E depois o pai mandou procurar o nosso caminho... a pesca” (Jair dos Santos, seu Zaia, 63 anos).



Pescador artesanal Dijael Marisel Martins, (16 anos) Praia do Caixa D’Aço.

“Quem é criado na pesca tem esse rumo” - (Dijael Martins, 16 anos e filho do pescador Marisel Sebastião Martins).

As atividades relacionadas a pesca pelos membros da Comunidade do Araçá, são exercidas em várias áreas e se estendem ao longo de todo o costão e orla. Inicia desde a Ponta da Enseada, Ponta e Praia do Estaleiro, vindo em direção a região do Caixa D’Aço, Prainha, Araçá e Enseada da Encantada (ver mapas Comunidade Tradicional de Pescadores da Vila do Araçá referências culturais e conflitos socioambientais e Memória de Ocupação do território). Em alguns desses lugares a prática da pesca artesanal, da lingueta, tainha, pescada, lula são preferenciais como na região do Estaleiro. Em outros lugares realiza-se a coleta de berbigão, lingüeta, ostras e siris, como a região da Praia do Caixa D’Aço.

“No Costão as ostras tava tudo agarrada” (Idalina Monteiro, 63 anos)

Nas áreas de costões, segundo contam os mais velhos, era muito apreciada pela variedade de peixes e, sobretudo, porque antigamente era “lugar de que se pescava muita garoupa”, hoje essa pesca está proibida.

“Diz que berbigão dava grosso na Enseada da Encantada que antes era saco de Porto belo” (Saturnino Anastácio Costa, 73 anos).

Áreas de Pesca de Anchova, Tainha e Camarão: Praia do Perequê até Ponta da Garoupa, Bombas.

Tipo moluscos e crustáceos pescados nos costões da Prainha, Araçá e Caixa D’Aço:

- 1) Caramujo; 2) Pilima; 3) Siri Santola; 4) Siri Góia; 5) Siri Candeia; 6) Siri Azulão; 7) Rosca (caramujo); 8) Ouriço; 9) Marisco; 10) Lingüeta; 11) Concha Lisa; 12) Concha de Sal; 13) Concha Rosa; 14) Caramujo Peludo; 15) Caranguejo; 16) Berbigão.

Nos costões estão localizados os “pesqueiros”. Embora esses sejam identificados inicialmente com a realização de atividades de pesca, possui extrema importância no sistema de referências culturais e simbólicas da comunidade, conforme observa-se na nomenclatura de cada pesqueiro. Os nomes dos pesqueiros são reconhecidos por muitos, exprimindo que seus usos e os sentidos atribuídos a cada um deles são compartilhados pela coletividade. Esse sistema de nomenclatura geralmente está relacionado com a ocorrência de um determinado evento, a uma pessoa, ao formato da pedra, passagens, ou a presença de determinada espécie de peixe, ou de árvore. Portanto, não são aleatórios, mas expressam o domínio que detém daquele meio ambiente, sobretudo quando observase os pesqueiros que recebem nomes de peixes como “pesqueiro da tainha”, “pesqueiro da jureba”, “pesqueiro do badejo”, sinalizando para os lugares onde a presença dessas espécies de peixe é garantida.

Ao sair em alto-mar com uma das pessoas mais antigas da comunidade seu Silvestre Marques (88 anos), foi possível identificar vários pesqueiros existentes nos costões que se estendem da região do Caixa D’Aço até o final da Ponta da Enseada. A cada identificação de pesqueiro, seu Silvestre o fazia relacionando a um evento, a uma história, demonstrando o quanto esses são referências importantes à memória coletiva da comunidade, assim por exemplo o pesqueiro Pedra do Cavalo, era porque os cavalos caíam ali”; a Pedra da Vaca, onde teria caído uma vaca no passado; a Pedra Quente

sendo boa para pescar Tainha”. Pedra do Lagarto e a laje do Mafra, Pedra da Chata, boa pescar lula; A Pedra do Coqueiro Alto boa para pescar garoupa; Pedra do Pesqueiro do Araçareiro, lugar onde comiam figo; o Pesqueiro do Mata Fome, indicado como o único lugar que dava peixe quando se estava com fome.

Os pesqueiros constituem-se elementos importantes de referência a essa comunidade. Pois através deles também localizam caminhos, como a Pedra da Passagem, falam sobre histórias como a Ponta do Cação, donde antigamente também colocavam rede para pescar. Falam sobre os atuais problemas vivenciados na atualidade como ao seu referir a Pesqueira da Jumenta, seu Silvestre informa que ali a pesca da espada praticada por pessoas de fora da comunidade tem deixado muito lixo. E assim por diante, cada pesqueiro uma história, um sentido que só pode ser traduzido por aqueles que fazem parte desse universo cultural.

Interessante registrar que “costão” é considerado para os membros da comunidade local, aquelas áreas mais íngremes que contornam os limites do acesso ao alto mar, como as faixas de pedras localizadas na orla da praia. Deste modo, “costão” adquire significado particular nesse contexto, na forma como esse grupo denomina e interpreta e classifica a paisagem natural, e nominar um conjunto de pedras que está fazendo limites com as águas do mar. Os pesqueiros constituem parte da fisionomia dos costões.

Assim, pode-se dizer que os pesqueiros são elementos constituintes do sistema de referência cultural dessa comunidade, à medida que abrigam lembranças de eventos do passado e alusões a determinadas pessoas que por lá frequentavam, como serviram e continuam a servir como indicadores de localização do lugar. São referências em pleno uso no tempo presente, indicando que os pesqueiros fazem parte da produção de cultura na atualidade (ver Mapas Comunidade Tradicional de Pescadores da Vila do Araçá: referências culturais e conflitos socioambientais Memória de Ocupação do território)

Tabela 5 - “Pesqueiros”: locais tradicionais da pesca da Comunidade do Araçá

	PESQUEIROS		
1	Pedra do Bino	24	Cardamon
2	Pedra da Baleia	25	Pedra do Cavalo
3	Dois Coqueiros	26	Pedra Redonda
4	Mesinha	27	Pedra 3 Irmãs

5	Laje da Tiana	28	Laje do Lope
6	Pedra do Mangue	29	Laizinha do Estaleiro
7	Pedra do Café	30	Pedra da Vaca
8	Pedra da Cobra	31	Pedra do Marimbau
9	Pedra do Menino Jesus	32	Pedra Quente
10	Pedra da Figueira	33	Pedra Bijarica
11	Pedra da Cocoroca	34	Pedra da Vigia
12	Pedra do Boi	35	Ponta do Badejo
13	Pedra Grande	36	Laje do Mafra
14	Pedra do Siguraju	37	Coqueiro Alto
15	Pedra do Polvilho	38	Saco Escuro
16	Canto da Lagosta	39	Ponta do Cação
17	Peral	40	Pedra Redonda
18	Laje da Aroeira	41	Laje do Marisco
19	Duas Pedras	42	Saco da Bala
20	Lanço Novo	43	Mata Fome
21	Pedra Mané Gardino	44	Pedra do Salão
22	Saco do Bicho	45	Lombo do Burro
23	Pedra Rachada	46	Pedra Lisa

Através dos depoimentos foi possível registrar que a atividade de pesca realizada pela comunidade estendia-se para diversas ilhas localizadas próximas a região. Isso indica o uso coletivo de recursos naturais compondo também a referência sobre a dinâmica de uma territorialidade específica.

4.7 As Ilhas: territórios da memória e da pesca

4.7.1 Ilha João da Cunha - atual Ilha de Porto Belo

A relação histórica da comunidade do Araçá com a Ilha de Porto Belo (no mapa produzido mantida a denominação Ilha João da Cunha) vai além da atividade de pesca. Durante a pesquisa foi possível identificar alguns membros da comunidade que residiram durante muitos anos na Ilha de Porto Belo. Naquele lugar várias famílias foram constituídas, abriram roças e desenvolviam a atividade da pesca. Entre esses, está a família de seu Antônio Manoel dos Santos de 73 anos seu irmão Jair dos Santos (Zaia), de 65 anos. Seu Antônio reside atualmente na região da Prainha, bem ao lado da

igreja Católica e esclarece que ele mesmo nasceu na ilha, sendo esse fato registrado na sua certidão de nascimento. O seu pai Antônio Manuel dos Santos, nome da creche do Araçá, foi morar lá com sua esposa que teria vindo da região de Canto Grande. Ele descreve o seu pai como pessoa muito inteligente e que seria um dos primeiros professores da comunidade do Araçá. Mas antes do pai dele morar na ilha, a mãe dele, Dona Maria Joana dos Santos (nome associado a região de pasto), de origem polonesa, que também teria vindo de Canto Grande já havia morado na ilha quando separou do seu primeiro marido, conforme explica abaixo:

“A minha avô era casada com Chico Vicente, ela era de Canto Grande, deu problema se separou e casou depois com Bento Correia, aí foram morar na ilha e daí o meu pai. Eles tinham terra lá para Ponta da Enseada... aí o pai, ele disse, vou me embora e vou trabalhar nas nossas terra lá. Ele vinha de canoa, ele queria botar casa e nem voltar pra ponta, pra morar lá não, porque já tinha nós, e aí ele falou com o prefeito e aí o prefeito deu um lugar pra ele morar, botou roça e as pessoas vieram tomando, virando tomando e nós ficamos nesse apertadinho. Eu fiquei nesse pedaço, o meu irmão ficou na padaria, esse daí ficou bem...” (Antônio Manoel dos Santos).

No depoimento acima, seu Antônio não deixa claro os motivos pelos quais teriam deixado a ilha, mas a sua maneira justifica as razões, dizendo que “sua mãe começou a sentir medo, a sentir a ilha balançar e veio embora”. Ele diz ter saído de lá com 2 meses de idade, junto com sua irmã gêmea Izete dos Santos, falecida há 11 anos, em função de um derrame. A saída da família da ilha foi uma decisão do pai, que segundo lembra, pediu autorização do então prefeito de Porto Belo, Sr. Manoel Filipe. Seu Zaia lembra também que a mãe contava que haviam engenhos também naquele lugar.

“A minha mãe morou na Ilha, eles tinham roça também, engenhos também. Então eu tenho dois irmãos nascidos na Ilha, já estão com 70 anos. Nos documentos, nós nascemos na maternidade de Tijucas, eu nasci não, meus filhos nasceram. Eu fui parto em casa. Então meus filhos nasceram lá, mas nos documentos está como Araçá. E meus irmão está o registro da própria ilha” (Zaia, 63 anos)

Seu Antônio também comenta que um outro morador da ilha teria sido Marçal Correio, filho de Bento Correio, segunda união de sua avó Maria Joana dos Santos. Seu Zaia lembra sobre as histórias que seus pais ouviram do seus avós, sobre a Ilha de Porto Belo, quando ainda era chamava João da Cunha, onde eram enviados os escravos

“desobedientes” para trabalharem e onde também eram lhe aplicados os mais terríveis castigos.

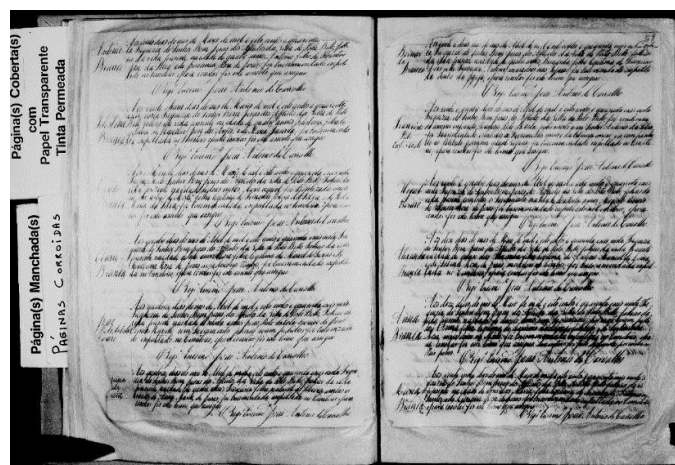
“Tinha um senhor dos escravos né, então eles trabalhavam ali na ilha. Então quando tinha uns escravos meio malandros, meio prosa, as vezes acontecia né. Então ele comprava mais pra se vingar, dar mais serviço. Meu pai dizia que essa ilha nem merecia esse nome, porque ele fazia muita vingança com as pessoas. Meu pai chamava de Ilha de Porto Belo, porque era o nome, mais o nome real é ilha João da Cunha. Ele era um senhor dos escravos. Na época tinha, dito pela minha vó pro meu pai... Tinha talvez uns 100, 200 escravos. Ele comprava de outro senhor dos escravos... ela chamava Ilha João da Cunha. Mas aí como meu pai achou que os escravos eram muito massacrados, por esse tal João da Cunha, senhor dos escravos. Então meu pai disse que não gostava de chamar o nome João da Cunha, pelos mal tratos com os escravos. A mãe dele dizia. Então meu pai chamava Ilha de Porto Belo, como era um lugar muito lindo, ele disse que saía (soava) melhor” (Zaia, 63 anos).

O conhecimento de Zaia a respeito da presença de mão de obra escrava na Ilha de Porto Belo, revela a inconformidade de seus pais e avós com o sistema da escravidão como revela um rastro da memória sobre a escravidão que é socializada, pois nem tudo pode ser dito, quando se trata de terrores indizíveis. Mesmo com a alteração do nome da ilha, não significou para eles, apagamento ou o silenciamento dessa memória e nem mesmo a omissão do papel que essa população desempenhou na economia local. Inclusive isso é reforçado quando citam a existência dos tanques de óleo de baleia na ilha de João da Cunha, construído durante as atividades das armações de baleias naquele lugar, que serviam para a construção civil e iluminação. As armações baleeiras, foram fundadas no litoral catarinense a partir do século XVII⁴⁵, atividade essa que contou intensamente com a participação da mão de escrava no país, como lembra Zaia:

“Não sei se você sabe, lá tinha uns tanques que era azeite de baleia. Passou a ser manejado com as baleias, azeite de baleia. Tiravam o azeite pra construção civil. Naquele tempo a construção civil era feito com para azeite de baleia” (Zaia).

Os tanques de óleo estão localizadas na margem interna na praia da Ilha, na pesqueira chamada “ponto da Iveira”, quase em frente ao município de Porto Belo. A presença desses vestígios materiais está também associada a presença de senzalas e a outras histórias que lembram a presença da população escrava.

⁴⁵ No Brasil, as armações de baleeiras foram inicialmente fundadas no século XVII no litoral de São Paulo. Em Santa Catarina, a Armação da Piedade foi a primeira delas no litoral catarinense. (Mamigonian, Cardozo, 2013)



Registro documental de enforcamento de escravo na região Porto Belo: atrocidades empreendidas durante o sistema escravista na região.⁴⁶

Transcrição do documento: Aos vinte e quatro dias do mês de Abril de mil oitocentos e quarenta e seis nesta Freguesia do Senhor Bom Jesus dos Aflitos da Vila de Porto Bello, foi condenado a morrer enforcado Francisco Preto da Costa, por ter morto o seu Senhor Antonio da Silva, foi sacramentado com todos os Sacramentos menos o da Extrema Unção e acompanhado patíbulo por mim atual vigário; foi encomendado e sepultado no Cemitério; e para constar fiz este termo que assino. [O Vigário Encomendado João Antônio de Carvalho].

A Ilha de Porto Belo é um lugar que detém memórias sobre a comunidade, que se interconectam com outros tempos, com o tempo da escravidão. Naquele lugar, alguns nasceram, outros constituíram famílias e roças, e muitos utilizavam os costões para pesca artesanal. Seu Zaia e seu Alcides Monteiro, conhecido como Cid apontam para a existência de vários pontos de pesca na Ilha de Porto Belo, utilizados frequentemente pelos pescadores da comunidade, entre esses a “Facada da Ilha”. Esse pesqueiro foi identificado como um dos “pontos mais antigos” utilizado pela comunidade para a pesca. Ainda identificaram a pesqueira Saco do Cana do Reno e Ponta da Andorinha.

Uma outra pessoa identificada como morador da Ilha de Porto Belo foi seu Antônio Filipino Sena, conhecido como Antônio Silvino. Ele nasceu em 1920 e nesse ano completará 95 anos e diz que pode contar essa história “enquanto ando por aqui no

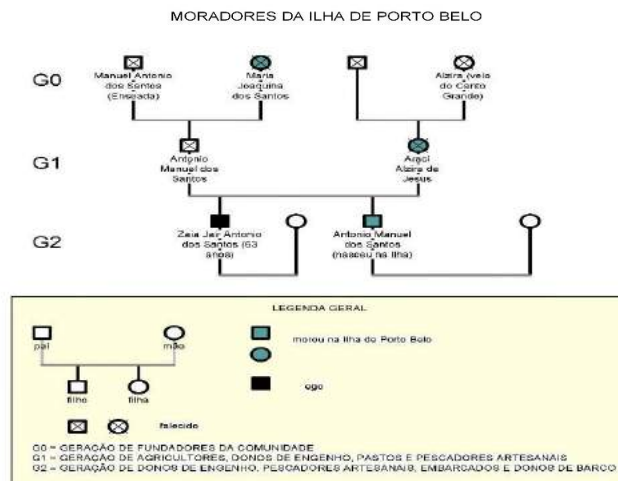
⁴⁶ Fonte: Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina. Livro 2 de Óbitos da Freguesia do Senhor Bom Jesus dos Aflitos, 1840-1855, fl. 58. Transcrição do historiador Vitor Hugo Cardoso.

meio dos outros”. Seu Antônio Silvino parecer ser um dos moradores mais velhos da comunidade, e já fez muitas coisas na sua vida, trabalhou na construção de estrada, na pesca no Rio Grande, em São Paulo e Santos, como embarcado. Ele é reconhecido na comunidade por ter vivido muitos anos da Ilha de Porto Belo, pois passou mais de 11 anos naquele lugar plantando mandioca, criando porcos, e pescando. Ele mesmo conta que chegou a ter 18 ou 20 terreiros de criação de porcos na ilha. Ele ainda lembra que lá “pescava cação, corvina, peixada, o que vinha”, sendo uma vida de muito trabalho “tinha que pescar e trabalhar na roça, tem que trabalhar, para criar os animal para não compra alimento fora, forçava trabalhar, não tinha hora, que desse ia pro mar pescar, e quando não dava o tempo ruim ia pra roça e assim fui indo”⁴⁷.

Seu Antônio Silvino deixou de morar na Ilha há mais de 50 anos e se instalou no terreno que reside sua família até hoje, na região da Praia do Araçá. Ele explica que a decisão de sair da ilha foi porque “tinha que levar a família em terra pra estudar, tinha que levar as crianças pela manhã, buscar a tarde, atravessando várias vezes com o barco, era muito serviço, foi obrigado a sair”. Quando perguntado se lembrava de outras pessoas que teriam morado na Ilha lembrou dos nomes de Miguel Quentino, Manoel Zefa e Anastácio. Afirmo ainda ter outros, mas não estaria lembrando os seus nomes e todos já teriam falecido.

Genealogia 4- Comunidade Tradicional do Araçá: Moradores da Ilha de Porto Belo

⁴⁷ Em pesquisa com os pescadores do Campeche em Florianópolis, registrei depoimentos com o mesmo de tipo de ocupação da ilha do Campeche. Enquanto os pescadores pescavam cuidavam também das áreas de roças de mandioca existentes em toda a ilha do Campeche.



Ao apresentar essa listagem de nomes de pessoas que moraram na Ilha de Porto Belo, para o seu Zaia dos Santos, todos eles foram confirmados, acrescentando a ela o nome de Manoel Caria, o Lico como era conhecido, de Porto Belo.

“A ilha era desse tal Lico, meu pai sempre falava isso, aí esse Lico vendeu pra família Stodieck de Brusque. Há 60 anos já é dessa família Stodieck. Era um senhor que trabalhava na lavoura de Porto Belo. Aí passou a morar e ser o dono da Ilha. Aí eu não sei dizer se por documento ou se só por posse. Mas acredito que até por documento. Eu sei que a família Stodieck de Brusque, já tinha os documentos. Hoje a Ilha é de Valmor Stodieck tem restaurante e tudo o mais na Ilha. Ali atrás tem uma praia” (Zaia).

Segundo Zaia as pessoas que moraram lá iam chegando e cultivando áreas de terra sem que isso fosse um problema para a comunidade. O último a chegar com esse propósito teria sido um paulista, segundo conta:

“Sim, teve uma época que essa família morava ali. Aí depois veio um senhor, um paulista, veio morar em Porto Belo, com a família toda. Então ele começou a cultivar essa ponta da ilha ali, onde tem um negócio amarelo que é bambu japonês. Ele só desmatava aquele pedacinho, e plantava milho pra vassoura, essa de varrer. Um senhor já, que o nome eu não sei dizer, chamávamos de paulista. Foi o último a passar por essa ilha. Então essa Ilha tá habitada a pouco tempo pela família Stodieck, há 60 anos. Fizeram uma casinha lá, eles queimaram uma casinha de um sem-terra que andava aí. Eu achei uma covardia. Porque não deviam queimar. Deviam indenizar, dar um dinheirinho pra ele, mas queimar a casa não” (Zaia).

O relato acima informa também sobre certos eventos que foram ocorrendo, que determinaram novas configurações nas relações de uso e ocupação da ilha pela comunidade do Araçá. Um dos eventos lembrados estaria relacionado a um sujeito que tentou se instalar na ilha no passado. Durante a pesquisa foi possível conhecer um sujeito que pode corresponder ao evento referido. Ele é conhecido como “sem-terra” pela comunidade. Seu nome é Jonas e ele reside atualmente sob lonas, sem água e sem luz na região da Ponta do Caixa D’áço. Jonas contou que saiu de São Paulo depois de sofrer um acidente de barco, na cidade de Pirajibe. Depois desse acidente, ele teria morado na caverna do diabo e depois veio para o Araçá, onde está há mais de 15 anos.

De qualquer forma, muitas mudanças ocorreram a partir da década de 1990 na comunidade do Araçá, que passaram a ser determinantes nas formas de ocupação das áreas de terras que passam a ser exercidas a partir daquele momento, não apenas com a ilha mas com outras regiões que já vinham sendo ocupadas pelas famílias. O crescimento urbano associado ao incentivo do turismo em toda a região.

Como pode-se verificar em site sobre a Ilha de Porto Belo, a Ilha teria sido adquirida pela família Stodieck na década de 1953, mas somente na década de 1994 os descendentes dessa família deram início ao projeto turístico para o lugar. Como lê-se no texto do referido site “Em 1953, Ernesto Stodieck Jr. E a esposa, Vera, adquiriram a ilha, já com o objetivo de transforma-la num recanto de lazer e preservação da natureza. Mas, foram seus netos, em 1994, que deram início ao projeto do empreendimento que, hoje, é um dos mais procurados destinos turísticos do litoral centro norte de Santa

Catarina”⁴⁸. Interessante registrar também que nesse mesmo site encontra-se a informação que os herdeiros de João da Cunha Bittencurt, o dono da Ilha, a teriam vendido para João Eufrásio de Souza Climaco, um dos antigos professores da comunidade do Araçá.

Muitos membros da comunidade do Araçá informaram ainda sobre a Ilha de Porto Belo, como um lugar muito bonito, onde antigamente todos apreciavam fazer passeios com as suas famílias, piqueniques e passar o dia brincando. Mesmo quando na ilha ainda vivam pessoas da comunidade naquele lugar. Mas nos últimos anos se viram impedidos de continuarem com essa prática devido ao preços cobrados para entrar na ilha, alegados por muitos como abusivos. No entanto, há que se considerar nessa avaliação que os processos pelos quais ocorreram a privatização dessa ilha não são ainda totalmente compreendidos pela comunidade, e de certa forma não os deixam a vontade para reviverem as práticas de lazer do passado naquele lugar.

4.7.2 Ilhas: Arvoredo, Galés, Deserta e Macuco

Os membros da comunidade também citaram ainda outras ilhas da região que iam para pescar, uma das mais citadas é a Ilha do Arvoredo. Outras ilhas como Gales, Deserta e Macuco também foram mencionadas como áreas frequentes de atividade da pesca por eles, durante muito tempo. A Ilha do Arvoredo, sendo preferencial devido a quantidade de peixes que sempre era possível capturar naquele lugar. Muitos costumavam ir até a ilha com a canoa a remo de um pau só, e como conta seu Antônio Silvinho, com a própria vela do barco armavam a barraca e chegavam a passar uma semana pescando na ilha, retornando para casa somente nos finais de semana.

Seu João dos Santos, de 50 anos, filho do seu Dercílio dos Santos, fala sobre o tempo em que era permitido a atividade da pesca na Ilha do Arvoredo, e lembra que quando tinha 12 anos, costumava a passar noites inteiras pescando com seu pai naquele lugar. Deslocar-se até a Ilha era comum entre os pescadores da comunidade e região, pois a região da pesca era abundante. Segundo lembra, era comum encher o caíque, ou as chatinhas, nome dado as embarcações que utilizavam naquele tempo, com uma tonelada de peixe, ou então com 3 ou 4 toneladas de tainha.

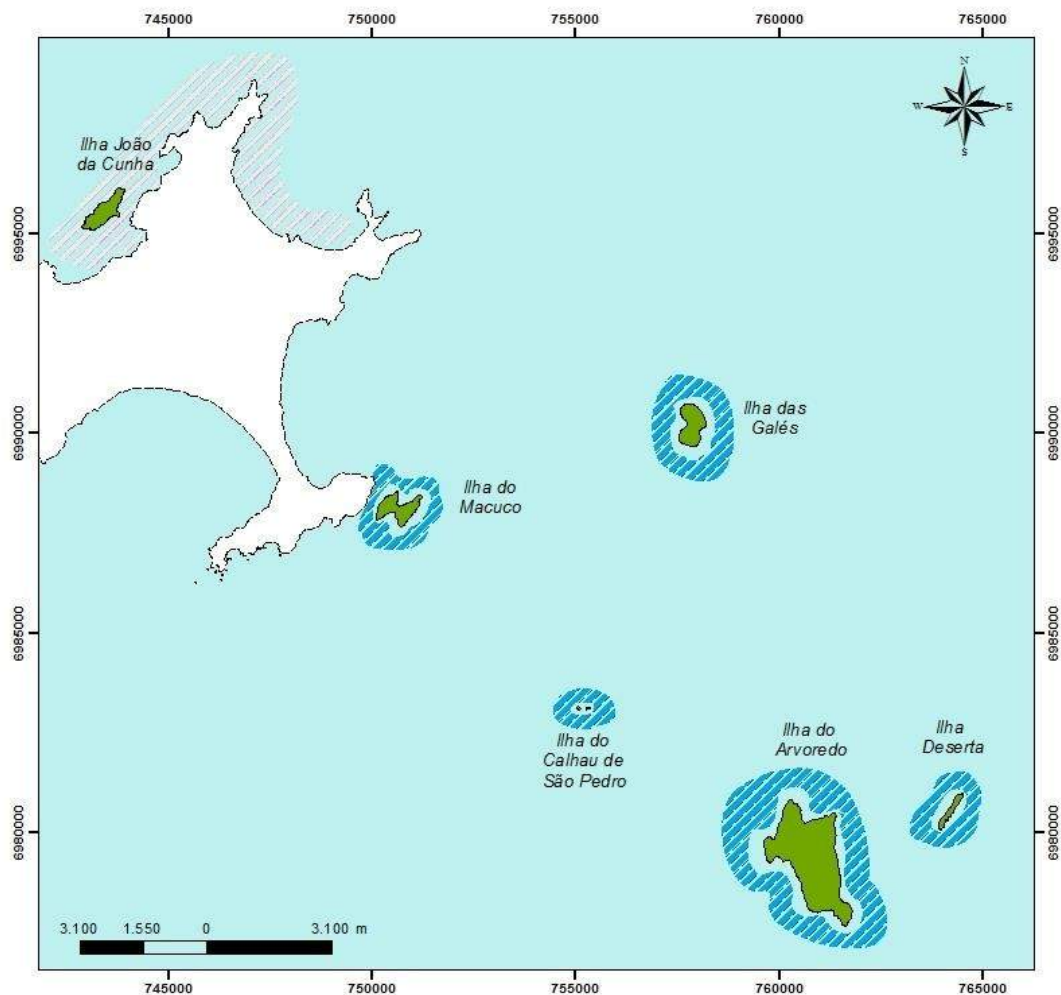
⁴⁸ Disponível em <http://www.ilhadeportobelo.com.br/pt-br/historia/> acessado em 4.8.2015

“Eu remei de Florianópolis aqui, eu e mais o Silvestre. Nós saímos de Florianópolis 11 h da noite, dois remos assim, bebemos um cafezinho e saímos. Quando chegemo aqui, que encostemo a lancha aqui, 10 h da noite do outro dia, faltou uma hora pra dar 24 h. Também o mar tava isso aqui, estranhado, calmaria... naquele tempo era feito o café, botava, não tinha o coador, botava o café dentro da lata e botava água fervendo, e depois batia com a colher no lado da lata assim, aquele pó sentava tudo no fundo, e a gente pegava a parte de cima e despencava dentro da caneca, e adoçava o café e bebia. Só descansava àquela hora e depois era remando toda a vida” (Dercílio dos Santos, 83 anos).

A ocupação da Ilha de Porto Belo assim como a prática de pesca em outras ilhas da região, podem ser compreendidos enquanto parte de um modo de vida dessa comunidade, em que o acesso aos recursos naturais assim como as áreas de cultivo são reconhecidos como parte das regras de um sistema de uso comum compartilhado por seus membros. Esses acessos as ilhas e aos recursos naturais estão cada vez mais restritos para os pescadores da comunidade, por diferentes fatores, quer por processos de privatização ou de criação de unidades de conservação e que são identificados, pela comunidade, como um dos fatores responsável pela diminuição de sua fonte de sustento, e sua atividade considerada criminosa.

“Hoje tiraram nossa fonte de renda, tiraram nosso direito de pescar na ilha (Arvoredo), nós ia lá pra matar uma anchova, que é um peixe de passagem, isso foi a mesma coisa que deixar nos na miséria, nos temo que depender daqui, temos limites para colocar nossa rede, tem que jogar lá na pedra e sabe que ta correndo risco de ser multado, botava uma rede, agora nos temo limite agora, a pioneira tem dois cercos, aquele cabo tem aquele caminho, peixe bate ali e não sabe a pioneira pode, que é amarrado na pedra. É uma história triste, nós tamo perdendo todo o direito. Nós pescava na Gales, Deserta, Arvoredo e Calhau. **Até pra escapar de uma tempestade o pescador não pode ficar, no embate com o vento o pescador perdeu todo o direito**” (Marisel Sebastião Martins, 43 anos).

MAPA 6 - Comunidade Tradicional de Pescadores da Vila do Araçá: I território tradicional da pesca nas ilhas



Comunidade Tradicional de Pescadores da Vila do Araçá: Território tradicional da pesca nas ilhas

Legenda

- Costão e beira do mar
- Ilhas
- Pesca da Anchova
- Pesca artesanal: tainha, pescada, camarão e lula
- Oceano Atlântico



Fonte Base Cartográfica: Mapoteca Topográfica Digital de Santa Catarina Epagri/IBGE, 2004. Estudos Antropológicos referente a ICP: 1.33008.000197/2012-52
 Fonte Descrições: Comunidade Tradicional de Pescadores do Araçá, 2015. Pesquisadoras: Raquel Mombelli e Erika Nakazono
 Datum: SAD 1969 Elaboração: Liara Rotta Padilha Schetinger
 Projeção: UTM - Zone: 22S

4.8 Conhecimentos tradicionais: manejo dos recursos naturais e conservação ambiental

4.8.1 Saberes locais na atividade da pesca

“Quando dá vento oeste, a gente já vê as luzes do morro e sabe que estamos próximo de casa. Quando pescador pisa na praia já sabe quando vai mudar o vento, seu a areia tá mole, a gente já sabe que é vento pro sul” (João Carlos dos Santos).

Os pescadores artesanais do Araçá dominam muitas técnicas de pesca. Mas isso não é suficiente para realizarem a pesca. É preciso acumular outros conhecimentos sobre a natureza, como por exemplo, as condições do tempo, o movimento das marés e o sentido dos ventos. Esses conhecimentos são apreendidos através da experiência acumulada e compartilhada entre as famílias e nas relações extrafamiliares, e indissociáveis das relações que estabelecem com o meio ambiente. Sem esses conhecimentos, a pesca se torna impraticável. Portanto, é na prática cotidiana que se aprende a pescar e as condições de criar um complexo sistema de usos dos recursos naturais ajustados a capacidades ecológicas que conseguem interpretar e garantir a potencialidade da atividade e da produção da pesca. Esse domínio de uso e gestão dos recursos se fazem por meio do conhecimento e aprendizado práticos, pelo desenvolvimento de habilidades assentadas em um engajamento perceptivo direto com seu ambiente. É justamente nessa relação próxima com a natureza que os possibilita dominar as condições para a realização e sucesso da pesca. Como nos ensina o pescador João dos Santos, de 50 anos e filho do seu Dercilio dos Santos.

“A lua, no enchente, com o vento forte, só num dia só, quando a lua tá crescendo, dá um vento muito forte, num dia só mas sabemos que no outro dia vai acalmar. No enchente tem que vir rápido vento, se ele vem devagarzinho a gente sabe que não vai dar nada, quando vem forte, vem estourando tudo, só dá uma noite só, no outro dia dá pra trabalhar. No vazante, não tem dois três dias, depende, se a temperatura baixar mais, se a terra está molhada, o sul aumenta mais, não dá nada, tem chover antes, o vento oeste, não dá nada, tem que chover antes, agora se der leste ele vem do oeste, daí limpa tudo. Da friagem e limpa tudo. Hoje a gente sabe que vem de lá, quando vai baixar a temperatura, pelo vento de São Joaquim, que o vento vem de lá, não sabia se ia, agora tem aparelho, rádio, tem o barômetro, mas tem rádio tem comunicação” (João dos Santos, 50 anos).

Nesse depoimento, observa-se o domínio de uma leitura muito complexa sobre as condições do tempo, que reúne fases da lua, direção dos ventos e movimento das marés, para avaliar as possibilidades de pesca, realizada sem o auxílio de equipamentos tecnológicos. Essa capacidade interpretativa é bastante presente e emerge no cotidiano local, diante da percepção a partir desses elementos de alterações climáticas e da previsão de sua duração. Então, sabem quantos dias a mudança permanecerá ou qual dia mudará as condições do tempo. Para ser pescador é preciso ter essa habilidade de saber ler e ficar atento aos elementos naturais, ficar atento aos sinais de mudanças da “vazante”, da “cheia”, dos “vento sul, oeste, leste”, do “mar que engrossa”, que mudam independente de sua vontade. A leitura desses sinais que permite ao pescador decidir “se dá ou não para sair pro mar, ou embarcar”.

Em alto mar, o que aparentemente poderia ser visto como contemplação, era um exercício de interpretação em que os pescadores mantinham uma atitude de atenção contínua, pois, segundo os mesmos, no mar não se pode ter qualquer momento de distração.

Apesar de dominarem as técnicas e a ecologia local, há uma recorrência em afirmar que “pesca é sorte”. Isso porque nem sempre os conhecimentos acumulados sobre a pesca não são suficientes para controlar as intempéries do destino. O pescador aposentado, o seu Saturnino Anastácio Costa⁴⁹ de 74 anos, que o diga. A família de seus pais residia na área onde hoje está a creche da localidade, onde havia um pé de jambolão explica ele. Com o trabalho na pesca do camarão, ele não conseguiu acumular muitas coisas, vivendo hoje da aposentadoria e conta com a ajuda dos filhos. Ele vive atualmente numa casa simples de um cômodo, pois investiu tudo o que tinha para tratar a doença da sua esposa, que acabou falecendo durante o velório do seu irmão. Sobre essa difícil fatalidade do destino, seu Saturnino, diz com resignação “a vida não é como que a gente quer”.

Mesmo diante das dificuldades em torno da atividade da pesca, muitos jovens da comunidade, especialmente aquele que se encontram na faixa etária entre 13 a 16 anos,

⁴⁹ Filho de Anastácio Saturnino e o avô Joana Saturnino.

expressam a vontade de trabalhar em alto mar. João da Silva é um desses jovens de 16 anos, neto da dona Lila Baltazar (Dona Lila) e seu Genésio dos Santos, que como muitos jovens do lugar, a pesca em alto-mar aparece como uma atividade de grande interesse.

Não sendo incomum ouvir entre esses jovens, “não veem a hora de largar os estudos para seguir o “rumo da pesca”, pescar em alto-mar”. Mesmo quando questionados sobre outras possibilidades de trabalho ou lugares para outras experiências, as respostas são imediatamente negativas. Para eles, seguir na pesca em alto mar é possibilidade de melhorar as condições de vida, pois sabem que o sucesso da pesca garante a aquisição de bens materiais que seriam difíceis de serem obtidos com trabalho em outras atividades. Ao mesmo tempo, essa opção reflete uma outra, a de um pertencimento ao lugar. Pois, não buscam trabalho fora da localidade, nem mesmo desejam sair daquele lugar. Para eles, o Araçá é o melhor lugar do mundo de se viver”. Sobre isso João se expressa a sua opinião “É um lugar bom pra viver, meu Deus, pra mim é. Quem mora em cidade diz que não gosta, quem gosta de bairro, aqui é calmo e lá é mais agitado, não saio daqui não. Eu gosto da pesca.”

Quando questionado se faria outra coisa na vida além de pescar, respondeu-me que não poderia, uma vez que cresceu na pesca, acompanhando o pai nas embarcações adquirindo muito gosto pela atividade. Tal afirmação é reforçada pela avô dona Lila:

“Ele era pequeno e já ia por aí, ele e o meu neto o Cladimir de 22 anos e tem o outro Felipe que tem 14 anos. Ele vinha de noite, pequenino, ele mora lá na Catarina, vinha cedido pra ver rede de tainha com o primo, e quando era 11 horas da noite, ele botava uma capa e uma a bota e lá ia, e nos preocupada com ele. Ele não queria outra coisa” (Dona Nair dos Santos, Lila).

João é um jovem que cresceu no mundo da pesca e, nesse lugar, aprendeu com os mais velhos, as regras e os valores que devem orientar seu comportamento nas relações sociais e de trabalho. Ele reconhece que para chegar a ser mestre de um barco, cargo que almeja alcançar assim que possível, e que para isso deve possuir uma conduta exemplar:

“Se a gente for vadio, ficam falando mal da gente, então o homem nunca pode ser vadio, tem que ter a fama boa, acho que eu me esforço para ter fama boa. Então, eu acho que me esforcei o máximo pra não falarem mal de mim, eu já venho de uma família de trabalhador, nunca escutei que a minha família fosse vadia, então hoje

em dia tem que fazer o máximo possível, sempre trabalhador” (João dos Santos, 16 anos).

“Se por acaso, você estiver num barco, tem que ser educado com o mestre para ser bem falado, nunca pode responder ao mestre” (João dos Santos, 16 anos)

Ser pescador embarcado para pescar corvina é parte de um projeto de vida compartilhado por esses jovens que observam no cotidiano as transformações e as melhorias nas condições de vida proporcionadas por atividade econômica. Mesmo que as perspectivas em torno do futuro da pesca, se vai haver pescado ou não, seja algo de difícil previsão, a pesca em alto mar ainda representa para muitos a possibilidade de ascensão social e econômica desses jovens e de muitas famílias. No depoimento abaixo, reconhece-se a importância da pesca industrial/profissional enquanto uma atividade fundamental ao a superação de determinadas condições sociais e econômica da localidade.

Vivemos da pesca, depende, dizem que a pesca está cada vez pior, não que tá pior. Hoje antigamente tinha mais peixe, mas em um mês, só que nos matamos 12 toneladas em um mês foi falado, foi falado, pelo meu pai, os outros era 5, 6 toneladas por mês. Naquele tempo tinha 10 embarcações hoje tem 100 barco industrial traz 20 traz 2000 mil toneladas no mês, nos matava 100 tonelada, matava muito mas o peixe não fazia falta, tinha o peixe não fazia falta, era pouca rede, nos hoje em dia, se não tiver o barco industrial, era pobreza a roupa toda rasgada, eu com 13 anos fui calçar, par um chinelo no pé, chinelo havaiana nem existia pra nós, era só pé no chão, nossa pele era dura, andava descalço, eu fui só depois de casado que fui calçar uma chinelo, só andava tudo descalça, não usava bota pra ir na roça, eu não cheguei a trabalhar na roça (João dos Santos, 47 anos).

4.8.2 Cipós e cestarias

O manejo do cipó foi uma das práticas relacionada com o universo da pesca artesanal. O cipó era a matéria prima para a produção principalmente de balaio, peça utilizada principalmente para acondicionar os pescados. Os balaio foram durante muito

tempo uma importante peça do mundo do trabalho como da vida doméstica, pois com eles se carregavam não apenas os pescados, mas os produtos da roça ou então serviam para armazenar roupas ou outros pertences da família. Os cipós podiam ser encontrados em toda a região do Araçá, do Estaleiro até a região da Encantada, e seu manejo e a arte de fazer a cestaria cabia essencialmente aos homens. Entre esses, destaca-se seu Anatório Francisco Lourenço, de 83 anos, nascido na região da Encantada casado com Idalete Josefa Machado 73 anos. Ela nascida no Araçá, passou a residir nas terras da família da mulher na região da Praia do Araçá. Seu Anatório criou os 14 filhos fazendo cestarias, sendo esse feito reconhecido pela comunidade que o consideram também um expert local no manejo dessa planta. O ofício de fazer o balaio aprendeu com o pai⁵⁰ “porque trabalhava na roça, arrancava a mandioca e levava pro engenho dentro do balaio”, mas que agora já não pode mais, como explica abaixo:

“Fazia cestas, tinha por aí tudo cipó, hoje tem a floresta não pode tirar mais, o cipó é no mato. Eu trabalhava com cipó de qualidade, alho, cipó laranjeiro, folha seca, fazia o balaio, pra usar na pesca, eu fazia, eu trabalhei na prefeitura e era fichado então eu era aposentado, porque isso não era fichado e daí veio o balaio de plástico,

criei todos os filhos fazendo cestas” (Anatório F. Lourenço).



Foto: Anatório Lourenço e dona Idalene Lourenço e cesta de cipó produzida para a esposa de Vicente

Em seu depoimento, seu Anatório demonstra o domínio que detém sobre várias espécies de cipós na região, como alho, laranjeiro, folha seca. Outros pessoas da

⁵⁰ O pai veio de Porto Belo e se instalou na região da Encantada, onde também nasceram os 14 filhos do seu Anatório.

comunidade também citaram ainda outras espécies utilizadas também para a confecção de balaio, os cipós São João, o Branco, Liaça (*Heteropsis rigidifolia*, Eng. Araceae) e Jibata. Sobre o cipó, seu Antônio Felipino Sena, conhecido por seu Silvino Sena, de 95 anos, lembrou da espécie cipó liaça, dizendo que este era também abundante, “dava muito em madeira grossa” e muito utilizado, como ele explica:

“Tinha que entrar no mato e dali a gente puxava e trazia pra casa”, descascava ele e ficava o miolo e fazia o que queria, fazia corda, cesta, fazia de tudo, dava por tudo nesse mato, a gente entrava no mato, a distância a gente via o fio pendurado e tem uns que custava a arrebentar” (Silvino Sena).

Várias mulheres como Dona Lila dos Santos de 80 anos e Dona Catarina Lídia dos Santos, de 73 anos, ao falar sobre o tempo antigo da comunidade, relatam também como os balaio eram peças fabricadas essencialmente pelos homens e se constituíam como importante para a atividade da pesca.

“Pra fazer o balaio né. Eles iam lá pro mato tirar o cipó, faziam o balaio, teciam aquele fundo né, depois iam no bambuzeiro, cortavam o bambu, lascavam, abriam, pra cortar pra botar o bambu naquele balaio. Eles (os homens) é que iam, as mulheres não. Eles que faziam mesmo, eles faziam vendiam. Quem tinha rede, canoa, embarcação levavam pra botar o peixe dentro. Tiravam da rede, botavam ali dentro, traziam pra terra, ai alguns vendiam, outros botavam no gelo pra gelar, pra vender, pra dar pra algumas pessoas” (Catarina Lídia da Silva, 73 anos).

“Não sabia fazer, mas o marido fazia, tipiti, fazia farinha, na época no mês de maio, tempo da tainha, ponta, cortavam o bambu, instalavam tudo pra fazer o tipiti, com aqueles tipiti faziam na praia mesmo, pra matar Tainha, e o cipó tiravam do mato, fazia o balaio pra carregar a mandioca, com aquele cipó” (Nair dos Santos).

Os homens além de fazerem os balaio, faziam também os tipitis, instrumento utilizado no passado para prensar a mandioca para fazer a farinha. Além disso o cipó possui outros usos atribuídos a ele, sendo também muito utilizado para amansar boi e para puxar a rede de “arrasto de praia”. Os entrevistados relembram ainda que além dos cipós os bambus eram outra espécie muito encontrada em toda a região. Isso porque, assim como os cipós, os bambus eram e são na atualidade utilizados até o presente momento, principalmente para as bandeira dos barcos. Ainda pode-se observar a presença de malhas dessa planta em toda a região, que são retiradas pelos homens com esse propósito. A Taquara Mansa foi outra espécie mencionada como matéria prima

para confecção de bandeira para barco. Essa espécie germina a cada 7 anos e foi lentamente sendo substituída pelo Bambu japonês (Bambusoideae- uma da família das gramíneas), muito encontrado em toda a localidade do Araçá. As malhas de Bambu são consideradas um recurso natural importante para a vida da comunidade, sobretudo porque essa planta é muito utilizada para produção de bandeiras para os barcos de pesca. Nas entrevistas abaixo, o bambu aparece também como relacionado a confecção de cestas para apanhar café, ou fazer o varal para as roupas.

“Pegavam aqui, na frente, no morro aqui em cima. Cipó, bambu. Ai os bambuzeiros, pegavam umas vinte, trinta varas de bambu, cortavam tudo, lascavam, limpavam aquilo, faziam fininha, aí depois eles iam tecer o cipó e montavam um cesto. Ah, isso aqui faziam bastante” (Anísia Martins).

“... qualquer lugar que tinha, tinha muito bambu-uçu e depois mais tarde que nunca existia antigamente, aquele de pouco tempo, esse não existia, agora tem, bambu japonês não sei, que é de agora, mas antigamente tinha o bambu- açu, fazia varal, cortavam o galho e sabes, alguma coisa assim, pra fazer tipiti era o nosso bambu mesmo, mas pra fazer o tipiti era do nosso bambu normal. E o cipó fazia o balaio, balainho pra apanhar café, samburá” (Dona Lila).

Na atualidade, já não se fazem cestas com o cipó, e nem mesmo foram entradas peças antigas feitas com esse material nas casas das famílias. As cestas de cipós foram paulatinamente substituídas por produtos sintéticos. Mas seu Anatório faz questão de mostrar a cesta que teceu com fios de plásticos, utilizada para armazenar roupas suas, demonstrando que sua técnica resiste também as mudanças produzidas pela modernidade.



Foto: Cestaria com fio de luz produzida recentemente por seu Anatório Lourenço.

As cestarias constituíam-se como utensílios fundamentais no trabalho cotidiano dessa comunidade, sendo utilizadas para a realização das principais atividades realizadas. Como conta o testemunho de seu João dos Santos, demonstrando que as cestarias estavam sempre presentes tanto na roça como na pesca.

“No zimbório ia buscar a pé, trabalhava na roça aqui, pegava um balaio ia lá pegar isca a pé, vinha de Zimbório, e vinha duas horas da madrugada, buscar o espinhel, botar na água e ainda ir trabalhar na roça, não todo dia, mas duas ou três vezes por semana, tinha a minha rede de arrasto, cada um com seu balaio, eu meu pai, seu Silvestre pegava os empregados e ficava aqui limpando o barco, o barco” (João dos Santos).

4.8.30 “entralhe” da rede: mulheres e homens na economia da pesca

“Porque mulher de pescador tem que ajudar o marido. Porque só ele a ganhar, um só a sustentar é fogo.

As mulheres são assim, consertar a rede, quem sabe né. Tem muita que faz rede, entralha. Eu já fiz bastante rede, entralha, remenda. Aí pra baixo tem uma porção de mulher que cuida de rede assim” (Anísia Martins).

Um aspecto que chama atenção na comunidade do Araçá é o fato de que muitas mulheres dominam as técnicas de fabricação de redes de pesca. Algumas delas sabem fazer a rede completa, outras são especialista na colocação do entralhe ou o chumbo na rede, ou então em reparos. Esse conhecimento de saber- fazer rede foi apreendido com os seus maridos ou com os seus pais, dentro da unidade familiar. Esse ofício é desempenhado por elas com grande desenvoltura e geralmente dele obtém rendimentos que contribuem para a renda familiar, através da venda dessas redes ou então consertando as redes que o marido utiliza para a pesca, reduzindo os custos para ele com essa atividade. Dona Anísia Martins, 65 anos, aprendeu a fazer rede com 15 anos de idade, quando casou e passou a dominar a confecção de todo o tipo de rede

“Eu toda vida fiz rede. Entralha eu nunca entralhei não, porque entralhar é botar na corda como nós tava falando hoje. Mas fazer rede, credo, fiz tanta. Fazia pra nós quando meu marido pescava, fazia pros outros lá embaixo. Eu tenho uma filha que faz rede, entralha, a Valdirene. Apreendi com o marido, porque quando eu era solteira eu não sabia fazer nada. Aí o falecido meu sogro também fazia. Todo tipo

de rede. Só não gosto de fazer a tarrafa, porque é muito a malhinha é bem miuderinha, leva muito tempo. Mas desse outro tipo de rede toda vida eu fiz” (Anisia Martins, 65 anos).

Segundo explica, a confecção de uma rede pode levar muito tempo e exige muita dedicação, pois para fazer 100 metros de rede, ou um pano de rede, como denominam localmente a metragem, pode demorar vários dias, as vezes até 20 dias para terminá-la. O envolvimento das mulheres na confecção das redes, está relacionado a falta de condições financeira de arcar com os custos de comprar do fio e ainda do pagamento de um terceiro para fazê-la, elevando os custos significativamente da atividade pesqueira.

“Porque naquela época, pra gente comprar o fio, e pagar alguém pra fazer, não tinha condição. Aí a gente comprava o fio e a mão de obra a gente fazia, e saia barato. Agora depois que essas fábricas viraram a fazer renda, aí ninguém mais faz, porque sai mais vantagem eles comprar um fardo de rede do que comprar um fio pra mandar fazer. Porque um fardo de rede vai estar na faixa de uns R\$ 100, e pra mandar fazer o fio ta cento e pouco.

E pra fazer uma rede como nós fazia, vai sair numa faixa de R\$ 400. E eles comprando na fábrica, sai na faixa de R\$ 200. Sai mais barato” (Alcides Monteiro,).

Esse trabalho com a rede exige que as mulheres dominem vários conhecimentos como por exemplo os tipos de malhas como diz dona Anisia, “assim tem malha dez, tem malha nove, tem malha doze, já tem malha bem grande que é pra rede feiticeira. Porque a rede feiticeira é duas malhas grandes por fora e uma malhadeirinha 9 por dentro. Aí o peixe miúdo passa nas duas feiticeira e fica na do meio que é miudeira.”

Esse saber-fazer a rede pelas mulheres é reconhecimento entre as mulheres, que identificam as especialistas na área e reconhecem que o trabalho que elas executam é de fundamental importância à manutenção do padrão econômico das suas famílias.

“Sabem, aqui no Araçá tem bastante que sabe. O Dercilio ali no lado tem uma nora, a Lucia, que ela faz, ela entralha, ela remenda, bota chumbo, bota talha, ela bota cortiça, ela bota tudo. O marido não paga nada pra ninguém, tudo ela que faz. Ela trabalha a semana toda. A nora do Dercilio, a Lucia. Da marca dessa, pra trabalhar com rede não tem por aqui. Pessoa trabalhadeira, ela é bem caprichosa. Aí aquele dinheiro que há de pagar pros outros, ela fica pra ela” (Anisia Martins).

Ao se referir a Lucia, ou a própria filha a Valdirene, percebe-se que as técnicas e o saber-fazer rede estão sendo transmitidos para as gerações mais novas das mulheres da comunidade. E no que registrou durante a pesquisa foi que esse papel é exercido no âmbito doméstico, é em sua própria casa, muitas vezes em companhia do marido, sogro ou pai que ela fabrica as redes. Enquanto os homens confeccionam as redes nos espaços organizados sobretudo nas garagens de algumas residências de donos de barcos. Essa forma de produção de rede está também relacionada ao papel social que as mulheres ocupam na organização dessa comunidade. Historicamente, poucas mulheres do Araçá saíram para trabalhar fora de casa e relatam que esse não era o “costume local”. A maioria delas ocupa-se com as atividades consideradas propriamente do mundo doméstico, cuidando da casa, do marido e dos filhos, pais ou sogros. No entanto, são elas que desempenham um fundamental à gestão cotidiana dos seus lares, pois na maior parte do ano encontram-se com os maridos distantes, na pesca artesanal ou na pesca industrial em alto-mar.

Algumas mulheres no entanto, estabeleceram curtos vínculos de trabalho no passado, como relataram que algumas trabalharam na empresa Pioneira, antiga Indipesca, e outras com na salda de camarão e de peixe.

“Eu na época, a gente vivia mais da roça, que era como a gente se criava. Ai depois nós trabalhamos, ali uns 3, 4 anos, naquela firma de pesca, ali pioneira. Naquele tempo Era Indipesca, agora já é pioneira. Já mudaram de dono” (Anisia Martins).

Com relação as casas de salgas foram mencionadas duas casas de propriedade de famílias da Comunidade em que as mulheres trabalharam na descasque do camarão:

- a) Casa de José Domingos dos Santos, proprietário da primeira salga da Vila;
- b) Casa de salga de Manoel Paulino;

O trabalho na salga ou descasque do camarão é ainda efetuado por algumas mulheres, mas no âmbito doméstico e, principalmente para os maridos que trabalham na pesca do camarão. Durante a pesquisa pode-se observar também que algumas mulheres trabalham nos empreendimentos locais, contratadas nos supermercados, padarias, na cozinha dos bares flutuantes ou então vendendo pescados. Algumas delas auxiliam os seus maridos, no conserto, pintura ou limpeza dos barcos pequenos.

Além disso, a maioria delas são apreciadoras e praticantes da pesca artesanal, e envolvem-se diretamente com a pesca de diferentes tipos de peixe como corvina, linguado, tainha, anchova. Além disso, são habilidosas na pesca da lula, camarão e na coleta do berbigão, siri, lingueta, ostras e mariscos. A prática da pesca além de contribuir com a renda familiar é considerada algo prazeroso. Em alguns momentos pude testemunhar a alegria dessas mulheres envolvidas com a pesca da lula no verão, na praia do Estaleiro ou então com a captura de grandes quantidades de berbigão, retirada na Praia do Caixa D’Aço. É muito comum também as mulheres fazerem reservas desses pescados em pequenos freezers, para sua posterior comercialização para veranistas ou para fornecelos a comerciantes e restaurantes da região.

Algumas dessas mulheres também produzem a partir dos pescados, alguns quitutes, como pasteis, bolinhos e tortas para serem comercializados nos restaurantes locais ou vendidos para os turistas.

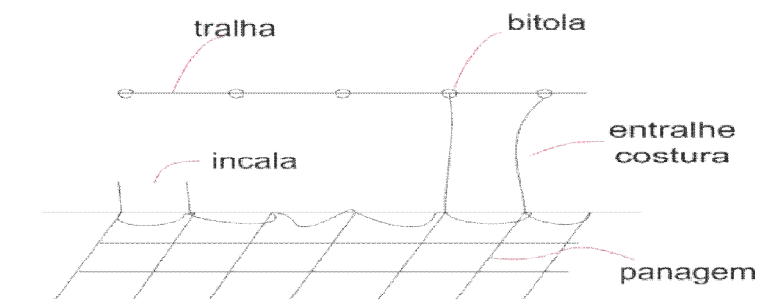
Um dado que se destaca entre as mulheres, é o fato de não se dedicarem ao artesanato ou a produção de renda de bilros, como se verifica em outras regiões pesqueira do litoral catarinense de origem açoriana. Possivelmente esse aspecto poderá estar relacionado a especificidade histórica e cultural de formação da comunidade, como registrado pela pesquisa da professora Monteiro (2000)

O aspecto a ser destacado é com relação a religiosidade dessas mulheres, com grande envolvimento com as atividades religiosas, com as missas para aquelas que são católicas ou então com os cultos para as evangélicas. Na maior parte do ano estão sem a companhia de seus maridos que viajam para alto mar para a pesca da corvina, ou então na pesca do camarão. No caso daqueles que viajam para alto mar, retornam para casa uma vez por ano, geralmente no mês de maio ou então viajam 20 dias e ficam 10 em casa.

A atividade de entralhar rede consiste na “montagem” das redes, ou seja, costurar a malha na tralha (corda) para formar o que se denomina de uma rede completa.

“Pego a panagem entralho na tralha com o fio da incala usando a agulha” (Allan Ismael dos Santos, maio de 2015).

ENTRALHE DE REDE



corda = tralha

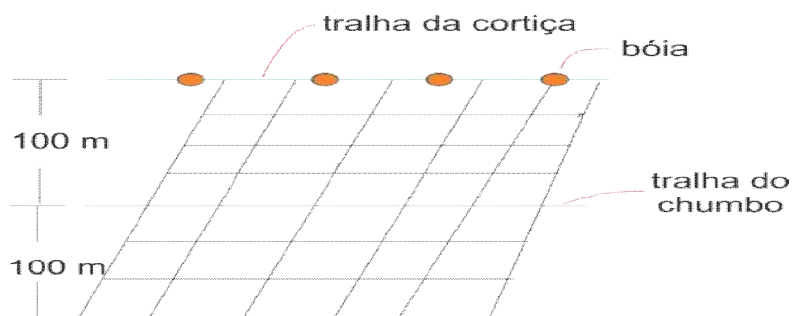
bitola = marca para o entralhe

incala = linha branca:
«quebra» a rede para deixar folga

panagem = malha

A rede completa consiste na amarração dos seguintes itens: tralha da cortiça na superfície, panagem, tralha do chumbo e panagem. A rede atinge uma profundidade igual a 200 metros.

REDE COMPLETA



cortiça = bóia

tralha do chumbo (chumbo dentro da tralha)

“Depois que a rede tiver entralhada se faz a miada da rede” (Willian Ismael dos Santos, maio de 2015).

Alan Esmael dos Santos, com 29 anos de idade, iniciou o trabalho de entralhar redes com 11 anos de idade, ajudando seu pai, que é dono de barco. Na primeira viagem que fez trouxe 63 toneladas de peixe, no primeiro e maior barco do meu pai Emael. Era a pesca do cação. No barco da minha avô era corvina mesmo. O pai dele cuida de sete branco, tem do irmão, do avô, e Não optou em trabalhar embarcado mas diz que tem prazer em exercer sua atividade.

“Eu nunca pensei em trabalhar em outro lugar. Porque enquanto eu tiver serviço aqui não, na realidade eu acho que quanto você faz o que tu gosta, pode ter gente mais rápido que eu ta vindo uma geração por aí, eu faço porque eu gosto, isso pra mim, eu gosto, as vezes eu tralho domingo eu gosto de tralhar rede. E ta vindo uma geração uma galera legal aí. Geralmente tem quem pensa em ir pra fora aí, pro mar, mas geralmente eles estudam, alguns não querem, mas alguns já entralham rede. Eles começam com 12, 15 anos, a tralhar a rede.

Eu estudei até o segundo grau. O nosso pai sempre obrigou estudar, mas nunca obrigou a fazer faculdade. O meu pai mesmo tendo condição, é o nosso salário, as vezes as pessoas falam, vejam tudo o que tem e vão lá e pegam, mas não é assim, o meu pai diz que tudo o que meu pai tem é de vocês, mas nos mesmo tempos que conquistar nossas cosias.

E os jovens querem ficar aqui? A maioria sim, alguns não, já vai crescendo assim né.

Está fazendo só um lado, na realidade eu já faço os dois lados, eu estico os dois, estico o chumbo e estico a cortiça. Quando estico essa tralha, já estico outra junto, eu estico o chumbo porque estou sem a cortiça, boia. Depois quando ela chega eu estico ela. Quando cai a agulha você perde tudo” (Allan Ismael dos Santos, 23 anos).

Alan é muito eficiente e rápido no entralhe, sendo bastante requisitado para este tipo de trabalho. Além do serviço do pai, também trabalha para outros familiares e pescadores da comunidade. Seu principal instrumento de trabalho para entralhar redes é a agulha de madeira. Segundo Allan, o que ajuda a tornar seu trabalho mais rápido é deixar prontas as agulhas cheias com incala (fio de nylon branco). Este possui cerca de 30 agulhas que, durante o período da noite, aproveita para encher as agulhas que irá usar durante o dia.

Depois de finalizada, a miada da rede se faz “dobrando” a rede com a medida de um braço, “uma braçada”

5 PARTE III – CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Com a expansão urbana intensificada sobretudo a partir dos anos 1980 muitas áreas de terra da localidade foram adquiridas por pessoas de fora da comunidade. Esse processo, a medida que se intensificou, acabou configurando uma forma de ocupação levou a restrição ou até mesmo, em alguns casos, impediu o acesso dos moradores locais a determinados lugares tradicionalmente utilizados ao modo de ser e de viver da comunidade, de interagir com o meio de forma livre.

A localidade não tem infraestrutura para abrigar o intenso volume de turistas circulando no período de verão na localidade, sobrecarregando o fluxo de trânsito de carros que passam, muitas vezes em alta velocidade, pela única e estreita via pública de acesso à localidade. Essa via pública, também é compartilhada pelos moradores, expondo-os permanentemente à situação de vulnerabilidade.

Instalação de trapiches de particulares na orla da praia, onde são realizadas as atividades de puxada de barco para reparos e consertos;

Escassez de áreas de terras para as residências das famílias locais. Como observado na pesquisa, devido à forte especulação imobiliária da região, que tem elevado o valor dos terrenos, tem restringido as possibilidades de aquisição de terras pelas famílias locais, e tem comprometido as possibilidades de reprodução das residências das famílias da comunidade desempenhado até o presente. As alternativas dessas famílias de permanecerem no local dependem de políticas que considerem as peculiaridades das condições históricas e os modelos de direitos locais que possibilitaram permanecerem naquela região até o presente momento. Muitas famílias não atualizaram o inventário dos terrenos ocupados pelos antepassados e não possuem condições no presente de fazê-lo.

5.1 “O Caixa D’Aço está dentro de nós”: paisagem cultural e preservação ambiental

Segundo os depoimento dos mais antigos da Vila do Araçá, o Caixa D’Aço já teria se chamado antigamente Caixa de Aço⁵¹, e o nome estaria relacionado à chegada de navios piratas que teriam desembarcado naquela região e ali enterrado uma caixa de aço cheia de ouro.

Eles falaram não sei, to esquecida eu não sei bem contar, eu to esquecida, , mas eles falaram que foi um navio, um barco de pirata, que vieram com um bocado de um negócio de aço, não sei o que era, mais caixa, mais coisa, e andavam botando os marco por aí, um negócio aí, ninguém sabe se enterraram ou se levavam de volta, aqueles primeiro antigo talvez que soubesse, mas já quando a gente chegou, eu já cheguei escutá, não, foi bem declarado, não sei se era mesmo, se era caixa de Aço, que tinha muito dinheiro assim enterrado aí, diz que tinha muito, tiraram mesmo, diz que tiraram, naquela época era isso, agora, olha que é passado, já foi dito, né. (Dona Lila, Nair dos Santos, 80 anos)

Na comunidade, ninguém sabe ao certo porque o nome do lugar foi alterado de Caixa de Aço para Caixa D’Aço, mas são unânimes em afirmarem que muitas pessoas já foram procurar o baú de ouro enterrado naquele lugar e, que até o presente momento, não teria ainda sido localizado por ninguém. Alguns acreditam supõe que o ouro esteja escondido em algum lugar por lá ainda, “talvez escondido sob os pés de uma bananeira”, imaginam outros. Ninguém sabe exatamente se isso procede ou não, trata-se antes de uma narrativa que compõem o imaginário social compartilhado pela comunidade. E nesse sentido, está presente e é constantemente reproduzida para acionar e revitalizar uma determinada relação que estabelecem com aquele lugar. Assim, a narrativa sobre o ouro enterrado no Caixa D’Aço, faz parte do mundo cotidiano, da vida e o imaginário simbólico do lugar. Por isso ela também está relacionada a lembranças do passado, sobre que os mais antigos ensinavam sobre como conseguir acessar esse ouro:

⁵¹ O nome Caixa De Aço aparece registrado em mapa do IBGE de 2010 da região.

“antigamente diziam que tinha que levar uma criança recém nascida na pedra da Lagosta, aquela pedra lá no costão do Caixa D’Aço, e daí aparecia o lugar aonde o pote de ouro está enterrado, não sei, né diziam os mais antigos.” (Marcos Marques, 27 anos)

Essas narrativas sobre o ouro enterrado no Caixa D’Aço são parte de um processo de se remeter a um passado histórico em termos de intensidade e não em termos de cronologia (Benjamim, 1972). São formas de rememoração de um passado, que é acionado por meio do ato de lembrar ou formas específicas de interpretar determinados lugares, de estabelecer uma ligação entre o passado e o presente, que o lugar Caixa D’Aço aciona.

O lugar Caixa D’Aço é revelador da história social e da identidade da Comunidade Tradicional do Araçá. O lugar é intensamente utilizado pelos comunitários realizando ali diferentes atividades, tais como a pesca artesanal, o reparo das embarcações locais, circulação e ancoragem de pequenos barcos, a extração de berbigão, mariscos e ostras. Além disso, divertem-se jogando futebol, nadam em suas águas mansas, fazem passeios pela praia ao final da tarde, ou apreciam a paisagem do lugar. Muitos entrevistados ao se referir ao lugar, são unânimes em afirmarem que “não há lugar mais lindo no mundo”. Esse apreço no entanto, não pode ser considerando somente pela avaliação estética do que compõe fisicamente a paisagem ambiental local, por conter áreas verdes junto a água mansas. Essa afirmação expressa para esses comunitários a relação particular que construíram e mantêm até hoje com aquele lugar, uma configuração de padrão territorial, onde se reconhece uma relação de continuidade entre o passado e o presente. Essa relação particular deriva das experiências comunitária constituída ao longo do tempo e que apresentam uma dimensão territorial fundamental. Afinal, a comunidade construiu ao longo de mais de um século, também na região do Caixa D’Aço, o seu território tradicional, e sobre ele organizou um modo de vida próprio e suas estratégias de reprodução física e cultural.

Através desse lugar é possível compreender o que é a Comunidade de Pescadores do Araçá e de sua territorialidade. Pois ali verifica-se uma extensão do território terrestre ao marinho, através de uma relação continua de uso e usufruto daquele lugar, através de um sistema de **uso comum**, determinadas por regras internas compartilhadas por aqueles que pertencem a comunidade. Essas regras se evidenciam sobretudo pela instituição de práticas internas do não uso da fixação de poitas para as embarcações e

pelo livre trânsito das embarcações. Essas regras de uso comum foram criadas no passado pelas antigas famílias como parte das estratégias para assegurar suas condições materiais de existência e continuam encontrando lugar na atual organização social da comunidade. O uso comunal das áreas de marinha, envolve noções locais de direitos como de acesso aos recursos naturais. E isso é evidenciado na região do Caixa D’Aço.

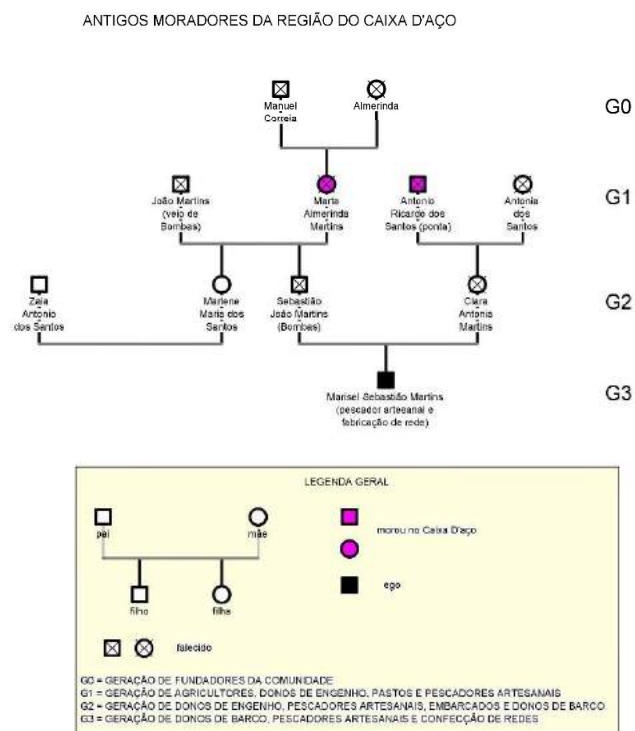
Ademais, o lugar foi ocupada historicamente pelas famílias dos locais, com residências, roças de mandioca, engenhos e ranhos de pesca. Naquele lugar também se encontram vários caminhos antigos, abertos no passado para transportar os produtos da roça, alguns ainda em uso pela comunidade para acessar a praia ou então para acessar os diversos pesqueiros dos costões daquela região. (Conforme registrado no Mapa Comunidade Tradicional de Pescadores da Vila do Araçá: Memória de Ocupação do território). Nesse lugar, ainda há o rancho de pesca do seu Juvenal da Silva, conhecido como seu Neném, rancho que pertenceu anteriormente a Genésio dos Santos, casada com dona da Nair dos Santos ou membro reconhecido como parte da comunidade de parentes. Assim como a cachoeira da Clodina e várias árvores que são referências importantes ao processo de ocupação daquele lugar. O conjunto dessas referências são marcas materiais e simbólicas, que informam sobre os vínculos sociais, históricos impressos no território. Qualquer alteração nesse lugar, pode ser compreendido como uma ameaça a sua forma de organização e condições de sua reprodução física como cultural.

“(Praia do Caixa d’Aço) Eles estavam querendo aquela ponta lá, botar tudo pra baixo, os mato, pra construir pousada. Aquilo tudo é de um grandão, tudo um terreno só. Pega desde lá da praia e vai até naquele bico de ponta. Eles já tiveram umas duas ou três vezes tentando desmatar pra fazer pousada. Nós já tivemos entrando com uma ação pra não. É tão bonito assim o verde não é?”

(Pousadas de fora) É ruim. Pra nós não traz serviço. Porque a maioria são pescador, tudo pescador. Cresce, vai se criando, vai pro mar, começa desde gurizinho andando nesses caiquinho pequeninho e vão se tornando moço. E com 14, 15 anos só querem pescar. Ai pousada, essas coisas não vai trazer nada pra nós, porque a gente não tem serviço ali. Vem o pessoal de fora trabalhar aqui dentro. Então a gente não faz tanta questão, porque o verde é tão bonito né, a natureza já está tão pouca. A água já está acabando, se eles botar pra destruir e desmatar, eu acho que vai ser cada vez pior. Já não tá muito bom o nosso tempo. E estamos tentando preservar o que podemos” (Informante, março de 2015).

Nesse sentido, os depoimentos acima, indicam que a comunidade e o meio ambiente estão mutuamente constituídos. Pois a paisagem é parte também do processo de se reconhecer e se reconhecer de uma comunidade. Qualquer possibilidade de alteração dessa paisagem revela-se para a comunidade com gravidade, pois compreendida como desordenamento, descontrole e insegurança para o seu futuro. As alterações dessa paisagem afetam também as lógicas de autonomia, cara as famílias e expressas nas formas como se gerenciam e controlam as condições em torno atividade da pesca.

GENEALOGIA 5 – Antigos Moradores da região do D'Aço



Para os membros da comunidade, alterar a paisagem significa afetar uma relação particular de um lugar que consideram importante, de uma paisagem que consideram

imprescindível para aquilo que desejam para o futuro: a continuidade do engajamento histórico de proteção daquele lugar.

Isso se evidencia, nos período de verão, quando o fluxo de turistas de lanchas aumentam expressivamente naquele lugar e ocorrem as festas sertanejas em alto mar. Esses eventos afetam radicalmente as condições de balneabilidade e das formas pelas quais se estabelecem até então as relações com aquele meio ambiente. Assim, uma das entrevistadas, moradora da região do Caixa D’Aço, também relata que de acordo com o sentido do vento, o lugar fica tomado de lixo vindo de vários lugares que acabam se acumulando ali.

“Quando da vento sul, traz tudo, é engraçado porque no sul ele limpo ele entre e vem um monte de coisa, vem de meia praia, e vem parar tudo aqui, conforme o vento. O norte sai, quando dá vento sul, o vento cheio de coisa, o norte 3 ou 4 dia a agua limpa” (Informante).

O turismo intensivo também é avaliado como responsável pela contaminação das águas e dos crustáceos que apreciam tirar naquele lugar, entre eles a extração do berbigão, espécie muito apreciado por várias famílias da comunidade.

“Ainda tem muito berbigão, ainda dá mais eu não como, peixe dava muito ali, um parati, mas eu não como, é muita sujeira, berbigão, tem aquela agua a gente toma aquilo tudo. Uma vez tiravam muito, eu não como e nem minha filha, isso era limpa, mas agora de uns tempo pra cá, o ano passado, deu um mar grosso eu ainda comi mas agora não. Tem muito movimento, essas lancharada ai, no sábado a lancha é tanta que vão perto da praia, lixarada, tem tanto, e o pessoal larga tudo ali. Ahh porque tem banheiro, mas não me engana, o pessoal bebe, jogam garrafa, joga, a garrafa na agua. (...) vai vomita no banheiro, xixi, eu não...” (Informante).

A diminuição de muitas espécies de peixes é avaliada também pela comunidade como resultado das mudanças provocadas a partir do turismo e da expansão urbana e a falta de infraestrutura, como saneamento básico na localidade.

“Não sei, no outro dia dizem a que tinha, mas sumiu, é muita sujeira, nem siri, nada mais, aqui não. Dava muito peixe, pescava tudo que era peixe, agora não dá mais. Tem esgoto no mar, pra lá tem esgoto no mar, por aqui não tem. A gente tinha, mas tiveram que fazer uma fossa, é tudo ali dentro, e traz tudo no cilindro, mas pra lá tem muito. Direto na praia, anda a Lila... (Peixe galo, laceava, colocava rede na praia, e ai vinha muito peixe, sardinha, charuto, janeiro e fevereiro,

cercava na prainha de lá, nos tinha um rancho de canoa, ele cerca ali e a sardinha na praia” (Informante).

O berbigão é aqui nessa praia do Caixa D’Aço, aqui dá muito. E o caramujo tiravam aqui no costão, o marisco aqui no costão. Era tudo aqui. *E era as mulheres que tiravam?* Era mais os homens. As mulheres acompanhavam. Uma vez fui eu e ele (Juvenal), José Bento e Anisia, fomos lá atrás no costão do leste. Tivemos o dia todo lá. Cozinhamos lá, comemos lá, limpamos tudo lá, deixamos só a casca. Naquele tempo a gente fazia isso, tirava do costão pra comer. Naquela época gostava mais do pirão de farinha para comer o berbigão. Ai a gente trazia descascava, e quem não quisesse descascar lá, botava no balaio trazia. Chegava em casa botava no fogão a lenha e cozinhava. Naquele tempo era tudo fogão a lenha. De uns anos pra cá que começou o fogão a gás. Nós morava num engenho e tinha um fogão a lenha, aquilo é que é bom, a gente bota um pau de lenha bem grosso, aquilo arde o dia todo... (Catarina Lidia da Silva, 73 anos)

5.2 Festas “Sertanejos em Alto Mar”

A faz festas sertanejas em Alto-mar realizadas na área do Caixa D’Aço são o evento de maior impacto à vida da comunidade. Elas reúnem uma grande quantidade de lanchas, em alguns momentos chegam a 300, e de pessoas, produzindo grandes quantidades de resíduos que impactam o meio ambiente como afetam diretamente a segurança dos banhistas como trazem danos materiais as embarcações dos pescadores artesanais;

Os turistas das lanchas durante as festas ou fora desses eventos tem reproduzidos músicas ao longo do dia, em volumes excessivos, de forma a alcançar o interior das residências. Essa situação é avaliada pelas famílias locais como uma situação de constrangimento moral pois o conteúdo das músicas reproduzidas são geralmente consideradas ofensivas aos seus valores;

A baía do Caixa D’Aço apresenta um ambiente adequado para atracar as lanchas de turistas, que permanecem fazendo festas particulares dentro das embarcações, acompanhados de música alta e incomodando os moradores da comunidade. Existem três flutuantes na Vila do Araçá que atendem aos turistas dessas embarcações e turistas que chegam por terra.

“Assim que começaram a botar esses bares flutuantes. Antes vinha as lanchas lá de Balneário, mas eram poucas lanchas. Chegavam ali, faziam a festinha deles, tomavam banho de mar e iam embora. Agora não, começaram a botar esses bares, e eles ficam dia e noite. Ficam sexta o dia todo, a noite, sábado e só vão embora no domingo. E vão ficando, no outro dia vem mais. Tem dia ali mesmo que é um absurdo de lancha, ali no Caixa D'Aço. Duzentas, trezentas lanchas...aí aquilo tudo a fazer sujeira, a jogar no mar. Bebem, tão bebendo e comendo, ali mesmo já fazem a sujeira, botam as coisas fora. Porque sabemos que no balanço a pessoa fica enjoada. E ali mesmo eles dispensam tudo no mar. Às vezes passamos pra dar uma voltinha com a esposa, passear. E vimos a sujeira boiando. Aí pra onde é que vai? É uma baía, a água não tem correnteza, aquilo não tem circulação. Fica tudo ali parado boiando porque o mar não tira. As latinhas, vocês podem ver, principalmente de manhã cedo. A água é bem clarinha, vocês podem andar aquela baía toda do Caixa

D'Aço, com a água clara no fundo vocês vão ver a sujeira, lata boiada, aqueles pratinhos de marmita de alumínio no fundo, muitas, muitas coisas mesmo. Uma sujeira que a gente acha desagradável! Uma baía nossa tão bonita e tão poluída!” (Informante, março de 2015).

“Tem vezes que chegam até 300 lanchas, lanchas grandonas dentro daquela baía. Aí eles bebem, jogam tudo... Porque é festa! aí passam por cima das amarras das embarcações, cortam amarras das embarcações. Aí o povo já tem que sair, “óh aquela lá, tem um barco à deriva” ... Já corre em cima pra poder pegar porque senão vai nas pedras, já emenda de novo pra deixar ancorado (barco solta e vai em direção das pedras).

Eles não respeitam (turistas das lanchas). Estamos trabalhando lá, no caso com uma pintura, com uma coisa, com emenda, pra fazer reforma. Estamos trabalhando com uma tinta, com uma coisa e eles passam que nem doido, com jet-ski, com lancha. Aí vem marola, já vira tudo, é uma briga. Por isso que não gostamos muito. Volta e meia dá uma briga aí. A turma briga aí na estrada. No final do ano deu uma briga e o cara falou: “a gente não quer vocês aqui”. Porque além de atrapalhar, faz sujeira nas estradas, aí não adianta a agente cuidar, porque vem um de fora e destrói tudo que é nosso. Não fazemos nem questão que os turistas venham aqui pra dentro. Por isso que já tentaram abrir essas ruas aí por cima. Batemos em cima pra não abrir. E começa a formar mais gente envolvida aí. Cada ano vem mais” (Informante, março de 2015).

As festas Sertanejas em Alto-mar na região do Caixa D'Aço iniciaram no ano de 2000 e elas se intensificando a partir da instalação dos bares flutuantes e dos

investidores de empreendimentos especialistas nesse tipo de entretenimento. Entre esses destaca-se a Shed e a Wods. Porém, essas festas e movimentações produzem efeitos diversos para a comunidade e nem sempre avaliados como positivos. Um deles seria os estragos nas suas embarcações devido ao movimento provocado pelas lanchas. As marolas que são produzidas com o tráfego dessas lanchas, acabam jogando os barcos contra os costões ou então contra outras embarcações, ocasionando muitos danos, ou então sendo comum também o corte das amarrações das embarcações pelos motores das lanchas, os deixando a deriva.

“A marola das lanchas, eles cortam a amarra do ferro do barco, do meu filho chegaram a cortar, tem que lá pegar o barco, pega e ao invés de passar por trás passa pela frente. Eles usam uma poitinha no cabo, cabo boeiro, umas poitinha pra afundam, porque você não sabe se cortou ou não, funda para lancha passar, porque o, o barco que vale 1 milhão de cruzeiro, tem que olhar e puxar o ferro porque ninguém sabe se cortou o ferro ou não. A capitania dá uma chance.

Ia direto nadando, nos ia nadar de uma ponta a outra, duas vezes três vezes, e aí com monte de lancha não dá mais, mergulhava, pegava polvo, todo final de semana vinha aqui e todo o dia nos nadava, pegava berbigão, comi muito tirava marisco no costão, hoje não pode mais, é multado. Antigamente nos vivia disso, goiá tirava muito, o meu velho tirava muito, com o lambas, amarrava na ponta e assobiava, e ficava, e ele vem um monte e escolhia o que era mingua e jogava de volta, aí botava no cesto e trazia, com ova choca nos soltava, lagosta, trabalhei com lagosta, tinha dia de tirava umas 70 lagosta por dia, com rede pequena, lá no Estaleiro, virado pra Bombas. Nós ia todo dia a rema e voltava, no verão eu trabalhava, no verão, e no inverno na corvina. Hoje vão pro Rio Grande, aqui antes era, Julho agosto setembro outubro, ia trabalhar com o turismo, levar o turista pra pescar, levar no ilha do arvoredo. Tinha seu Joaquim, seu Silvestre, meu pai, Dominginho, Genésio, Lino seu Mano zé, que dizia era pouquinho gente que tinha, cada um com um barquinho” (Salvador de Oliveira, 47 anos).

As festas sertanejas em alto-mar produzem outros tipos de impactos à comunidade, através delas um outro modo de vida estranho a eles passa a se evidenciar nesses períodos. As lanchas chegam com músicas e bebidas que são distribuídas aos seus tripulantes. As mulheres geralmente vestem trajes de banho e dançam na proa com suas taças de champanhe. Em alguns momentos observa-se que as pessoas passam livremente de uma lancha para outra, para conversarem ou então para compartilhar algumas bebidas ou comidas. É comum também as lanchas assarem um churrasquinho,

em churrasqueira de inox, enquanto passam o dia observando as outras lanchas e seus tripulantes. Poucas pessoas aproveitam para nadar e, mesmo aqueles que se arriscam precisam nadar com atenção pois dividem o espaço com os jet-ski, que circulam entre as lanchas. Nesses eventos, como em qualquer outra grande festa, pode observar pessoas que acabam extrapolando as regras sociais da boa convivência. Isso é também percebido também pela comunidade “tem gente que vem com a família, que não bebe mas tem gente, que vem pra bagunçar, depende em qualquer lugar, e quando vem só com amigo é mais perigoso e aí sai com a “voadeira” é perigoso”, diz um dos pescadores.

Um outro aspecto destacado com relação as festas em alto mar é com relação ao volume e a ‘qualidade’ das músicas rodadas nas lanchas. Durante o verão, pode-se ouvir as músicas a vários metros de distancias da praia. Essa poluição sonora, alcança muitas vezes o interior das casas, dificultando as conversas domésticas. Segundo relataram alguns, o volume do som das lanchas, já foi pior e melhorou de uns 4 anos pra cá, quando as festas começaram a ser mais recorrentes. Mas ainda assim, julgam que é preciso ajustala para que a convivência seja a melhor possível com os turistas e a comunidade. “Tem dias que não dá pra aguentar”. A questão das músicas ainda são um elemento de interferência à comunidade, pois muitos de seus conteúdos são consideradas inapropriados e destoantes com os seus valores morais “coisas que as crianças não deve ouvir”, dizem. Isso é perfeitamente compreensível quando se conhece a comunidade e observa-se que grande parte de seus membros, são profundamente a valores religiosos, tanto os católicos quanto os crentes. Além disso, é uma situação em que os mais velhos são forçosamente obrigados a tolerar. Muitas das músicas tocadas pelas lanchas podem ser consideradas extremamente ofensivas aos seus valores morais “tinha dia que eu fechava toda a casa, ligava a TV bem alta para que minha filha não ouvisse essas músicas”, diz um mãe da comunidade.

As festas em Alto mar ocorrem muitas vezes durante o verão e até pouco tempo não contavam com fiscalização. Nesse verão de 2015, em decorrência de uma denúncia realizada pela comunidade, uma grande festa que estaria prevista para o período do carnaval acabou não ocorrendo. No ano de 2013, quando uma das lanchas de aproximadamente 50 pés de propriedade de turistas, incendiou rapidamente na região, os pescadores artesanais, foram os responsáveis por garantir a salvaguarda do seu único tripulante e agiram de forma a afasta-la de suas embarcações e, desse fora, evitar uma

tragédia maior no lugar. Somente depois, os bombeiros chegaram para rebocar o que sobrou da lancha. Este fato, os coloca em alerta redobrado sobre os riscos que a superlotação naquela área poderá ocasionar, sem contar com suporte adequado para esses eventos.

De qualquer forma, os pedidos da comunidade foram atendidos e a marinha desautorizou a realização da festa no Caixa D’Aço (ver documentos em anexo), e se fez presente através de alguns policiais que fizeram a fiscalização durante todo o carnaval. A importância da fiscalização é uma questão destacada permanente como algo necessário. No entanto, reconhecem que esse problema começa com a falta de estrutura que a própria marinha para realizar a fiscalização, como explica José de Aquino, o Zé, “querem dominar a nossa baía, entra muita lancha aqui. E tem que ver que a fiscalização ela é pouca, pois tem 4 policiais e 12 da marinha para atender a região toda. A marinha tem 2 lanchas para cobrir Piçarras e Zimbros, então, não tem como, né”.

Com as festas sertanejas no Caixa D’Aço surgiram também a instalação de bares flutuantes para atender principalmente o público desses eventos. São três bares flutuantes sendo que somente um deles é de propriedade de um membro da comunidade, de José de Aquino, filho de dona Santa de Aquino. (Ver Mapa Comunidade Tradicional de Pescadores da Vila do Araçá: referências culturais e conflitos socioambientais). O bar funciona durante o verão e contrata outras pessoas da comunidade para nesse período e a renda obtida com ele contribui para as despesas do tratamento da doença do seu pai. No entanto, o flutuante trabalha com dificuldades, pois ao contrário dos outros dois bares, o flutuante do Zé, como é conhecido, não tem acesso à energia elétrica. Para a comunidade não avalia como um problema a instalação desses bares flutuantes, e nem mesmo o fato de um membro da comunidade ser proprietário de um deles. Pois, como no caso da maricultura do Zaia, sabem que o empreendimento segue as lógicas e regramentos internos compartilhadas pela comunidade e do qual podem exercer um controle. Segundo avaliam os flutuantes não representam um problema, mas sim os deques que surgiram com eles, mas que conseguiram resolver em tempo, conforme explica Marcos Vinicus Marques:

“Não dos flutuantes, mas sim dos deques. Porque na verdade os bares flutuantes tá beleza. São três, e se ninguém inventar de colocar mais nenhum tá bom, não tem problema. Acho que eles inovaram, vieram com uma ideia diferente, tá bom. Mas

to falando que o pessoal de lancha começou a botar déquizinho. “Ah, vou colocar um deque pra colocar minha lancha e ficar aqui”. Ano passado agora, bem no finalzinho do ano, nós entramos com uma ação no Ministério Público, e no Ministério mandou eles retirarem os deques. Não os bares, mas sim esses déquizesinhos que o pessoal de lancha tava colocando. Aí, o Ministério Público, a Marinha e a Secretaria, aí chamamos o pessoal daqui, entramos com uma ação e retiramos tudo. (Marcos Vinicius Marques, 29 anos)



Praia do Caixa D’Aço: propriedade particular e marco de antigo chão de engenho da comunidade; Caminho antigo utilizado pela comunidade.



Praia do Caixa D'Áço: Acesso principal a praia utilizado pelos turistas e população local, estacionamento para turistas.



Praia do Caixa D'Aço: pés de Banana e Marisel Sebastião Marins demonstrando antiga localização de chão de Engenho.

Genealogia 6- Comunidade Tradicional do Araçá: descendência e empreendimento local na região do Caixa D’Áço

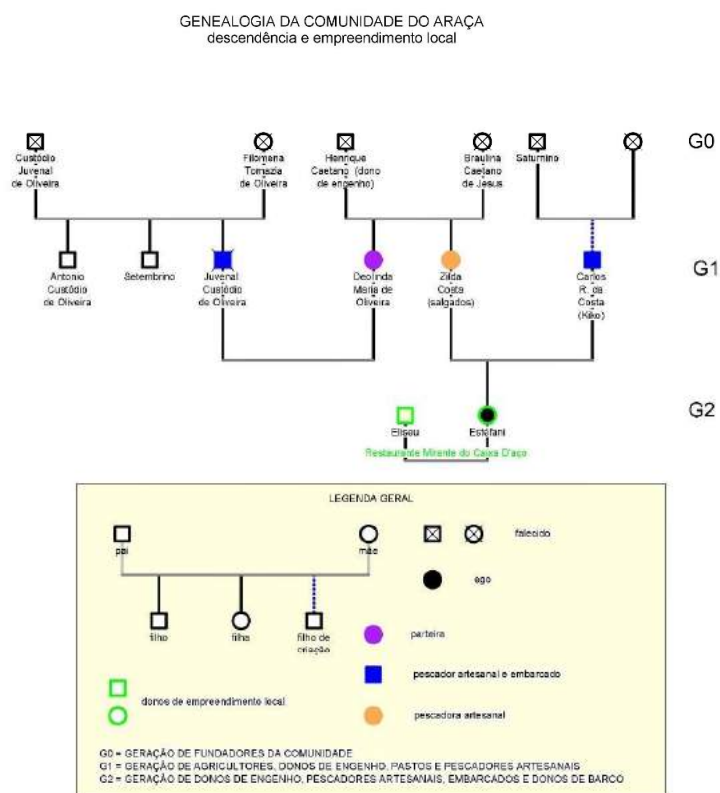
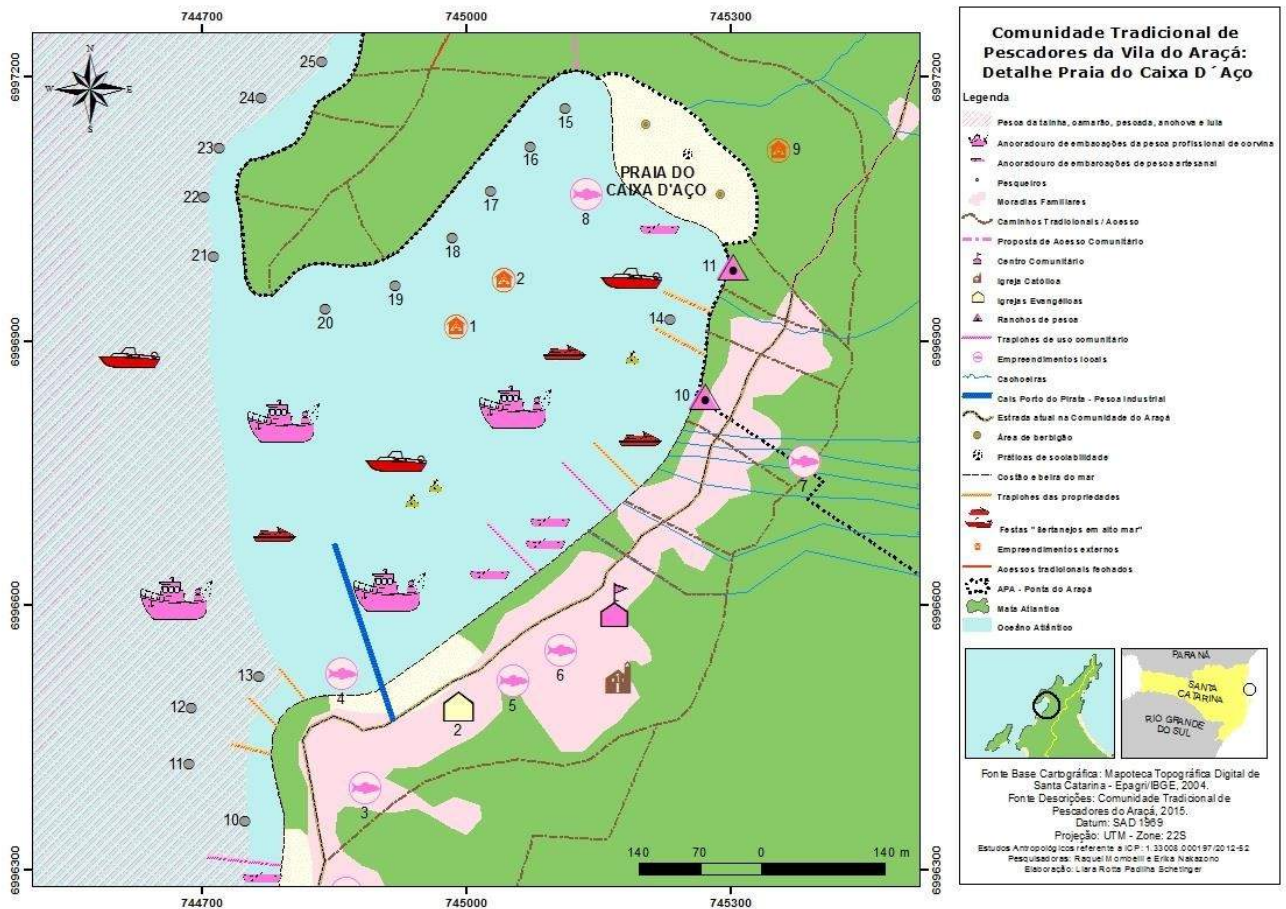


Tabela 6: Referências culturais, históricas e simbólicas da Praia do Caixa D’Aço

Referências simbólicas	Referências históricos - culturais
Pedra M – Encantados	Sítios arqueológicos
Interpretação da Paisagem	Praia
Conhecimentos tradicionais (manejos)	Engenhos
Sociabilidades (lazer, namoro, passeio)	Caminhos antigos
Pertencimento comunitário	Pesqueiros
Relações de trabalho	Ranchos
Expressões locais	Cachoeira
Nome Caixa D’Aço - (toponímia)	Lugar histórico
Pesqueiros	Pesca e extração de crustáceos e moluscos

MAPA 7 Comunidade Tradicional de Pescadores da Vila do Araçá: Detalhe Praia do Caixa D'Aço



O lugar Caixa D'Aço reúne um conjunto de referências simbólicas, históricas e culturais consideradas importantes à constituição da identidade da comunidade. A frase “o Caixa D'Aço está dentro de nós” (José de Aquino), sintetiza o significado que aquele lugar e sua paisagem ocupa na determinação do modo de ser e de viver da comunidade. Essa intrínseca relação, ganha destaque diante dos contextos de disputas pela apropriação daquele espaço pelos “de fora”, pois os usos que fazem daquele lugar estão vinculados à princípios de coletividade e reciprocidade mais do que de competitividade. Esse lugar é entendido pela comunidade como necessário a produção e reprodução econômica quanto cultural da comunidade. Pois, símbolo de um processo histórico, beleza natural única, do qual inscreveram a sua forma de ser e o projeto que

desenham para o futuro: preservar o Caixa D’Aço é preservar o seu patrimônio cultural, é preservar uma paisagem cultural. Isso implica compreender que os seres humanos são produtores da cultura e que a identidade cultural é forjada no meio em que ele vive. Por isso o meio ambiente é também patrimônio. Nesse sentido, esses significados atribuídos aquele lugar coaduna com a noção de patrimônio definido pela UNESCO e que portanto merece ser objeto de proteção pelos poderes públicos.

“Patrimônio é o legado que recebemos do passado, que vivemos no presente e que transmitimos às gerações futuras. Nosso patrimônio cultural e natural é uma fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade”. (UNESCO, 1997)

5.3 As poitas livres

Poita é um termo de origem indígena que quer dizer ficar firme, parar. A poita foi criada pelos indígenas e utilizada inicialmente para a pesca em canoa. Ela era desconhecida dos portugueses e foi levada pelos portugueses para ser introduzida em Portugal. Mussolini, (Mussolini, 1980, P. 229) nos explica sobre o que é esse instrumento secular indígena: “a poita, que nada mais é do que uma âncora primitiva, ainda fruto do aproveitamento dos recursos do meio, como quase tudo o que se refere à nossa pequena pesca é, de norte a sul, empregada tanto para ancorar canoas como redes. (...) Dela provem uma série de expressões muito comuns no Brasil, como: “pescar de poita”, isto é, pescar de dentro da canoa; “canoa poitada” ou “rede poitada”, isto é, fundeadas; estar “poitado na cama”, isto é, preso ao leito, sem poder mover-se, corruptela que é do termo tupi que significa “parar”, “ficar” ou estar “firme”.

A poita é o nome também dado pela comunidade de pescadores do Araçá ao instrumento pelo qual é possível fixar as embarcações. Seu uso é disseminado e pode-se a partir disso, identificar uma especificidade na forma de organização social interna compartilhada entre os pescadores com relação as formas de distribuir as paradas de suas embarcações ao longo de toda a extensão da orla marítima do Araçá. A regra de uso da poita é aquela em que cada um vai atracando a sua embarcação no lugar que está disponível. Não existe ponto fixo para colocação das poitas ou uma para cada uma das

embarcações. Ao longo do trabalho de campo, pode-se observar que esse uso da poita é parte de acordos bem sucedidos entre os membros dessa comunidade. Todos afirmam que nunca houve problema ou conflito com relação a esta questão. Quando uma embarcação se aproxima da orla, a poita é fixada no lugar onde avaliar adequado, não havendo portanto uma loteamento de áreas específicas para cada um dos barcos. O que se observa somente é uma espécie de delimitação entre as embarcações maiores, vinculadas a pesca industrial aportadas um pouco mais distantes da orla do que os barcos da pesca artesanal.

As poitas portanto não são fixas e qualquer tipo de tentativa de adequá-la a esse sistema é compreendido pelos pescadores como uma imposição que não corresponde ao seu modo de lidar com o mundo da pesca. A prática da poita livre, se assim pode ser dominada, é parte constituindo das formas específicas de ser da comunidade de pescadores do Araçá. E por isso deve ser resguardada, porque parte também de uma ordem ética, de um sistema de regras, fundadas em valores morais compartilhados pela coletividade. Todos sabem e reconhecem como legítimo o sistema de poita livre para as embarcações. Essa regra também nos indica que o mar é um lugar onde se exercem práticas de uso comum, onde o sentido de apropriação individual e o domínio privado encontra-se diluído ou então é inexistente. Assim, qualquer tipo de conflito com relação a essa prática tradicional não é recebida de forma tranquila ou passivamente, pois são vistas como parte de uma ordem externa, geralmente motivada por “pessoas estranhas”, que não fazem parte dessa parentagem e que desconhecem a importância dessa regra para dar ordem e sentido as práticas da pesca realizadas pela comunidade de pescadores do Araçá.

“O problema, é que com esse negócio, o cara quer vir aqui e botar um deque flutuante... Ambientalmente, ecologicamente, eles falam que é mais correto tu enfincar um trilho de trem embaixo da terra e deixar, uma poita fixa, do que o ferro, porque o ferro mexe com o fundo. Questão ambiental. Mas pra nós é incorreto porque tu estás loteando o mar. Por exemplo, nós temos um barco de passeio, ele não tem poita fixa. As vezes a gente até passa trabalho, porque o ferro arrasta e tem que correr atrás, mas não tem poita fixa. Porque hoje se eu puxar meu ferro ali, o outro vem e coloca ali, aí eu tenho que colocar em outro lugar, tu faz um rodízio. Quem chegou primeiro ali ancora. Como não é fixo ele tem que sair. Então ele sai e outro vem e coloca. E a partir do momento em

que tu tem uma poita fixa, ela é fixa, não tem o rodízio. Tu loteou o mar, alguém virou o dono daquele pedaço

(...). Isso é **plano de manejo**. É com isso que a gente briga dia e noite. Esse sentido de que se você parar você tem um processo de **apropriação privada do mar**. E quando você tem um mecanismo de rodízio, essa possibilidade não consegue se consolidar. Quem chegou primeiro ali ancora. Como não é fixo ele tem que sair. Então ele sai e outro vem e coloca. (Marcos Marques, março de 2015). (Grifos meus)

Evitar qualquer forma de loteamento e divisão do mar é, portanto algo a ser combatido e que se estende a outras questões como a colocação de e a ampliação de deque colocados nos empreendimentos flutuantes ou então por proprietários de lanchas que desejam ancorar em locais específicos da região. Esses movimentos são objeto de constante vigilância pela comunidade que já se mobilizaram juridicamente para evitar que o mar da região se transforme em um espaço totalmente parcelado a partir de modelos de apropriação privada e individualizada, conforme explicou acima Marcos Marques.

As poitas utilizadas pelos pescadores do Araçá são feitas de ferro e são constantemente conferidas por eles, principalmente quando da ocorrência de ventos muito fortes junto a baía, cujas ondas são capaz de soltá-los. Esse cuidado é realizado tanto por aqueles que estão na lida com os barcos quanto pelas mulheres que da janela de suas casas que gritam quando destes acidentes.



Comunidade em ação para recuperar embarcação à deriva

Durante o verão o cuidado com as poitas são ainda maiores, pois o intenso movimento das lanchas, jet ski representam uma ameaça aos barcos pequenos quanto aos grandes, pois seus motores podem cortar as cordas que as seguram. Vários pescadores afirmaram que essa é uma situação frequentemente vivenciada nesse período, inclusive provocando a colisão entre suas embarcações, quando não conseguem perceber rapidamente que ficaram a deriva em função do rompimento da corda da poita.

5.4 A pesca da espada nos costões

A forma como a prática de pesca do peixe espada nos costões vem sendo realizada por alguns turistas, tem afetado o meio ambiental local, devido ao abandono de sacos plástico, restos de redes, iscas, luminosos, nas região em que ela acontece. Tal prática é desaprovada pelo membros da comunidade que defendem e cuidam a natureza local;

A pesca da espada é uma atividade exercida sobretudo por pessoas de fora da comunidade, geralmente turistas, nas áreas dos costões da região do Caixa D'Aço, Ponta do Estaleiro e no Cais do Araçá. Essa atividade é apontada por muitos pescadores artesanais do Araçá e membros da comunidade como algo que tem trazido prejuízos ao meio ambiente local. Pois, segundo informam, algumas pessoas que a praticam tem abandonado nos locais de pesca, restos de linha, redes, lixo e principalmente sacos plásticos.

“Os sacos plásticos eles levam com as iscas rasgam e jogam ali. Aquele luminoso é um plástico grosso não se desmancha, eles só chegam rasgam e jogam tudo ali, e vocês vão ver a sujeirada” (Claudir José Gomes).

Esta avaliação parece ser unânime entre os pescadores artesanais do Araçá que afirmam que a “pesca da espada deixa muita sujeira na nossa comunidade”, principalmente durante o verão. Isso demonstra por sua vez que estão atentos aos comportamentos dos “de fora” com relação a forma como se relacionam com aquele

lugar, como evidencia uma consciência ambiental, onde o cuidar da natureza é algo compartilhado por todos. A pesca da espada realizada nesses termos é algo desaprovado pelos locais que se esforçam para encontrar alternativas para resolver esse problema ambiental que enfrentam.

5.5 Caminhos fechados

Com relação aos caminhos tradicionalmente utilizados pela comunidade, a pesquisa registrou a dificuldade de acesso a Praia do Estaleiro, pesqueiros e costões. Registrou também o fechamento dos caminhos tradicionalmente utilizados para acessar os pesqueiros, lugares de pesca artesanal e de referência socioespacial da comunidade. Essas informações encontram-se devidamente identificados no Mapa Comunidade Tradicional de Pescadores da Vila do Araçá: referências culturais e conflitos socioambientais. Houve também o registro de acessos que acabaram ficando muito estreitos, devido a localização das residências, e acabam dificultando a mobilidade daqueles que estão carregando o pescado, sobretudo na região da Prainha, como é o caso da servidão Ivo Marques e do acesso em frente à Igreja Católica da Comunidade.

Segundo os pescadores artesanais da comunidade, grande parte dos acessos para o mar foram privatizados, com trapiches que também são de uso particular, o que dificulta o acesso ao mar. Além disso, uma das grandes queixas deles é com relação a falta de uma área para construírem um estaleiro onde possam trabalhar nos barcos, fazendo reparos, pinturas e os consertos necessários. Atualmente, eles precisam ir até Porto Belo para arrumarem seus barcos, o que para eles acarreta em arcar com custos mais altos.

Antes das construções de casas na beira da praia (terrenos que foram vendidos para pessoas de fora da comunidade), havia uma área na praia do Araçá onde os pescadores artesanais conseguiam puxar os barcos para fora da água. A máquina vinha de Porto Belo para puxar os barcos, que era conseguida pela associação de pesca de Porto Belo. Agora, com as construções de condomínios, os acessos foram fechados e não se pode mais construir ranchos de pesca na praia.

O processo de vendas das áreas de terra da região da Enseada iniciam no final da década de 1970. Desde então, esse processo intensificou-se até a década de 1990 através da comercialização de grandes áreas de terra naquela região, consequentemente imprimindo uma nova modalidade de uso da terra a partir da entrada de pessoas externas a comunidade. A comunidade não sabe precisar a data exata do fechamento dos caminhos tradicionais, mas é notório o conhecimento coletivo sobre a entrada dessas pessoas principalmente na década de 1980, que lembrar dos caminhos até então usados tradicionalmente pela comunidade para a atividade da pesca nos costões, passagens dos carros de boi com a mandioca, ou então para circulação e comunicação entre os vizinhos e parentes.

A lógica da apropriação privada das terras passa então a prevalecer sobre a regra do uso comum compartilhado pela comunidade. O depoimento abaixo associa o processo de venda daquelas áreas de terras foi ocorrendo, os caminhos foram fechando, um deles o denominado Caminho do Raul, onde também existia o engenho de farinha.

“Lá era tudo do meu avô. Lá era tudo do meu dois vós, meu pai e minha mãe são primos, tinha o vô João e o vô Pedro os dois irmãos e a praia lá era tudo deles, aí venderam, por pouco até, e foram vindo pra aqui, porque lá era mais brabo. Venderam pro tal de Guerra, Regina, parece. Seu Joaquim a parte dele, a Paulina, venderam o seu Raul, morava lá tinha parte no Estaleiro, seu Manuel Paulinha e meu avô e meu bisavó, né, e meu dois avós. Aí Venderam tudo. **E tinha o caminho que ia lá para a casa do seu Raul, e ia carro de boi, naquele tempo ia até a praia, pegava peixe, carregava peixe, nos ia lá pelo caminho do seu Raul, e quando o Guerra comprou ali fecharam aquele caminho ali**” (João dos Santos, 53 anos).

Pode-se dizer que esse processo de venda dessas áreas de terras ocorreram primeiramente na região da Enseada, com o fechamento não apenas do Caminho do Raul, mas de outros caminhos tradicionalmente utilizados para as atividades de pesca nos costões, cuidado com a roça, e outras atividades. Esses eventos foram relatados pelos membros da comunidade e no Mapa Comunidade Tradicional de Pescadores da Vila do Araçá: referências culturais e conflitos socioambientais. Nesse procedimento foram identificados o fechamento sete caminhos antigos e tradicionalmente utilizados pela comunidade. Destaca-se que esses caminhos não podem ser confundidos como acessos ou simples entradas. Devem ser considerados como resultados da ação determinada de sujeitos históricos, que compartilham experiências e histórias que

impregnaram esses percursos de sentidos com relação aos seus usos e apropriações. Nesse caso, os caminhos antigos não se constituíram de forma aleatória, seus traçados expressam e imprimem na paisagem local, modos de organização social e de ocupação de um determinado lugar, a partir de regras que são compartilhada através de acordos verbais, que constituem as possibilidades de acessar os recursos naturais locais, viabilizar a reprodução cultural, social e econômica da coletividade. Assim os caminhos antigos do Araçá expressam e marcam trajetórias históricas da comunidade do Araçá, marcam tempos, e assim como outros elementos materiais desse universo, são lugares da memória e também onde ocorrem transmissões de saberes e conhecimentos apreendidos com os antepassados.

Como dito no início dessa pesquisa, a região da Ponta da Enseada e a Praia do Estaleiro eram o núcleo de formação de origem da comunidade do Araçá. As vendas das terras dessas áreas, vai paulatinamente dar início também ao processo de deslocamento de algumas famílias para a região da Prainha e do Araçá.

O fechamento dos caminhos antigos, também ocorreram em outras áreas da localidade do Araçá, restringindo o acesso a referências importantes a trajetória histórica e modo de vida da comunidade. Um dessas referências é o da Figueira localizada bem em frente à casa de dona Iracema da Silva, região da Praia do Araçá, lugar onde a comunidade antigamente se reunia em sua sombra para limpar os peixes, onde as crianças brincavam e em seus troncos eram amarrados balanços para que as deixavam se lançar nas águas do mar. A árvore tombou uma vez mas rebrotou no costão que hoje sustenta o deque realizado no jardim de uma residência pertencente a pessoas de fora da comunidade. Só é possível observá-la através do mar, e essa constatação pelos membros da comunidade, indica que esta Figueira não está alheia a passagem do tempo, mas permanece enraizada naquele lugar e na memória de suas vivências, resistindo dessa forma às transformações provocadas pela expansão na ocupação da região.

“Porque ela criou-se em cima de uma pedra, aí com o tempo a maré enche, aí vai desgastando. Porque não era assim num barro. A metade dela tava na terra, mas a outra metade tava na pedra. Aí deu um vento de repente, lá foi a figueira. Mas nela ali nasceu, já tem grandão. Brotou. Deixou uma mudinha que brotou. Eu não fui mais pra ali, mas deve tá grande já. Ali, os turistas fecham tudo, ninguém vai mais pra lá. Ali onde nós limpava peixe, que era ali **naquela figueira mesmo, aí nós ia muito ali. Venderam. Aí veio tipo de fora, veio cercou tudo.** Agora não

podemos entrar mais lá porque eles são de fora, aí sai e fecham tudo. Mas antigamente as pessoas iam ali, pra limpar peixe né. Tomar banho, brincavam. Ai a figueira era muito grande, muito grossa, eles botavam um balanço. Ai penduravam uma corda, caíam no mar. Aquilo era alegria deles” (Iracema da Silva, 75 anos).



Figueira ao fundo em meio ao deque da casa.

No livro publicado pela professora Monteiro (2000), encontra-se o registro fotográfico dessa região em que está localizada a Figueira, ainda sem as edificações, fruto das pesquisas que desenvolveu na década de 1990 junto à comunidade do Araçá.

Na década de 1970, ocorre a chegada dos empresários na localidade e o incentivo ao turismo, uma vez que construíram pousadas nas propriedades. Atualmente, tem havido uma grande quantidade de lanchas e jetski que ocupam e frequentam a baía da Praia do Caixa D’Aço.

“Dá bastante. Aqui chega o verão volta e meia está tudo trancado. Tem que chamar a polícia, aí eles vem pra destrancar porque é uma rua muito trancada. Aí dá essa força de carro, muito turista aí pra dentro aí tranca tudo. Esse Michel Teló (cantor) veio fazer uns cliques ali, aí vem muita gente. E o é lugar apertado” (Claudir José Gomes, março de 2015).

A questão do turismo marítimo afeta diretamente na forma tradicional dos pescadores de uso e ocupação do território.

5.6 Autuações ambientais

A Comunidade está sendo submetida a diferentes modalidades de autuações dos quais são emitidas por órgãos ambientais que desconsideram o seu modo de vida tradicional, como por exemplo, aquela referentes a residências construídas próximas a cursos de rios, quando grande parte dessas edificações foram construídas por famílias que se instalaram há mais de 60 anos nessas áreas para facilitar a atividade com a agricultura. A apreensão de redes de pesca artesanais próximas as regiões de pesca racionalmente realizada por essa comunidade, tem sido uma prática frequente da polícia ambiental. Nos últimos meses foram apreendidas 8 redes de pesca de arrasto dos pescadores artesanais locais. Para muitos deles, isso significa um prejuízo difícil de ser superado, pois as redes podem chegar a custar mais de mil reais, e diminui as possibilidades de aumentar a renda familiar, através da comercialização de alguns pescados.

5.7 Cerco de peixe e projetos de maricultura

Identificação de três áreas de cerco de maricultura de propriedade da empresa Pioneira que afetam a procriação das espécies de peixe locais; (conforme mapa). Áreas de cerco para maricultura licenciadas pela EPAGRI e do qual a comunidade não foi informada (conforme Mapa Comunidade Tradicional de Pescadores da Vila do Araçá: referências culturais e conflitos socioambientais)

Uma das atividades existente no entorno do território marinho que desagrade a comunidade são os cercos de peixe existentes próximos a região da Ponta do Estaleiro. Trata-se de três cercos de propriedade de pessoas de “fora da comunidade” que tem como função a captura de espécies, especialmente de atum, para a pesca industrial (conforme demonstrado no mapa). Um dos certos está instalado na Praia do Estaleiro e, segundo informam é de propriedade da empresa Pioneira estaria naquela região há aproximadamente 11 anos. Este cerco está próximo a pesqueira Porto dos Homens, uma das referências sociohistórica e simbólica da comunidade, uma vez que lá reuniam-se os homens para organizarem as atividades da pescarias. Os outros dois cercos, denominados localmente, como cerco do Lope, recebem esse nome justamente para estão localizados na pesqueira de mesmo nome, próximas a Ponta do Estaleiro.

Esses cercos são atividades avaliada negativamente pela comunidade, por que segundo explicam a forma pela qual ela acontece degrada o meio ambiente local, pois através do cerco são capturados indiscriminadamente em sua malha todas as espécies e tamanhos de peixes da região. “Uma vez que um peixe entre no cerco, não há possibilidade dele retornar, ficando preso em sua malha, não tem como”, explicam indignados. Assim, os cercos de peixe existentes são objeto de permanente questionamento pela comunidade, pois afetam a reprodução de muitas espécies, e consequentemente comprometem a reprodução do modo de vida desta comunidade.



Registro do cercos da Pioneira na região do Estaleiro. Identificados no Mapa Comunidade Tradicional de Pescadores da Vila do Araçá: referências culturais e conflitos socioambientais

Na região da Ponta do Estaleiro há o projeto de desenvolvimento da maricultura promovido pela EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) aprovou o uso de a liberação de uma área localizada bem em frente a Ponta do Estaleiro, sem no entanto, ouvir a comunidade.

O projeto é desaprovado pela comunidade de pescadores, por motivos semelhantes às associadas à atividade de cerco de peixe. Segundo justificam, o projeto de maricultura foi proposto e elaborado, sem que fossem informados sobre o processo de licenciamento. Além disso, o projeto de maricultura, preocupa-os sobremaneira por estar localizado justamente em uma faixa do mar utilizado tradicionalmente para a passagem das embarcações dos pescadores artesanais da comunidade. A implementação desse projeto se traduz em mais um obstáculo e um transtorno à livre circulação das suas embarcações realizada até tradicionalmente naquela região. Por estar em território marinho tradicionalmente, a desaprovção do referido projeto decorre do fato, de desconsiderar os modos específicos pelos quais os circuitos de navegação se constituem e são empreendidos pela comunidade de pescadores.

A mesma percepção compartilhada pelos comunitários não se projeta para a maricultura realizada pelo seu Jair dos Santos, conhecido por seu Zaia. As razões pelos quais não há questionamento sobre essa área de cultivo, sustenta-se em referências que são compartilhadas entre aqueles que pertencem à comunidade. Entre esses destaca-se, o fato de que o empreendimento é de propriedade de uma pessoa que todos reconhecem como parte da comunidade de parentes. Além disso, reconhecem também que o uso, usufruto e manejo realizado naquela região foi realizado por pessoas pertencentes a essa família. Como já registrado em blocos anteriores, o pai de seu Zaia morou por algum tempo na Ilha de Porto Belo, onde nasceram dois de seus filhos. Portanto, a localização desse cultivo não está descolada de um processo histórico que configurou uma ocupação pelas famílias em determinadas lugares daquela localidade. Assim é esse caso, o terreno dessa família, as áreas que ocupam de terras iniciam no alto do morro e encontram os costões da orla do mar. Nesse terreno, residem também seus filhos, com suas esposas e netos. Seu Zaia começou a produção de maricultura, retirando semente dos costões da região, mas hoje não depende mais desse recurso, pois possui o coletor para as sementes. Seu cultivo é uma das principais fontes de renda para a família. Atualmente, a área de cultivo possui cerca de 100 metros, onde são distribuídos os cabos para plantar os cachos. Cada um desses cabos tem 10 metros de passagem entre eles. Nessa área, as sementes são produzidas até o mês de setembro e, nos meses seguintes, as ostras e mariscos são comercializadas no verão.

O livre acesso e o uso comum do mar é uma regra compartilhada por aqueles que pertencem à comunidade e podem ser expressadas em outros aspectos, que vão além da poita livre. A atividade de maricultura realizada pelo seu Zaia dos Santos, na região em frente a Ilha de Porto Belo, pode ser um desses aspectos. Não apenas por ser ele reconhecido por todos como parte dessa comunidade de parentes, mas por saberem que suas intenções e propósitos com relação a essa atividade são realizadas de acordo com tais regras de uso comum compartilhadas, “onde pescador entende pescador”. O mesmo não é identificado pelas atividades realizadas por aqueles ditos de “fora”, dos quais prevalecem outras regra, onde os recursos do mar, são vistos pelo seu sentido exclusivamente econômico.

“Pescador entende pescador, há um respeito com o outro, ninguém pega a rede de ninguém, agora põe uma área de cultivo, vai botar um vigia aqui, e aí como vai ser?”” (José de Aquino, 39 anos).

Na área próxima de produção de maricultura do seu Zaia, vários pescadores artesanais a utilizam também para a pesca do camarão e da anchova. No entanto, esse fato nunca foi gerador de conflito ou de qualquer tipo de animosidade entre eles. Pois, as áreas compartilhadas coletivamente, não significam a inexistência de regras de seus usos. É justamente por sabe o lugar e o que cada um pode ou deve fazer, estabelece o sentido do uso comum daquele território. Como demonstra o depoimento do próprio Zaia sobre essa questão

“Se é pra sobrevivência eu divido a área com outro que seja do lugar, para a sobrevivência. Nessa área é área de arrasta camarão, Cid trabalha por aqui, colocamo rede de tainha, colocamo rede de anchova, “é o nosso pesqueiro,

Na época da anchova ninguém arrasta camarão, tem acordo que são conhecidos e respeitados por todos” (Zaia, 65 anos).

5.8 Falta de fiscalização da traineiras

Registrou ao longo dessa pesquisa, que a presença de Traineiras e de Atuneiros bem próximos a orla da região do Araçá é uma ameaça ao modo de vida tradicional da Comunidade do Araçá, pois capturam grandes quantidades de peixe daquela região, sem considerar o tamanho da espécie. Algumas traineiras, segundo os locais, pescam até 400

toneladas de corvina pequena, 20 cm menores do que permite a regulamentação. Essa prática é constante e nenhuma fiscalização pelos órgãos competentes foi registrada;

A queixa sobre a dificuldade na pesca é generalizada, tanto para a pesca artesanal como para industrial.

“Hoje a pesca tá fácil (tecnologia), só que tá mudando porque a pesca tá pouco”.
Dercílio, fevereiro de 2015.

“A pesca vai se acabar. Pode ser que eu não, tu não, mas o meu neto um dia vai querer pegar uma corvina e não vai ter. Eu já larguei essa rede que nós pesca, naquela época era 12, 13 milhas, eu já larguei e puxei de não vir nenhuma. Já larguei de vim 10 corvinas. (No Rio Grande do Sul) Também, já larguei 13 milhas de rede, que na metade tinha matado 20 e poucas toneladas. De 100, 200 corvinas por pano, de pegar 3 h da tarde na rede fica até outro dia puxando. Isso aí pra nós é uma alegria. Sabe que tá botando pra dentro e que a pesca vai ser rápida...”

(sobrepesca) é muita matança, a frota pesqueira cresceu muito, e existe uma pesca, traineira, eles matam muitos filhotes. A corvina aqui dentro do “saco do zimo”, “saco de Florianópolis”, e ela cresce, vai crescendo pra subir, e aí eles vão ali e mata todo cardume, é tudo, miudinho. Um dia eles jogaram pra mais de 3 mil toneladas fora. Tem fiscalização, mas existe uma coisa, o dinheiro, se eles conseguiram roubar a Petrobrás porque não vai conseguir roubar o pescador?”
(Rosélio, 25 de fevereiro de 2015).

Segundo o pescador artesanal da comunidade, a região costeira de Florianópolis é um grande criadouro de peixes. Contudo, as traineiras que atuam nessa área estão acabando com os peixes.

“...ali é um criador de peixe (costa de Florianópolis), aquela bacia toda do Zimbros, Ganchos até no Canal de fora. As traineira dão como artesanal, mas são quase do tamanho desses outros barcos que pegam 25, 30 toneladas de peixe. Eu acho que artesanal é nós esses pequeninhos que não podemos ir longe. Eles são barcos grandes. Teve um mês, o cara estava dizendo pra nós, que chegaram a matar 400 toneladas de corvina, tudo desse tamanho, 20 centímetros, até menos. Aí o cara falou, nós já temos umas 400 e nem fechamos o escuro ainda, que é o mês, e já temos mais de 400 toneladas de corvininha morta que nem pra resíduo serve, eles mesmos falam. Agora imagina, 400 toneladas, quando ela se tornar o peixe de 2, 3 quilos, quantos milhões de toneladas não dá. Vai multiplicar pra mil e poucas, até mais. Então eu acho que aquilo ali devia se acabar também. É um criador, e se eles começarem a matar filhote, como é que ela vai se criar pra

desovar pra ter mais peixe? Então eu acho que aquilo ali é outra coisa bem errada, e ali a fiscalização não bate. Eles saem tudo ali da ponte de Florianópolis, a fiscalização, passam pra lá e pra cá com as traineiras ali, e eles não são nem de olhar isso aí. Eu acho que eles deviam acabar com isso, não acabar, mas como eles são maior eles podem ir buscar o peixe mais fora, do outro lado, mas não deviam matar aquela força de peixe, que como diz o cara, nem pra resíduo serve. Pra que matar tanto peixe miúdo, pra fazer ração pra cachorro, pra gato? Até nem sei pra que? Pois é, pra que fazem isso?” (Claudir José Gomes, março de 2015).

5.9 Restrições à pesca nas ilhas

Além disso, existem áreas de pesca que eram utilizadas anteriormente, como a Ilha do Arvoredo, que atualmente estão proibidas⁵².

“Meu pai me levou muito pra pescar, brincar, na ilha do Arvoredo... aí eu parei e meu pai me botou pra estudar, tinha uns 7 anos, aí estudei até a sexta série, aí dali saí e fui pra pesca ... a maioria aqui é pescador, só teve uns 3 ou 4 daqui do Araçá que não foram pra pesca. O resto é tudo filho de pescador, aí pra onde é que vão? Vão tudo pra pesca né, pai, mãe, avô, bisavô, tataravô, é tudo pescador... nós pesquemo um ano, dois meses a gente passa em casa, o resto é trabalhando na pesca. É 10 meses sem ver a família, o pai, a mãe, a esposa, o filho, os avô (agora não tenho mais avô) ... é assim, a gente sai, fica um mês pra fora, é uma semana em terra! Quer dizer... a gente fica 10, 9 meses sem ver a família” (Alcides, fevereiro de 2015).

5.10 Monocultura de eucalipto

Ao longo da comunidade do Araçá observou-se o cultivo de planta exótica na área da Floresta Atlântica, *Eucalyptus* sp. Essas extensas áreas foram plantadas por pessoas de fora da comunidade, que além do caráter econômico, servem para demarcar os limites de terra da propriedade privada (Mapa). A invasão de espécies exóticas altera drasticamente as funções ecológicas do ecossistema natural da Floresta Atlântica,

⁵² Ilha Arvoredo localiza-se a oeste da Praia de Zimbros, Bombinhas e a 11 km ao norte da Ilha de Florianópolis, SC. Desde o ano de 1990, essa área se tornou Reserva Biológica Marinha, preservação integral, abrangendo 17.000 ha de área que ficou proibida para a pesca por pescadores artesanais. Decreto nº 99.142 de 12 de março de 1990.

causando danos ao solo (ressecamento) e impedindo a recomposição do ambiente florestal.

5.11 Balizas de Pesca na Praia de Bombas

Conforme especificado no Mapa 1- Comunidade Tradicional de Pescadores da Vila do Araçá: referências culturais e conflitos socioambientais, produzido nessa pesquisa, as alterações das balizas que indicam as áreas permitidas para a pesca artesanal na região de Bombas, foram identificadas como aspecto que afeta o modo de vida dos pescadores da Vila do Araçá. Segundo explicam, era comum pescarem naquela região, no entanto, a cada ano que passa as balizas tem sido deslocadas de forma a reduzir as áreas que tradicionalmente realizavam a atividade da pesca artesanal.

6 PARTE IV – PESCADORES DA VILA DO ARAÇÁ: CULTURA E TERRITÓRIO

6.1 Considerações Finais

A pesquisa revelou a configuração de um grupo social que se aproxima do que legalmente tem sido definido como “comunidade tradicional” com expressão de um “território tradicionalmente ocupado”. Esse grupo social autoidentifica-se como Comunidade Tradicional de Pescadores a vila do Araçá. Sua origem social e histórica está relacionada a ocupação de áreas de terras localizadas na região da Ponta da Enseada, Enseada e Estaleiro, na localidade do Araçá, município de Porto Belo. Os critérios e os parâmetros de consituição dessa comunidade e de sua organização socio-territorial, são reconhecidos apenas pelos membros dessa comunidade de parentes. Para os ‘de fora’ eles são simplesmente moradores do Araçá. Pertencer a essa comunidade significa envolver o reconhecimento e a operacionalização de parâmetros que integram um sentimento de pertencimento, uma memória dos tempos antigos, formas específicas de uso e apropriação da terra e do mar. A Comunidade Tradicional de Pescadores do

Araçá, tem preservado uma especificidade cultural através de estratégias desenvolvidas e aprimoradas desde o século XIX.

No caso da Comunidade Tradicional do Araçá, a sua trajetória é marcada pelo trabalho de núcleos familiares na lavoura, com o cultivo intensivo de roças de mandioca e café combinado com a atividade da pesca. Essas famílias ao longo de sucessivas gerações (em torno de 200 anos) desenvolveram estratégias particulares de preservação do patrimônio familiar quanto dos recursos naturais locais, através de práticas informais de gestão do território. Em sua trajetória, os processos específicos de organização social, garantiram a sua permanência e reprodução física e cultural até o presente. Além disso, a gestão desse lugar se fez a partir de um estoque de conhecimento prático, parte do “costume local”, onde sua operacionalidade não depende do registro exato de normas, mas da renovação constante das tradições orais.

Esta comunidade está em consonância com o que assegura a Constituição Federal de 1988, nos artigos 215 e 216, e no que estabelece o Decreto 6.040/2007, que acomoda a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, valendo destacar a definição segundo o Art. 3º do referido decreto:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição

Ressalta-se ainda, que por se tratar de um grupo social organizado e mobilizado em defesa da manutenção de suas atividades pesqueiras estão também aparados pelo que determina a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, aprovado pelo Brasil em 2002. A Convenção reconhece o direito à autoidentificação de sujeitos

coletivos de acordo com sua consciência identitária, ou seja, enquanto “comunidade tradicional”, de autoafirmação em relação ao grupo ao qual pertencem.

A pesquisa revelou ainda que a identidade Comunidade Tradicional do Araçá, se constrói positivamente, e é detentora de uma territorialidade específica. Essa territorialidade específica se traduz pelo reconhecimento dos padrões tradicionais das residências familiares, usos e usufrutos coletivos dos recursos naturais terrestres e marinhos. Essa territorialidade específica engloba as regiões da Ponta da Enseada, Praia do Estaleiro, Caixa D’Aço, Prainha e Araçá e se traduz em um território tradicionalmente ocupado pelas famílias que compõem essa comunidade. Esse território está devidamente representado na cartografia social produzida na pesquisa antropológica. Não se trata somente de uma representação meramente formal de quais seriam os limites físicos correspondente a esse território. A cartografia social demonstra de forma inequívoca características exclusivas do grupo e de sua representação do território. Informa e registra sobre o conhecimento espacial oral e não cartografado e nem legalmente reconhecido até então. Ademais, registra situação de reconfiguração étnica e de afirmação identitária, onde a própria delimitação do que é a comunidade corresponde ao território. Pois, nesse processo, a autoafirmação enquanto Comunidade Tradicional de Pescadores do Araçá, quer expressar aquilo que entendem como unidade de agregação e mobilização social, de uma comunidade que busca se fazer ver e se reconhecer em um contexto de disputas simbólicas, políticas e territoriais. A cartográfica social resultante durante a pesquisa antropológica, imprime uma realidade contextual e situacional, pois os grupos sociais mudam assim como as suas representações, porque sujeito as alterações das dinâmicas do mundo social. A forma de organização social de trabalho desta comunidade obedece um arranjo específico extremamente intrincado, reunindo os membros da comunidade, na atividade da pesca artesanal, a pesca profissional e a confecção de redes de pesca. Essa dinâmica revela um sistema de divisão de trabalho local, estruturante da comunidade, onde as redes de solidariedade e de parentesco cumprem um papel importante nessa organização;

Com relação a atividade da pesca, registra-se a existência de uma autoclassificação e autoidentificação entre dois grupos: a) Pescadores artesanais (grupo social com embarcações pequenas, pesca de arrasto, camarão, desembarque com o pescado em Porto Belo); e b) Pescadores profissionais (aqueles vinculados ao trabalho da pesca com a corvina);

A autoidentificação como Pescadores Profissionais em detrimento da autoidentificação como pescadores industriais, é parte do processo de afirmação identitária, e do interesse em demarcar a distintividade de sua atividade. Nesse sentido, os demarcadores dessa diferença são definidas e reafirmadas pela comunidade a partir de critérios próprios, que ultrapassam aquele definido pelo tamanho da embarcação. Para eles, essa distintividade passa pelo modo pelo qual ainda desempenham a pesca da corvina em alto-mar, sem a utilização de sonar nas embarcações, onde a escuta dos cardumes são identificados e capturados em alto-mar através do “ronco” que elas emitem, capturados através do auxílio de canos de PVC colocados no casco das embarcações em alto-mar. Tal prática é prática apreendida e repassada através da tradição do qual os pescadores profissionais fazem questão de resguardar.

A classificação Pescadores Industriais é uma atribuição externa, define somente em função do tamanho dos barcos, e que no entanto, a comunidade tradicional de pescadores do Araçá não se sentem representados e nem mesmo de acordo com a realidade do qual estão inseridos.

Ser pescador profissional ou artesanal para os membros dessa comunidade, é parte de sua identidade e, portanto, não pode ser definida somente pelo tipo de prática que desenvolvem em termos profissionais.

As atividades de pesca artesanal, pesca profissional e a confecção de redes, estão intrinsecamente articuladas compondo a base estrutural pelo qual essa comunidade encontra na atualidade condições objetivas para sua reprodução material e cultural. Qualquer tipo de interferência, tais como projetos de desenvolvimentos ou de turismo locais, deverão ser devidamente avaliados, pois poderá significar a desestruturação dessa comunidade ou até mesmo desencadear processos de desterritorialização das famílias daquele lugar;

Pode-se observar que a existência de um sistema de divisão de trabalho, de um modo de produção específico nessa comunidade, constituída através de uma organização por faixas etárias, em que entre 16 a até aproximadamente 40 anos, os homens investem seus esforços à inserção na atividade da pesca profissional, sendo que a partir dessa idade retornam a instalar-se na atividade da pesca artesanal ou na fabricação de redes; formando desse modo, um ciclo geracional de modo de produção com a seguinte dinâmica: pesca artesanal ↔ fabricação de rede pesca profissional ↔ pesca artesanal ↔ fabricação de redes;

As mulheres desempenham papel importante nesse sistema de divisão de trabalho e no desenvolvimento econômico da localidade, destacando-se pela venda de pescados, pesca artesanal (lula e camarão, e outros); extração de berbigão, e a fabricação e consertos de redes de pesca;

Essas atividades fazem parte do modo de ser e de viver dessa comunidade, e são compreendidas enquanto práticas que agregam valor, geram empregos locais e um desenvolvimento interno adequado;

A pesca profissional da corvina é a atividade econômica central à sustentação e a melhora das condições de vida localidade; ampliando as condições de aquisição de bens e de acesso à infraestrutura pelas famílias locais;

A forma de organização social dessa comunidade, seu modo de ser e viver se expressa através de um território terrestre e um território marinho;

Como já assinalado, o sistema de parentesco revela aspectos específicos da noção de comunidade. A observação do padrão de parentesco permitiram a compreensão de um conjunto de padrões de organização social local, que foram representadas também através de croquis e mapas das residências identificando tantos os locais de residência das famílias, algumas dessas ocupações segmentadas nesses áreas que constituem os terrenos familiares, por períodos superiores a 60 anos, quanto locais e regiões que operam como referência socioterritorial, tais como algumas árvores da região, por exemplo;

Com relação ao território marinho pode-se afirmar que há **um uso comum das áreas marinhas pelos membros da comunidade**, expresso por um conjunto de práticas de uso, realizado através de regras que são compartilhadas oralmente entre os membros da comunidade; Essas regras se evidenciam sobretudo pela instituição de práticas internas do não uso da fixação de poitas para as embarcações e pelo livre trânsito das embarcações; O território marinho compreende a orla que se estendem no entorno da Ilha de Porto Belo, região da Enseada da Encantada até a região da Praia da Enseada, com menor intensidade a região da Ponta da Enseada, sobretudo para atividade da pesca artesanal realizada nas pesqueiras dos costões, extração de berbigão e outros crustáceos, a saída das embarcações para a pesca artesanal e profissional; o território marinho compreende a faixa do mar que compreende 7,5 quilômetros distante da orla, estendendo-se em direção a área localizada em frente à praia de Bombas;

Portanto, o território abarca relações de dimensões simbólicas e materiais da comunidade com aquele lugar. Ali estão registrados não apenas termos e denominações de uso local, ou critérios ecológicos, mas evidencia os vínculos sociais profundos, consciência ambiental aguda que são portadores, bem como os laços de parentesco e de solidariedade que dá sentido as suas formas de viver e de ser.

Nesse sentido há necessidade de aplicação de intervenções que busquem dar condições para que essa comunidade permaneça no território com suas características socioculturais e ambientais. Os caminhos antigos ou tradicionais e os acessos refletem essa necessidade. Isso é o que os interlocutores locais estão nos dizendo, que não basta apenas promover uma abertura do caminho ou de um acesso, é preciso criar as condições para realizações dos usos específicos produzidos pela comunidade. Assim como caminhos deverão permitir o fluxo de pescadores que precisam deslocar suas embarcações e petrechos definidos pela pesca artesanal, inclusive aquelas utilizadas nas modalidades de pesca de caceio e arrasto, ambas referentes à captura de camarão no território marinho antes referido. O caminho também deve fazer ressoar os usos históricos relativos às atividades de extração de ostras, de berbigão, e outras espécies que compõe a dieta das famílias locais e as relações de troca. Finalmente há que se garantir a aberturas desses caminhos e o livre acesso os pesqueiros, e as praias, pois produzem as identidades sociais tradicionais e as condições necessárias às realizações lúdicas e as da atividade da pesca, principal fonte de renda dessa comunidade. O domínio da paisagem, do território marítimo e dos recursos naturais se fazem por conhecimentos práticos e por meio de desenvolvimento de habilidades assentadas em um saber-fazer – que se faz através do engajamento perceptivo direito com seu ambiente. É esse saber que garante a alocação de trabalho e alimento durante o ano para muitas das famílias da Comunidade do Araçá e que até a atualidade tem permitido a conservação dos recursos naturais locais. Não é a toa que esse lugar tem sido tão demandado pelo turismo na região. A etnografia produzida aqui registrou prioritário o reconhecimento da comunidade e isso significa garantir o direito à consulta tal como prevista pela Convenção 169 da OIT. A consulta visa garantir que essas famílias tradicionais devem ser ouvidas diante de qualquer tipo de empreendimento, programas de turismo, políticas públicas que venham afetar o seu modo de vida.

No território da Comunidade dos Pescadores do Araçá estão expressos saberes que são formas “experenciais da vida” (ESCOBAR, 2005), momentos das práticas, da significação e compreensão do mundo. Os saberes criados através das gerações familiares da comunidade são fartos e testemunham sua longa história neste território: saberes acerca das melhores formas de uso da natureza, (o manejo do cipó, do bambu); categorias e termos próprios de linguagem (parentagem, panagem); referências de orientação no espaço-tempo, a fim de melhor orientar suas atividades da pesca, agricultura, e práticas extrativistas (fases da lua e da maré, leitura de orientação dos ventos, ronco da corvina); referências para se orientar nos deslocamentos pelo território (toponímias, pesqueiros, cachoeiras, residências, engenhos, pastagens, árvores); práticas de cooperação (camaradagem, vínculos de trabalho); saberes sobre a pesca (tipos de pescados, modos de pesca, tipos de redes, fabricação de redes); rica produção culinária com os derivados do pescado; saberes de cura e parto, que envolvem o aproveitamento de plantas; religiosidade (são católicos e evangélicos da Assembleia de Deus) acompanhadas por manifestações culturais artísticas e festivas (Festas Caldo de Peixe e Encontro de Pescadores).

Há ainda que se destacar que essa Comunidade e esse território abrigam um processo particular de formação histórica e cultural do Estado de Santa Catarina e do Brasil: a chegada de portugueses vindos da cidade da Ericeira para fundar uma nova colônia – Nova Ericeira, atual Porto Belo - com o objetivo de desenvolver a pesca em alto-mar, em 1818. Ao contrário de muitas colônias de pescadores do litoral catarinense, que descendem dos açores, essa comunidade encontra sua origem no processo de migração da região da Ericeira. A peculiaridade dessa trajetória, constituiu um aspecto muito singular do patrimônio cultural brasileiro e pouco conhecido, do qual merecia esforços para incluí-lo na agenda de interesses da UNESCO.

Destaca-se nesse território o lugar da praia do Caixa D’Aço que reúne um conjunto de referências simbólicas, históricas e culturais consideradas importantes à constituição da identidade da comunidade. Essa intrínseca relação, ganha destaque diante dos contextos de disputas pela apropriação daquele espaço pelos “de fora”, pois os usos que fazem daquele lugar estão vinculados à princípios de coletividade e reciprocidade mais do que de competitividade. Esse lugar é entendido pela comunidade como necessário a produção e reprodução econômica quanto cultural da comunidade.

Pois, símbolo de um processo histórico, beleza natural única, do qual inscreveram a sua forma de ser e o projeto que desenham para o futuro: preservar o Caixa D’Aço é preservar o seu patrimônio cultural, é preservar uma paisagem cultural. Isso implica compreender que os seres humanos são produtores da cultura e que a identidade cultural é forjada no meio em que ele vive. Por isso o meio ambiente é também patrimônio. Nesse sentido, esses significados atribuídos aquele lugar coaduna com a noção de patrimônio definido pela UNESCO e que portanto merece ser objeto de proteção pelos poderes públicos.

“Patrimônio é o legado que recebemos do passado, que vivemos no presente e que transmitimos às gerações futuras. Nosso patrimônio cultural e natural é uma fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade” (UNESCO, 1997).

Diante disso, chama-se atenção para o fato de que, qualquer tipo de norma ou intervenção externa à comunidade, deve ser avaliada considerando a perspectiva de sua especificidade cultural e da relação particular que estabelece com o seu território. Caso essa tradicionalidade seja desconsiderada, os riscos à organização social, cultural e econômica dessa comunidade são imprevisíveis. E podem levar inclusive a processos irreversíveis de desterritorialização, ou seja, “processos de exclusão e expropriação em relação a grupos, populações, povos impossibilitados de construir e exercer efetivo controle sobre seus espaços de vida e de trabalho, isso é, seus territórios(...)”. (Pietrafesta, 214, p 447)

Quando os chamados projetos de desenvolvimento ou grande empreendimento, tais como a instalação de resort de grande porte, ou outras políticas públicas que desconsideram a existência dessas populações ou comunidades tradicionais, implica também em deslegitima-los perante o Estado. Isso se traduz numa forma deliberada de ameaça as condições de continuidade da reprodução cultural de qualquer comunidade e que em casos extremos tem sido responsável pelo que tem sido definido como epistemogenocídios, ou seja, levar a morte os conhecimentos e saberes tradicionais acumulados de determinados grupos sociais, que são importantes à manutenção da biodiversidade locais, ou até mesmo do país. Inclui-se nesse debate, a APA Ponta da Araçá, caso não considere efetivamente os modos de vida dessa comunidade e sua territorialidade, poderá concorrer nesse sentido e levar a desestruturação e descontrole sobre o território, sobre seus espaços de vida e de trabalho.

Diante disso, é importante também que o modelo de gestão da APA Ponta do Araçá busque compreender e a considerar efetivamente em todos os seus procedimentos, esses sujeitos de direito que construíram e cuidaram daquele lugar, resgatando dessa forma permanentemente aquilo que orienta e dá sentido à sua própria missão : “ Ser uma APA referência na conservação do patrimônio natural e histórico-cultural, gerando e difundindo conhecimentos, integrando-a ao mosaico de preservação ambiental da Costa Esmeralda e à sociedade, em especial, à comunidade tradicional do Araçá”⁵³.

Nesse sentido, se a missão da APA é ser referência na conservação do patrimônio natural e histórico- cultural, destaca-se o importante papel que compete ao Ministério Público Federal, no sentido de defender os interesses dessa Comunidade Tradicional e de seu Território, de modo a garantir o conhecimento prévio e aprofundado de qualquer projeto a ser implementado naquela região, e o seu direito de decisão em condições de igualdade com demais segmentos sociais.

Diante das limitações legais, no que tange o processo de identificação e reconhecimento de todo território tradicionalmente ocupado por essa comunidade, sugere-se a criação de Zonas complementares às criadas no âmbito do plano de Manejo da APA da Ponta do Araçá, de forma a contemplar os modos de vida e uso desse território pelos núcleos familiares em questão.

6.2 Proposta de Zoneamento da Comunidade Tradicional de Pescadores do Araçá

Há que se registrar que a metodologia para a elaboração dos Zoneamentos na área da APA Ponta do Araçá, se assentaram em critérios biológicos e naturais, que são exteriores as referências dos membros da comunidade, sendo que algumas dessas áreas, estão sobrepostas aquelas onde identifica-se como de uso tradicional da Comunidade dos Pescadores do Araçá. Entre essas destaca-se o **Zoneamento de Interesse Coletivo**, destinadas às zonas de conservação de patrimônio ambiental, com o objetivo de normatizar os usos das paisagens, encostas e costões rochosos; e o **Zoneamento de Conservação do Patrimônio Paisagístico, com o objetivo de garantir a conservação**

⁵³ Planejamento e Encartes Temáticos. Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Municipal da Ponta do Araçá. Florianópolis, maio de 2013, p.15

do patrimônio paisagístico. **Sugere-se que com relação esses dois zoneamentos, sejam substituídos pelo Zoneamento Comunidade Tradicional, pois** estão localizados em áreas de usos específicos pela comunidade, que respondem também pela garantia da sobrevivência econômica e também pela reprodução cultural e identitária. Nesse sentido, recomenda-se priorizar os usos e usufrutos e os sentidos atribuídos a essas áreas pela Comunidade, para que o plano de manejo da APA seja realmente inclusivo e distante de práticas que podem levar à injustiças ambientais.

Objetivo Geral: Garantir os direitos da Comunidade Tradicional de Pescadores Artesanais da Vila do Araçá, conforme previsto na Convenção 169 da OIT e do Decreto 6.040 e dos artigos 215 e 216 da Constituição Brasileira.

Objetivos específicos:

Reconhecer a autoidentificação e garantir a reprodução dos modos de ser, os saberes, tradicionais, a atividade da pesca, o livre acesso aos recursos naturais e ao território;

Considerar em todo e qualquer implementação de política pública ou empreendimento o direito à consulta a Comunidade Tradicional;

Proteger e valorizar o patrimônio cultural da Comunidade, incluídos aí os lugares de paisagem cultural (Caixa D'Aço e Enseada); costões, pesqueiros; cachoeiras, caminhos, acessos, trapiches;

Promover ações para proteção e valorização do seu patrimônio histórico, áreas com relação de uso e ocupação antiga;

Promover ações de educação ambiental para valorização do patrimônio cultural da Comunidade e preservação ambiental.

A partir da pesquisa antropológica foram definidos os critérios de zoneamento visando assegurar o modo de vida, nas suas dimensões materiais e simbólicas, como no que diz respeito aos direitos territoriais (ver Mapa 8 Comunidade Tradicional de Pescadores da

Vila do Araçá: Proposta de Zoneamento para a APA Ponta do Araçá). Foram incluídas três categorias de zoneamento seguidas de **critérios e normas** respectivas:

A.Zona do território histórico

Objetivo: Reforçar o carácter histórico e cultural de uso dessas áreas descritas e relatadas pelos familiares da comunidade. Insere-se lugares de memória sobre o uso e ocupação da terra. Além de ser atualmente lugares de que fazem limites com praias, costões e pesqueiros, ou seja, é uma zona que possibilita o acesso por via terrestre a essas áreas. Apesar do uso privado predominante nessa Zona, é ressaltada a necessidade imprescindível do livre acesso a esses lugares pela comunidade. Por exemplo, o uso intensivo da praia do Estaleiro na atividade da pesca pelas famílias do Araçá.

B.Zona de Núcleos Familiares Tradicionais

Objetivo: Reconhecer o uso diferenciado dos núcleos familiares inseridos dentro da APA, principalmente no que diz respeito a norma estabelecida pelo plano de manejo, sobre a cota 50. Identificou-se nessa área os núcleos familiares da comunidade (Anísia e José Martins, Salete Vieira e Aloisio, Tereza Pascoal, Deolinda Custódio, e Catarina e Juvenal da Silva, Silvestre Marques) Essas áreas residenciais familiares apresentam diferentes documentos de registros de imóveis e de tamanho, e seguem um padrão de ocupação ditadas por regras próprias que definem os direitos de herança e garantem o direito de permanência daquelas famílias nos seus terrenos. Sugere-se que toda e qualquer decisão dessas famílias com relação a novas formas de ocupação e edificações deverão ser levadas à aprovação da Associação de Moradores do Araçá, que será a instância de consulta e de decisão dentro do Conselho da APA. Caso a área desses núcleos familiares tradicionais seja vendida para pessoas externas à comunidade Tradicional de Pescadores do Araçá, seguiram as regras universais de gestão da APA.

C.Zona Território Tradicionalmente Ocupado

Objetivo: Reconhecer e Garantir as formas de uso e ocupação e gestão dessas áreas prioritariamente pela comunidade do Araçá, que pode ser representada por diferentes instâncias e setores da organização social da comunidade, como por exemplo, famílias de pescadores artesanais, famílias de pescadores profissionais e proprietários dos estabelecimentos comerciais dos núcleos familiares tradicionais.

A pesquisa antropológica realizada identificou as seguintes configurações para essa zona: o lugar de praias e os caminhos tradicionais. O lugar da Praia do Caixa D' Aço destaca-se por reunir valor histórico, simbólico, cultural, ambiental e econômico.

Consideramos que os acessos tradicionais utilizados e que estão localizados dentro da APA, devam ser assegurados o livre acesso aos membros da Comunidade Tradicional do Araçá. No mesmo sentido, estão sendo consideradas as praias e trapiches que dão acesso aos costões e pesqueiros e ao território marinho.

Na atividade da pesca, além dos pesqueiros localizado nos costões, abriga o local de ancoragem de barcos de pesca artesanal e profissional. Essa particularidade do Caixa D' Aço se dá por sua característica fitofisionômica, a baía das águas tranquilas, que permite que este local seja a 'extensão' das unidades familiares tradicionais para o território marítimo, é a 'garagem dos barcos'. E isso se reflete nas atividades cotidianas relacionadas ao trabalho da pesca, puxada e conserto de barcos e coleta de berbigão, nas práticas de sociabilidades, nos jogo de futebol e nos passeios.

O lugar Praia do Caixa D' Aço expressa uma relação particular da comunidade com aquele meio ambiente que é constituinte da sua identidade cultural. O Caixa D' Aço representa uma área de referência fundamental da memória histórica e de ocupação atual pelos núcleos familiares. O Caixa D' Aço representa ainda uma autonomia de gestão de uma das áreas do conjunto das áreas que formam o território tradicionalmente ocupado dessa comunidade. Pois, em outras áreas essa autonomia foi relativizada pelas chegada de propriedades externos.

A Comunidade de Pescadores do Araçá estabelece uma relação particular com o ambiente do Caixa D' Aço, pois faz parte da sua tradição, da sua história, dos processos de afirmação identitária. É lugar de memória e é também lugar de expressão de resistência que agrega e mobiliza a coletividade em torno de um projeto comum que é preservação do lugar.

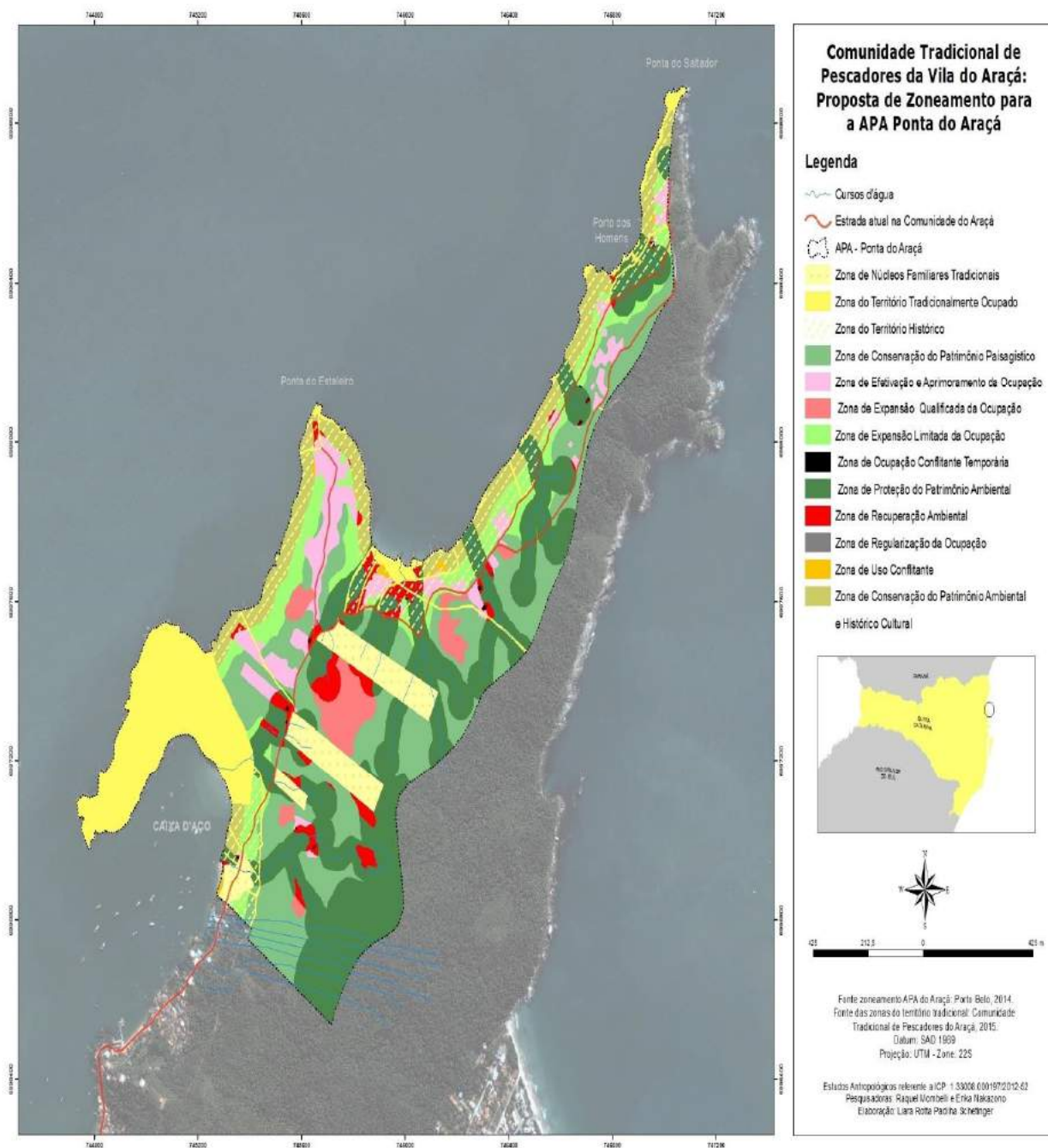
Por essa razão definimos uma zona específica para a região da Caixa D' Aço para fins de conservação da paisagem cultural e do patrimônio cultural e ambiental, de forma a garantir a reprodução cultural e econômica da comunidade. Uma das formas de resguardar essa especificidade cultural e identitária é através da implementação de políticas de proteção patrimonial, tais como as ações realizadas pela UNESCO. Essa patrimonialização seria uma forma de proteção à comunidade e dos impactos gerados

pelo turismo desgovernado que tem ocorrido sobretudo através das festas sertanejos na baía dos mar.

Como parte do território tradicionalmente ocupado paisagem da região do Caixa D´Aço, não é somente o visível ou a bela imagem estética que se visualiza. Para os membros da comunidade aquela paisagem incorpora valores históricos, culturais, simbólicos, arqueológicos, étnicos e econômicos que são permanente significados e atualizados através da relação específicas que a comunidade estabelece com aquele lugar. Portanto, as representações sobre aquela paisagem são constituintes das matrizes de uma identidade cultural específica da comunidade do Araçá porque nesse caso, a identificação da paisagem não está somente na unidade da forma orgânica, mas no significado de fazer parte, pertencer aquele lugar, ao território. Nesse sentido, ao olhar à paisagem, a partir dessa perspectiva a dicotomia entre cultura e natureza diluem-se para evidenciar o valor que essa ocupa nas relações que os sujeitos da comunidade estabeleceram e estabelecem na atualidade com aquele lugar. Por isso também é possível falar que o Caixa D´Aço é lugar da memória, referências do projeto coletivo compartilhado da comunidade do Araçá no sentido de manter vários lugares e referências interligados de um território;

A preservação da paisagem da região do Caixa D´Aço expressa a consciência ambiental aguçada que a comunidade detém e do qual se intensificam os esforços mobilizatórios contrários a qualquer processo que possa vir a ameaçar alterar o cenário que compõe aquela região. A afirmação “Todos querem a preservação do Caixa D´Aço”, expressa com exatidão esse projeto coletivo e a força da mobilização que a comunidade carrega.

MAPA 8- Comunidade Tradicional de Pescadores da Vila do Araçá: Proposta de Zoneamento para a APA Ponta do Araçá



7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto, terras tradicionalmente ocupadas**, 2 ed. Manaus: PGCSA – UFAM, 184 p. 2008

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Quilombolas, Quebradeiras de Coco Babaçu, Indígenas, Ciganos, Faxinaleses e Ribeirinhos: movimentos sociais e a nova Realizado de 25 a 31 de julho de 2010. Porto Alegre - RS, 2010. ISBN 978-85-99907-02-3 7 tradição. Revista Proposta (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 29, n. 107/108, p. 25-38, 2006.

ALMEIDA, Mauro. Populações Tradicionais e conservação ambiental. In: Cunha, Manuela. **Cultura com Aspás**. São Paulo: Cosac Naif, 2009 p. 277-301 ALVES, Joana. A linguagem dos pescadores da Ericeira, Lisboa, 1965.

BARTH, Fredrik. Os Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

BECK, Anamaria. **Lavradores e pescadores: um estudo sobre o trabalho familiar e trabalho acessório**. Florianópolis: UFSC, 1979. Mimeo.

BRASIL. 2007. Instrução Normativa IBAMA nº 166 de 18 de julho de 2007. Ordena a pesca de emalhe no Brasil.

BRASIL. 2007. Portaria IBAMA nº 43 de 24 de setembro de 2007. Proíbe a captura de corvina (*Micropogonia furnieri*) entre outras espécies, por embarcações cerqueiras (traineiras) no Mar Territorial e ZEE do Brasil.

BRASIL. 2012. Instrução Normativa Interministerial MPA-MMA nº 11, de 5 de julho de 2012. Proíbe nas águas sob jurisdição nacional, o uso e o transporte de redes de emalhe de superfície oceânico de deriva, popularmente conhecido como malhão.

BRASIL. 2012. Instrução Normativa Interministerial MPA-MMA nº12 de 22 de agosto de 2012. Dispõe sobre critérios e padrões para o ordenamento da pesca praticada com o emprego de redes de emalhe nas águas jurisdicionais brasileiras das regiões Sudeste e Sul.

CABRAL, Osvaldo. **Santa Catarina**. São Paulo, Editora Nacional, Brasileira, 1937.

CUNHA, Manuela. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. In: **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo : Cosac Naif, 2009, p. 301- 311.

DICK, Maria Vicentina de Paula Amaral. **Aspectos da etnolinguística: a toponímia carioca e paulistana – contraste e confrontos**. Revista USP. São Paulo, n. 56, dez/fev p. 180-191. (2002-2003).

ESCOBAR, Arturo. **O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pósdesenvolvimento?**. *En libro*: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005. p.133-168.

HAIMOVICI, M. Recursos pesqueiros demersais da região sul. Subsídios para o levantamento do estado da arte dos recursos vivos marinhos do Brasil - Programa Revizee. http://www.mma.gov.br/estruturas/revizee/_arquivos/dermesai.pdf Consulta realizada em abril de 2015.

HUPPERT, D.D. e Mittleman, T.W. 1993. **Economic effects of the United Nations Moratorium on High Seas Driftnet Fishing**. National Oceanic and Atmospheric Administration. 59p.

GRAMKOW, Márcia Maria. **Os caçadores da Barba-de-Ouro: Mudança e continuidade na sociedade na sociedade pesqueira**. Tese [Doutorado]. Brasília: UnB, 2002..

LEACH, Edmund. **Sistemas Políticos da Alta Birmânia**. São Paulo: EDUSP, 1996 [1954].

LEVI- STRAUSS, Claude. **O pensamento Selvagem**. 2ª Edição. São Paulo : Nacional, 1976.

LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia n. 322, UNB : Brasília. 2002.

MALUF, Sônia Weidner. **Encontros perigosos: análise antropológica sobre bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição**. Dissertação [Mestrado]. Florianópolis: UFSC, 1989.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

MONTEIRO, Arlete Assumpção. **A Ericeira Brasileira: trajectória de uma colônia portuguesa no litoral sul-brasileiro.** Hoje Porto Belo e Bombinhas (Santa Catarina, Brasil). Coleção Lugares da Memória. Editora Mar de Letras : Ericeira, Portugal, 2000.

OCCHIALINI, D.S.; RODRIGUES, A.M.T.; e KOTAS, J.E. Caracterização e análise comparativa da pesca industrial de emalhe-de-fundo costeiro, considerando a evolução física da frota a partir de 1995 e a produção pesqueira entre 2001 e 2010. Revista **CEPSUL - Biodiversidade e Conservação Marinha** (2012) 3 (1): 1-21(Brasil). Mar de letras editoras. Coleção Lugares da Memória, 2000.

PEREZ, J.A.A.; PEZZUTO, P.R.; RODRIGUES, R.F.; VALENTINI, H.; e VOOREN, C.M. 2001. Ordenamento da Pesca de Arrasto no Sudeste-Sul do Brasil. **NOTAS TÉCN. FACIMAR**, 5: 1-34.

Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Municipal da Ponta do Araça. Prefeitura Municipal de Poro Belo. FAPEU/UFSC, 2013

PIETRAFESA, Emilia de Godoy. Territorialidade. In: SANSONE, Livio; FRUTADO, Claudio.(org). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa.** Editorial Federal da Bahia : EDDFB, 2014, p. 443-452.

PIMENTEL, Manuel. **Arte de Navegar**, em que se ensinam as regras práticas e os modos de cartear e de graduar a Baleilha por via de números e muitos problemas úteis á Navegação. Lisboa : Portugal, 1709

PIAZZA, Walter. **Santa Catarina: sua História. Florianópolis:** UFSC/Lunardeli, 1983.

RIAL, Carmen. **Mar-de-dentro: a transformação do espaço na Lagoa da Conceição.** Dissertação [Mestrado]. Florianópolis: UFSC, 1988.

UNESCO. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.** Paris, 1972, 19 páginas.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.** Paris, 2003, 17 páginas.

WEBER, M. **Economia e Sociedade.** 3. ed., Brasília: Editora da UNB, 1972 [1920].

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do nordeste.** São Paulo – Brasília: HUCITEC – Edunb, 1995.

SANIT- HILAIRE. **Viagem à Província de Santa Catarina** (1920), São Paulo, Editora Nacional, 1936.

TAYNAY, Afonso de E. **Em Santa Catarina**, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1977.

Sites

<http://www.portobelo.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/8819#.Vaa6lvIViko>Site:

<http://www.bn.br/> (Biblioteca Nacional).

http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id_fortaleza=20

8 ANEXOS

8.1 Anexo 1 – Cadernos de Registros fotográficos



Fotos cedidas pelo Sr. Marcílio dos Santos: a) Festa de batismo na igreja preparada pelas mulheres; b) Batismo do Sr. Marcílio dos Santos; e) Mãe de Marcílio alimentando a cabra. Fotos cedidas por Aurea M. Monteiro e Idalina M. Monteiro dos Santos: c) Primeira comunhão; d) Primeira comunhão no Estaleiro (Fotos: Raquel Mombelli e Erika Nakazono - janeiro a julho de 2015).



Redes inutilizadas: a) Redes antigas de pesca - cação martelo; b) Redes velhas da pesca da corvina e pesca artesanal que são dispensadas (Fotos: Raquel Mombelli e Erika Nakazono - janeiro a julho de 2015).



Redes e utensílios de pesca: a) Claudir José Gomes - pescador artesanal; b) Sr. Dercílio dos Santos - pescador artesanal; c) Jair dos Santos (Zaia) - cultivo de marisco e de ostra, mostrando rede de camarão miúdo e rede de sementes de mariscos; d) Cesta e armadilha para pegar camarão feitos de cipó pelo Sr. Anatório F. Lourenço; e) Redes de corvina e tralhas com bóias (Fotos: Raquel Mombelli e Erika Nakazono - janeiro a julho de 2015).



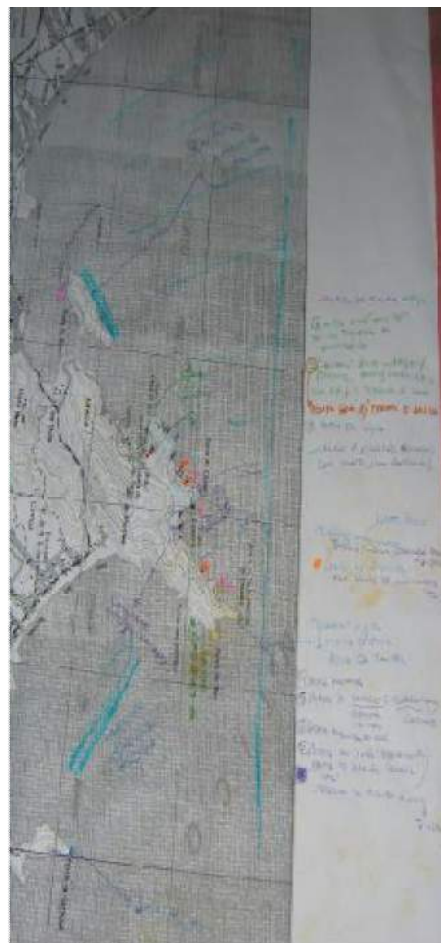
Ranchos de pesca existentes hoje: a) Praia do Araçá e, b) Juvenal da Silva (Seu Neném) - Prainha; c) Antiga casa de salga - Praia do Araçá (Fotos: Raquel Mombelli e Erika Nakazono - janeiro a julho de



Ranços de pesca existentes hoje: a) Praia do Araçá e, b) Juvenal da Silva (Seu Neném) - Prainha; c) Antiga casa de salga - Praia do Araçá (Fotos: Raquel Mombelli e Erika Nakazono - janeiro a julho de 1998)



a) Locais de pesqueiros identificados pelos pescadores da Vila do Araçá; b) Antiga área de pasto; c) Praia do Caeté (Fotos: Raquel Mombelli e Erika Nakazono - janeiro a julho de 2015).



Oficinas de mapas realizadas com pescadores e moradores da Vila do Araçá. Local - Centro Comunitário da Prainha (Fotos: Raquel Mombelli e Erika Nakazono - janeiro a julho de 2015).



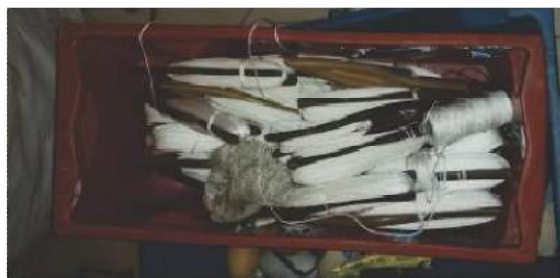
Plantação de espécie vegetal exótica - eucalipto - no morro da Praia do Araçá. Barco de atum ancorado na Praia do Araçá. Lixo depositado, por pessoas de Porto Belo, na beira da estrada na Enseada da Encantada (Fotos: Raquel Mombelli e Erika Nakazono - janeiro a julho de 2015).



Jardins e decorações das casas da Vila do Araçá com redes de pesca (Fotos: Raquel Mombelli e Erika Nakazono - janeiro a julho de 2015).



Trabalho de entralhe de rede - costurar a malha (panagem) na tralha (corda de nylon). a) Allan I. dos Santos; b) bitola (marca para o entralhe) e gancho fixador da tralha; c) Sr. Osmar dos Santos; d) Marisel S. Martins; e) Willian I. dos Santos mostrando a miada da rede (se faz dobrando a rede com a medida de um braço) (Fotos: Raquel Mombelli e Erika Nakazono - janeiro a julho de 2015).



Trabalho de entralhe de rede - costurar a malha (panagem) na tralha (corda de nylon). Utiliza-se a agulha (de madeira) e incala (linha branca). a) Pescadores no trabalho da rede; b) Jovens no entralhe da rede, Prainha; c) Sr. Dercílio dos Santos, filho Alcides e genro Rosélio, no trabalho da rede; d) Cantídio Manoel de Mello (Tidinho) no trabalho da rede (Fotos: Raquel Mombelli e Erika Nakazono - janeiro a julho de 2015).



Empreendimentos locais da Comunidade Tradicional de Pescadores da Vila do Araçá (Fotos: Raquel Mombelli e Erika Nakazono - janeiro a julho de 2015).



Empreendimentos locais da Comunidade Tradicional de Pescadores da Vila do Araçá. a) Barco Pirata - passeio turístico (Fotos: Raquel Mombelli e Erika Nakazono - janeiro a julho de 2015).



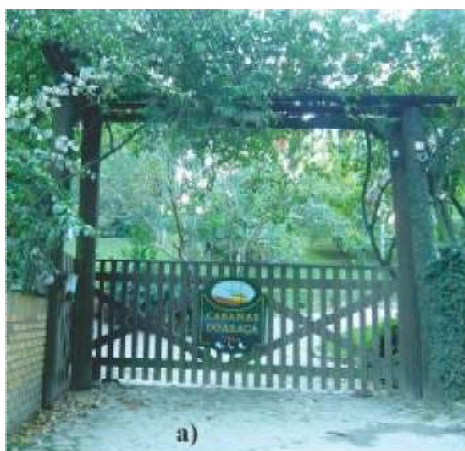
Empreendimentos locais da Comunidade Tradicional de Pescadores da Vila do Araçá (Fotos: Raquel Mombelli e Erika Nakazono - janeiro a julho de 2015).



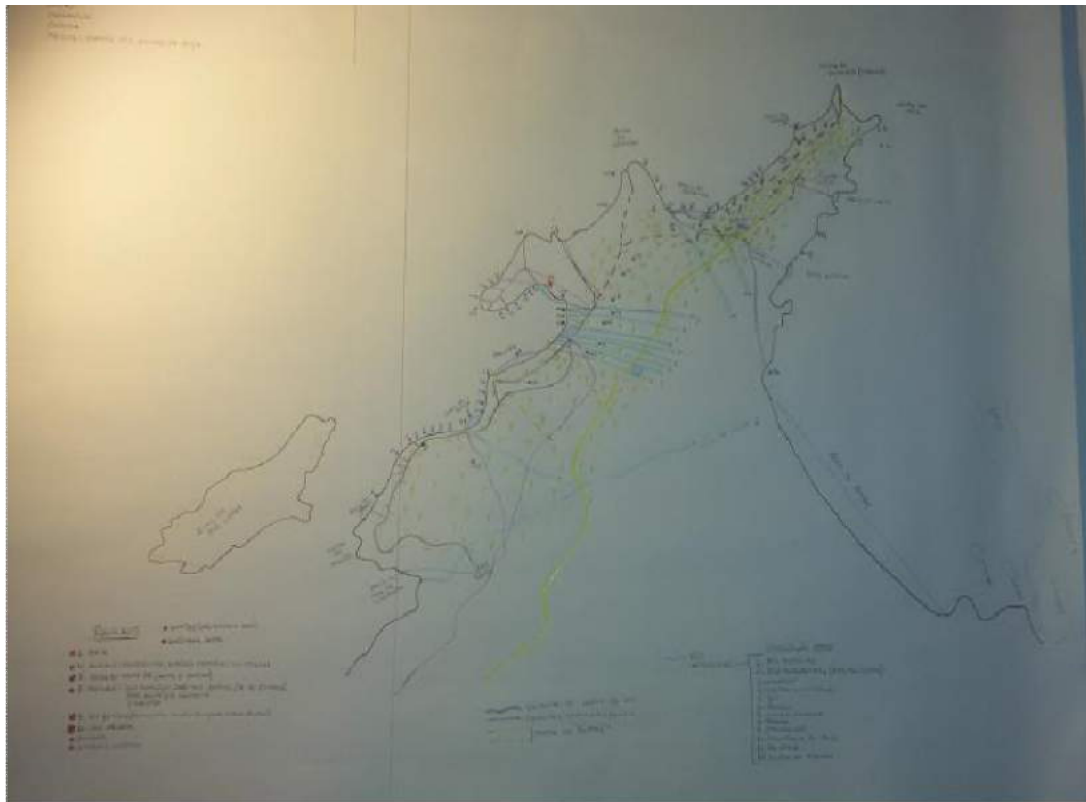
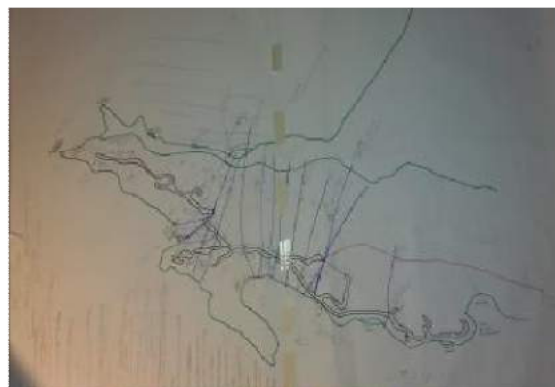
Casas particulares de pessoas que não pertencem a comunidade tradicional na área da APA na Vila do Araçá. Destaques para trapiches que dão acesso ao costão e praias (Fotos: Raquel Mombelli e Erika Nakazono - janeiro a julho de 2015).



Casas particulares de pessoas que não pertencem a comunidade tradicional na área da APA na Vila do Araçá. Destaques para trapiches que dão acesso ao costão e praias (Fotos: Raquel Mombelli e Erika Nakazono - janeiro a julho de 2015).



Empreendimentos externos (pessoas que não pertencem a comunidade tradicional) na área da APA na Vila do Araçá. Vista por terra e por mar das pousadas e bares: a) Cabanas do Araçá; b) Ponta do Estaleiro Condomínio; c) Jardim Praia do Estaleiro; d) Bar do Pipoca - Praia do Estaleiro; e) Refúgio do Estaleiro - pousada, restaurante e pizzeria (Fotos: Raquel Mombelli e Erika Nakazono - janeiro a julho de 2015).



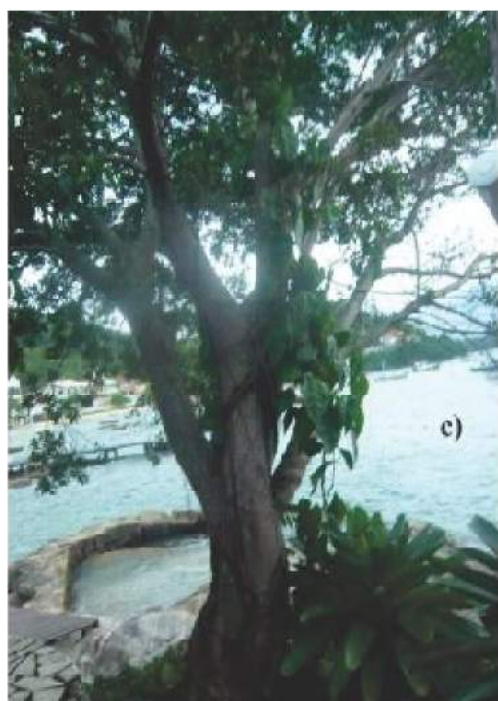
Exemplos de croquis elaborados durante oficinas de mapas (Fotos: Raquel Mombelli e Erika Nakazono - janeiro a julho de 2015).



Aspecto geral da Prainha: a) Trapiche utilizado pelos pescadores; b) Caís do Seu Silvestre com embarcações da pesca da corvina; c) Festa da Corvina; d) Puxada de barco artesanal na praia (Fotos: Raquel Mombelli e Erika Nakazono - janeiro a julho de 2015).



a) Pré Escolar Antônio Manoel dos Santos e (dir.) Unidade Básica de Saúde Manoel José Domingos; b) Ônibus escolar da prefeitura; c) Assembléia de Deus - Congregação Araçá Porto Belo; d) Igreja Pentecostal Deus é Amor; e) Igreja Evangélica Assembléia de Deus (Fotos: Raquel Mombelli e Erika Nakazono - janeiro a julho de 2015).



a) Igreja católica da Prainha; b) Centro comunitário do Araçá; c) Figueira - lugar de lazer e memória; d) Fonte de água próximo ao restaurante Mirante (Fotos: Raquel Mombelli e Erika Nakazono - janeiro a julho de 2015).



a) Indústria Pioneira; b) Início da comunidade Enseada da Encatada; c) Ilha de Porto Belo; d) Crianças na Praia do Araçá (Fotos: Raquel Mombelli e Erika Nakazono - janeiro a julho de 2015).



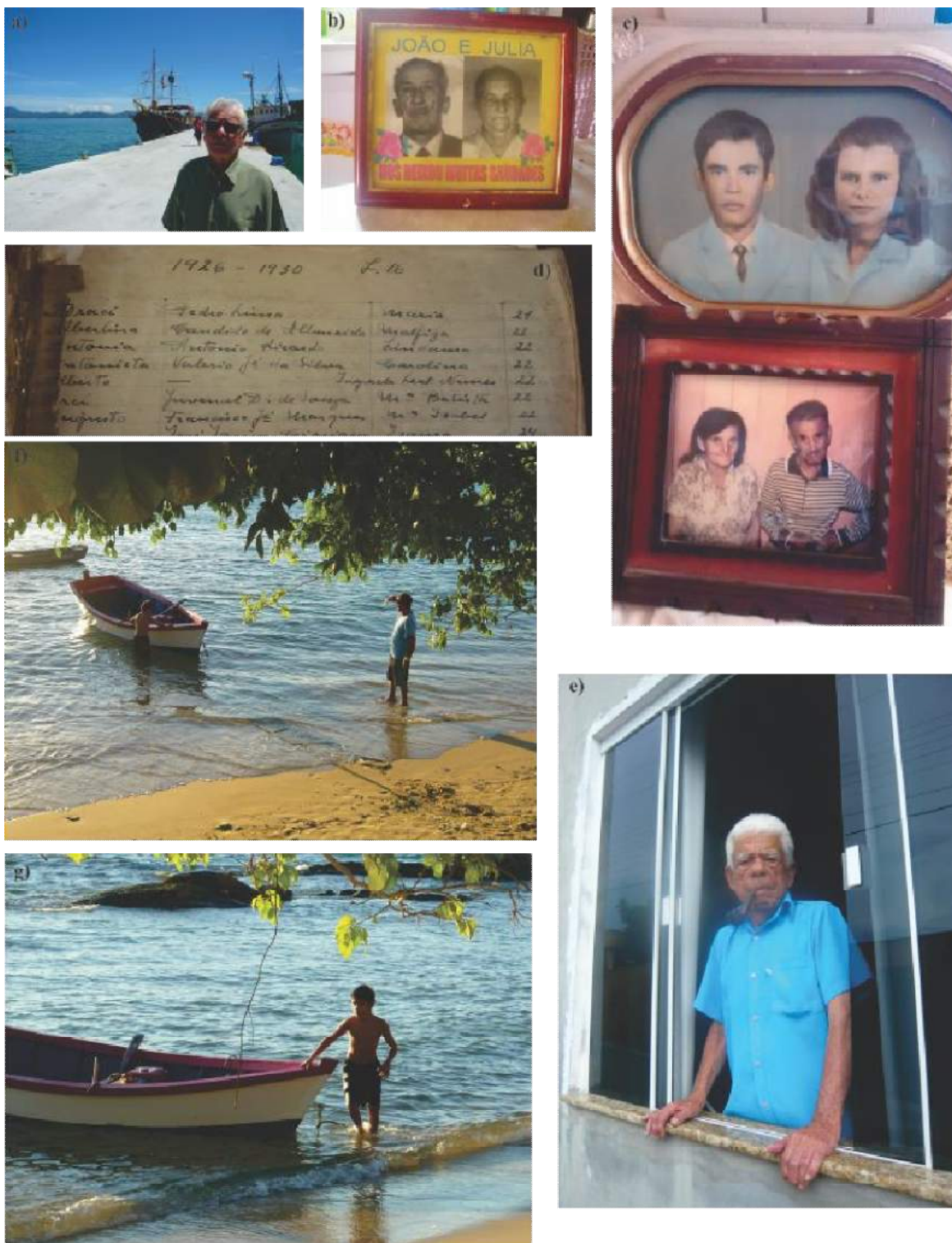
Aspecto geral dos caminhos entre as residências (Fotos: Raquel Mombelli e Erika Nakazono - janeiro a julho de 2015).



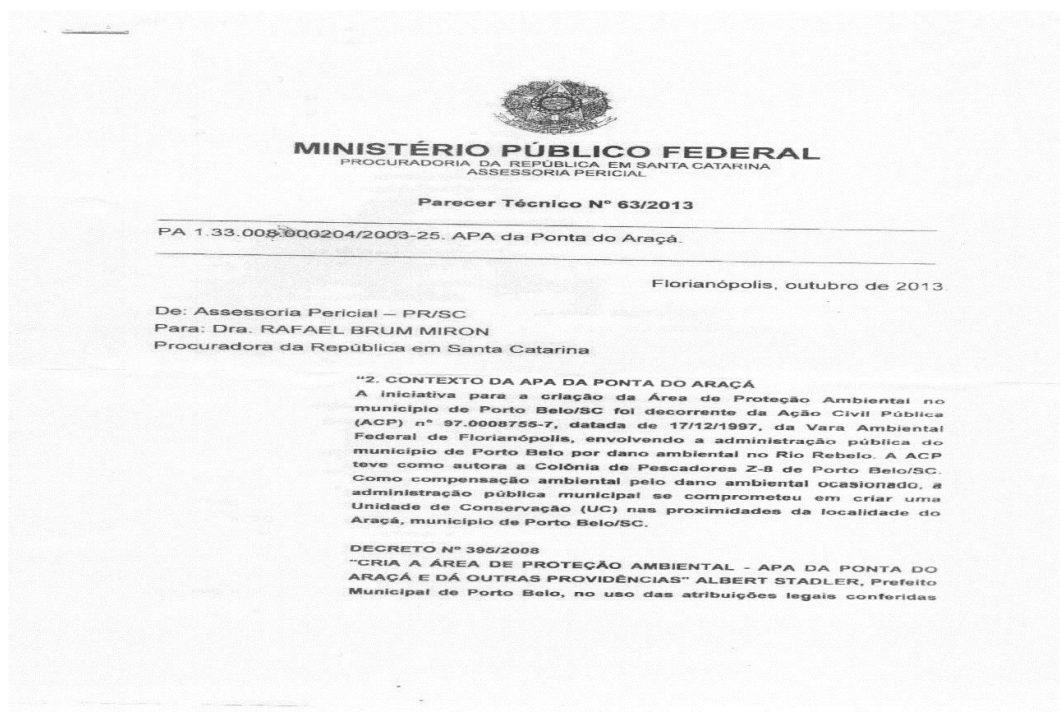
Embarcações da pesca profissional da corvina e da pesca artesanal (Fotos: Raquel Mombelli e Erika Nakazono - janeiro a julho de 2015).



Acessos para a praia. Foto abaixo, servidão pública fechada com portão (Fotos: Raquel Mombelli e Erika Nakazono - janeiro a julho de 2015).



8.2 Anexo 2 – Documentos Gerais



pelo Art. 41, III, art. 180 e seguintes da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 23, VI da Constituição da República Federativa do Brasil e tendo em vista o acordo firmado nos autos da Ação Civil Pública n° 97.0008755-7, resolve, DECRETAR: Art. 1° Fica criada a Área de Proteção Ambiental - APA da Ponta do Araçá, visando compatibilizar a utilização dos recursos naturais com a proteção da biodiversidade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região." (Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Ponta do Araçá, fls. 2).

I - Introdução

Trata-se de parecer técnico elaborado a partir da análise dos Estudos desenvolvidos pela Universidade Federal de Santa Catarina referente ao Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Ponta do Araçá – APA da Ponta do Araçá e em consideração ao exposto na reunião do dia 10/09/2013 ocorrida na sede da Secretaria Municipal de Cultura de Porto Belo.

Esta informação tem como objetivo potencializar as ações do Ministério Público Federal, que já acompanham acontecimentos produzidos no contexto onde está localizada a mencionada APA, desde antes de sua criação. Não custa asseverar que a potencialização das ações do Ministério Público Federal só se torna possível, se os legítimos interesses das populações tradicionais e o meio ambiente forem protegidos. Para alcançar os objetivos aqui defendido, me servirei de algumas das ferramentas que são desempenhadas no trabalho desenvolvido por cientistas sociais e em estudos transdisciplinares, o que nos remete necessariamente à apresentação dos conceitos.

III – Algumas ferramentas básicas para o assunto

O desenvolvimento histórico internacional em que o conceito de Meio Ambiente tem sido observado registra na Constituição Federal Brasileira de 1988 (CF/1988) no Capítulo VI, art.225 o seguinte discurso: "O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (grifo meu), bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações".

A chamada Constituição Cidadã através dos representantes deste Povo consagra nos argumentos citados o imperativo de que o Meio Ambiente é um bem

¹ Constituição Federal de 1988, Capítulo VI, Art. 225.

pelo fato de que nestes a natureza aparecer simplesmente como uma forma de apropriação de riqueza e acúmulo de dinheiro.

A afirmação filosófica de que todo conceito tem história acompanha também nossas intenções nesta informação, e observando o processo de criação do conceito de Meio Ambiente, tal como registrado na CF/1988, encontramos o conceito de espaço social, este também não inscrito em nenhum campo científico exclusivo, não sendo uma ferramenta somente de uma determinada ciência. Espaço social tem sido entendido, inclusive com as interferências de Lefébvre desde a década de 70, não somente como aquele onde se produzem as coisas, os objetos e os bens, mas também como formas de percepções dos grupos humanos na construção e relação com o ambiente e "todo universo cultural da própria sociedade, em termos de hábitos", valores e tecnologias" (Sette e Tarifa, 2004)⁴.

Neste mesmo percurso localizamos o conceito de totalidades, os eventos históricos, que os grupos sociais realizam nos espaços sociais que produzem. O trabalho fundamental para uma análise do que chamamos de meio antrópico deve ser a verificação dos conceitos nativos e os significados de suas operações, ou como disse SAHLINS (1979): "Através da avaliação simbólica e da síntese da realidade objetiva, criamos um novo tipo de objeto, com propriedades distintas: a cultura".

Pelo exposto podemos afirmar que um estudo sobre o espaço social não deve ser capaz tão somente de verificar a existência do que é comum aos diversos espaços, mas deve ter o compromisso de indicar também quais são as diferenças, desse modo, investigando a construção cultural da realidade.

Asseveramos que a informação sobre Povos e Comunidades Tradicionais está necessariamente vinculada à Constituição Federal (artigos 215, 216 e 225), ao Decreto 6.040 de 2007 e aos tratados internacionais dos quais o Brasil também é signatário. Neste

⁴ O conceito de hábito a despeito de não ser indicado pelos autores citados, tem referência nos trabalhos de Pierre Bourdieu, o qual informa que *habitus* "são sistemas de disposições duráveis e transferíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento uma matriz de percepções, apreciações e ações, e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas através de transferências analógicas de esquemas que permitem resolver os problemas da mesma forma e graças às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidas por estes resultados" (BOLLEAUX, 1997, p. 104).

⁵ (in AZEVEDO 2003)⁶.

⁶ SETTE, M. e TARIFA, J.R. A produção do espaço e problemática ambiental em Rondonópolis.

Consultado em <www.silberberg.org> 2004.

⁷ SAHLINS, M. Cultura e razão Prática. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

⁸ AZEVEDO, M.L.N. Espaço social, campo social, hábitos e conceito de classe social em Pierre Bourdieu. Revista Espaço Acadêmico, n. 24, maio, 2003.

coletivo o qual deve ser garantido e protegido através do tempo. Neste sentido se afirma o princípio de que os efeitos sobre o meio ambiente são sentidos pela coletividade, deste modo, estudar impactos sobre o meio antrópico significa também entender o domínio realizado pela coletividade, em suas especificidades, sobre o ambiente. Além disso também está claro que os avanços constitucionais afirmam **Meio Ambiente** através das relações humanas e não pela oposição entre humano e natureza. Nas ciências, principalmente nas sociais, é comum encontrar a assertiva de que ambiente deve ser entendido como a **totalidade de interações físicas, biológicas, culturais e sociais num dado lugar e em permanente transformações**.

Os estudos científicos que interpretam o meio ambiente a partir das relações indicadas acima estão diretamente ligados às pesquisas sobre Povos Indígenas e as chamadas Populações Tradicionais⁹. Estas pesquisas há muito tem revelado que nos espaços sociais tradicionais os elementos naturais neles encontrados ao mesmo tempo que provêm a subsistência física dos grupos participam das complexas relações sociais que fundam e organizam estas sociedades, inclusive participam dos procedimentos de constituição das identidades pessoais e dos grupos. Para deixar mais claro o que estou dizendo vale destacar um argumento da referida literatura especializada:

"Nas sociedades tradicionais as formas de apropriação de recursos naturais para a subsistência são compatíveis com os ritmos e estratégias da natureza, isto é, tem um ritmo constante mais de baixa aceleração nas suas transformações. Aqui há uma maior afinidade entre o tempo social e o tempo natural. O estilo de vida organizou-se em torno da ideia de finitude dos recursos disponíveis e da manutenção de formas coletivas controladas (comunismo) do uso racional e conservador dos recursos". Garnelo, (s/d: 04).

É importante não perder de vista o fato de que a possibilidade de haver aproximação entre o tempo social e o tempo natural são os "instrumentos inventados" pelas sociedades humanas, também conhecidos como cultura. Neste sentido nas sociedades tradicionais a relação com a natureza é intermediada pelos conhecimentos históricos e socialmente produzidos, conhecimentos que articulam os efeitos das ações naturais com aqueles produzidos pelas forças socioculturais. O termo **relação** aqui empregado não se refere apenas aos movimentos desenvolvidos entre os grupos, os indivíduos e as forças naturais, mas se refere também às relações entre as pessoas. Tais ações desenvolvidas por sociedades tradicionais diferem de vários outros projetos,

⁹ Ver também DECRETO 6.040/2007.

sentido vale apontar em nossas observações sobre a constituição do meio antrópico, que os estudos não podem prescindir da análise das territorialidades, os efeitos sobre as mesmas e sobre o espaço social onde se produz a comunidade tradicional do Araçá. Nesse sentido o percurso se articula ao disposto no trabalho realizada pelos pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina, com o objetivo de embasar a elaboração do Plano de Manejo da APA:

A presença de comunidade tradicional de pescadores na APA da Ponta do Araçá e entorno traz outros elementos para a consideração da paisagem cultural em que esta se insere. Em 2007, foi instituída a Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT (Decreto 6040/2007), que assim define. Povos e Comunidades Tradicionais: "grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição". A Política, cuja coordenação e implementação fica a cargo da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, tem entre seus objetivos:

I - garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios, e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica;

II - solucionar e/ou minimizar os conflitos gerados pela implantação de Unidades de Conservação de Proteção Integral em territórios tradicionais e estimular a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável;

III - implantar infraestrutura adequada às realidades socioculturais e demandas dos povos e comunidades tradicionais;

IV - garantir os direitos dos povos e das comunidades tradicionais afetados direta ou indiretamente por projetos, obras e empreendimentos;

Cunha (2001), discutindo a amplitude do conceito de populações tradicionais, propõe uma definição a partir do que estas apresentam em comum:

"O que todos esses grupos possuem em comum é o fato de que tiveram pelo menos em parte uma história de baixo impacto ambiental e de que têm no presente interesses em manter ou em recuperar o controle sobre o território que exploram".

A autora discute, ainda, as mudanças culturais a que estão sujeitas as populações tradicionais a partir da articulação com a economia de mercado já que estas não mais se encontram na periferia do sistema mundial. Considerando não só as mobilidade temporal das populações mas, também, do mercado com que se relacionam, chama a atenção para o fato de que as mesmas deixaram de ser meras fornecedoras de matérias primas, passando a participar da economia da informação por meio do valor agregado ao conhecimento local.

Nesse sentido, as populações tradicionais tornam-se não apenas relevantes na conservação de recursos naturais mas passam a constituir elemento de interesse por parte de setores culturais e econômicos.

A integração das populações tradicionais à gestão de Unidades de Conservação potencializa tanto as condições de preservação de recursos naturais e produção de conhecimento novo como contribuem para a educação patrimonial e desenvolvimento econômico sustentável das comunidades. (Patrimônio Arqueológico e Histórico Cultural, fls. 8)

No final deste item sobre as ferramentas, e com a permissão necessária, faço uma longa citação do trabalho de Paul Little, para apresentar o último conceito a ser destacado neste item da Informação Técnica:

"Defino a territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente físico, convertendo-a assim em seu 'território' ou homeland (cf. Sack 1986: 1). Casimir (1992) mostra como a territorialidade é uma latente em qualquer grupo, cuja manifestação explícita depende de contingências históricas. O fato de que um território surgir diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. Para analisar o território de qualquer grupo, portanto, precisa-se de uma abordagem histórica que trate do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado". Little (2002: 3-4).

De acordo com o percurso que tomamos é fundamental acrescentar à afirmação de que o "território é produto histórico de processos sociais e políticos", o termo cultura no sentido que os estudos antropológicos o tem definido. Todo o exposto até aqui para definirmos algumas das principais lanternas que orientarão o alcance desta Informação Técnica e que podem ser pensadas na realização dos próximos esforços necessários à efetivação dos legítimos interesses apresentados.

IV – APA da Ponta do Araçá e os conflitos.

Conforme estabelecido no Decreto de Criação da APA da Ponta do Araçá e o

do Aracá, pelo exposto e, é claro, em consonância com a legislação brasileira, só podem ser legitimados quando submetidos aos argumentos empíricos.

IV - Comentários conclusivos: em busca do tempo perdido.

A efetividade dos esforços produzidos na constituição da APA da Ponta do Aracá só será atingida, quando humano e natureza não forem pensados de forma disjuntiva, *a priori* em conflito. Outrossim, mais uma pergunta fundamental ainda não foi respondida, mesmo que os esforços, como dito antes, tenham nos permitido aproximar da resposta: o que é tradicionalidade nas especificidades da região da Ponta do Aracá e qual é, inclusive em cartografia, a expressão de sua territorialidade?

Para responder tais questões fundamentais para existência da APA nos moldes em que foi criada será necessário fazer movimentar instrumentos consagrados na conquista de informações sobre o meio ambiente da forma como registra a constituição federal e como tem sido interpretado nos estudos sobre Populações Tradicionais. Uma Área de Uso Sustentável baseada no conhecimento tradicional só pode se manter de pé na realização do referido conhecimento, para tanto é necessário – me permitam a redundância – conhecer estes conhecimentos, entender as estratégias de produção, organização e desenvolvimento dos mesmos. Desta forma sugiro a seguir, algumas questões:

1 – Considerando a existência do Conselho Gestor da APA e que o grupo de trabalho contém a participação de representantes dos indicados como tradicionais sugiro que este Conselho garanta, também quando for o caso através de reuniões e assembleias, o estabelecimento de um Termo de Referência para elaboração dos necessários estudos;

2 – sugiro também que além dos quesitos a serem construídos em conjunto com as comunidades o Termo de Referência trate das seguintes questões:

A - relações simbólicas ou mitológicas associadas, no caso à pesca e outras atividades extrativistas, como a coleta de ervas medicinais e outros elementos para confecção de artesanatos e petrechos para atividades vinculadas à pesca e ao desenvolvimento da identidade tradicional;

B - reconhecimento por si próprio e pelos outros de pertencimento à uma cultura distinta, considerando os discursos dos sujeitos locais e através de suas próprias categorias de representação;

C - noção espaçotemporal peculiar ao grupo social na reprodução econômica e social;

vínculo com a judicialização, a Unidade de Proteção corresponde à necessidade de compensar e proteger relações de grupos humanos determinados e a biodiversidade inclusive relações com centralidade na pesca desenvolvidas por uma comunidade tradicional, o que nos remete a uma pergunta elementar: como se constitui as relações que se pretende proteger através da criação e implementação da APA da Ponta do Aracá?

Lamentavelmente vários procedimentos de criação de Unidade de Conservação no Brasil têm como base o pouco ou nenhum estudo prévio, principalmente no que diz respeito ao meio antrópico, assim faltam estudos socioambientais. Desta forma, não é pequeno o número de problemas enfrentados por brasileiros devido a insuficiência dos referidos estudos prévios na criação das tais Unidades de Conservação, bem como são provocados efeitos negativos na existência do patrimônio cultural brasileiro, se quiserem assim entender, seja o patrimônio de origem material ou incorpórea, posto que vários grupos afetados pelo citado processo de criação de Unidades são reconhecidos pelo próprio Estado Brasileiro como Populações Tradicionais, caso da APA da Ponta do Aracá. Sobre esse assunto vale acompanhar o esforço desenvolvido pela cientista social Kênia Gonçalves Itacaramby, em sua Dissertação de Mestrado defendida na Universidade de Brasília, através do Centro de Desenvolvimento Sustentável com o Título: *Desterritorialização Forçada de Comunidades Tradicionais: Casos de Injustiça Sócio-ambiental*.

Na Dissertação defendida por Itacaramby a referência aos estudos que têm confirmado a tese de que a biodiversidade é também um processo histórico, o que tem levado vários pesquisadores a não se fixarem somente nos fenômenos naturais para explicar os mecanismos que regulam a diversidade biológica, reconhecendo, desta forma, os efeitos antrópicos na composição de tais cenários. Por outro lado, o reconhecimento dos efeitos antrópicos na constituição da biodiversidade, tem-se chocado com o fato de Unidades de Conservação estarem sendo criadas nos mesmos espaços em que se reconhecem os efeitos antrópicos. Neste caso, as populações, em sua maioria classificadas como tradicionais – caiçaras, quilombolas, Povos Indígenas, Açorianos, ribeirinhos e outros – efetivamente pagam com a desterritorialização no processo de criação de Unidades de Conservação, processo que também é entendido como apropriação de espaços socioambientais feita pelo Poder Público. Neste sentido temos mais um argumento em favor da afirmação de que é impossível entender meio ambiente pela disjunção entre Populações Tradicionais e os espaços que produzem e são produzidas.

D - moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados, verificando inclusive qual a importância das relações de parentesco e de afinidade para efetivação do domínio sobre os territórios estudados.

E - os modos como os grupos de pescadores e/ou extrativistas definem os territórios marinhos para os seus diversos usos;

F - definição das regras formais e informais na legitimação dos direitos culturais/consuetudinários de posse na manutenção dos locais de uso inclusive os territórios marinhos;

G - as inter-relações específicas entre os sujeitos locais/tradicionais e ambiente marinho (espaço dinâmico e arriscado);

H - conhecimento local/tradicional sobre o hábito e o ciclo de vida das espécies da fauna e flora local, inclusive, peixes, crustáceos e moluscos capturados;

I - identificação de épocas e terminologia apropriadas para capturas;

J - identificação das atividades que concorrem com as práticas tradicionais junto com a descrição dos motivos envolvidos nas disputas territoriais;

K - identificação dos problemas enfrentados desde a pesca e/ou extração até a comercialização dos produtos inclusive aqueles que facilitam a ação de atravessadores;

L - definição das áreas de produção e reprodução das espécies na área da APA e do Território identificado através das relações tradicionais, incluído aí o marinho, as áreas de contemplação e os locais onde se processam as experiências lúdicas e litúrgicas tradicionais ligados à APA da Ponta do Araçá;

M - descrição (também com cartas e mapas etnográficos) dos territórios ocupados, segundo a perspectiva local/tradicional;



Marcos Farias de Almeida

Analista em Antropologia/Perito

MPF | Procuradoria
Ministério Público Federal da República
em Itajaí

Itajaí, 28 de novembro de 2013

Ofício 271/2013 - RBM

Prezada Senhora,

O Ministério Público Federal tem acompanhado por meio do ICP 1.33.008.000197/2012-52, o processo de criação e implantação de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável no município de Porto Belo (SC), denominada como Área de Proteção Ambiental Ponta do Araçá. No momento atual foram entregues os diagnósticos, bem como as normas para o zoneamento elaborado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para gestão da referida Unidade de Conservação. Ocorre que no momento atual, o Conselho Gestor está avaliando os documentos técnicos entregues e após avaliação do corpo pericial do MPF, identificou-se a necessidade de realização de estudo específico com a comunidade tradicional do Araçá, como pode ser melhor compreendido no Parecer Técnico 063/2013 elaborado pelo antropólogo Marcos Farias de Almeida. Sendo assim, solicitamos informações sobre a realização por parte da Associação Brasileira de Antropologia, bem como a indicação do nome de um(a) antropólogo(a) para realização do feito.

Atenciosamente,


RAFAEL BRUM MIRON
Procurador da República

Ilma Sra. Presidente da Associação Brasileira de Antropologia (ABA)
Carmen Silvia Rial
Caixa Postal 04491
Brasília-DF
Cep: 70904-970

Av. Marcos Konder, 1207 - 1.º andar - Ed. Embraed Centro Empresarial - Centro - Itajaí - SC
CEP 88301-303 - Fone/Fax (47) 3404-5150 - e-mail: prmitajai@prsc.mpf.gov.br

Brasília, 30 de abril de 2014.

Ofício nº 012/2014/ABA/PRES

Ao Exmo. Sr.
Rafael Brum Miron
Procurador da República
Procuradoria da República de Itajaí/SC

Ref. Resposta ao Ofício 271/2013 RBM

Prezado Sr.,

Em resposta à solicitação de indicação de antropólogo/a, a Associação Brasileira de Antropologia indica a antropóloga abaixo:

Raquel Mombelli
E-mail: raquelmombelli@yahoo.com.br
Telefone: (48) 9602-5377

Atenciosamente,



Carmen Rial
Presidente da ABA



NOTA DE ESCLARECIMENTO “SHED AL MARE”

Prezados clientes e interessados,

Comunicamos oficialmente o cancelamento do evento “Shed Al Mare” que seria realizado no dia 15/02/2015 (domingo de Carnaval), das 11h às 19h, no Caixa d’áço em Porto Belo/SC.

Desde o início dos preparativos nos empenhamos ao máximo na obtenção das licenças e alvarás necessários, **logrando êxito em todas aqueles que foram exigidos pelos órgãos competentes.**

Todavia, no dia de hoje (11/02/2015), fomos surpreendidos com a determinação do Comandante da Marinha do Brasil em Florianópolis/SC que **revogou a autorização antes concedida**, o que impossibilita, doravante, a realização do referido evento.

De toda forma, agradecemos imensamente o empenho e prestígio de todos os envolvidos.

Organização Shed al Mare



8.3 Anexo 3 - Lista das pessoas entrevistadas e contatadas na Comunidade

Tradicional de Pescadores do Araçá

N	Nome	Localidade
1	Revelino	(foi padre da comunidade)
2	Anatório Francisco Lourenço	Araçá
3	Cantídio Manoel de Melo (Tidinho)	Araçá
4	Cleunice Almeida	Araçá
5	Domingos Antonio da Silva	Araçá
6	Emiliano Lourenço	Araçá
7	Erta Martins	Araçá
8	Fernando Amadeu Raulino	Araçá
9	Idalete Joseja Machado	Araçá
10	Iracena da Silva	Araçá
11	Lúcia dos Santos	Araçá
12	Marcílio Santos	Araçá
13	Maria José da Silva - Dona Zezé	Araçá
14	Mariluce da Silva Calda	Araçá
15	Moises da Silva	Araçá
16	Odesio	Araçá
17	Onório Almeida	Araçá
18	Ozias S. de Oliveira	Araçá
19	Quitéria Almeida	Araçá
20	Raul Clemente Calda Neto	Araçá
21	Sinésio Felipe	Araçá
22	Valdínésio	Araçá
23	Zenaide	Araçá
24	Catarina da Silva	Caixa D'Aço
25	Dercílio dos Santos	Caixa D'Aço
26	Nair dos Santos (dona Lila)	Caixa D'Aço
27	João da Silva	Caixa D'Aço
28	João Manoel dos Santos	Caixa D'Aço
29	Juvenal da Silva	Caixa D'Aço
30	Tereza Pascoal	Caixa D'Aço
31	Vanessa Santos	Dentista - Posto de Saúde
32	Anisia Martins	Estaleiro
33	Deulinda Oliveira	Estaleiro
34	Irondina Machado de Oliveira	Estaleiro
35	José Joaquim Martins	Estaleiro
36	Salete Gomes Vieira	Estaleiro
37	Salvador Oliveira	Estaleiro
38	Antônio Flauzino Domingos Monteiro	Porto Belo

39	Cézar (mestre do Domael)	Porto Belo
40	Soleci da Silva Ferreira	Porto Belo
41	Alcides Aquino Monteiro	Prainha
42	Alfredo Miguel da Silva	Prainha
43	Allan Ismael dos Santos	Prainha
44	Antônio Manoel dos Santos Filho	Prainha
45	Antonio Silvinho Sena	Prainha
46	Ariel Soares (Elieu)	Prainha
47	Claudir José Gomes	Prainha
48	Denísio Silvestre Marques (Dena)	Prainha
49	Donzilha da Silva (Zilhinha)	Prainha
50	Estephane Zilda da Costa	Prainha
51	Iliane Marques	Prainha
52	Ires da Silva	Prainha
53	Jadiel Martins	Prainha
54	Leontina Brulina de Sena	Prainha
55	Manoel (Nelo)	Prainha
56	Manoel Antônio de Sena	Prainha
57	Marcos Vinícios Marques	Prainha
58	Marino	Prainha
59	Marisel Sebastião Martins	Prainha
60	Osmênia Caetano dos Santos	Prainha
61	Rosélio	Prainha
62	Silvestre Marques	Prainha
63	Vicente Eliseu da Silva	Prainha
64	Viviane da Silva	Prainha
65	Willian Ismael dos Santos	Prainha
66	Zilda Alexandrina da Costa	Prainha

8.4 Anexo 4 - Relação das Denominações das servidões da Vila do Araçá.

LEI Nº 1632/2008

"DÁ DENOMINAÇÃO AS SERVIDÕES NO BAIRRO DE ARAÇÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". AUTORA: VEREADORA LEA DE LOURDES MARTINS.

Albert Stadler, Prefeito Municipal de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º As servidões descritas nos artigos seguintes, localizadas no bairro de Araçá, passarão a ser identificadas concomitantemente por número e nome.

Art. 2º Fica denominada "nº 1 - Antônio Manoel dos Santos" a servidão que se inicia na Rua Antônio José de Aquino nas proximidades da residência de Jair Antônio dos Santos Filho e término em terras do senhor Jair Antônio dos Santos.

Art. 3º Fica denominada "nº 2 - Maria Oreste Saturnino" a servidão que se inicia na Rua Antônio José de Aquino nas proximidades da residência de Lida Maria Saturnino e término em terras da senhora Ana Paula Teixeira.

Art. 4º Fica denominada "nº 3 - Manoel José Domingos" a servidão que se inicia na Rua Antônio José de Aquino nas proximidades da residência de Emerson Aristides Baltazar nº 54 e término em terras da senhora Erestides Augusta Machado.

Art. 5º Fica denominada "nº 4 - Joaquim Manoel Domingos" a servidão que se inicia na Rua Antônio José de Aquino nas proximidades da residência de Maria Lúcia Domingos nº 68 e término em terras do senhor Joaquim Manoel Domingos.

Art. 6º Fica denominada "nº 5 - Augusta Maria Domingos" a servidão que se inicia na Rua Antônio José de Aquino nas proximidades da residência de Maria Lúcia Domingos nº 68 e término na primeira praia do Araçá.

Art. 7º Fica denominada "nº 6 - Antônio Martinho da Silva" a servidão que se inicia na Rua Antônio José de Aquino e término na praia de Araçá.

Art. 8º Fica denominada "nº 7 - Edite Machado de Mello" a servidão que se inicia na Rua Antônio José de Aquino nas proximidades da residência de Gomes dos Santos Nº 182 e término em terras do senhor Cantídio de Mello Filho.

Art. 9º Fica denominada "nº 8 - José João dos Santos" a servidão que se inicia na Rua Antônio José de Aquino nas proximidades da residência de Mariluci Iracema Caldas Nº 220 e término em terras do Senhor Antônio Martinho da Silva.

Art. 10º Fica denominada "nº 9 - Martinho Antônio Sipriano da Silva" a servidão que se inicia na Rua Antônio José de Aquino no lado da casa de Emiliiano Domingos s/n e término em terras de Senhor Antônio Martinho da Silva.

Art. 11º Fica denominada "nº 10 - Manoel Leandro dos Santos" a servidão, que se inicia na Rua Argino Auleriano Monteiro nas proximidades da residência de Manoel Silvestre Marques Nº 528 e término em

terras de Senhor Valdemar Manoel dos Santos.

Art. 12 Fica denominada "nº 11 - Senhorinha Maria de Jesus" a servidão que se inicia na Rua Argino Auleriano Monteiro nas proximidades da residência de Alan Ismael dos Santos Nº 76 e término em terras de Senhor Ismael dos Santos.

Art. 13 Fica denominada "nº 12 - Domingos João dos Santos" a servidão que se inicia na Rua Argino Auleriano Monteiro próximo a residência de Alan Ismael dos Santos Nº 76 e término em terras de Senhor Ermínio Antonio de Sena.

Art. 14 Fica denominada "nº 13 - Bento José de Aquino" a servidão que se inicia na Rua Argino Auleriano Monteiro e término em terras do Senhor Francisco Silvestre Marques.

Art. 15 Fica denominada "nº 14 - Henrique José Caetano" a servidão que se inicia na Rua Antônio José de Aquino próximo a residência de Osmar dos Santos Filho Nº 594 e término em terras de Senhor Flauzino Antônio dos Santos.

Art. 16 Fica denominada "nº 15 - Augusto Francisco Marques" a servidão que se inicia na Rua Antônio José de Aquino próximo a residência de João Henrique Caetano Nº 652 e término em terras de Senhor Antônio Custódio.

Art. 17 Fica denominada "nº 16 - Domingos Antônio dos Santos" a servidão que se inicia na Rua Antônio José de Aquino próximo a casa do Senhor João Henrique Caetano Nº 652 e término em terras de Senhor Ismael Domingos dos Santos.

Art. 18 Fica denominada "nº 17 - Antônio José dos Santos" a servidão que se inicia na Rua Antônio José de Aquino próximo ao Mercado Spader Nº 660 e término em terras da Senhora Alexandrina Bráulina Caetano.

Art. 19 Fica denominada "nº 18 - Izete Iraci dos Santos Baltazar" a servidão que se inicia na Rua Antônio José de Aquino próximo a residência do Senhor Antônio Manoel dos Santos Filho Nº 688 e término em terras do Senhor Aristides Antônio Baltazar.

Art. 20 Fica denominada "nº 19 - Manoel Argino Monteiro" a servidão que se inicia na Rua Antônio José de Aquino próximo a residência de Denísio Silvestre Marques Nº 707 e término em terras de Senhor Denísio Silvestre Marques.

Art. 21 Fica denominada "nº 20 - Setembrino Custódio de Oliveria" a servidão que se inicia na Rua Antônio José de Aquino próximo a residência de Denísio Silvestre Marques Nº 707 e término em terras de Senhor Denísio Silvestre Marques.

Art. 22 Fica denominada "nº 21 - Ivo Francisco Marques" a servidão que se inicia na Rua Antônio José de Aquino próximo a residência de Acácio Aristides Baltazar e término em terras de Senhor Silvestre Francisco Marques.

Art. 23 Fica denominada "nº 22 - Francisca Paulina Monteiro" a servidão que se inicia na Rua Antônio José de Aquino próximo a residência de Francisca Rosa dos Santos Monteiro Nº 738 e término em terras de Senhor Alcides Argino Monteiro.

Art. 24 Fica denominada "nº 23 - Rosalina da Conceição" a servidão que se inicia na Rua Antônio José de Aquino próximo a residência da Senhorinha Monteiro Nº 783 e término em terras de Senhorinha Monteiro.

Art. 25 Fica denominada "nº 24 - Domingos Oleriano Monteiro" a servidão que se inicia na Rua Antônio José de Aquino em frente a residência de Senhorinha Monteiro Nº 783 e término em terras de Senhorinha Monteiro.

Art. 26 Fica denominada "nº 25 - Antônio Francisco Baltazar" a servidão que se inicia na Rua Antônio José de Aquino próximo a residência de Valmira Ilda dos Santos Nº 798 e término em terras de Senhor Antônio Manoel dos Santos Filho.

Art. 27 Fica denominada "nº 26 - João Domingos dos Santos" a servidão que se inicia na Rua Antônio José de Aquino próximo a residência de Clemente Domingos dos Santos Nº 850 e término em terras da senhora Irene Osmênia dos Santos.

Art. 28 Fica denominada "nº 27 - Genézio João dos Santos" a servidão que se inicia na Rua Antônio José de Aquino próximo a residência de Erci Simões Nº 853 e término em terras de Senhor Hilário Zehn.

Art. 29 Fica denominada "nº 28 - João Manoel dos Santos" a servidão que se inicia na Rua Antônio José de Aquino próximo a residência de Edenice Maria dos Santos e término em terras de Senhor Hilário Zehn.

Art. 30 Fica denominada "nº 29 - Pedro Manoel dos Santos" a servidão que se inicia na Rua Antônio José de Aquino próximo a residência de Dercílio João dos Santos Nº 914 e término em frente a estrada nova.

Art. 31 Fica denominada "nº 30 - Braulina Alexandrina de Jesus" a servidão que se inicia na Rua Antônio José de Aquino próximo a residência de Aristides Antônio Baltazar Filho Nº 980 e término em terras de espólio de Braulina Alexandrina de Jesus.

Art. 32 Fica denominada "nº 31 - Custódio Felipe De Oliveira" a servidão que se inicia na Rua Antônio José de Aquino próximo a residência Nº 1139 e término na praia.

Art. 33 Fica denominada "nº 32 - Ricardo Vergílio Dos Santos " a servidão que se inicia na Rua Antônio José de Aquino próximo a residência de Ademir Antônio Vieira e término em terras de Senhor Ricardo Vergílio dos Santos.

Art. 34 Fica denominada "nº 33 - Bruno Da Silva" a servidão que se inicia na Rua Antônio José de Aquino próximo a servidão Caixa D'áço e término em terras de Senhor Juvenal Bruno da Silva.

Art. 35 Fica denominada "Nº 34 - Caixa D'Áço" a servidão que se inicia na Rua Antônio José de Aquino próximo a cachoeira do lado da casa com o Nº 1139 e término na praia do Caixa d'áço .

Art. 36 Fica denominada "Pé De Jaca" a rua que se inicia na Rua Antônio José de Aquino próximo ao terceiro poste depois da servidão caixa d'áço e término em terras de terceiros.

Art. 37 Fica denominada "nº 35 - Juvenal Custódio de Oliveira" a servidão que se inicia na Rua Antônio José de Aquino próximo a residência de Edinézio Oleriano de Melo e término em terras de Senhor Juvenal Custódio de Oliveira.

Art. 38 Fica denominada "nº 36 Maria Laurentina Ramos" a servidão que se inicia na Rua Antônio José de Aquino próximo a residência de José Joaquim Martins e término próximo a terras da senhora Salete Jacinto.

Art. 39 Fica denominada "nº 37 Raul Clemente Caldas" a servidão que se inicia na Rua Antônio José de Aquino próximo a residência de José Joaquim Martins e término na praia do Estaleiro.

Art. 40 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho", em Porto Belo - SC, aos 28 dias do mês de novembro de 2008.

ALBERT STADLER
Prefeito Municipal

LEI Nº 660/92

DÁ DENOMINAÇÃO Á RUA.

MAURINO JOSÉ SERPA, Prefeito Municipal de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conformes por Lei, faz saber á todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica denominada Antonio José de Aquino, a Rua que tem seu início em frente à residência do senhor Vereador Silvestre Francisco Marques, e tem seu término na ponta da enseada, em Araçá, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Belo, 13 de abril de 1992.

MAURINO JOSÉ SERPA
Prefeito Municipal

LEI Nº 2123,

LEI Nº 1661/2009

"DA DEN

"DÁ DENOMINAÇÃO À RUA".

EVALDO JOSÉ
conferidas por
Vereadores apr

AUTOR: VEREADOR CHARLES SILVESTRE MARQUES.

ALBERT STADLER, Prefeito Municipal de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica der
Correia, Fundos
da Escola Munic

Art. 1º Fica denominada "RECANTO DOS AÇORES", a primeira rua após o trapiche, que se inicia na Rua Antônio José de Aquino e termina na Escola Municipal Francisco José Marques, no bairro Araçá.

Art. 2º Esta Lei

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Porto Belo - SC,

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 1.526, de 29 de agosto de 2007..

EVALDO JOSÉ G
PREFEITO DE PC

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho", em Porto Belo - SC, aos 19 dias do mês de março de 2009.

ALBERT STADLER
Prefeito Municipal

Conclusões da Comissão do Conselho Gestor sobre o Relatório Antropológico:

Apesar de ser um Relatório Técnico, o Conselho Gestor formou uma comissão para analisar o texto proposto pela Dra. Raquel Mombelli. A comissão considerou o relatório excelente, detalhando em profundidade a realidade da comunidade tradicional de pescadores do Araçá.

No entanto, restam apenas três comentários e suas respectivas sugestões, que a comissão houve por bem relatar e encaminhar à Dra. Raquel para que as usasse se fosse do seu interesse.

Os comentários da comissão estão em fonte Calibri e os textos originais do Relatório Antropológico (pg. 105 e pgs. 115/116), em *Times New Roman*.

1) Ocorre um equívoco na pg. Pg. 105, primeira linha:

“O goiá é um tipo de siri de coloração cinza/preta”

Comentário: Na verdade é o contrário: o siri, assim como o goiá, é um tipo de caranguejo. A cor do goiá não é cinza/preta.

Sugestão: **“O goiá é um tipo de caranguejo, de coloração marrom-avermelhado e preta”.**

2) Especificamente em relação à Ilha, a comissão apresentou mais 2 comentários, relativos ao texto entre as pgs. 115 e 116:

2.1 Pg. 115, desde a primeira frase e excluindo o último parágrafo:

“Ao apresentar essa listagem de nomes de pessoas que moraram na Ilha de Porto Belo, para o seu Zaia dos Santos, todos eles foram confirmados, acrescentando a ela o nome de Manoel Caria, o Lico como era conhecido, de Porto Belo.

“A ilha era desse tal Lico, meu pai sempre falava isso, aí esse Lico vendeu pra família Stodieck de Brusque. Há 60 anos já é dessa família Stodieck. Era um senhor que trabalhava na lavoura de Porto Belo. Aí passou a morar e ser o dono da Ilha.

.....

“Sim, teve uma época que essa família morava ali. Aí depois veio um senhor, um paulista, veio morar em Porto Belo, com a família toda. Então ele começou a cultivar essa ponta da ilha ali, onde tem um negócio amarelo que é bambu japonês. Ele só desmatava aquele pedacinho, e plantava milho pra vassoura, essa de varrer. Um senhor já, que o nome eu não sei dizer, chamávamos de paulista. Foi o último a passar por essa ilha. Então essa Ilha tá habitada a pouco tempo pela família Stodieck, há 60 anos. Fizeram uma casinha lá, eles queimaram uma casinha de um sem-terra que andava aí. Eu achei uma covardia. Porque não deviam queimar. Deviam indenizar, dar um dinheirinho pra ele, mas queimar a casa não (Zaia).

O relato acima informa também sobre certos eventos que foram ocorrendo, que determinaram as novas relações de uso e ocupação da ilha pela comunidade do Araçá.

Uma delas teria sido o tratamento que teria recebido o sujeito identificado como sem teto ao tentar se instalar na ilha. Durante a pesquisa foi possível conhecer um sujeito que pode corresponder ao evento referido. Ele é conhecido como “sem-terra” pela comunidade. Seu nome é Jonas e ele reside atualmente sob lonas, sem água e sem luz na região da Ponta do Caixa d’Aço. Jonas contou que saiu de São Paulo depois de sofrer um acidente de barco, na cidade de Pirajibe. Depois desse acidente, ele teria morado na caverna do diabo e depois veio para o Araçá, onde está há mais de 15 anos.”. (Todos os grifos do texto – original - são da Comissão).

O parágrafo acima começa preparando para uma análise das “novas relações de uso e ocupação da ilha pela comunidade do Araçá”. Seu primeiro comentário refere-se a uma pessoa que a autora afirma estar morando no Araçá “há mais de 15 anos”, vindo de São Paulo. Porém não é possível caracterizar a relação do sem-teto com a ilha como “novas relações de uso e ocupação da ilha pela comunidade do Araçá”, já que o Jonas não faz parte da comunidade tradicional e é inclusive *persona non grata* pela comunidade, pela poluição que causa morando no costão.

Também é verdade que o Paulista teve roça naquele local (área norte da ilha) por muitos anos, porém ele era morador do Centro de Porto Belo, assim como também o era Manoel Caria. A respeito do Paulista, o próprio depoimento de Zaia confirma: ele “veio morar em Porto Belo” (e não no Araçá, como seria natural dizer se ele tivesse morado ali)... e ... “só desmatava aquele pedacinho”.

Antes do Paulista, aquela área já estava abandonada como roça pela comunidade do Araçá, como comprova a foto de 1938, da Força Aérea Americana, cedida pelo GERCO (Imagem 1, no fim deste documento), onde é clara a recuperação da área, ao contrário de grande parte do Araçá, com visíveis áreas de desmatamentos por roças – recentes e algumas abandonadas há mais tempo. Já a foto de 1979, também da Força Aérea Americana (Imagem 2), mostra claramente a área sendo usada pela roça do Paulista, assim como vestígios de áreas de

roças já abandonadas no resto da ilha, que haviam sido utilizadas pela comunidade do Araçá e de Porto Belo.

Sendo assim, quando Zaia fala a respeito do Paulista, fica claro pelo texto que ele teve sim, roça na ilha, antes dos 60 anos da família Stodieck, o que nos leva à conclusão de que o Paulista deve ter usando aquela parte em algum momento no período compreendido entre 1938, até 60 anos atrás.

No entanto, o MAPA 3 (pg. 58) - “COMUNIDADE TRADICIONAL DE PESCADORES DA VILA DO ARAÇÁ: MEMÓRIA DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO”, indica a unicamente a parte norte como “*Area de memória tradicional de roças do Araçá*”, apesar de, no Relatório Antropológico sobre a ilha, as referências a esta área limitarem-se a dois nomes: o Paulista e Jonas (indiretamente), deixando claro que nenhum deles pertence à comunidade tradicional do Araçá, e o uso por parte do Paulista ter se dado após 1938, quando não havia mais vestígios de uso por parte da Comunidade Tradicional.

Tal fato é comprovado na pg. 49 do Relatório, na foto com a legenda: “***Pôster de 1982 onde pode-se observar o registro das áreas de roças e pastos na Vila do Araçá, e da Ilha de Porto Belo***”. Porém em 1982, o Paulista já era há anos o dono de roças na Ponta Norte da Ilha de Porto Belo, o que indica um equívoco na redação.

SUGESTÃO: retirar o indicativo de roças somente para aquele local no Mapa 3, visto que o Relatório não demonstrou ter sido aquela área tradicionalmente usada pela comunidade do Araçá, já que não era mais utilizada - e de forma espontânea - desde antes de 1938.

2.2 Em relação aos preços cobrados para entrar na ilha (último parágrafo sobre a ilha, pg.116):

“Muitos membros da comunidade do Araçá informaram ainda sobre a Ilha de Porto Belo, como um lugar muito bonito, onde antigamente todos apreciavam fazer passeios com as suas famílias, piqueniques e passar o dia brincando. Mesmo quando na ilha ainda vivam pessoas da comunidade naquele lugar. Mas nos últimos anos se viram impedidos de continuarem com essa prática devido aos preços cobrados para entrar na ilha, alegados por muitos como abusivos.” (grifos nossos).

Esta afirmação (aqui um comentário pessoal da Autora, e não uma declaração de membros da comunidade) de que “***se viram impedidos... pelos preços cobrados para entrar na ilha***”, não é verdadeira. É livre o acesso à praia da ilha por qualquer embarcação. Existe uma área própria para os barcos, já que a área de banhistas é separada por bóias, por segurança. Membros da comissão confirmaram que eles ou parentes/amigos seus por diversas vezes já aportaram na praia da ilha e nunca pagaram nada. Somente as escunas e os barcos de pescadores conveniados, por seu tamanho e número de passageiros, pagam uma taxa pelo serviço de suporte

do trapiche (apoio para chegada, chamada dos passageiros, etc.). Talvez o que a comunidade considere abusivo, são os preços cobrados pelas passagens para esse transporte. Mas afirmar que existe um “preço para entrar na ilha” de forma generalizada, não corresponde à verdade.

SUGESTÃO: Como essa informação está entre os comentários pessoais da autora e está equivocada, sugerimos a alteração: *“Mas nos últimos anos se viram impedidos de continuar com essa prática devido aos preços cobrados para o transporte para a ilha, alegados por muitos como abusivos.”*

COMISSÃO DE ANÁLISE DO RELATÓRIO ANTROPOLÓGICO:

**Altino Santos Júnior (Colônia de Pescadores),
Edson Luiz Barbosa Deos (Advogado dos proprietários),
José Jonceli de Aquino (Comunidade Tradicional),
Lúcia Currilin Japp (Fundação do Meio Ambiente),
Marcos Venícius Marques (Comunidade Tradicional),
Paolo Giuliano Livi (Associação Porto Ambiental) e
Soleci da Silva Ferreira (Associação Porto Ambiental)**

É importante destacar que as três sugestões deste documento tiveram aprovação unânime dos participantes da comissão.